



RAUL RISTOW KRAUSER

A Mercantilização dos Alimentos e a Acumulação Ampliada
de Capital: o abastecimento alimentar na atualidade brasileira

VITÓRIA

2019

RAUL RISTOW KRAUSER

A Mercantilização dos Alimentos e a Acumulação Ampliada de Capital: o abastecimento alimentar na atualidade brasileira

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Política Social do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Professora Doutora Renata Couto Moreira.

VITÓRIA

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

R59 Ristow Krauser, Raul, 1984-
7 A mercantilização dos alimentos e a acumulação ampliada de capital
m : o abastecimento alimentar na atualidade brasileira / Raul Ristow
Krauser. - 2019.
184 f. : il.

Orientadora: Renata Couto Moreira.

Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Abastecimento alimentar. 2. Fome. 3. Agronegócio. 4. Agricultura Camponesa. 5. Regimes Alimentares. 6. Produção Agrícola. I. Couto Moreira, Renata. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

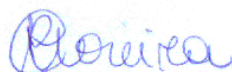
RAUL RISTOW KRAUSER

**A MERCANTILIZAÇÃO DOS ALIMENTOS E A ACUMULAÇÃO
AMPLIADA DE CAPITAL: A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E O
ABASTECIMENTO ALIMENTAR NA ATUALIDADE BRASILEIRA**

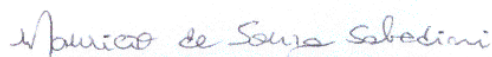
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política Social.

Aprovada em 29 de março de 2019.

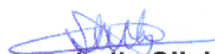
COMISSÃO EXAMINADORA



**Professora Doutora Renata Couto Moreira
Orientadora/Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professor Doutor Mauricio de Souza Sabadini
Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professora Doutora Leile Silvia Candido Teixeira
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Esta pesquisa é dedicada à todas as pessoas que buscam a verdadeira liberdade, mas em especial às camponesas e camponeses que se organizam e lutam em defesa da vida, pela produção de alimentos saudáveis, pelo acesso à terra e por um mundo verdadeiramente livre, sem classes, sem exploração de homens e mulheres. Estes que dedicam tempos de sua vida, ou mesmo a vida inteira o fazem não por si, mas por uma utopia que impulsiona, que dá coragem e força para enfrentar a fome, o jagunço, a milícia, o latifúndio, o capital.

A estes que resistem e lutam e fazem a cada dia a roda da história girar é que dedicamos nossa pesquisa na expectativa de que possamos contribuir neste caminhar.

Agradecimentos

A presente pesquisa, como expoente do curso de Mestrado em Política Social é resultado de um mutirão, muitas foram as contribuições, de diferentes formas e tipos, desde a preparação para a seleção até a finalização deste relatório de pesquisa. Agradecer, mais do que um exercício protocolar é reconhecer que existimos como seres humanos na relação social, existimos como humanos porque nos relacionamos com outros humanos, agradecer é, portanto, reconhecer que necessitamos uns dos outros, e somente assim, em mutirão podemos avançar na verdadeira humanidade.

Isto posto, em primeiro momento é necessário reconhecer que aquelas pessoas com quem dividimos o dia-a-dia são as que mais contribuem e sentem o peso da carga do curso e da realização da pesquisa, dias fora de casa, dias em casa lendo, pesquisando e formulando, sem dúvida a opção de estudar não é individual, é da família, assim agradeço à companheira Roseli e ao filho Victor Antônio pela contribuição, compreensão, pelo esforço em segurar todas as outras demandas, que não foram poucas.

Agradeço aos amigos e companheiros de caminhada Winnie e Gilsa por nos acolher em sua casa todas as semanas no período de aulas, pelas conversas agradáveis acompanhadas de bons alimentos.

À minha mãe, Dona Elza, sempre preocupada com os estudos, com a saúde, com a família, ainda que por períodos esteve fisicamente distante. A meu pai, que nos deixou já a bastante tempo, mas que desde criança nos ensinou a importância do estudo e da ação, da necessidade de estar engajado na busca de um mundo melhor.

Ao Movimento dos Pequenos Agricultores, que na vivência diária da organização camponesa nos faz acreditar que o capitalismo não é o fim da história e que outra sociedade não só é possível, mais que isso, é necessária. Aos companheiros e companheiras de tarefas diárias no movimento pela compreensão da importância e necessidade desta pesquisa.

À professora Renata, pela sua forma de conduzir a orientação nos dando liberdade e espaço e ao mesmo tempo garantindo o sentido da pesquisa, pelo seu exemplo de professora que se envolve nos problemas concretos do campo e das famílias camponesas combinando assim prática e teoria.

Aos amigos e colegas do programa com os quais dividimos aulas, dúvidas, conversas e preocupações, Marina, Arelys, Simone, Jônatas, Henrique, Cinthia, Amanda, Augustina, Karina, Gabriela, Vinicius, Suellen, Débora, Maísa, Florencia, Walver e Rafael.

Aos professores do programa, em especial Mauricio, Renata, Paulo Nakatani, Ana Targina, Olga e Soraya, com os quais tivemos aulas e podemos partilhar de conhecimentos.

À professora Leile Teixeira e ao Professor André Michelato que juntamente com Renata e Mauricio aportaram contribuições na qualificação, que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, mas além disso, partilham da mesma utopia e sempre estão dispostos a conversar, trocar e-mails, uma boa prosa.

Agradecemos também aos trabalhadores da UFES que no restaurante, na secretaria do programa, na limpeza dos prédios e pátios, criam as condições para estudarmos.

Fique Rico

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva, ou pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, o do café, o da extração da borracha e, finalmente, o de certo tipo de industrialização artificial, baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. É sempre o mesmo espírito aventureiro se insinuando, impulsionando, mas logo a seguir corrompendo os processos de criação de riqueza do país. É o “fique rico”, tão agudamente estigmatizado por Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*. É a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e levando-os a matar todas as suas “galinhas de ovos de ouro”. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo.

Josué de Castro, 1946. (CASTRO, 2011, p. 266-267)

RESUMO

A presente dissertação parte da problemática atual relacionada à fome e a subnutrição que atingem importante parcela da população mundial, tal questão é anterior ao capitalismo, sendo que apesar do avanço das forças produtivas e do aumento da produção de alimentos não houve superação, ao contrário, houve e há um aprofundamento da fome e dos problemas relacionados à alimentação. Tal contradição motiva nossa pesquisa, que teve como referência de método o materialismo histórico dialético e como metodologia de estudo utilizamos fontes bibliográficas e dados secundários realizando um movimento de aproximações sucessivas em relação ao objeto central, a mercantilização dos alimentos e o sistema de abastecimento alimentar. Através desta pesquisa identifica-se que o alimento no modo de produção capitalista assume a forma de mercadoria em que seu valor de uso está subordinado à valorização do valor, tornando-se meio de acumulação ampliada de capital. Além disso o alimento é um item fundamental para a reprodução da força de trabalho, sendo um insumo biopolítico para o desenvolvimento do capitalismo em que sua lógica de produção e consumo ensejou o surgimento de regimes alimentares, o primeiro centrado na Inglaterra no fim do século XIX, o segundo no modelo intensivo norte-americano pós segunda guerra mundial e o terceiro, o regime alimentar corporativo, associado ao neoliberalismo. O desenvolvimento destes regimes repercutirá sobre o abastecimento alimentar no Brasil, tornando este país um produtor mundial de alimentos ao mesmo tempo que a escassez e a fome são situações permanentes no cotidiano da população brasileira. À partir de 1999 com a crise cambial, busca-se novamente no setor agroexportador a solução para o equilíbrio do balanço de pagamentos, tendo mudanças importantes na produção agrícola, como a concentração da produção em um número menor de estabelecimentos agropecuários, a redução da produção per capita de alimentos destinados ao consumo interno, a expansão em área colhida e produção obtida das culturas destinadas ao mercado externo, em especial a soja, cana e o milho. Estas mudanças na produção se apresentam como expressões das leis gerais de desenvolvimento capitalista e contribuem para o aprofundamento da problemática relacionada à alimentação, de modo que a contaminação dos alimentos e suas consequências, a subnutrição e a fome não significam desenvolvimento insuficiente do capitalismo, ao contrário, são manifestações das contradições geradas por este.

Palavras Chaves: Abastecimento alimentar. Fome. Agronegócio. Agricultura Camponesa. Regimes Alimentares. Produção Agrícola.

ABSTRACT

This thesis starts addressing the contemporary problem of hunger and malnutrition that affects a significant part of the world population. This problem arose prior to the capitalist mode of production. It has not been solved, in spite of the advance of productive forces and the increase in food production. On the contrary, hunger and problems related to food have become worse. This contradiction has played a motivating role in this study. This study is based on the method of dialectical and historical materialism as a reference. It uses literature and secondary data sources as its study methodology, making an exercise of successive approaches of and around the main study object: the commodification of food and the food supply system. The study identifies that food in the capitalist mode of production becomes commodity, whereas its use value is subordinated to the valuation of value, in other words, food is transformed into a means for expanded capital accumulation. Besides, food is a fundamental item for the reproduction of labor force, a bio-political input for the development of capitalism, with its production and consumption logic that enticed the emergency of food regimes. The first regime was concentrated in England at the end of the 19th century; the second in the intensive model of North America after the second World War; and the third, the corporate food regime, emerged associated with neoliberalism. The development of these regimes will have its impact on the food supply in Brazil, transforming the country into a huge global food producer while, at the same time, food scarcity and hunger are lasting situations in the daily life of the Brazilian people. From 1999 onwards with the exchange crisis, the agro-export sector is again the one where a solution is expected to come from for the sake of the balance of payments. This process will imply in important changes in the Brazilian agricultural production, highlighting its concentration in a smaller number of agricultural farms; its reduction per capita of food produced for the internal market; and the expansion of the harvested area and production obtained from crops for the external market, especially soy, sugar cane and maize. These changes in the agricultural production are symptoms of general laws of the capitalist development. They contribute to the further deepening of the food problem in a way that the contamination of food and its consequences, malnutrition and hunger, do not mean insufficient development of capitalism, on the contrary, they are symptoms of the contradictions created by this mode of production.

Keywords: Food Supplies. Hunger. Agribusiness. Agricultural Farms. Food Regimes. Agricultural Production.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição da Cesta Básica	114
Tabela 2 - Comparativo de Área Colhida 1999 X 2017 - Brasil e Grandes Regiões ...	123
Tabela 3 - Área Colhida por Cultura - Comparativo 1999 X 2017	124
Tabela 4 – Dados de Área da Colhida Região Norte 1999 e 2017	126
Tabela 5 -Dados da Área Colhida da Região Nordeste 1999 e 2017	126
Tabela 6 - Dados de Área Colhida Região Sudeste - 1999 e 2017.....	127
Tabela 7 - Dados de Área Colhida Região Sul 1999 e 2017	128
Tabela 8 - Dados da Área Colhida Região Centro-Oeste 1999 e 2017	129
Tabela 9 - Evolução da Produtividade Média das Culturas no Brasil	131
Tabela 10 – Produtividade Média Obtida por Grande Região em 2017 – kg/ha.....	132
Tabela 11 - Produção Obtida por Cultura 1999 e 2017	133
Tabela 12 - Produção Nacional Per Capita em kg/habitante/ano - 1999 e 2017	134
Tabela 13 Participação da Agricultura Familiar no total de Estabelecimentos (2006)	135
Tabela 14 – Evolução do Número de Estabelecimentos Produtores	137
Tabela 15 - Exportações e Importações - 1999 e 2017 – toneladas equivalentes	139
Tabela 16 – Disponibilidade interna por cultura – 1999 a 2017	139
Tabela 17 - População Brasileira por Situação de Segurança Alimentar	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População Residente por Situação de Domicílio - 1950 a 2000.....	112
Gráfico 2 População Pobre em relação à população total - 1976 a 1999	113
Gráfico 3 - Tempo de Trabalho Necessário Para Adquirir Cesta Básica	114
Gráfico 4 - Comparativo do Valor das Exportações dos complexos Soja.....	119
Gráfico 5 - Participação no Valor total das exportações. Comparativo 1999 e 2017...	120
Gráfico 6 – Evolução da Área Colhida – Brasil e Grande Regiões – 1999 a 2017.....	123
Gráfico 7 - Comparação de Participação das Culturas no Total de Área Colhida	124
Gráfico 8 – Participação Regional no total da Produção Obtida em 2017 em %	134
Gráfico 9 - Evolução do Preço Nominal da Cesta Básica na Cidade	140
Gráfico 10 - Tempo de Trabalho Necessário Para Aquisição de Cesta Básica -.....	141

LISTA DE SIGLAS

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GM / OGM – Organismos Geneticamente Modificados
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFIs – Instituições Financeiras Internacionais
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
OCDE / OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Nações Unidas
PAM – Produção Agrícola Municipal
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – O CAPITALISMO, A AGRICULTURA E O ALIMENTO.....	27
1.1 Mercadoria	28
1.2 Força de Trabalho	30
1.3 Dissimulação Da Exploração Capitalista	32
1.4 Leis Tendenciais do Desenvolvimento Capitalista e as Contra Tendências.....	38
1.5 O Capital no Campo – A Renda da Terra	42
1.5.1 A agricultura capitalista.....	43
1.5.2 Agricultura Camponesa no Capitalismo.....	49
1.5.3 Coexistência – Agricultura Camponesa e Agricultura Capitalista	53
1.5.4 As Mulheres e a Agricultura.....	55
CAPÍTULO II – O ABASTECIMENTO ALIMENTAR SOB A MERCANTILIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	58
2.1 Formas Históricas de Abastecimento Alimentar no Capitalismo	61
2.1.1 Regime Alimentar Imperial-Colonial.....	62
2.1.2 Regime Alimentar Intensivo Norte-Americano	67
2.1.3 Regime Alimentar Corporativo	73
2.1.4 A Crise do Regime Alimentar Corporativo.....	82
2.1.5 Considerações Acerca dos Regimes Alimentares	89
CAPÍTULO III – AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO NO BRASIL ENTRE 1999 E 2017	92
3.1 Aspectos Históricos do Abastecimento Alimentar No Brasil	93
3.1.1 O abastecimento na Colônia.....	94
3.1.2 Abastecimento na nascente sociedade nacional	101
3.1.3 O Abastecimento Alimentar entre 1930 e 1964	105
3.1.4 O Regime Alimentar Intensivo Norte – Americano e o abastecimento no Brasil.....	110
3.2 Abastecimento Alimentar em Tempos de Agronegócio e o Regime Alimentar Corporativo.....	115
3.2.1 O Arranjo Macroeconômico no período.....	117
3.2.2 Evolução da Produção Agrícola no Período de 1999 a 2017	122
Evolução da Área Colhida	123

Especialização Regional	125
Evolução da Produção Obtida.....	130
Participação da Produção Familiar	135
Concentração dos Estabelecimentos	137
Comércio Exterior e Disponibilidade Interna de Alimentos	138
Riscos do Agronegócio	143
3.2.3 Considerações Acerca do Histórico do Abastecimento Alimentar no Brasil.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS	154
Anexo I – Sistemática para cálculo de produção equivalente	160
Anexo II – Resumo das culturas analisadas.....	162

INTRODUÇÃO

Dado a importância do alimento para a existência da vida, este fora reconhecido como direito fundamental na Declaração Universal dos Direitos Humanos que no seu artigo 25 assim diz: “Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários” (NAÇÕES UNIDAS, 1998), posteriormente este direito foi incluído no “Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais”. A nível da legislação brasileira, em 2010 por meio de emenda constitucional nº 64 a alimentação foi incluída no artigo 6º da constituição. Assim, o alimento é amplamente reconhecido como direito fundamental do ser humano, todavia, “dentre todos os direitos humanos, o direito à alimentação é, seguramente, o mais constante e mais maciçamente violado em nosso planeta” (ZIEGLER, 2013, p. 31).

A destruição anual de dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças pela fome constitui o escândalo do nosso século. A cada cinco segundos, morre uma criança de menos de dez anos. Em um planeta que, no entanto, transborda de riquezas.... No seu estado atual, a agricultura mundial poderia alimentar sem problemas 12 bilhões de seres humanos – vale dizer, quase duas vezes a população atual. Quanto a isto, pois, não existe nenhuma fatalidade. Uma criança que morre de fome é uma criança assassinada. (Ziegler, 2013, p. 21)

Em 2014 o Brasil deixou a relação publicada pela FAO que lista os países com população acima de 5% que ingerem menos calorias que o recomendado, todavia, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013 (PNAD-SAN)¹ demonstrou que 52 milhões de brasileiros viviam em situação de insegurança alimentar, um em cada quatro brasileiros, assim fica evidente que apesar de uma melhora na situação geral estamos distantes de uma situação confortável no abastecimento alimentar da população.

Neste contexto, da afirmação do alimento como direito humano fundamental e da maciça violação deste direito iniciamos a caminhada desta pesquisa, refletindo sobre o processo de produção e consumo dos alimentos sob a lógica do capitalismo buscando visualizar quais são os componentes do sistema de abastecimento alimentar e como as leis gerais do capital agem sobre este sistema, uma vez que neste modo de produção houveram importantes avanços na produção de alimentos, chegando ao ponto de poder alimentar 12 bilhões de pessoas

¹ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar foi realizada nos anos de 2004, 2009 e 2013 (a mais recente), nessas edições da PNAD a segurança alimentar e nutricional foi abordada através de um conjunto de questões que buscaram apresentar o quadro de segurança alimentar da população brasileira.

(ZIEGLER, 2013, p. 21), bem como houveram avanços tecnológicos no transporte e conservação, entretanto, a fome² não foi superada, ao contrário, observa-se um crescimento persistente do número de famintos em todo o mundo, indicando assim que a questão não está na produção insuficiente, mas na forma como esta produção é realizada, circulada e consumida.

De modo geral, conforme Netto & Braz, “em todas as formas de organização da economia das sociedades humanas, a produção de bens (valores de uso) necessários à manutenção da vida social é um ‘processo’, um movimento que não pode ser interrompido” (NETTO & BRAZ, 2010, p. 124), entretanto, no modo de produção capitalista, há uma particularidade, a acumulação de capital por meio da reprodução ampliada, ou seja, na esfera da produção há um excedente de valor, a mais-valia, criado pelo trabalho que é resultado de trabalho não pago, portanto da exploração. Esse excedente é apropriado por distintas formas de capitais e posto novamente em movimento para novo ciclo de extração e apropriação de valor, resultando na acumulação ampliada. Assim o capital é valor que busca valorizar-se incessantemente, processo que exige constante movimento do capital em que “Assumida certa materialidade, desesperadamente necessita alterá-la. O capital é um verdadeiro fantasma obcecado pela metamorfose” (CARCANHOLO & SABADINI, 2011, p. 130), porém as formas assumidas são rigidamente determinadas pela sua forma de circulação.

Assim, quanto mais o modo de produção capitalista “se desenvolve, mais a lógica mercantil invade, penetra e satura o conjunto das relações sociais”, ou seja, a forma mercantil se universaliza (NETTO & BRAZ, 2010, p. 85). Desta forma os alimentos também são convertidos em mercadorias, que, como definido por Marx, a “mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 2012, p. 57). Em outras palavras, são “unidades que sintetizam valor-de-uso e valor de troca” (NETTO & BRAZ, 2010, p. 80), que tem por objetivo no processo de produção e circulação a geração, acumulação e centralização de valor, isto é, são produzidos (e comprados) para vender (revender).

Desta forma, no modo de produção capitalista o alimento é uma importante mercadoria, primeiro porque é absolutamente necessário para a manutenção da vida, então não há como prescindir dela, portanto ela circulará, em segundo essa mercadoria terá contribuição decisiva

² “A fome é apreendida como a ingestão insuficiente e/ou inadequada de alimentos que leva a deterioração do estado de saúde e/ou desenvolvimento produtivo e social dos homens. Sua satisfação é realizada pelo consumo de alimentação adequada às necessidades nutricionais e sociais humanas, histórica e socialmente determinadas possibilitando o desenvolvimento do humano”. (TEIXEIRA, 2015, P. 22)

no custo da mercadoria especial a “Força de Trabalho”, influenciando assim nas taxas de mais-valia (mais-valia) extraída do trabalhador.

Mas o alimento tem uma outra particularidade, é produzido sobre a terra, um recurso natural não produzido pelo trabalho, monopolizável, escasso e desigual. Estas características tornarão a agricultura um ramo de produção capitalista distinto dos demais. Ocorre que na transformação do valor em preço de produção veremos que na agricultura o preço regulador de mercado não será a média ponderada entre os diferentes produtores, mas sim o preço de produção no pior terreno, de modo que os terrenos de qualidade superior obterão além do lucro médio uma renda que será em primeira instância captada pelo proprietário fundiário, entretanto ao nível mais concreto da análise veremos que esta renda da terra será objeto de disputa entre empresários capitalistas, capital bancário, proprietário fundiário e capital comercial, porém cada vez mais a produção de alimentos está sob o domínio do capital financeiro³.

Marx assim afirma: “a propriedade fundiária capacita o proprietário a se apoderar da diferença entre o lucro individual e o lucro médio; o lucro assim apoderado, que se renova anualmente, pode ser capitalizado e aparece, então, como preço da própria força natural” (MARX 1983, p. 146). Além desta renda diferencial, Marx destaca também a existência da renda absoluta uma vez que o monopólio sobre a terra permite também a exigência de seu proprietário de uma renda, independente do lucro, ou seja, exigida mesmo pelos proprietários dos piores terrenos.

Esta propriedade da terra poderá ser exercida por um latifundiário, por empresário capitalista ou mesmo camponeses. A produção por sua vez poderá ser empreendida diretamente por um empresário capitalista, ou por formas camponesas de produção que não a fazem sob a racionalidade capitalista, mas na interação com o mercado a sua produção circula como mercadoria.

De toda forma, há uma produção de valor excedente na agricultura que na interação com o mercado a montante e a jusante é disputado e apropriado através de diferentes mecanismos como a especulação, contratos futuros, juros, preços de insumos acima do valor, preços de produtos agrícolas abaixo do valor, subsídios e taxações, dentre outros mecanismos que fazem a distribuição, apropriação e transferência de capitais. Tais processos se dão dentro da normalidade do capital, ou seja, na dinâmica da transformação do valor em preço de produção

³ Aqui compreendido como aquele capital que tem seus ganhos obtidos sobretudo através da especulação utilizando-se para tal de diferentes tipos de operações financeiras, em que as “as articulações com as formas funcionais do capital industrial ficam indeterminadas” (CARCANHOLO & NAKATANI, 1999, p. 298), trata-se do capital especulativo parasitário. A este respeito consultar CARCANHOLO & NAKATANI 1999 e CARCANHOLO & SABADINI, 2011

e deste em preço de mercado, mas também em situações “anormais”⁴ onde por diferentes razões os preços de mercado se desviam do preço de produção favorecendo determinados capitais em detrimento de outros.

Assim, a dinâmica do modo de produção capitalista, sua ação na agricultura e o processo de subordinação do alimento à forma mercadoria, em que o valor-de-uso do alimento, ou seja, a necessidade de as pessoas alimentarem-se, se torna meio de produção e circulação do valor, portanto meio de reprodução ampliada do capital. Tal dinâmica tem profundas implicações sobre o alimento em si, uma vez que afim de maximizar a valorização do valor há um conjunto de mudanças, em especial a industrialização e o ultra processamento, resultando, em imitações de alimento que já não correspondem exatamente ao valor-de-uso alimento para o ser humano (DEBORD, 2000). Mas não é somente no alimento que ocorrerão mudanças, a valorização do valor terá profundas implicações no sistema de abastecimento alimentar, em como este irá se estruturar, com quem e para quem.

Este sistema, do ponto de vista de uma descrição técnica pode ser subdividido em sete setores, 1) indústria de insumos (máquinas, agroquímicos, sementes, etc); 2) produção agropecuária (produtos, relações de trabalho, destino da produção); 3) transporte e armazenamento; 4) agroindústria; 5) mercado atacadista; 6) mercado varejista; 7) perfil de consumo; Estes sete setores estão amplamente permeados pelo capital financeiro (através do crédito, dos contratos futuros, seguros, etc), pelo Estado (políticas públicas, fomento, regulamentos, incentivos fiscais, etc) e pela pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.

⁴ Como por exemplo os monopólios.

Figura 1 - Representação do Sistema de Abastecimento Alimentar



Fonte: Elaboração do Autor.

Entendemos como sistema, pois, uma forma privilegiada de acumulação e apropriação de valor no consumo terá reflexos na produção, bem como uma determinada produção agrícola ou pecuária que se mostra mais vantajosa na esfera da produção terá repercussões sobre a indústria alimentar e o consumo. Portanto, produção, circulação, distribuição e consumo são partes que se determinam, são componentes de um mesmo processo inclusive no abastecimento alimentar, porém, não na perspectiva de uma somatória harmônica, mas num contexto de disputa pela apropriação do valor, de modo que em cada um dos setores do abastecimento há agentes operando a mercadoria alimento com a finalidade de acumular capital.

Neste sentido, a análise do sistema de abastecimento alimentar encerrada na descrição técnica é insuficiente, dado que devem ser levados em conta as múltiplas determinações que agem sobre este, como a divisão internacional do trabalho e a posição ocupada pelo país em questão, os interesses das frações de classe e sua expressão política, o padrão de desenvolvimento, nível das forças produtivas, distribuição da população no território e o processo de formação histórico social do país. Combinados, a descrição técnica com uma análise do ponto de vista econômico, político e social temos condições de chegar à compreensões acerca da problemática do abastecimento, o que inclui a fome absoluta, mas também a subnutrição e a obesidade. Cabe destacar que, pelo método dialético, tais compreensões não podem ser consideradas estáticas, definitivas tampouco absolutas, pois como

alerta Carcanholo (2011, p. 123) “digamos que para a dialética materialista, marxista, não existem definições”.

A hipótese da qual partimos nesta pesquisa é de que a problemática da fome, embora anterior ao modo de produção capitalista, não encontrou neste sistema até aqui possibilidades de superação, sendo, portanto, necessário questionar como e por que a fome não foi resolvida, mas ao contrário, a problemática se aprofundou, de modo que as situações concretas vivenciadas na atualidade com relação à alimentação (falta, excesso, qualidade, contaminação, etc) podem ser entendidas como expressões do processo capitalista de produção, circulação e consumo do alimento sob a forma mercadoria. Deste modo, o avanço das forças produtivas na produção dos alimentos ou a *correção das imperfeições* do sistema de abastecimento alimentar não seriam suficientes para a superação dos problemas existentes na alimentação.

Isto ocorre em função da lógica inerente de desenvolvimento capitalista, ou seja, as leis gerais do capital impedem que se supere a fome e suas expressões, pois a fome, a esta altura do desenvolvimento capitalista, não é uma questão de técnica produtiva ou escassez de alimentos como fora outrora, mas é uma questão da dinâmica do capital, que desenvolve a produção, mas limita o acesso pela dominância do lucro, da acumulação ampliada de capital. Assim suposto a fome não seria falta de capitalismo, de tecnologia ou de produção suficiente, mas sim resultado das relações sociais de produção que implicam em determinada distribuição dos meios de produção e dos produtos obtidos. (MARX, 2008, p. 253).

Neste sentido cabe destacar a divisão internacional do trabalho e o papel que esta reserva ao Brasil e a América Latina como um todo, sobretudo após a crise de 2008, trata-se da especialização na produção de *commodities* e bens primários em geral. Enquanto a periferia se especializa na produção de alimentos e matérias primas para os centros capitalistas, estes produzem mercadorias de alta incorporação tecnológica destinados ao mercado interno e externo, processando-se assim transferências de valores entre os países do centro e da periferia, favorecendo as economias centrais às custas do subdesenvolvimento na periferia, aprofundando assim as relações de dependência econômica e garantindo a reprodução ampliada do capital (MANCIO & MOREIRA, 2012, pp. 2-4).

No caso brasileiro, a especialização nas *commodities* ganha impulso desde 1999 com a crise cambial e a necessidade de equilibrar a balança de pagamentos. No ano 2000 do total exportado pelo Brasil 42% foram de produtos primários, em 2009 estes responderam por 60,9% do total exportado, a nível e América Latina e Caribe passou-se de 42,1% para 52,9%

(MANCIO & MOREIRA, 2012, p. 12). Tais dados demonstram assim um movimento de expansão da produção de itens primários em toda a região, e de forma mais acelerada no Brasil.

Considerando o contexto geral acima exposto, sobretudo a mercantilização dos alimentos, o aprofundamento da problemática alimentar decorrente do desenvolvimento capitalista e a divisão internacional do trabalho que coloca o Brasil como país capitalista dependente, estabelecemos a seguinte questão que orienta a presente pesquisa: “quais foram as principais características da evolução da produção agrícola brasileira no período de 1999 a 2017 e seus reflexos no abastecimento alimentar?”

O desenvolvimento desta pesquisa tem por objetivo geral discutir sobre a mercantilização dos alimentos e o abastecimento alimentar no Brasil, especificamente, apontamos inicialmente o processo de desenvolvimento da economia capitalista e seus reflexos no campo, bem como o abastecimento alimentar sob a mercantilização dos alimentos e seus regimes. Ao final, discutimos o processo de abastecimento alimentar no Brasil, indicando a produção agrícola no período de 1999 a 2017.

Desta forma apontaremos questões que tem implicação direta sobre o sistema de abastecimento alimentar ainda que não tenhamos condições de desenvolvê-las nesta pesquisa, mas seu registro é necessário para destacar sua importância.

Tendo como questão geral a fome e o abastecimento alimentar, escolhemos como objeto da pesquisa a evolução da produção agrícola brasileira no período de 1999 a 2017, dado que esta tem peso importante no comércio externo (em 2017 o café, milho, complexo sucroalcooleiro e complexo soja responderam por 25% do valor total das exportações brasileiras) demonstrando assim as conexões entre a produção agrícola brasileira e o mercado externo, é o setor que efetivamente produz o alimento ou matéria prima para a produção do alimento processado, por envolver uma grande extensão geográfica e estar presente em todas as regiões do Brasil. Quanto ao período da análise, cabe destacar, como já referido, em 1999 houve uma crise cambial que implicou na rearticulação do setor exportador, sobretudo de matérias primas agrícolas e minerais como mecanismo de ajuste macroeconômico, tal arranjo segue em vigor e provocou importantes mudanças no campo brasileiro refletindo no sistema de abastecimento alimentar como um todo.

O interesse por esta temática e a forma de abordá-la decorre da nossa trajetória particular de vivência prática e acadêmica que está inserida em um contexto socioeconômico, político e cultural historicamente determinado, portanto, não está descolado do processo histórico geral. Destaco brevemente três períodos, um primeiro refere-se à militância desenvolvida pela família

na década de 80 e 90 junto às organizações e comunidades camponesas na luta pela terra, pela defesa da terra, de resistência ao avanço da revolução verde, um segundo período refere-se à vivência de distintas realidades agrícolas e agrárias proporcionados pelos estágios do curso técnico em agropecuária bem como pela atuação no Movimento Dos Pequenos Agricultores e um terceiro período inicia-se com a graduação em Ciências Econômicas permeado por estudos, análises, cursos etc. debatendo sobre a agricultura camponesa no capitalismo, suas possibilidades e condicionantes. É deste processo que sobressai o interesse pessoal e a necessidade de aprofundar o entendimento sobre o abastecimento de alimentos no Brasil.

A relevância social da pesquisa sobre o abastecimento alimentar no Brasil e a evolução da produção agrícola entre 1999 e 2017 reside no fato de que temos uma ampla problemática diretamente relacionada ao sistema de abastecimento alimentar, onde por um lado temos atualmente a ameaça da volta da fome aguda no Brasil e o aumento da insegurança alimentar associado há uma série de situações relacionadas à qualidade do alimento, desde o leite materno contaminado com agrotóxicos⁵ às denúncias da operação “carne fraca”⁶ e um crescimento da obesidade bem como das doenças crônicas não transmissíveis em grande medida resultantes dos novos hábitos alimentares, por outro lado estão os conflitos pela terra entre camponeses, povos originários e a agricultura capitalista autodenominada de agronegócio, o avanço do desmatamento, a contaminação da água por resíduos de agrotóxicos dentre outros impactos gerados pela forma de produção agrícola. Compreender os fundamentos deste sistema de abastecimento alimentar, sua essência, o seu funcionamento lógico e sua conformação histórica são fundamentais para que as organizações sociais que atuam nos diferentes momentos do sistema de abastecimento possam intervir de forma a promover mudanças efetivas e substanciais, bem como possam formular proposições que permitam superar a lógica do alimento mercador passando do paradigma de Segurança Alimentar para o de Soberania Alimentar.

Desde o ponto de vista acadêmico esta pesquisa insere-se nos estudos de tradição crítica em relação ao desenvolvimento do capitalismo, da sua dinâmica em essência e aparência, seu caráter lógico e histórico, das contradições geradas, do processo de lutas de classes dentre outros

⁵ “Água, ar e leite materno contaminado: pesquisa no MT expõe impacto dos agrotóxicos” 9 de fevereiro de 2016 disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2016/02/agua-ar-e-leite-materno-contaminado-pesquisa-no-mt-expoe-impacto-dos-agrotoxicos/>> acessado em 13 de maio de 2019.

⁶ Segundo reportagem veiculada pelo portal de notícias g1 em 17/03/2017, dentre as denúncias de irregularidade estão: comercialização de carne vencida, uso de produtos químicos para maquiagem o aspecto físico dos produtos, pagamento de propina para agentes públicos para facilitar a emissão de certificados sanitários sem a devida fiscalização, dentre outras. Disponível em: < <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2017/03/policia-federal-deflagra-operacao-de-combate-venda-ilegal-de-carnes.html> > acessado em 13 de maio de 2019.

elementos que compõem a totalidade deste modo de produção. À esta tradição nossa pesquisa pretende contribuir nas formulações acerca do abastecimento alimentar e na interpretação desde à essência da problemática a ele vinculada e acima sumarizada.

Diante dos objetivos propostos, dos interesses e relevância da pesquisa bem como da problemática a ser abordada a pesquisa desenvolve-se pelo método crítico-dialético, dessa forma, ressaltamos a importância das categorias totalidade, particularidade, historicidade e contradição para iluminar a investigação e compreensão do objeto de estudo, compreendendo que a situação vivenciada e as expressões concretas são resultados de um processo histórico constituído por um conjunto múltiplo de determinações e da interação das forças contraditórias da sociedade burguesa.

Assim, o método dialético torna-se necessário, pois

Contempla, no processo investigativo, o equilíbrio entre condições subjetivas e objetivas, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados, interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade. (PRATES, 2003, p. 123 e 124)

Conforme Prates o que encanta neste método é a profundidade da pesquisa vinculada e direcionada para a realidade concreta tendo por objetivo sua transformação. Nesta pesquisa o pesquisador se coloca consciente diante da realidade, sendo parte e, portanto, influenciado por ela.

No desenvolver da pesquisa realizamos, conforme abordado por Minayo (1994, p. 23 apud MIOTO & LIMA, 2007, p. 38) um exercício de aproximações sucessivas da realidade, em que à cada nova aproximação/distanciamento surgem novas perspectivas ampliando a capacidade de compreensão da problemática em estudo, qualificando os passos anteriores e dando base para os seguintes. Nas palavras de Miotto & Lima a utilização de um desenho metodológico circular ou de aproximações sucessivas permite

Através da flexibilidade na apreensão dos dados, maior alcance no trato dialético desses dados, pois o objeto de estudo pode ser constantemente revisto, garantindo o aprimoramento na definição dos procedimentos metodológicos, como também a exposição mais eficiente do percurso de pesquisa realizado. (MIOTO & LIMA, 2007, p. 44)

Para alcançar os objetivos propostos, ou seja, analisar a evolução da produção agrícola e seus reflexos no abastecimento alimentar, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa pois, apesar do objeto ser quantificável em diferentes variáveis e passível de uma descrição técnica pormenorizada, é necessário situá-lo nos fundamentos do modo de produção capitalista, em que a alimentação (produção e consumo de alimentos) são atividades guiadas pela lei do valor, em

seguida é necessário considerar que há um processo histórico que implicará em diferentes determinações no centro e na periferia do capitalismo, o lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho, o nível de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de gênero e raças, as relações de classe sociais e sua evolução ao longo do tempo e como todos estes aspectos implicam na atual configuração do sistema de abastecimento alimentar no Brasil e sua integração a nível global, enquanto um país periférico e dependente em relação ao centro imperialista do mercado mundial (MANCIO & MOREIRA, 2012) .

Nesta perspectiva, o abastecimento alimentar preenche as características apresentadas por Miotto & Lima, em que no caso da pesquisa qualitativa todo objeto de estudo é **histórico**, isto é, tem localização temporal e pode ser transformado; tem **consciência histórica** dado que o sentido é atribuído pela totalidade dos homens, conferindo significado e intencionalidades às suas construções e ações teóricas; apresenta uma **identidade com o sujeito** uma vez que o pesquisador identifica-se com o objeto; é **intrínseca e extrinsecamente ideológico** dado que “veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e se submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigentes” (MINAYO, 1994 p. 21 apud MIOTTO & LIMA, 2007 p. 39); é **essencialmente qualitativo** pois a realidade social é mais rica que os estudos realizados sobre ela.

Neste sentido, a aplicação do método dialético leva

o pesquisador a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o ‘devenir’; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem seu objeto de estudo (MIOTTO & LIMA, 2007, p. 39)

Portanto, realizamos conforme sugerido por Miotto & Lima (2007) um movimento de revisão, de reflexão crítica e totalizante, submetendo à análise crítica o que já se tem produzido sobre o objeto, revisando conceitos, buscando a essência dos processos, relações e estruturas. Tratamos assim de realizar uma reflexão crítica a partir do conhecimento acumulado num movimento de aproximações sucessivas da realidade utilizando um conjunto de mediações.

A partir de Miotto & Lima (2007), compreendemos que nossa pesquisa é bibliográfica, pois este tipo de pesquisa é utilizado para a fundamentar teoricamente o objeto de estudo, imprimindo sobre os dados contidos nas fontes pesquisadas a teoria e a compreensão crítica do significado neles existente. Importante ressaltar que conforme as autoras da pesquisa bibliográfica não podem seguir por caminhos aleatórios, exige planejamento, disciplina e rigor epistemológico, dado que é um procedimento importante na produção de conhecimento científico. As autoras consideram ainda que este tipo de pesquisa é utilizado com frequência

em estudos exploratórios ou descritivos onde o objeto de estudo é pouco estudado o que dificulta a formulação de hipóteses precisas. Em nosso caso, consideramos que os elementos que compõem nosso objeto têm sido estudados com relativa intensidade, porém, a articulação entre o estudo do agronegócio, agricultura camponesa e do desenvolvimento capitalista de maneira geral como componentes do abastecimento alimentar desde uma perspectiva crítica não tem sido suficientemente estudado, havendo lacunas a serem trabalhadas. Neste sentido realizamos a aproximação com o objeto de estudo por fontes bibliográficas e documentais, possibilitando assim um amplo alcance de informações e uso de dados dispersos em um conjunto de publicações.

Compreendemos aqui à luz das considerações de Miotto & Lima que este processo deveria seguir uma sequência de passos e procedimentos que não poderiam enrijecer a pesquisa, pois, ao desenvolver a pesquisa poderia ser necessário voltar ao objeto, melhor defini-lo, ou reformula-lo, porém isso não poderia ser feito aleatoriamente, pois assim corria-se o risco de perder o fio condutor da pesquisa. Conforme Salvador (1986) apud Miotto & Lima (2007 p. 40) a sequência de procedimentos para a pesquisa bibliográfica compreende “quatro fases de um processo contínuo, onde cada etapa pressupõe a que a precede e se completa na seguinte”.

A primeira foi a **elaboração do projeto de pesquisa** que compreendeu a escolha do assunto, formulação do problema, plano de pesquisa. A segunda foi a **investigação das soluções** onde os documentos foram coletados levantando a bibliografia existente e as informações contidas em cada uma. A terceira foi a **Análise explicativa das soluções** onde analisamos o conteúdo das afirmações. Por fim a **síntese integradora** que é “o produto final do processo de investigação, resultante da análise e reflexão dos documentos” (MIOTTO & LIMA, 2007, p. 41), para isso foram necessárias a apreensão do problema, investigação rigorosa, visualização de soluções e síntese.

Assim a presente dissertação como um relatório de pesquisa apresentará um debate relativamente extenso, em que no capítulo I trataremos uma revisão acerca da lógica capitalista e suas implicações na agricultura. No capítulo II abordamos as formas históricas de abastecimento alimentar no modo de produção capitalista, as relações entre as nações e o papel do alimento na geopolítica mundial. No capítulo III na primeira parte fazemos um resgate do processo histórico do abastecimento alimentar no Brasil e na segunda parte abordamos a evolução da produção agrícola no Brasil entre 1999 e 2017 e suas relações com o conjunto do sistema de abastecimento alimentar.

No desenvolvimento da pesquisa evidenciamos como a lei do valor domina o sistema de abastecimento alimentar contemporâneo em que todas as esferas atuam em função da maximização dos lucros, mesmo que para isso haja um comprometimento do valor de uso do alimento ou ainda das condições de produção destes alimentos, o solo e o meio ambiente. Verificamos que no período entre 1999 e 2017 a produção agrícola brasileira expandiu em área colhida e produção obtida, porém com destaque à produção de commodities em detrimento dos alimentos tradicionais como o arroz, feijão, mandioca. Houve um movimento de concentração da produção agrícola nas regiões e concentração das terras, evidenciou-se também o processo de mudança alimentar, em que a alimentação passa a concentrar-se em alimentos processados à base de milho, soja e trigo, bem como no crescimento do consumo de carne. Esta mudança no padrão alimentar ocorre em escala global, e o Brasil passa a ter papel fundamental na produção da soja e do milho, assim como de etanol e açúcar.

Neste sentido, os problemas crônicos do abastecimento alimentar no Brasil expresso principalmente na dificuldade de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes dado a prioridade de todo o complexo envolvido na produção e circulação estar direcionado ao comércio exterior permanecem presentes ao longo do período de 1999 a 2017, sendo amenizados por políticas conjunturais que visaram o acesso aos alimentos via transferência de renda.

Deste modo percebemos que a expectativa de Castro (2011, p. 19-20) de que a prioridade dada ao econômico até a última guerra e que estava sendo substituída por uma prioridade ao ser humano, ao social em que havia:

Uma tentativa cada vez mais promissora de pôr o dinheiro a serviço do homem e não o homem escravo do dinheiro. De dirigir a produção de forma a satisfazer as necessidades dos grupos humanos e não deixar o homem matando-se estupidamente para satisfazer os insaciáveis lucros da produção (CASTRO, 2011, p. 20)

A lógica do lucro se impôs sobre a produção e o consumo dos alimentos conforme evidenciado na evolução da produção agropecuária entre 1999 e 2017, ou seja, se Castro avaliava em 1946 que “a estrutura econômica social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas” (CASTRO, 2011, p. 34) tal assertiva continua válida 72 anos depois.

CAPÍTULO I – O CAPITALISMO, A AGRICULTURA E O ALIMENTO

O alimento é uma necessidade humana sem o qual a vida é interrompida. Portanto, não se trata de algo supérfluo, trata-se de uma necessidade básica e fundamental para a reprodução humana. A forma como este alimento é produzido, circulado e consumido sofreu diversas variações ao longo da história da humanidade e é resultado de uma produção social, pois, se a necessidade de se alimentar é intrínseca ao ser humano, a forma de fazer isso é uma criação deste.

‘O Capital’, diz o Quarterly Reviewer, ‘foge do tumulto e da contenda, sendo tímido por natureza. Isso é certo, entretanto não é toda a verdade. O capital tem horror à ausência do lucro ou ao lucro muito pequeno, assim como a Natureza ao vácuo. Com um lucro adequado, o capital torna-se audaz, 10% certos, e se pode aplicá-lo em qualquer parte; com 20%, torna-se vivaz; 50%, positivamente temerário; por 100%, tritura sob seus pés todas as leis humanas; 300%, e não há crime que não arrisque, mesmo sob o perigo do cadafalso. Se tumulto e contenda trazem lucro, ele encorajará a ambos. Prova: contrabando e comércio de escravos.’ (DUNNING, T. J. Op. cit., pp. 35-36 apud MARX, 1984, p. 292. NR)

Conforme Ziegler (2013, p. 33) “salvo raras exceções, um homem pode viver normalmente três minutos sem respirar, três dias sem beber e três semanas sem comer. Não mais. Então começa a agonia”. Dada a sua necessidade para a existência da vida, avançou-se num conjunto de instrumentos normativos internacionais e nacionais que definem o acesso à alimentação como um direito, tal situação está inclusa e aprovada no art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948, (NAÇÕES UNIDAS, 1998), no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ZIEGLER, 2013, p. 31), na Constituição Federal de 1988, no artigo 6, disposto pela emenda constitucional nº 64 de 2010, (BRASIL, 1988), e na Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 (BRASIL, 2010). Portanto, há um vasto arcabouço legal que impõem ao Estado a obrigação de garantir à população acesso à alimentação.

No entanto, apesar de ser considerado direito humano fundamental, garantido em diferentes instrumentos normativos, sob o modo capitalista de produção o alimento assume a forma de uma mercadoria como outra qualquer, é resultado da expansão mercantil em que o número de mercadorias se amplia indefinidamente. Portanto, a análise do abastecimento alimentar necessita ser precedida de uma revisão acerca da lógica do modo de produção capitalista e seus fundamentos.

Neste capítulo buscaremos resgatar elementos relativos à dinâmica do modo capitalista de produção, e de suas especificidades na agricultura, entendendo esta, como um ramo

particular de exploração capitalista que tem como mercadorias produzidas o alimento e as matérias primas.

Passaremos pela mercadoria, valor, trabalho, preço de produção, leis tendenciais, contra tendências, dissimulação da exploração capitalista, renda da terra, agricultura capitalista e agricultura camponesa, considerando que estas categorias são fundamentais para o entendimento do abastecimento alimentar.

1.1 Mercadoria

Iniciamos nossa revisão acerca da lógica do modo capitalista de produção, pela mercadoria. Uma mercadoria pode ter umas diferentes conformações de um objeto à um serviço, mas o que tem em comum é que todas elas são uma unidade dialética de dois polos, o valor de uso e o valor, manifestado na aparência pelo valor de troca.

O valor-de-uso é o conteúdo material da riqueza “... resultado da ação humana (constituída pelo trabalho) de transformação da natureza. Assim a riqueza econômica é a própria natureza transformada, adaptada às necessidades humanas” (CARCANHOLO, 2011, p. 76).

O segundo polo da mercadoria é o valor, que não é uma propriedade natural desta, mas sim uma atribuição social, uma riqueza social produzida sob determinadas relações de produção, desta forma o valor encontra seu fundamento no trabalho, e tem na quantidade de trabalho sua dimensão quantitativa, ou seja, “a magnitude do valor é a magnitude da riqueza mercantil que foi produzida pelo trabalho social” (CARCANHOLO 2011 p. 14).

O fundamento do valor dado pelo trabalho decorre da condição conferida pelo capital ao trabalho, este na sociedade mercantil é uma unidade de dois polos, o trabalho concreto que é aquele imediatamente empregado na transformação de uma matéria prima em valor-de-uso e o trabalho abstrato⁷ que é o dispêndio de força humana para a realização de uma produção, seja ela qual for. Graças à essa unidade de dois polos é possível a produção do valor-de-uso e do valor, ou seja, da mercadoria.

⁷ A indiferenciação do trabalho é produzida pelo próprio capitalismo, é o mercado que a produz quando coloca em troca valores de uso diferentes numa relação de iguais, quando mercadorias são trocadas elas se relacionam não pelo seu valor-de-uso, mas pelo valor de troca enquanto manifestação concreta do valor contido na mercadoria. Neste sentido o trabalho concreto é um conteúdo material assim como o valor-de-uso e o trabalho abstrato é a forma social e histórica no capitalismo. (CARCANHOLO, 2011 p. 41-42).

Desta forma, o que se troca no mercado são os valores de uso, mas nas proporções dadas pelo valor, ou sejam são os valores que se relacionam, ou ainda, na relação de troca o valor assume novas formas.

Ocorre que na produção de uma mercadoria, seja ela qual for, aplicar-se-á um montante de trabalho que será a magnitude do valor da mercadoria, porém este valor não fica integralmente com o trabalhador que o produziu, e isso acontece porque considerando neste momento que o trabalhador receba exatamente um salário correspondente à magnitude do valor de reprodução da força de trabalho, ele produzirá durante a jornada de trabalho um valor superior ao necessário à sua reprodução social, haverá um excedente, pois se na esfera da troca a relação foi de iguais, na esfera da produção uma dada quantidade de força de trabalho implica numa quantidade superior de novos valores.

Assim um empresário capitalista ao mobilizar insumos e força de trabalho através do valor que dispõe previamente, no momento da produção, pelo emprego da força de trabalho sobre os materiais produzirá um valor superior ao que dispunha previamente, portanto, o valor se valorizou. Desta forma, a produção de uma mercadoria, seja qual for, na verdade não está comprometida com aumentar a massa de valor-de-uso, ou tampouco com a qualidade⁸, mas sim, busca o empresário em aumentar sua massa de lucro, a preocupação é ter lucro.

Neste sentido, no processo de desenvolvimento do valor, este deixa de ser uma característica adjetiva da mercadoria, um polo dominado, passa a ser dominante, há uma substantivação do valor de modo que “para o capital, não há nenhuma diferença entre um automóvel e um ser vivo” (ESTEVE, 2017, p. 139). Portanto

O desenvolvimento mercantil é ao mesmo tempo desenvolvimento da condição valor/valor-de-uso (consiste, explica-se por e implica). O que significa isso? O valor passa progressivamente de polo dominado pelo valor-de-uso, a polo dominante, e essa dominação não é uma simples abstração sem manifestações concretas. Ao contrário, manifesta-se no fato que a lógica do funcionamento da sociedade (sócio metabolismo), a ação do dia-a-dia dos agentes, que no início do surgimento mercantil está determinada pelo valor-de-uso, passa progressivamente a ser dominada pelo valor (CARCANHOLO, 2011 p. 70-71).

Assim temos que

Na circulação do capital, o valor não é propriedade nem de D^9 , nem de M^{10} ou de M'^{11} deixou de estar em uma mercadoria e se transformou em um ser que existe

⁸ Necessário destacar que a preocupação com a qualidade está nesta como um diferencial de sua mercadoria na concorrência, está como um atributo que facilita a realização a mercadoria, não havendo necessidade deste atributo, a qualidade não entra em questão.

⁹ D = Capital dinheiro.

¹⁰ M = Capital produtivo = conjunto de meios de produção e força de trabalho

¹¹ M' = Capital mercadorias

independentemente da materialidade que tenha: seja dinheiro ou mercadoria. (CARCANHOLO, 2011 p. 129)

Neste estágio o valor-capital é um ser desmaterializado, mas para existir deve estar incorporado numa materialidade alheia, porém “assumida certa materialidade, desesperadamente necessita altera-la. O capital é um verdadeiro fantasma obcecado pela metamorfose; possui a obsessão pela busca de uma forma e sempre uma forma diferente da que possui.” (CARCANHOLO, 2011 p. 130). Quanto à estas formas que se refere Carcanholo, são as citadas acima, D, M e M’.

Dessa maneira, capital é aquele valor que, através de sua metamorfose, culmina o ciclo incrementando-se, autovalorizando-se, produzindo mais-valia. O capital e a mais-valia são como pai e filho, tanto um quanto o outro nasce no mesmo instante, no momento em que surge o mais-dinheiro, expressão de um mais-valor, de uma mais-valia. (CARCANHOLO, 2013, p. 39)

Assim a atividade da produção de uma mercadoria, torna-se uma atividade de produção e valorização do valor, o valor-de-uso fica subordinado à dinâmica de valorização. Tal processo é consequência das particulares relações sociais de produção, ou seja, a força de trabalho (enquanto unidade dialética do trabalho concreto e trabalho abstrato) é uma mercadoria, comprada pelo capitalista, e quanto posta em função produz valor. (CARCANHOLO, 2011 p. 77)

O valor, como dito, é um dos polos da mercadoria, tem sua dimensão quantitativa dada pelo trabalho socialmente necessário, dimensão social e histórica dada pelas relações de produção, porém, vai ficando evidente que

O valor é, na verdade um processo de desenvolvimento que, como qualquer outro, possui nascimento, desenvolvimento, maturidade, velhice ou senilidade e morte. Se for mais fácil de se entender, podemos dizer que o valor é algo que está em permanente processo de desenvolvimento. Esse processo é, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das relações sociais mercantis no seio da humanidade. Como está em permanente desenvolvimento, o que é hoje deixará de ser amanhã e é diferente do que foi ontem, da mesma maneira como ocorre com qualquer ser orgânico, inorgânico ou social. Por isso defini-lo de alguma forma é uma completa insensatez. (CARCANHOLO, 2011, p. 18-19)

1.2 Força de Trabalho

Como vimos, a Força de Trabalho é uma mercadoria, ou seja, é uma unidade dialética do valor de uso e valor. O valor-de-uso para quem compra é o resultado de seu uso na produção de produtos/serviços (mercadorias) e a magnitude do valor é dada pela quantidade de trabalho socialmente necessário para (re) produzir nas condições médias atuais esta força de trabalho.

A força de trabalho (assim como todas as outras mercadorias) tem em comum o trabalho abstrato¹² socialmente necessário para a reprodução destas mercadorias nas condições médias do momento presente, dado esta igualdade é que se podem estabelecer relações de troca entre as mais diversas mercadorias. (A relação concreta se faz pelo preço, a conversão do valor em preço de produção e preço de mercado será discutida mais a frente).

Assim há na troca uma relação de igualdade entre as mercadorias, essa igualdade esconde a exploração sobre a força de trabalho. Para efeitos didáticos consideremos neste momento que os preços correspondem aos valores, e, portanto, o salário como preço da força de trabalho corresponda exatamente ao seu valor, assim

O salário torna-se a forma ‘preço’ da quantidade de valor necessária à reprodução da mercadoria ‘força de trabalho’. O Salário não representa mais a remuneração paga pela quantidade de trabalho realizada. A diferença entre essas duas quantidades de trabalho representa a mais-valia: algo que era ocultado pela simples relação de igualdade. (MATHIAS & SALAMA, 1983, p. 21)

Demonstram ou autores que a relação de iguais na esfera da troca oculta a relação desigual na esfera da produção em que há geração de um excedente que é apropriado pelo capitalista, aparecendo inicialmente como um produto acrescido, que se converterá em dinheiro acrescido e retornará ao ciclo de produção gerando a acumulação capitalista. Há assim a valorização do valor, ou seja, a exploração capitalista. Isso significa que a produção de mercadorias é uma atividade dedicada à valorização do valor, é exercida pelo capitalista afim de extrair dos trabalhadores um excedente que é gerado na produção. Este excedente gerado, ou seja, a mais-valia, possui três formas de existência, a absoluta, a relativa e a extra.

De forma sintética¹³ consideramos que a mais valia absoluta “consiste em prolongar a jornada de trabalho ou intensificá-la, mantendo-se ou não a parte que é destinada ao pagamento da força de trabalho sob a forma de salário” (CARCANHOLO, 2011, p. 137). Ao passo que a mais-valia extra deve ser compreendida desde o ponto de vista individual, ou seja, uma determinada empresa introduz uma inovação que reduzirá a quantidade de trabalho para produzir a mercadoria, permitindo que no momento da venda se aproprie de uma quantidade superior de mais-valia do que suas concorrentes. (CARCANHOLO, 2011 p. 143). No desenvolver do processo as demais empresas tendem por diferentes mecanismos atingir o mesmo nível de produtividade do trabalho, eliminando assim a mais-valia extra.

¹² Pois o trabalho concreto exercido na produção de cada mercadoria é distinto, porém, como discutido anteriormente, sob o capitalismo o trabalho é indiferenciado, essa indiferenciação torna possível a mediação dos diferentes trabalhos numa mesma unidade permitindo assim a troca generalizada.

¹³ Um estudo aprofundado acerca das diferentes formas de mais-valia foge ao escopo do nosso objetivo, portanto, apenas demarcamos nosso entendimento acerca das diferentes formas.

A mais-valia relativa ocorre quando, mesmo mantendo integralmente a reprodução da força de trabalho, há uma redução da parte da jornada que é necessária para pagar o valor da força de trabalho resultando em maior parte de excedente, a jornada permanece a mesma, porém altera-se as magnitudes de sua partição. (CARCANHOLO, 2011, p. 139). Tal processo,

Só é possível se o valor da cesta de consumo dos trabalhadores sofrer uma redução. Para isso é indispensável um aumento da força produtiva do trabalho (produtividade, na linguagem corrente) nos setores que produzem os bens de consumo dos trabalhadores ou os insumos e os meios de produção necessários. (CARCANHOLO, 2011, p. 139)

Assim, o autor faz duas considerações importantes, a primeira é com relação ao necessário avanço das forças produtivas do trabalho implicando em processos que reduzam o trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias, isso envolve desde o desenvolvimento de novas tecnologias, reorganização produtiva, aumento de produtividade entre outras medidas, e uma segunda consideração é que a redução do valor da força do trabalho só irá ocorrer se o avanço das forças produtivas for no setor que produz mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho, ou seja

Reafirmemos que a mais-valia relativa, como forma de elevar a massa de mais-valia produzida pelo trabalhador, depende da elevação da capacidade produtiva do trabalho (produtividade) não em qualquer lugar. Essa elevação deve ocorrer naqueles setores que produzem direta ou indiretamente os bens de consumo para os trabalhadores. Assim, uma redução no valor dos alimentos ou da vestimenta popular tem como resultado a mais-valia relativa. (CARCANHOLO, 2011 p. 140)

Toda esta perversa “engenharia” em que a grande maioria dos seres humanos são submetidos à exploração, à valores de uso de baixa qualidade em função da maximização do lucro, poderia ser facilmente desmontada dado reduzido número de seres humanos que se beneficiam desta, no entanto, a exploração não aparece aos olhos dos seres humanos em geral como exploração, ela é dissimulada, não somente porque assim o desejam os capitalistas, mas principalmente pelas formas aparências que adquirem a produção e circulação das mercadorias.

1.3 Dissimulação Da Exploração Capitalista

A dissimulação da exploração decorre de um conjunto de processos, dentre os quais destaca Carcanholo (2013, p. 17-32), os seguintes: a igualação de capital constante e capital variável; o lucro como resultado do emprego de capital constante consumido, capital fixo e capital variável; a divergência entre lucro e mais-valia ao nível de empresas ou setores; o paradoxo da desigualdade dos iguais; a circulação; a sagacidade do empresário e o lucro fictício.

Tais mecanismos estão presentes no conjunto do sistema capitalista de produção. Importante considerar que tais mecanismos não são intencionalmente desenvolvidos com a finalidade de ocultar a exploração, são resultados do funcionamento do modo de produção capitalista, mas uma vez desvendados a busca intencional por manter sua dissimulação constitui interesse da classe dominante, neste sentido

Sem dúvida alguma, toda a crítica à teoria do valor de Marx, todas as tentativas de mostrar suas supostas incoerências ou equívocos têm um alvo particular e especial: o conceito de mais-valia, isto é, a natureza do lucro, o conceito de exploração. A teoria da mais-valia de Marx implica o fato de que o antagonismo das classes é o conteúdo da própria lógica do regime capitalista de produção e que a superação de suas contradições só pode ser alcançada com a sua destruição, com a radical transformação da maneira em que a sociedade está organizada. Nenhuma alteração dentro do funcionamento do capitalismo pode mudar seu caráter antagônico. É, na verdade, uma conclusão difícil de satisfazer certos grupos sociais. Assim, a discussão sobre teoria do valor, além de teórica, é política. (CARCANHOLO, 2013, p. 79)

Partindo desta premissa, que a discussão que aqui se faz é teórica e política, passamos a refletir sobre a dissimulação da exploração. A primeira dissimulação consiste no conceito de preço de custo, que é a soma de todos os recursos dispendidos na produção do alimento mercadoria (ou qualquer outra mercadoria), ou dito de outra forma “o custo ou preço de custo de uma mercadoria nada mais é do que aquela parte do seu valor depois de deduzida a mais-valia” (CARCANHOLO, 2013, p. 20), esse conceito dissimula a exploração pois iguala o capital constante e o capital variável, que são “coisas” diferentes que não se podem igualar, pois o capital constante é integralmente transferido na produção do valor da nova mercadoria, ao passo que “o valor do capital variável desaparece com o consumo da força de trabalho” (CARCANHOLO, 2013, p. 20), ao desaparecer (consumido na jornada de trabalho) implicará no surgimento de um novo valor.

Quando se consideram então capital constante e capital variável como iguais, o salário aparece como pagamento do trabalho. E o lucro aparece como resultado da eficiência empresarial e do conjunto do capital aplicado na produção. Nesta perspectiva a exploração desaparece, ficando apenas a figura do lucro ilegítimo ou do capitalismo selvagem que é quando o salário pago está abaixo do valor da força de trabalho, cabendo medidas corretivas, não sendo necessário a superação do capitalismo. (CARCANHOLO, 2013, p. 21-22).

Agrega-se a essa dissimulação da exploração capitalista a necessidade da existência de um capital fixo imobilizado para que se possa fazer a produção, este capital constante não é imediatamente consumido na produção específica, de modo que aos olhos do empresário e do trabalhador o lucro será derivado também deste capital fixo imobilizado.

Ocorre que de fato, na produção, o capital aplicado nos insumos e a depreciação do capital fixo será integralmente transferido à mercadoria produzida, e como dito, o capital variável será consumido produzindo um novo valor, acrescido, esse é o excedente gerado, é ele que aparecerá ao capitalista como resultado do conjunto do capital aplicado quando na verdade é resultado da exploração do trabalho.

Vale destacar que estamos supondo preços correspondentes a valores, ocorre que essa correspondência existe de fato em situações muito específicas e circunstanciais, esta não é a regra. Mas essa suposição era necessária para deixar explícito que o excedente obtido realmente eram resultado da exploração do trabalho e não das trocas efetivadas, ou seja, do processo de apropriação e transferência de valor.

Seguindo na análise do funcionamento capitalista, passamos para a terceira forma ou mecanismo de dissimulação da exploração, que está no fato da existência da divergência entre a mais-valia e o lucro ao nível de empresas, mas também de setores, essa divergência aparece no fato de que empresas que apresentam composição orgânica maior (mais capital constante e menos capital variável) obtêm lucros elevados, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. Desta forma a origem do lucro no trabalho fica dissimulada pois “a observação direta da aparência permite a hipótese exatamente contrária: a origem está no capital e/ou no poder econômico que ele confere, não no trabalho” (CARCANHOLO, 2013, p. 23)

Diante desta dissimulação, ou dessa divergência entre aparência e essência Carcanholo (2013, p. 23) nos indica o caminho a percorrer, devendo-se proceder o estudo da transformação dos valores em preços de produção, o estudo dos preços de monopólio e por fim os preços de mercado tal qual aparecem na realidade concreta. Discutir a transformação do valor em preço de mercado é necessário para analisar o sistema de abastecimento alimentar, compreender a dinâmica do sistema internamente entre os diferentes agentes e deste setor com os demais, como o valor é produzido e repartido dentro deste setor e na interação com os demais.

Para fazer este caminho é necessário entendimento de dois conceitos opostos que existem na teoria marxista, trata-se da produção e apropriação.

Enquanto a produção da mais-valia fica determinada totalmente no nível do valor, de maneira que divergências de magnitude entre preço e valor em nada alteram sua grandeza, a apropriação só fica determinada no nível mais concreto dos preços de mercado. (CARCANHOLO, 2013, p. 23)

O valor enquanto atributo social, expressão das particulares relações sociais de produção tem como magnitude as horas de trabalho imediatamente empregadas na produção, mas também o desgaste do capital fixo e o consumo das matérias primas, todos medidos em horas

de trabalho, resultando assim no trabalho socialmente necessário à produção de determinada mercadoria. Produzida determinada unidade de mercadoria, terá produzido também um valor com magnitude determinada independente do preço de venda.

Neste sentido, Carcanholo (2013, p. 39) nos diz que:

Como Marx nos explica, os capitais individuais produzem mais-valia numa magnitude proporcional à sua parte variável (que se destina a pagar o valor da força de trabalho), mas exigem participar da mais-valia total produzida na sociedade em proporção à magnitude total do valor que comprometem como capital.

Quando um capitalista individual se apropria via preços de uma mais-valia inferior àquela por ele extraída do trabalhador há outro que em mesma proporção irá se apropriar de uma mais-valia superior à por ele extraída do trabalhador. Isso não significa que necessariamente o primeiro teve perda, apenas se apropriou de um menor valor extraído do trabalhador, tampouco significa que a mais-valia total se diferencia do lucro total.

Considerando que um empresário dispendo do capital imobilizado, adquire insumos e força de trabalho, tudo com preços correspondentes a valores (portanto medidos em horas de trabalho socialmente necessários à sua reprodução) produzirá uma mercadoria e terá nesta uma magnitude de valor determinada pelo trabalho socialmente necessário à reprodução da mercadoria, porém maior do que a inicialmente aplicada na produção, tal aumento é resultado da criação de novo valor pela força de trabalho. Ao comercializar esta mercadoria poderá ele vender por um preço abaixo do valor, mas ainda assim acima do seu custo de modo que irá se apropriar de uma parte da mais-valia, mas não de toda ela, terá, portanto, transferido valor para o comprador. O comprador terá em suas mãos um valor superior ao preço que ele pagou. Tal processo não alterou a magnitude do valor tampouco o montante da mais-valia e do lucro total, mas a apropriação foi diferente da produção.

As transferências de valor entre os agentes em geral implicarão em concentração de capital nas empresas maiores com poder de mercado superior e lucros menores nas pequenas empresas e auto exploração dos trabalhadores por conta própria e da produção camponesa. Isso porque o capital, como dito, exige participação na mais-valia proporcionalmente ao montante de capital aplicado e não sobre o capital variável.

Neste sentido, temos que em condições de funcionamento normal do sistema capitalista raramente o montante apropriado por um capital será igual ao montante produzido (extraído do trabalhador), tal fato resulta do processo de nivelamento da taxa de lucro sobre o capital total empregado, teoricamente este processo é apresentado como a transformação dos valores em preços de produção. Valor e preço de produção “são duas diferentes dimensões das

mercadorias, atribuídas de maneira não arbitrária na medida em que correspondem à sua natureza econômica” (CARCANHOLO, 2013, p. 65). Todavia o preço de produção é uma mediação teórica entre o valor e o preço de mercado.

Assim, o preço de produção da mercadoria de um setor expressa a magnitude do valor apropriável pelo mesmo na circulação, em condições de uniformidade das taxas de lucro. Então, a magnitude do valor expressa o volume de riqueza capitalista produzida por um determinado capital; a magnitude do preço de produção expressa o volume apropriável naquelas condições. Para o total da produção do sistema (por exemplo, anual), valor e preço de produção são iguais em magnitude. (CARCANHOLO, 2013, p. 65)

Assim, o preço de produção de uma mercadoria implica no nivelamento da taxa de lucro, ou seja, se dado as diferentes composições orgânicas dos setores ou mesmo dentro do setor há diferentes massas de mais valia produzida, a apropriação será determinada pela taxa média de lucro sobre o total do capital empregado, todavia ao fazer este procedimento é necessário considerar também o capital constante e variável no nível de abstração do preço de produção, e o lucro resultante será o lucro do preço de produção.

Voltando ao exemplo do empresário, para estabelecer o preço de produção será necessário considerar o capital imobilizado, os insumos e a força de trabalho também em preços de produção. Assim, o montante de capital aplicado (fixo, insumos e força de trabalho – a preço de produção) resultará numa massa de mercadorias, cujo preço de produção será calculado aplicando a taxa média de lucro sobre o total do capital aplicado, assim chegaremos ao preço de produção desta mercadoria. Desta forma, considerando a uniformidade da taxa de lucro, chegaremos à um preço de produção individual apropriável pelo empresário em específico.

Se este empresário atua na agroindústria ou nos demais ramos de produção exceto a produção agrícola propriamente dita, o seu preço de produção individual entrará no cálculo da média do preço de produção de determinada mercadoria, que será então o preço regulador de mercado, porém na agricultura isso é diferente, discutiremos adiante.

Temos assim, duas formas de medir o valor de uma mercadoria. Uma forma será em valor e mais-valia e a outra forma será em preço de produção e lucro total. Estas formas de medir a mesma unidade implicarão em magnitudes diferentes, que são diferentes por serem iguais. Tal diferença Carcanholo apresenta como o paradoxo da desigualdade dos iguais, e assim nos diz:

Facilmente entenderemos esse paradoxo quando nos dermos conta de que, na transformação, a medida da mais-valia se apresenta em valor, enquanto que a do lucro se apresenta em preço de produção; a dimensão medida em um caso é o valor; no outro, o preço de produção.

A dificuldade de explicar teoricamente a transformação dos valores em preços de produção e destes em preços de mercado tem servido para criticar e invalidar a teoria do valor e, portanto, negar a exploração. O fato é que do ponto de vista concreto o lucro “se afasta” da mais-valia, parece, assim, advir não da exploração do trabalho, mas do capital, da eficiência do empresário. Se o lucro é expressão da eficiência da empresa, esta eficiência está na sua capacidade de apropriação de mais-valia. Isto nos remete à questão levantada por Carcanholo, da sagacidade do empresário, dado que como demonstrado acima, o lucro individual relaciona-se com a capacidade de apropriação de mais-valia, “assim, o lucro parece ‘*provir do processo de circulação*’ como afirma Marx, e, muito mais que isso, parece depender diretamente da competência e/ou da sagacidade do empresário” (CARCANHOLO, 2013, p. 30).

Seguindo na identificação de elementos que contribuem para a dissimulação da origem do lucro, temos a questão da circulação, pois o tempo necessário para a circulação e rotação do capital irão influenciar na determinação da taxa de lucro, “dessa maneira, ao lado da produção, a circulação e a rotação parecem *entrecruzar-se* para a determinação da magnitude do lucro” (CARCANHOLO, 2013, p. 29). Diante disso, aquelas empresas que conseguem encurtar o tempo de rotação passam a ter melhores resultados.

Por último, o lucro fictício, conforme o autor, Marx já havia destacado que “com o desenvolvimento do capital a juros como forma funcional autonomizada do capital industrial, surgia o capital fictício” (CARCANHOLO, 2013, p. 31), todavia, na época de Marx este não apresentava volumes exagerados, mas atualmente chegou a volumes que comprometem o funcionamento normal da economia capitalista, “e converteu-se no que chamamos *capital especulativo parasitário*” (CARCANHOLO, 2013, p. 31).

O capital fictício e, em particular, o capital especulativo parasitário, do ponto de vista do ato individual e isolado, é um capital real; nas mãos de qualquer empresário pode converter-se em qualquer outra forma de capital ou de riqueza real. Por outro lado, do ponto de vista da totalidade, é real e fictício ao mesmo tempo; real, por exigir remuneração como qualquer outro; fictício por não ter substância material nenhuma e em nada contribuir para a produção do excedente, da mais-valia (CARCANHOLO, 2013, p. 31).

Assim compreendido, este capital cresce sem que tenha correspondência na produção de mais-valia, ou seja, há um lucro fictício dissimulando ainda mais a exploração, pois as empresas interagem com os mecanismos de financeirização como uma forma de aumento dos lucros, implicando assim no falseamento da origem do lucro, parecendo este advir dos movimentos do capital e não da aplicação da força de trabalho na produção da mercadoria.

Vimos até aqui algumas formas de manifestação do valor e a dissimulação da exploração do trabalho, fazendo parecer que o lucro provém do capital por si e da capacidade empresarial, passamos agora por uma revisão acerca da lei tendencial da queda da taxa de lucros, pois esta lei e suas contra tendências terão implicações significativas no funcionamento do capital de modo geral e, portanto, no sistema de abastecimento alimentar.

1.4 Leis Tendenciais do Desenvolvimento Capitalista e as Contra Tendências

A lei da tendência decrescente da taxa de lucro, conforme Carcanholo (2013, p. 84), tem uma apresentação de Marx aparentemente até certo ponto fácil compreender. Para efeito de análise, se considerarmos que a taxa de mais-valia (exploração) seja constante, mesmo assim a tendência é que a composição orgânica cresça com o desenvolvimento do capitalismo em função da concorrência. Porém, o capital constante não produz valor, mas exige participação no lucro, logo, uma mesma taxa de mais-valia (calculada sobre o capital variável) tendo de ser repartida como taxa de lucro total sobre todo o capital empregado (Constante e Variável) levará inevitavelmente à uma redução da taxa de lucros. Desta forma, “supondo a taxa de mais-valia constante e composição orgânica crescente, a taxa de lucro tende a diminuir” (CARCANHOLO, 2013, p. 84).

O aumento da composição orgânica está em função da produtividade do trabalho, por um lado quando o empresário busca mais-valia extra ou superar uma dificuldade no mercado de trabalho e introduz uma nova tecnologia que aumenta a produtividade, reduz o número de trabalhadores ou simplesmente aumenta o volume do capital constante temos um aumento da composição orgânica. Por outro lado, ao que ocorre um aumento de produtividade significa que o trabalhador na mesma jornada de trabalho processou mais matéria prima e produziu mais valores de uso, ocorreu, portanto, um aumento de capital constante na produção para o mesmo volume de valor. (CARCANHOLO, 2013, p. 85).

Enquanto estes dois aspectos ocorrem numa empresa em específico não haverá implicação no valor das mercadorias, para que haja alteração de valor é necessário que as mudanças introduzidas que aumentaram a composição orgânica e alteraram a produtividade do trabalho sejam generalizadas no setor que produz a mercadoria.

Desta forma, um aumento de produtividade no setor produtor de alimentos, implicará na redução do valor destes alimentos, o que terá repercussões sobre o valor da força de trabalho e, portanto, deslocará a taxa de mais valia. Se esse mesmo processo ocorrer num setor que

produz bens intermediários à exploração capitalista teremos uma redução do capital constante. Esses dois movimentos resultantes do aumento da composição orgânica podem inclusive “anular” o aumento da composição orgânica e até mesmo elevar a taxa geral de lucro. Porém estas possibilidades não invalidam a lei tendencial da queda da taxa de lucros, são contra tendências que operam. (CARCANHOLO, 2013, p. 85).

Além do aumento da composição orgânica do capital e do aumento da produtividade, Carcanholo (2013, p. 86-87) destaca outros fatores levantados por Marx como fatores mais gerais de contra tendências. Estas são i) redução do salário dos trabalhadores o que aumentará o excedente extraído dos trabalhadores; ii) Superpopulação relativa – proporcionará salários mais baixos e poderá permitir num dado setor ou empresa uma composição orgânica inferior à média; iii) comércio exterior – poderá possibilitar a redução do preço dos elementos materiais do capital ou dos meios de subsistência dos trabalhadores, tendo efeitos portanto nos salários e no capital constante; iv) capital por ações – neste caso uma empresa que investe no mercado de ações¹⁴ poderá obter uma remuneração nestes títulos superior à um investimento produtivo expandindo seus lucros.

Outro elemento destacado como contra tendência é a rotação do capital, ou seja, um aumento na rotação do capital implicará que um mesmo capital ao longo de um ano poderá produzir mais incrementando a taxa anual de lucros. Uma rotação mais intensa elevará os lucros.

Todavia, estes fatores contra tendentes, como já dito não invalidam a lei tendencial da queda da taxa de lucros, e não invalidam porque seus efeitos são circunstanciais e experimentam limites claros. Vejamos, um aumento da taxa de exploração aumenta os lucros, mas a taxa de exploração (mais-valia) tem um limite, por mais que se avance na mais-valia relativa ou absoluta ela encontrará limites na jornada de trabalho do trabalhador, quando a taxa de exploração é baixa, há espaço para aumentá-la e isso implicará em uma contra tendência que poderá mais que compensar o aumento de composição orgânica do capital, mas à medida que essa taxa de exploração se aproxima dos seus limites (a jornada de trabalho) não mais é possível atuar como contra tendência. Enquanto que a exploração encontra limites na jornada de trabalho

¹⁴ No mercado de ações é importante o entendimento da figura de “ganhos do fundador”, trata-se do processo em que o valor da ação é maior do que o investimento real aplicado, ou seja, uma empresa de capital fechado fez um dado investimento, quando abre o capital o valor das ações é superior ao investimento efetivo, quem comprou a ação fez um investimento e receberá uma remuneração proporcional a este investimento ao passo que o que investiu anteriormente investiu menos mas terá remuneração sobre o valor presente da ação, essa diferença é o ganho do fundador. Sucessivamente na história da empresa poderão haver novos processos que valorizem as ações cada vez que isso ocorre há um novo preço da ação superior ao investimento aplicado gerando novos “ganhos de fundador”. Teremos assim numa mesma empresa vários níveis de “ganhos de fundador”.

o aumento da composição orgânica não experimenta limites, ou seja, segue crescendo e, portanto, fica clara a tendência da queda da taxa de lucros.

Por outro lado, como já mencionado o aumento de produtividade poderá implicar na redução dos valores do capital constante, permanecendo a taxa de mais valia no mesmo patamar tem-se um aumento da taxa de lucros, portanto, uma contra tendência, mas há outra questão a ser considerada neste aspecto. Além da depreciação em função do uso do capital constante há a depreciação tecnológica¹⁵ que afetará todo o capital constante, e isso é contabilizado como custo e reduz, portanto, o lucro. Assim se numa primeira impressão vemos que o aumento da produtividade reduzirá o valor do capital constante e aumentará a taxa de lucros, num olhar mais detalhado observa-se que essa redução é uma desvalorização geral que opera como custo a ser deduzido do lucro, assim, antes de ser uma contra tendência acaba por reforçar a tendência da queda da taxa de lucros. (CARCANHOLO, 2013, p. 98).

Portanto, “podemos dizer que, se o incremento da taxa de mais-valia pouco ou nada altera a tendência decrescente da taxa de lucro, a redução do valor dos elementos materiais do capital constante chega a agravar a tendência” (CARCANHOLO, 2013, p. 99). Assim temos que a busca individual pela elevação do lucro implicará na lei tendencial de redução da taxa de lucros, portanto, na redução da taxa de lucros. De modo que ao buscar uma coisa acaba-se por realizar outra.

Poderíamos então afirmar que esta lei econômica determinaria o fim do capitalismo? Isto ocorrerá de forma automática? Estaríamos diante da situação em que a taxa de lucros reduziria a tal ponto que o capitalismo se tornaria inoperante? Carcanholo (2013, p. 100-101) responde a este questionamento demonstrando a capacidade do sistema de responder com ações de contra tendência, vejamos.

Uma primeira questão refere-se ao fato de que a lei tendencial refere-se a taxa geral de lucros, onde as grandes empresas (conglomerados, monopólios, oligopólios) que tem contribuição fundamental na manutenção do sistema capitalista, não necessariamente experimentam essa queda, dado sua capacidade de apropriação de valor via transferência das empresas menores bem como das formas de produção não capitalistas, que conforme

¹⁵ A depreciação tecnológica para ser compreendida deve considerar que a Magnitude do Valor de uma mercadoria é trabalho socialmente necessário para reproduzi-la nas condições médias atuais. Portanto, uma inovação que aumenta a produtividade do trabalho, aumentará a massa do valor-de-uso, mas reduzirá o valor, assim, temos que tal mercadoria produzida anteriormente tinha determinado valor, ao introduzir a inovação passa a ter novo valor. Desta forma explica Carcanholo (2013, p. 98) que a depreciação tecnológica “inclui duas coisas: em primeiro lugar, a diminuição do valor devido ao aumento da produtividade do trabalho no setor 1 da economia; em segundo, a depreciação pelo aparecimento de uma nova mercadoria mais eficiente que tende a substituí-la em algum momento”

Carcanholo (2013, p. 100) “seguem sendo, em volume, importantes no mundo atual”, tal questão envolve diretamente a produção camponesa que trataremos adiante.

Outras ações estão na lógica de reorganização do capital, através dos processos de crises do capital, que “muitas vezes resultado direto ou indireto de uma aguda manifestação da mencionada lei, têm, entre outras consequências, a de impor fortes perdas aos pequenos e médios investidores e a produzir maior concentração e centralização de capital” (CARCANHOLO, 2013, p. 100) destruindo o capital menos eficiente. O resultado é um diferencial nas taxas de lucro em favor do grande capital, ou seja, rendas de monopólio. Adiciona-se a este processo os lucros fictícios atuando como contra tendência elevando o lucro, e ainda o crescimento da importância de outros mecanismos de contra tendência como o crédito, as ações das empresas, dentre outros.

Seguindo as afirmações de Carcanholo (2013), temos além destes elementos acima expostos, o fato de que apesar da importância da taxa de lucro, no dia-a-dia a relação da taxa de lucro de uma empresa específica frente a taxa de lucro de outras empresas é mais importante na sobrevivência desta. Ou seja, assim como a taxa geral de lucro tem importância, também tem a posição da empresa no espaço concorrencial, portanto, cada empresa individualmente buscará meios e formas à exemplo que fora citado acima, para contrapor a lei tendencial.

Por fim, considerando que o patrimônio-capital de uma empresa está constituído pela unidade contraditória valor-de-uso/valor, e que apesar do valor ter domínio sobre o valor-de-uso, este último como conteúdo material da riqueza expressa por um lado trabalho abstrato apropriado (ainda que desvalorizado em função do desgaste do uso e da depreciação tecnológica) e por outro a capacidade de se apropriar de trabalho futuro, ainda que com baixas taxas de lucro.

À partir destas considerações temos que do ponto de vista econômico a falência ou fim do capitalismo não é automática, pois há um conjunto de processos que se realizam afim de garantir a sobrevivência do capitalismo, embora cada vez mais contraditório, todavia há outras questões a serem consideradas, pois, a operação do sistema aprofundará cada vez mais as contradições entre a economia e a ecologia, ou seja, a capacidade de suporte¹⁶ do meio natural do processo de exploração a que está submetido bem como das contradições sociais expresso no drama da migração, da fome, do desemprego dentre outras questões recorrentes do noticiário

¹⁶ Seja na capacidade de renovar os recursos extraídos, seja na capacidade de sustentar um nível de produtividade na agricultura, seja na capacidade de absorver sem perturbações os descartes industriais, agrícolas e domésticos, carregados de produtos químicos.

diário. Assim, a análise das crises do capital, na atualidade, deve considerar outros elementos que se tornam determinantes juntamente ao fundamento econômico.

Complementando esta análise das leis tendências do capital e do contra tendências, dedicaremos esforços na discussão acerca da produção na esfera agrícola do alimento, ou seja, a subordinação da agricultura ao modo capitalista de produção.

1.5 O Capital no Campo – A Renda da Terra

Inicialmente é importante destacar que o surgimento do capitalismo é marcado pela separação do produtor dos meios de produção e conseqüentemente a divisão social do trabalho, de modo que anteriormente à lógica capitalista o alimento estava na esfera da reprodução simples, produzido para ser consumido ou realizando-se trocas simples, os produtores tinham acesso à terra e aos meios de produção com certa autonomia não gerando excedentes tampouco havia necessidade de aquisição de produtos externos dada a capacidade de produção de autoconsumo. Com o crescimento da população urbana não produtora de alimentos, surge a necessidade e a possibilidade de transformar a agricultura num ramo do capital destinado a produzir o alimento enquanto mercadoria a ser intercambiado no mercado, deste modo o processo de desenvolvimento do capitalismo alterará de maneira profunda a forma de produção, circulação e consumo dos alimentos, submetendo o abastecimento alimentar as suas leis gerais, vejamos.

Primeiramente é necessário destacar que na esfera agrícola, previamente à forma capitalista a produção era exercida pela forma camponesa e nativa/indígena. O processo de desenvolvimento capitalista da agricultura resultará em diferentes conformações históricas e sociais nos países sendo considerados nos estudos clássicos da questão agrária como vias de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, encontrando diferentes arranjos, de toda forma passam a conviver tipos de formação agrária distintos em diferentes níveis e graus. Ocorrem processos de descampesinização e recampesinização de modo que na atualidade a agricultura camponesa segue tendo importante participação na produção global agrícola, e tal processo deve ser explicado não por uma sobrevivência do passado, mas sim pelas condições atuais de desenvolvimento capitalista da agricultura.

Neste sentido, faremos uma análise da agricultura capitalista e da agricultura camponesa bem como das relações que entre essas se estabelecem, o papel e importância de cada uma na produção das mercadorias agrícolas.

1.5.1 A agricultura capitalista

Marx a respeito da exploração capitalista da agricultura afirma que o modo de produção capitalista promove dois processos fundamentais, (i) transforma a agricultura de um processo empírico em um emprego científico da agronomia desde que possível sob a forma de propriedade privada; (ii) dissocia a propriedade fundiária das relações de dominação e servilismo feudais, bem como do solo como condição de trabalho da propriedade fundiária e do senhor da terra. O rompimento é tal que o “dono” da terra pode morar em outro território. Marx considera que estes são os principais méritos do capitalismo na agricultura. Inicialmente obtido pela pauperização dos produtores diretos (MARX, 1983, p. 125).

Deste modo, a exploração capitalista da agricultura, nas suas leis gerais não se diferencia das demais atividades capitalistas, ou seja, tudo o que fora anteriormente abordado (mercadoria, trabalho, mais-valia, mecanismos de dissimulação da exploração, lei tendencial da queda da taxa de lucros, contra tendências) se aplica na agricultura enquanto um ramo de produção capitalista, em que a mercadoria produzida é o alimento ou matéria prima para indústria, e que será produzida com o emprego de capital variável e capital fixo. Assim a dimensão valor da mercadoria agrícola (alimento ou matéria prima) será criada nas particulares relações sociais de produção capitalistas, o valor não será resultado do capital constante ou da terra, mas sim do uso do valor-de-uso da força de trabalho. Na aparência, o lucro aparecerá como resultado do montante dos capitais aplicado na produção agrícola. Até aqui não temos diferença dos outros ramos de produção, mas essas categorias não são suficientes para explicar a produção capitalista na agricultura, há um fator diferenciado que precisa ser considerado, a terra.

A terra é um recurso natural que não apresenta valor, pois não foi produzido pelo trabalho. Este recurso natural é limitado, não reproduzível, desigual (em termos de fertilidade e localização) e monopolizável, o que permite a seu proprietário a exigência de uma renda para que a terra seja usada na produção, esta renda poderá ser paga antecipadamente sob a forma de compra da terra, ou seja, a renda será capitalizada a determinada taxa de juros e transformada em preço da terra, ou paga ao proprietário seja anualmente, seja por ciclo produtivo. O preço pago como renda da terra ou compra da terra é a manifestação da categoria renda da terra, que se origina dos diferentes níveis de fertilidade e da necessidade social de realizar a produção em todos os terrenos, não só em um determinado tipo, os diferentes rendimentos dos terrenos serão

a base da renda diferencial. De toda forma, a renda a ser recebida pelo proprietário é extraída do trabalhador.

Marx (1983) ressalva que o pressuposto no modo de produção capitalista é que os agricultores são assalariados, ou seja, são empregados de um capitalista, este por sua vez é um arrendatário que investe seu capital na agricultura afim de obter o lucro médio e pagar ao proprietário fundiário uma renda fundiária estabelecida contratualmente, esta renda fundiária é a forma como a propriedade fundiária se realiza economicamente, se valoriza. Não necessariamente o empresário capitalista e o latifundiário precisam ser duas pessoas diferentes, esta divisão pode ocorrer em maior ou menor intensidade a depender da formação histórico social do País ou região em questão, porém, quando o empresário compra a terra ele está pagando antecipadamente uma renda capitalizada a qual buscará de volta, bem como buscará o lucro proporcional ao investimento feito sobre a terra.

A terra e suas características naturais e a propriedade privada desta implicam na especificidade da agricultura frente aos demais ramos de produção, as características da terra enumeradas acima alterarão a forma de estabelecimento do preço de produção na agricultura. Enquanto que nos demais ramos de produção capitalista o preço regulador de mercado é dado pelo preço médio (social) de produção¹⁷, na agricultura o preço regulador de mercado será o preço de produção do pior terreno.

A importância desta diferença é que se nos demais ramos uma determinada empresa poderá atuar com preço de produção individual abaixo ou acima do preço regulador de mercado, salvo em condições de monopólio, esta será uma situação transitória, em que pela concorrência há uma tendência de nivelamento da taxa de lucros. Na agricultura a diferença entre o preço regulador de mercado e o preço individual de produção tende a ser permanente, pois pela concorrência não é possível alterar a fertilidade ou localização dos terrenos. Vejamos.

Um empresário somente fará investimento na agricultura se obtiver o lucro médio, logo, a produção somente será realizada em terrenos de qualidade inferior (que apresentarão um preço de produção mais elevado) quando o preço de mercado garantir esta condição, portanto, se há demanda (necessidade social) do produto acima da quantidade produzida nos terrenos de melhor qualidade, haverá um aumento do preço permitindo assim o cultivo do pior terreno (seja

¹⁷ O preço médio de produção é obtido através da soma da massa total de produtos dividida pela soma ponderada dos preços de produção de cada produtor individual. Este preço de produção médio (social) será o preço regulador de mercado.

o mais distante, seja o menos fértil), porque garantirá o lucro médio. Bartra (2011, p. 137) resume essa questão da seguinte forma:

El hecho de que en la agricultura las diferencias de productividad originadas en la fertilidad y localización de la tierra sean fijas hace imposible la existencia de un sector con subganancias que en esto caso serían también permanentes. El precio de mercado tendrá que establecerse entonces en el nivel que permita que aún las peores tierras arrojen la ganancia media.

Por isso, o preço regulador de mercado, será o preço de produção no pior terreno. É neste elemento que se fundamenta a renda da terra, seja absoluta, seja diferencial. A renda diferencial não entra de modo determinante no preço global de produção da mercadoria, o pressupõe. “Ela sempre se origina da diferença entre o preço individual de produção do capital individual, do qual a força natural monopolizada está à disposição, e o preço geral de produção do capital investido na esfera de produção em questão.” (MARX, 1983, p. 145).

Marx (1983) afirma que este sobre lucro apropriado sob a forma de renda fundiária que também se expressa no preço da terra, tem suas flutuações determinadas em duas questões genéricas, a localização e a fertilidade, ambas podem ser modificadas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Mas além destas influem também a (i) Distribuição de impostos – forma de incidência, gerais ou específicos, etc... (ii) Desigualdades em função dos diferentes níveis de desenvolvimento da agricultura nas diferentes regiões do País, dado à maior dificuldade de nivelamento em função das características tradicionais e; (iii) Desigualdade de distribuição entre os arrendatários do capital, neste item Marx faz a seguinte consideração:

Já que a tomada de posse da agricultura pelo modo de produção capitalista, a transformação dos camponeses que trabalham por conta própria em assalariados, é, de fato, a última conquista desse modo de produção, essas desigualdades são aqui, por conseguinte, maiores do que em qualquer outro ramo de atividade. (MARX, 1983, p. 148)

Sobre a fertilidade, Marx (1983) salienta que há uma composição natural que pelo processo de cultivo poderá potencializar ou restringir o resultado. O cultivo poderá melhorar as condições do solo ou degradá-lo, bem como o desenvolvimento de equipamentos e fertilizantes poderá promover tais alterações.

Neste sentido, retomando as reflexões já apresentadas anteriormente, o cultivo pressupõe um investimento em capital constante e capital variável (estando excluído o preço da terra), sobre esse investimento o empresário exige no mínimo o lucro médio que será calculado aplicando a taxa média de lucro geral sobre o capital investido, se o investimento não retornar o lucro médio não será atrativo ao empresário capitalista e não será feito por este. Assim somente as terras que garantem no mínimo o lucro médio serão postas em produção pelo capital.

Dessa situação podemos estabelecer o elemento central de explicação da renda da terra, o preço regulador de mercado.

Quanto a renda diferencial temos que os empresários que exploram os terrenos de qualidade média e alta obterão preços de produção individual menor que o preço regulador de mercado, assim, estes empresários irão obter o lucro médio sobre seu investimento e um sobre lucro, a renda da terra, que poderá ser apropriado pelo próprio empresário se ele for o proprietário fundiário, ou será pago em renda da terra para o proprietário fundiário, ou ainda apropriado nas interações com o mercado, seja de insumos seja de produtos agrícolas ou ainda sob a forma de juros pelo capital bancário.

Esta renda diferencial Marx (1983) separa em diferencial de tipo I e diferencial de tipo II. A renda diferencial de tipo I é a originada das diferentes condições naturais de fertilidade e localização, e a renda de tipo II seria resultante de sucessivos investimentos de capital sobre a mesma porção de solo. Importante considerar que a renda diferencial não se dissolve com a concorrência, ou seja, está diretamente conectada às condições naturais estabelecidas.

Todavia, a mudança na taxa média de lucro geral e na produtividade do capital investido poderão reduzir o preço de produção ao passo que o preço médio de comercialização no mercado e o nível de demanda e oferta poderão alterar o montante apropriado no mercado, a interação entre estes fatores irão determinar o nível de renda de cada terreno permitindo a incorporação de novos terrenos e permitindo diferentes níveis de renda. Cada uma dessas variáveis sofre influência de um conjunto de outras questões que poderão tornar viável ou inviável o cultivo de determinada porção de um terreno e ainda ter influência importante sobre o tipo de produção que se fará sobre o terreno.

Para além da renda diferencial de tipo I e tipo II Marx cita ainda a renda absoluta, que é resultado do monopólio da propriedade da terra e a exigência de seu proprietário de obter renda, de modo que o solo somente será incorporado ao cultivo se gerar renda, ou seja, dado a natureza da terra (escasso, desigual, monopolizável) o proprietários dos terrenos de pior qualidade poderão exigir uma renda mínima, e esta exigência fará com que o preço de regulação do mercado se eleve acima do preço de produção no pior solo na mesma magnitude da renda exigida, pois, além de garantir o lucro médio ao capitalista, terá que haver a renda para o proprietário. A elevação do preço será geral para o ramo, e portanto, aumentará o montante apropriado por todos os empresários agrários, esta parcela de aumento correspondente a renda estabelecida no pior solo é a renda absoluta que embora poderá ser uma imposição somente do

proprietário de pior solo, repercutirá para todos os empresários e proprietários do ramo. (BARTRA, 2011).

Neste sentido conforme Marx (1983), de forma geral temos que no modo de produção capitalista capitais de mesma magnitude, em diferentes esferas de produção produzem de acordo sua distinta composição média, com a mesma taxa de mais-valia / exploração do trabalho diferentes massas de mais-valia. Na indústria, caso não haja uma situação de monopólio, essas diferentes massas serão niveladas construindo o lucro médio, distribuindo-se uniformemente entre os capitais como partes alíquotas do capital social. Porém na agricultura a propriedade fundiária impede esse nivelamento, pois intercepta parte dessa massa de mais valia que não entra na nivelção. A renda é valor, mais valia, extraída pelos capitalistas dos trabalhadores, mas que não entra na nivelção da taxa geral de lucros, mas sim é apropriada sob a forma de renda.

Isso implica que a sociedade paga um falso valor social pela produção agrícola, vejamos, conforme Batra (2011), considerando que o preço regulador de mercado é dado pela terra em piores condições (cuja utilização é irrenunciável dado a necessidade do produto dela), teremos que o preço de mercado da massa de produtos será superior ao preço de produção médio ponderado dessa massa de produtos, portanto, apresenta um falso valor social. Assim a sociedade como um todo paga mais pelos produtos agrícolas do que seu preço de produção social.

Essa diferença implica num “tributo”, resultado da diferença entre o preço real e o valor comercial que a sociedade (como consumidora) transfere à agricultura e é repartida entre os proprietários (independente de quem sejam) sob a forma de renda diferencial, pois todos os capitalistas já obtiveram seu lucro médio. (BARTRA, 2011, P 140). Porém, esta transferência da sociedade como consumidora para a agricultura em termos absolutos deve considerar a totalidade das relações, uma vez que a composição orgânica do capital na agricultura tende a ser inferior¹⁸ este irá transferir valor aos demais ramos através do processo de nivelamento da taxa média geral de lucros, assim esses movimentos de transferência de valor na prática tendem

¹⁸ Isso não é por uma questão de atraso, mas resultado das condições objetivas da agricultura que está submetida ao tempo natureza, às diferenças de fertilidade e localização dos terrenos, às especificidades de se estabelecer a produção lidando com elementos vivos (plantas e animais), enfim, todos estes elementos limitam o aumento da composição orgânica do capital na mesma medida da indústria, por isso há uma tendência de que a composição orgânica do capital na agricultura seja inferior aos demais ramos.

a se compensar, e o nível de transferência absoluta tem que se ser analisada em cada momento específico.

A repartição deste “tributo” não será em função do montante de capital investido por cada empresário, mas sim pelo produto, ou seja, de acordo com a massa de produtos colocado por cada empresário no mercado essa será sua participação, ele terá um preço individual de produção (que é determinado pela taxa média de lucros) e realizará um preço de venda (que terá como referência o preço regulador de mercado que é o preço de produção do pior solo), essa diferença será a sua alíquota de participação (BARTRA, 2011, p. 141-142). Deste modo cada empresário obterá o lucro médio sobre o capital investido e nem todos receberão um sobre lucro que poderá ser apropriado de diferentes formas a depender da correlação de forças.

Mientras que el “tributo” es el origen de una valorización extraordinaria del capital agrario frente al industrial y tiene su fuente en la operación del modo de producción capitalista sobre la base de una producción fincada en un bien natural desigual y escaso (rasgo diferencial de la agricultura con la industria) su distribución en forma de supe ganancias es el origen de una valorización extraordinaria de los capitales agrarios que ejercen el monopolio sobre las tierras de mediana y alta calidad (rasgo diferencial de ciertos capitalistas agrarios en relación con las unidades de más baja productividad). (BARTRA, 2011, p. 143)

Este monopólio não é exercido de forma aleatória, é resultado de um processo continuado de concentração da terra realizado por meios econômicos e extra - econômicos que terão intensidade variada em função da qualidade dos terrenos e sua localização.

Assim, temos como possibilidade predominante um fluxo de transferência e apropriação ao nível de valor da agricultura para os demais ramos em função da tendência da composição orgânica de capital na agricultura ser inferior, porém ao nível do preço de produção, teremos nos produtos agrícolas um falso valor social, que implicará num “tributo” onde a sociedade paga um preço de mercado superior ao preço médio de produção, porém este tributo será repartido em função dos diferentes tipos de produtividade na agricultura, ou seja, aqueles que detém as melhores terras terão maior participação neste “tributo”.

Noutras palavras, como tendência teremos que se em nível geral a agricultura por ter uma composição orgânica inferior ao capital industrial transfere assim valor da agricultura para a indústria, temos que ao se constituir o “fundo comum” do capital e sua repartição sob a forma de taxa média de lucros a renda da terra interceptará um montante crescente deste fundo comum, reduzindo-o, e, portanto, reduzindo a taxa média de lucros, contribuindo assim na lei tendencial de redução da taxa de lucros.

Conforme fomos resgatando a análise da renda da terra, percebe-se que na agricultura capitalista há tensionamentos postos de forma permanente. Enquanto que os capitalistas

atuantes no ramo agropecuário só realizarão a produção se atingirem o lucro médio e buscarão ademais lucros acima do nível médio, os proprietários fundiários buscarão se apropriar do máximo possível do valor produzido na agricultura, enquanto que os trabalhadores estarão buscando melhores salários e condições de trabalho, ao passo que para o capital industrial interessará que o alimento seja o mais barato possível afim de reduzir o valor da força de trabalho, aumentando assim a taxa de mais-valia, por fim, a propriedade privada da terra permitirá uma captação do “fundo comum” reduzindo a taxa geral de lucros.

Há, portanto, um conjunto de relações dialéticas entre capitais agrícolas e não agrícolas, capitalistas e proprietários fundiários, empresários e trabalhadores. Cada polo destas relações apresenta interesses particulares gerando tensões, e a depender da posição política ocupada por cada fração de classe no poder teremos diferentes repercussões no sistema de abastecimento alimentar.

1.5.2 Agricultura Camponesa no Capitalismo

Conforme Carvalho (2005, p. 16) a agricultura camponesa é um modo de produzir e de viver, anterior ao capitalismo, convive no capitalismo e permanece nas economias socialistas, ele se incrusta, se adapta e sobrevive, deixando suas marcas no modo de produção em questão. Em se tratando do modo de produção capitalista afirma que a agricultura camponesa não segue uma racionalidade capitalista. Na sua interação com o capital se analisado desde uma perspectiva macroeconômica capitalista, pela concorrência e desenvolvimento da produção neste sistema a produção camponesa não tem futuro. Mas se analisada desde a sua dinâmica econômica interna e suas estratégias de adaptação, luta e resistência, bem como da funcionalidade que pode conferir na circulação capitalista sua perspectiva se altera (CARVALHO, 2005 p. 18-20), é, portanto, necessário superar o determinismo econômico e o determinismo biológico para que tenhamos condições de observar, compreender e teorizar acerca da produção camponesa no capitalismo.

Internamente na agricultura camponesa desenvolve um processo de trabalho que não é em si um processo de valorização, pois os meios de produção deixam de ser capital e a capacidade de trabalho não foi transformada em mercadoria, todavia, o produto do trabalho, a produção agrícola, poderá ser transformada em mercadoria ao ser levada ao mercado, constituindo parte da renda e incluso possibilitando a internalização de um excedente (BARTRA, 2011, p. 157).

Sobre esta agricultura camponesa, conforme Carvalho (2005), se desenvolvem basicamente três proposições acerca de sua inserção e existência sob o modo capitalista de produção, a primeira considera que esta forma de produção deixará de existir seja pela supremacia da agricultura capitalista, seja pela sua diferenciação entre a transformação de alguns em empresários capitalistas e a grande maioria em assalariados e dependentes de políticas compensatórias e assistenciais. (CARVALHO, 2005, p. 24), este processo terá predominância, como veremos, no regime alimentar Intensivo Norte-Americano, em que a modernização da agricultura implicará no êxodo rural e urbanização.

A segunda interpretação considera que a forma familiar de produção não desaparecerá, mas sim a forma camponesa de produção, ou seja, o camponês deverá se metamorfosear em Agricultor Familiar, passando a se inserir nas cadeias de produção do agronegócio, especializando sua produção, passando à lógica do circuito dinheiro-mercadoria-dinheiro acumulado, todavia, dada sua diminuta escala a tendência é que seu sobre produto seja transferido para outros segmentos do ramo ao qual está inserido. Conforme Carvalho (2005, p. 25)

Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto de sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de transformação que passa a ser um processo natural do capitalismo.

Tal perspectiva tem destaque no regime alimentar corporativo quando novas dinâmicas de acumulação envolvem diretamente as formas de produção familiar. Neste sentido, no caso brasileiro, a agricultura familiar enquanto um conceito ganha destaque a partir dos anos 1990, em 2006 é promulgada a lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Nesta lei considera-se agricultor familiar aquele que: “I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)”. Esta lei demarca juridicamente a existência de um setor familiar

na produção, serve de base para a política da agricultura familiar, que será disputada pelos distintos interesses das classes e suas frações.

Com base nos critérios desta lei o IBGE, realizou no censo agropecuário de 2006 a identificação da produção familiar, estabelecimentos, dentre outros aspectos que abordaremos adiante.

A terceira proposição acerca do campesinato, é que simultaneamente o camponês busca formas de resistência e permanência do seu modo de produzir e de viver e o capital busca formas de integrar estes sistemas de produção em sua cadeia de valorização do valor. Conforme Carvalho (2005, p. 24), esta proposição entende que

A destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim. É fato que o capital ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, por meio da renda capitalizada da terra, gera a diferenciação e a destruição do campesinato. Mas, igualmente, é fato que ao capital interessa a continuação deste processo, para o seu próprio desenvolvimento.

Nesta terceira interpretação, se encontram a resistência do camponês à proletarização, as suas diferentes estratégias de sobrevivência e sua funcionalidade ao capitalismo, na medida em que atua no contra tendência de redução da taxa de lucro. Vejamos com mais detalhes esta proposição. Bartra, nos afirma que

La economía campesina de la que hablamos está compulsada a producir un excedente, no en función de sus necesidades consumo y trabajo sino impuesto. Por el hecho de que en ella la unidad de producción y consumo esta mediada por el mercado capitalista, al que concurre, sin embargo, con una racionalidad socioeconómica no capitalista. (BARTRA, 2011, p. 158)

Portanto, apesar da racionalidade não capitalista do ciclo camponês de trabalho e consumo, este está inserido no ciclo dominante do capital na forma de um intercambio desigual em que a unidade camponesa interioriza como compulsão a condição de produzir e transferir um produto excedente que o capital global irá captar e transformar em mais-valia.

Assim, na forma de produção capitalista a renda da terra irá reduzir a taxa geral de lucros, enquanto que a forma camponesa refuncionalizada e submetida ao capital irá aportar ao conjunto do capital um valor excedente contribuindo para o aumento da taxa geral de lucros. De modo que o campesinato, enquanto classe social, passa a ser uma segunda classe explorada pelo capital.

en este sentido las unidades campesinas más que presentarse como un modo de producción diferente al capitalista pero articulado con él se nos aparecen como un elemento de valorización del capital global aún que con ciclo específico M-D-M¹⁹

¹⁹ Neste ciclo M' se distingue tanto por ser um valor-de-uso distinto, quanto por ser um valor de troca de magnitude inferior.

distinto del capital. De hecho su inserción en el ciclo del capital presenta profundas analogías con la articulación del proletariado en su aspecto de vendedor de fuerza de trabajo. (BARTRA, 2011, p. 159)

A analogia à que se refere Bartra, considera que nem a força de trabalho como mercadoria do trabalhador nem o produto agrícola como mercadoria do camponês provem de um processo de produção capitalista. Não foram produzidas como capital mercadorias, nisto se transformam no processo de circulação.

A exploração do trabalho assalariado, como vimos anteriormente, tem como condição a produção capitalista como produção de mais-valor, o que só ocorre devido a existência da mercadoria força de trabalho. A exploração ocorre então no processo de produção capitalista. A troca desigual somente se mostra no conjunto, pois na relação de troca aparece como equivalente, enquanto que na verdade o trabalhador entrega mais trabalho do que recebe.

Conforme Bartra (2011), a exploração do camponês tem como condição um processo de produção não capitalista que coloca no mercado um produto possível de ser pago abaixo de seu valor. A exploração ocorre no mercado, mas tem como fundamento para isso o processo de produção não capitalista. A troca desigual no caso do camponês ocorre no ato das trocas e se constitui num ato de expropriação.

A fonte do valor excedente, o mais-valor, é o mesmo trabalho não pago, no caso do trabalhador este recebe sobre seu valor de reprodução da força de trabalho e não sobre o resultado do valor-de-uso da força de trabalho, no caso do camponês o trabalho excedente será incorporado no produto e será expropriado do camponês na venda, pois o camponês receberá por este produto somente o valor referente ao trabalho necessário.

O limite quantitativo da exploração são os mesmos para ambos casos, ou seja, o pagamento abaixo do valor necessário implicará na degradação da capacidade da força de trabalho e na desagregação do campesinato.

No caso do trabalho assalariado a produtividade é elevada pelo investimento em inovações, tecnologias e formas de gestão, ao passo que na produção camponesa o capital não pode fazer isso diretamente, mas o faz através “Del control indirecto de la producción campesina mediante el crédito, el financiamiento, la colectivización forzada, la integración horizontal e vertical, etc.” (BARTRA, 2011, p. 160). Tais processos resultam num aumento de produtividade mais que proporcional ao aumento da renda camponesa, resultando assim no mais produto relativo, em grande medida equivalente a mais-valia relativa.

1.5.3 Coexistência – Agricultura Camponesa e Agricultura Capitalista

Bartra (2011, p. 161) chama a atenção que em quase todos os casos, coexistem ao setor camponês um setor agrário capitalista movido pela racionalidade do lucro máximo, em geral situados nas melhores terras (em termos de fertilidade e localização) e sua especialização em cultivos mais ou menos intensivos, assim este setor capitalista agrário realiza lucros extraordinários.

Esta coexistencia de un sector de pequeños y medianos agricultores en unidades no capitalistas con un sector más o menos amplio de empresas agrarias ubicadas en buenas tierras y con cultivos intensivos, no es incompatible con la estructura agraria alternativa a la renta de la tierra que antes hemos descrito, más aún, en nuestra opinión es el modelo que expresa de manera más plena y “racional” los intereses globales del capital. (BARTRA, 2011, p. 161)

Esta divisão de trabalho no interior da agricultura (setor capitalista e setor camponês) irá refletir uma certa divisão natural de terras e cultivos em duas grandes seções: 1) tipos de cultivos e terrenos cujos processo de trabalho são mais resistentes a refuncionalização capitalista, ou seja, há maior desigualdade do tempo de trabalho e tempo de produção, limites naturais a cooperação completa, dificuldade de mecanização, etc; 2) terras e cultivos cujas condições técnicas se adaptam mais facilmente a subsunção real pelo capital, ou seja, cultivos intensivos de períodos curtos, mecanizáveis, etc. (BARTRA, 2011, p. 161).

Conforme o Autor, a existência das unidades camponesas nas piores terras e nos cultivos menos racionalizáveis tem como efeito a redução do preço regulador de mercado se estas mesmas terras tivessem que garantir o lucro médio. Ou seja, o uso camponês destas terras implicará numa produção que se pode vender por um preço que garanta a reprodução socioeconômica em condições não capitalistas, ou seja pelo preço de custo (reprodução da força de trabalho mais despesas com insumos e capital fixo). Assim em termos globais o capital economizará uma transferência de montante igual a diferença entre o preço total da massa de produção feita pelos camponeses calculado sobre o custo de produção e o preço que alcançaria a mesma massa calculada ao preço de produção (capital variável, mais capital constante, mais lucro médio sobre o montante de capital) se fosse realizada por um empresário capitalista.

Desta forma, se nas melhores terras o cultivo for feito por empresários capitalistas, eles obterão o lucro médio e um sobre lucro como renda da terra, as áreas de cultivo de média qualidade também operadas por capitalistas obterão somente o lucro médio, e a produção camponesa será operada apenas com a reprodução social sem internalizar os excedentes, de

modo que a sociedade em geral não precisará transferir um montante na forma de “tributo” para o setor agrícola.

Assim, fica evidente que a agricultura camponesa opera como fator de contra tendência à redução da taxa de lucros pois este tributo é reduzido ou anulado através da exploração camponesa que incrementará a massa de produtos, ofertando estes no mercado abaixo do preço de produção, ou seja, sem garantir a taxa de lucro médio, apenas garantindo a reprodução da força de trabalho e reposição dos insumos. A sociedade então não paga um “tributo” graças à exploração dos camponeses através do mercado.

A coexistência de produtores camponeses e empresários capitalistas numa só estrutura agrária gera um conjunto de contradições e em diferentes níveis, como enfrentamentos pela posse da terra, exploração assalariada da mão de obra camponesa pelos empresários, etc... mas todas estas relações não implicam transferências de valor das unidades camponesas para as unidades capitalistas. O excedente camponês é expropriado pelo conjunto do capital através das trocas desiguais, assim existe estruturalmente uma contradição de classe entre o campesinato e a burguesia incluindo a burguesia agrária.

Vale dizer que se para o capital global a produção camponesa é importante pois aporta um valor ao ponto de neutralizar o “tributo” ou até mesmo inverter seu sinal, para o ramo específico da agricultura implica numa redução de participação no lucro total, ou seja, nos produtos em que a produção camponesa tem participação o preço regulador de mercado estará abaixo do que seria se fosse realizada por um empresário, assim, a renda diferencial captada pelo conjunto dos empresários de determinado produto será menor.

No entanto, essa desvantagem da produção camponesa para a produção capitalista é compensada pela exploração da força de trabalho camponesa, uma vez que a dinâmica de expropriação da produção camponesa leva a necessidade de vender parte de sua mão de obra aos empresários agrários que permitirá uma elevada exploração da mão de obra, dado que parte da reprodução da força de trabalho advém da unidade de produção camponesa.

Vemos portanto, que se a agricultura camponesa é uma forma de produzir e de viver anterior ao capital, ela é refuncionalizada no modo capitalista de produção, passando a ser fundamental na produção agrícola e na operação da contra tendência à redução da taxa de lucros, porém tudo isso a custo da exploração e expropriação de valor dos camponeses, o que resulta em contradições com a burguesia como um todo e também com a burguesia agrária, configurando assim os camponeses como uma classe social no capitalismo.

Neste contexto da relação camponato e capitalismo, Ianni (in CARVALHO, 2005 p. 164) debate acerca da “*utopia camponesa*”, afirmando que esta representa para o camponato a construção de seu modo de ser e de viver. As revoluções burguesas não resolveram isso, não viabilizaram a realização desta utopia. Logo se coloca o camponato contra a ordem burguesa. Neste sentido o camponato está presente na revolução burguesa contra a ordem feudal, e vendo sua utopia não se realizando na revolução burguesa, se coloca na revolução socialista. Mas não quer o poder, sua preocupação não é tomar o poder, quer realizar sua utopia, neste sentido

A luta do camponato constitui um obstáculo ao desenvolvimento da ordem burguesa. Ao lutar pela terra e pela posse da terra e pelo uso da terra e o produto do seu trabalho a seu modo, ele está se pondo como obstáculo à ordem burguesa. E, nesse sentido, eu diria que essa luta frequentemente adquire conotação revolucionária, por duas razões: por um lado, o camponês resiste à proletarianização no campo e na cidade e isto é contrário ao funcionamento do mercado da força de trabalho, aos fluxos e refluxos do exército industrial de reserva, à subordinação real do trabalho ao capital. Por outro lado, a luta pela terra impede ou dificulta a monopolização da terra pelo capital, a sua transformação em propriedade mercantil, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na agricultura. Nessas duas perspectivas, o movimento camponês adquire dimensão nacional e põe em causa os interesses prevaletentes no governo, no Estado.

[...]

Na medida em que esse elemento da ordem burguesa que é o agrário, que é a terra, que é a produção de valor, de lucro, de mais-valia se vê bloqueado em seu funcionamento e expansão, nessa medida coloca-se em pauta um problema sério para a classe dominante, para a ordem burguesa, para o bloco de poder. (IANNI, in CARVALHO, 2005 p. 164).

Portanto, de acordo com o exposto, estabelece-se uma relação contraditória e dialética entre a agricultura camponesa, o agronegócio e o valor-capital de maneira geral, à qual deve ser considerada nos debates e estudos da questão agrária e do abastecimento alimentar, ou seja, ao estudar o abastecimento alimentar deve-se avaliar a participação de cada tipo de agricultura na produção dos diferentes itens cultivados, nas regiões produtoras dentre outros aspectos.

1.5.4 As Mulheres e a Agricultura

Da mesma forma que as questões relativas aos tipos de agricultura tem uma implicação direta sobre o abastecimento alimentar, também a questão e gênero se faz presente perpassando o modo de produção capitalista e como não poderia deixar de ser, também o sistema de abastecimento alimentar.

Conforme, Esteve, (2017, p. 79)

Agricultura e alimentação são áreas onde as mulheres desempenham um papel fundamental. Entre 60 e 80% da produção de alimentos no hemisfério sul é realizado

por elas – 50% em todo o mundo (FAO, 1996^a). Elas são as principais fornecedoras de comida, encarregadas de trabalhar a terra, guardar as sementes, processar os alimentos, coletar os frutos, obter água, cuidar dos rebanhos e vender no mercado.

Mas, apesar dessa importância são as mulheres que mais padecem de fome, cerca de 60% da fome crônica no mundo é feminina (ESTEVEZ, 2017, p. 80), segundo a autora, isto ocorre, pois, as mulheres tem forma limitada de acesso a crédito, instrumentos de produção, formação técnica, direito a tomada de decisões e direito de propriedade sobre a terra.

Desenvolver esta problemática demanda outra pesquisa, mas desenvolver nosso objeto sem dar um destaque ainda que introdutório para a questão de gênero seria somar-se ao processo de invisibilização e naturalização da desigualdade de gênero.

Ocorre que:

...a condição feminina na sociedade ainda é marcada pela discriminação tanto na esfera privada quanto na pública. Ou seja, a mulher segue sendo uma cidadã de segunda categoria.

Longe de ser apenas um sentimento, a desigualdade nas relações de gênero é uma realidade que se materializa na vida das mulheres, dentre outras formas, através da reduzida participação política, do menor controle sobre bens materiais, na menor remuneração do seu trabalho em todas as partes do mundo, nas diversas formas de violência que marcam o cotidiano de milhares de mulheres em todos os países.

E um dos grandes obstáculos para romper essa situação é o fato de que ao longo da história a desigualdade de gênero adquiriu status de “natural”, por isso se manteve mesmo com o desenvolvimento do capitalismo que revolucionou tão profundamente a estrutura e a superestrutura das formações sociais anteriores. (CAMPOS, 2006, p. 62).

Ou seja, as mulheres sofrem cotidianamente a desigualdade de gênero, que é considerada como uma questão natural e que o modo capitalista de produção ao invés de superar incorporou como meio de ampliar a acumulação.

No caso da agricultura, conforme ESTEVEZ (2017), há uma divisão clara de papéis que atribui às mulheres o “cuidado da casa, da saúde, da educação e alimentação de suas famílias, e outorga aos homens a gestão da terra, da maquinaria – ou seja, da técnica – e mantem intactos os papéis definidos como ‘masculino’ e ‘feminino’” (ESTEVEZ, 2017, p. 82).

A este respeito (CAMPOS C. S., 2009, p. 61) faz um levantamento acerca do trabalho feminino no Sul do Brasil, na fruticultura irrigada do Nordeste e no cultivo da cana em São Paulo, demonstrando que a:

Condição feminina nas áreas de cultivo destes três segmentos do agronegócio: cana, frutas e soja, evidencia que independentemente do tipo de produto a força de trabalho feminina é excluída ou incluída de forma precária nos processos produtivos. Também demonstra que isso não ocorre de forma localizada, uma vez que os estudos abrangem distintas regiões (sudeste, nordeste e sul) e diferentes estados (São Paulo, Sergipe e Rio Grande do Sul) do país. (CAMPOS, 2009, p. 61)

Ou seja, do ponto de vista do mercado de trabalho no campo as mulheres tem uma participação limitada, conforme demonstram os dados da População Economicamente Ativa, no meio rural em 2006 38,6% eram mulheres e 61,4% homens, enquanto que dos inativos 68,3% eram mulheres e 31,7% eram homens, demonstrando assim que o acesso à atividades remuneradas no campo para as mulheres é mais difícil, e quando conseguem a remuneração é inferior, se nas áreas urbanas o salário médio das mulheres equivalia a 55% do rendimento médio masculino, nas áreas rurais o rendimento das mulheres representava apenas 46,3%. (CAMPOS, 2009, p. 84). Outro dado que Campos (2009, p. 86) destaca é que 80,7% das mulheres ocupadas na atividade agrícola não obtém rendimentos.

Desta forma, fica evidente que o abastecimento alimentar não é determinado somente pelas relações capitalistas, mas também pelas relações de gênero, “pela lógica de um sistema patriarcal que invisibiliza, desvaloriza e subordina o trabalho das mulheres” (ESTEVE, 2017, p. 80).

Pelos dados colocados acima percebe-se que a agricultura de produção de auto sustento e destinada ao mercado local tem uma ampla participação das mulheres ao passo que a agricultura empresarial reserva as mulheres menos postos de trabalho, com menor remuneração e em geral vinculados a serviços como limpeza, classificação e embalagem dos produtos.

Assim o trabalho das mulheres camponesas no Sul global tem servido para o aumento das taxas de lucro dos empresários que pagam baixos salários, para a produção de alimentos baratos na agricultura camponesa apropriados na circulação pelos empresários, e também por meio da migração em direção aos países centrais, as mulheres do Sul tem assumido um conjunto de serviços reprodutivos no centro do capitalismo.

Neste sentido, ao analisar o abastecimento alimentar em seus diferentes setores é necessário considerar como as relações de gênero permeiam a estrutura do mercado de trabalho e a produção.

CAPÍTULO II – O ABASTECIMENTO ALIMENTAR SOB A MERCANTILIZAÇÃO DOS ALIMENTOS

A mercantilização dos alimentos é resultado do desenvolvimento do capitalismo, todavia, terá esta mercadoria, como vimos no capítulo anterior papel importante no desenvolvimento deste modo de produção. Nosso objetivo neste capítulo então é analisar como que historicamente se deu a relação entre a mercantilização dos alimentos e o respectivo sistema de abastecimento alimentar e o desenvolvimento capitalista em escala global.

De fato, entre os animais que são sacrificados e os funcionários que trabalham, há mais pontos em comum do que estes últimos poderiam imaginar. Upton Sinclair (2012[1906]), em seu brilhante livro *The Jungle* [a selva], que retratou a vida precária dos trabalhadores dos matadouros de Chicago nos primeiros anos do século passado, deixou isso claro: ‘aqui se sacrificavam homens igualmente como se sacrificava o gado: cortavam seus corpos e almas em pedaços e os convertiam em dólares e centavos’ (ESTEVE, 2017, p. 140).

Com o surgimento das manufaturas, das cidades, da especialização da produção e da divisão social do trabalho promovidas pelo capital através do processo de separação da força de trabalho dos meios de produção, tornando-a livre e intercambiada no mercado, surge a necessidade do desenvolvimento da produção de alimentos para a população não-agrícola e de um complexo de mecanismos que façam chegar esta produção aos consumidores.

Uma forma de abordar o sistema de abastecimento alimentar é analisar a produção e como se estabelecem o contato entre produtores e consumidores. Nesta perspectiva assinala Linhares (1979, p. 181) a análise:

Tende a privilegiar os aspectos técnicos da comercialização, transportes, armazenagem, ou seja, manter a análise ao nível da circulação. Nesse sentido são numerosos os estudos realizados pelos órgãos técnicos vinculados ao setor público agrícola. Teoricamente, tais trabalhos parecem dar solução aos problemas que se colocam, ou seja, promovendo a eficiência dos canais de comercialização, mas deixando inalteradas as estruturas de produção e consumo.

Desde essa perspectiva, poderíamos proceder uma descrição técnica do abastecimento alimentar decompondo-o nas seguintes esferas: 1) indústria de insumos (máquinas, agroquímicos, sementes, etc); 2) produção agropecuária (produtos, relações de trabalho, destino da produção); 3) transporte e armazenamento; 4) agroindústria; 5) mercado atacadista; 6) mercado varejista; 7) perfil de consumo; ademais é necessário considerar que o capital financeiro (através do crédito, dos contratos futuros, seguros, etc) tem papel importante (e crescente) em cada uma destas esferas bem como a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, além disto há um conjunto de leis que regulam os processos e políticas públicas executadas

pelos estados nacionais que tem papel preponderante no conjunto do sistema e na repartição do valor gerado entre as diferentes esferas. Tal descrição ainda que necessária e importante para apresentar como está conformado o sistema de abastecimento alimentar no tempo e no espaço, desconsidera por um lado as interações que existem no conjunto da sociedade que terão influência sobre o abastecimento alimentar e por outro lado não consideram o abastecimento “como um sistema em movimento no qual produção, distribuição e consumo interagem e se retroalimentam” (LINHARES & SILVA, 1979, p. 181).

Uma outra perspectiva de análise do sistema de abastecimento alimentar deve buscar localizar este setor na totalidade do sistema capitalista²⁰, necessita considerar a formação histórico-social do país em questão e a divisão internacional do trabalho, ou seja, a descrição técnica deve ser mediada por uma análise das múltiplas determinações que conformarão um dado sistema de abastecimento alimentar.

As dimensões então que devem ser abordadas nesta perspectiva de análise devem considerar em primeiro lugar o modo de produção capitalista e como suas leis fundamentais atuam da produção ao consumo. Sob o capitalismo a forma do abastecimento alimentar é determinada pelo valor, pela valorização do valor, é fruto da busca pela mais-valia, pelo aumento da taxa da mais-valia, das leis tendenciais e das medidas de contra tendência, além disso expressa a estrutura de poder e contribui para o fortalecimento desta estrutura.

Todavia, o abastecimento alimentar dominado pelos fundamentos do valor aparece aos olhos da sociedade como um sistema eficiente em que as empresas se preocupam com o valor-de-uso do alimento, buscando melhorá-lo e garantir assim ao ser humano uma vida de qualidade. Basta ver assim os slogans de grandes marcas como a coca cola com o seu “abra a felicidade” o Mcdonalds com “amo muito tudo isso” ou ainda a Nestle com “faz bem” ou “Good food. Good life”. Todas estas empresas focam no valor-de-uso em sua propaganda criando a sensação de maximização deste.

Mas não é só com a propaganda que dissimulam a exploração, há elementos materiais como a noção de que as grandes empresas alimentares parecem obter seus lucros da sua massa de capital imobilizado, da presença global, da especificidade de seus produtos, quando na verdade, os lucros são derivados do processo de exploração interna e de apropriação de valor na relação com fornecedores (muitas vezes camponeses e pequenos empresário agrícolas) e consumidores. Assim, para se desmontar a farsa do sistema alimentar no capitalismo, se exige

²⁰ O abastecimento alimentar sob outros modos de produção não é objeto de estudo desta pesquisa, por isso, nos dedicamos a análise deste no sistema capitalista de modo geral e no Brasil.

compreender a dissimulação da exploração capitalista como um todo e buscando identifica-la na produção dos alimentos.

A análise do abastecimento alimentar neste entendimento implica uma análise geopolítica do desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes, do lugar ocupado na divisão internacional do trabalho e do papel que cumpre o alimento neste processo. Dentro deste contexto geral insere-se a descrição da produção, distribuição (dos produtos e dos meios de produção), troca e consumo dos alimentos.

Outra questão fundamental para a análise é que devemos considerar o sistema de abastecimento como uma totalidade, ou seja, as diferentes esferas do abastecimento alimentar constituem uma unidade, até porque a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção, (MARX, 2008, p. 246-247), mas, mais do que isso, nesta relação que se estabelece entre produção e consumo a produção fornece objetos para o consumo, além do objeto a ser consumido a produção produz também o modo de consumo deste objeto, ou seja, “produz objetiva e subjetivamente. A produção cria, pois, os consumidores” (MARX, 2008, p. 248). De modo que a produção gera a necessidade de consumo do objeto criado, nas palavras do autor “... a produção não somente produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto” (MARX, 2008, p. 248).

Assim, fica evidente que o abastecimento alimentar é desenvolvido e subordinado às relações sociais de produção capitalistas e ao mesmo tempo é fundamental para o desenvolvimento e manutenção destas particulares relações sociais de produção no capitalismo. Ou seja, o sistema de abastecimento alimentar produzirá o alimento de forma a valorizar o valor, o alimento produzido será determinado pelas leis gerais do capital e produzirá o sujeito consumidor deste alimento, substituindo suas culturas alimentares e seu modo de vida.

Neste sentido, não podemos pensar o abastecimento alimentar enquanto processo de distribuição dos alimentos independentes da produção, pois antes de ser distribuição de produtos, o abastecimento alimentar no capitalismo é distribuição dos meios de produção e “distribuição dos membros da sociedade nos diferentes gêneros de produção (subordinação dos indivíduos sob relações determinadas de produção)” (MARX, 2008, p. 253), desta forma, a distribuição dos produtos é resultado da distribuição dos instrumentos de produção e dos membros da sociedade na estrutura de produção.

Entendido assim, o abastecimento alimentar como um conjunto, um sistema complexo e articulado, que compõe a totalidade do sistema de produção capitalista, veremos que este estruturará e será estruturado por configurações de poder e relações institucionais que

determinarão a forma de uso e avanço sobre a fronteira agrícola, as relações de trabalho no campo, as espécies botânicas a serem desenvolvidas, a forma e uso da criação animal, as tecnologias desenvolvidas e aplicadas, dentre outros aspectos. (MCMICHAEL, 2016, p. 63).

Diante do exposto, a análise do abastecimento alimentar deve ser realizada então por uma descrição técnica das sete esferas mediada por uma análise das múltiplas determinações buscando captar o movimento do sistema de abastecimento alimentar na totalidade do modo de produção capitalista, no tempo e espaço especificado de análise.

A partir deste entendimento, buscamos uma visão geral sobre as formas históricas do abastecimento alimentar no capitalismo e seus arranjos.

2.1 Formas Históricas de Abastecimento Alimentar no Capitalismo

O abastecimento alimentar no capitalismo e sua evolução pode ser periodizada dada a existência de padrões que estruturam da produção ao consumo o processo de alimentar-se. Tais padrões não são derivados dos costumes alimentares em si, mas do padrão de acumulação capitalista predominante em cada período, neste sentido Mc Michael (2016) na obra “regimes alimentares e questões agrárias”, nos apresenta o conceito de *regimes alimentares*, sua evolução e desdobramento no processo. Ao nosso ver essa abordagem metodológica apresenta coerência com a ideia de realizar uma descrição técnica mediada por uma análise das múltiplas determinações que interagem no abastecimento alimentar envolvendo aspectos da formação histórico-social internos e suas relações com a economia mundial bem como o estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

De maneira geral o autor nos apresenta que “o projeto regime alimentar surgiu, assim, como uma iniciativa metodológica para especificar as relações entre a ordem mundial e o comércio agroalimentar” (MCMICHAEL, 2016, p. 15). A partir da aplicação desta metodologia, se apresentam desde o século XIX três regimes alimentares distintos.

Essas formas históricas que assumem o abastecimento alimentar no decorrer do desenvolvimento capitalista são decorrentes da transformação da agricultura e do alimento em mercadoria, em relações de mercadoria. Tal processo irá baratear o alimento e tornará a agricultura e a produção de alimentos setores econômicos importantes para a valorização do valor, setores de investimento capitalista.

Vale destacar que a proposição dos regimes alimentares busca evidenciar aspectos gerais que conformam um determinado arranjo, permitindo avaliar eixos centrais entorno dos quais se articula, mas isso não significa uma formulação determinista no tempo e no espaço.

2.1.1 Regime Alimentar Imperial-Colonial

A exploração das colônias pelos impérios europeus tinha vários objetivos, dentre os quais suprir a classe rica de alimentos de luxo e estimulantes, aumentar a riqueza nacional através do mercantilismo, abrir novas fronteiras de acumulação, preservar o ecossistema local e suprir a classe trabalhadora de alimentos tropicais baratos. (MCMICHAEL, 2016, p. 43).

Assim a América Latina, irá se especializar na produção de bens agrícolas que permitirão a sua vez a especialização das nações europeias na manufatura, alavancando o rápido crescimento da indústria, sem esta relação, apenas com base nacional o capital não teria tido as condições de desenvolvimento realizadas. (MARINI, 2008, 113-115).

Tal processo é assim explicado nas palavras de Marini (2008, 117):

La oferta mundial de alimentos, que América Latina contribuye a crear, y que alcanza su auge en la segunda mitad del siglo XIX, será un elemento decisivo para que los países industriales confíen al comercio exterior la atención de sus necesidades de medios de subsistencia. El efecto de dicha oferta (ampliado por la depresión de los precios de los productos primarios en el mercado mundial, tema al que volveremos más adelante) será el de reducir el valor real de la fuerza de trabajo en los países industriales, lo que permite que el incremento de la productividad se traduzca allí en cuotas de plusvalía cada vez más elevadas.

A elevação das taxas de mais-valia implicará no aumento relativo do capital constante, que exige participação nos lucros totais não referente à mais valia produzida, mas relativa a taxa geral de lucros, assim se num primeiro momento a produção de alimentos na América Latina reduz o valor necessário à reprodução social da força de trabalho e, portanto, aumenta a taxa de mais-valia por outro, terá como efeito reverso a elevação da composição orgânica.

Desta forma a livre concorrência e a relação entre as colônias e países recém constituídos com a Inglaterra estimulou a produção agrícola. Conforme Mc Michael (2016, p. 44)

Agricultores de toda a parte competiam por mercados, produzindo mais do que a demanda de consumo e reduzindo os preços agrícolas (Winders, 2009, p. 237). De 1859 a 1899 a produção norte americana de trigo e milho quase triplicou.

Enquanto as colônias e Estados-nação recém-formados se especializavam na produção agrícola, a Inglaterra e os demais países do centro se especializavam na manufatura, o nível de

composição orgânica das primeiras permanecerá reduzido ao passo que as do segundo grupo aumentarão em ritmo acelerado. A este respeito Marini afirma que

Los flujos de mercancías, y posteriormente de capitales, tienen en ésta su punto de entroncamiento: ignorándose los unos a los otros, los nuevos países se articularán directamente con la metrópoli inglesa y, en función de los requerimientos de ésta, entrarán a producir y a exportar bienes primarios a cambio de manufacturas de consumo y — cuando la exportación supera sus importaciones— de deudas. (MARINI, 2008, p. 110).

Neste tipo de intercambio, determinado pela divisão internacional do trabalho, que se estabelece entre as nações do centro e os estados-nação da periferia ou das colônias está o fundamento da dependência,

entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia. El fruto de la dependencia no puede ser por ende sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra. En este sentido, la conocida fórmula de André Gunder Frank sobre el “desarrollo del subdesarrollo” es impecable, como impecables son las conclusiones políticas a que ella conduce. (MARINI, 2008, p. 111).

A dependência como categoria, continuará vigorando nos regimes alimentares subsequentes, apresentando novas qualidades e expressões concretas, derivadas deste período histórico, do estágio de desenvolvimento capitalista e da forma de inserção dos Estados-nação periféricos na economia mundial.

O alimento barato é em primeiro lugar o elemento que articula esta relação e em seguida a necessidade de exportação/importação dos manufaturados será o segundo fluxo comercial entre as nações.

A respeito do alimento barato Mc Michael (2016, p. 45) com base em Rioux (2012) demonstra que houve uma redução do preço médio do pão em Londres entre 1855 e 1895 de 50%, mas esta redução não pode ser atribuída unicamente a importação do trigo barato, assim nos diz

Os alimentos de baixo custo na Grã-Bretanha dependiam também de novos métodos de distribuição (e adulteração) entre a população urbana. No caso, multidões de vendedores ambulantes empobrecidos e pequenos comerciantes (com seus funcionários) comprometiam-se e barateavam alimentos para famílias da classe trabalhadora. (MCMICHAEL, 2016, p. 45).

Esta situação apresentada pelo autor é também abordada por Engels no texto extraído do Jornal Liverpool Mercury do dia 9 de fevereiro de 1844:

Vende-se manteiga salgada como manteiga fresca, [...]. Ao açúcar, mistura-se farinha de arroz ou outros gêneros baratos, assim vendidos a preços altos; até mesmo resíduos de sabão são misturados a outras substâncias e vendidos no açúcar. Mistura-se chicória ou outros produtos de baixo preço ao café moído; ao café não moído, dando-

se lhes forma de grão, também se misturam outros artigos. Também é frequente misturar-se ao cacau uma finíssima camada de terra escura que, banhada em gordura de carneiro, deixa-se mesclar facilmente ao cacau verdadeiro. (ENGELS, 2010, p. 111).

Fica evidente assim que a adulteração dos alimentos e o processo de transforma-los em substâncias alimentares que não cumprem efetivamente com seu valor-de-uso não é uma questão recente ou contemporânea, é uma prática recorrente no mercado.

Ao passo que na Europa se desenvolviam as relações de trabalho assalariado, cujos alimentos tropicais baratos eram fundamentais para reduzir o valor da força produtiva, promovendo uma passagem da mais valia absoluta para a relativa, a produção destes gêneros alimentícios tropicais era desenvolvida com base no trabalho escravo, de modo que o escravo e o proletário foram conectados num processo de sub-reprodução da força de trabalho. (MCMICHAEL, 2016, p. 43).

A este respeito, para a América Latina, Cardoso (1985) realiza uma divisão, a América espanhola (Indo-América) e a América portuguesa (Afro-América), na primeira houve uma incorporação das comunidades indígenas que sofreram processos de mudanças importantes, destaca o autor que na produção das fazendas

A mão de obra era obtida mediante sistemas de variados. Na indo-América o uso do negro cativo foi raro nas tarefas agrícolas, já que o preço de um escravo africano correspondia a dez anos de trabalho semi-remunerado de um índio. Nas primeiras épocas da colônia, foram intensamente usadas as formas de exploração do trabalho que não separavam definitivamente o índio de suas comunidades. (CARDOSO, 1985, p. 49).

Já na Afro-América as *plantations* utilizavam majoritariamente mão de obra escrava importada da África e seus descendentes nascidos na América e a produção era destinada ao comércio externo.

Fica assim evidenciado que a produção estabelecida na América se desenvolveu neste período com base em relações de trabalho de servidão e escravidão como mecanismo de garantir a produção de alimentos e matérias primas baratas para dar suporte ao florescimento do capitalismo no centro da economia mundial, assim

Sob o influxo desta política antinacional cultivaram-se com métodos vampirescos de destruição dos solos os produtos de exportação, monopolizados por meia dúzia de açambarcadores de riquezas do país, construíram-se estradas de ferro exclusivamente para ligar os centros de produção com os portos de embarque destes produtos e instituiu-se uma política cambial a serviço destas manipulações econômicas. Por trás desta estrutura com aparência de progresso – progresso de fachada – permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema de grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome. (CASTRO, 2011, p. 270).

No outro lado do Oceano estava o principal centro de poder, que era o império britânico de livre-comércio que se desenvolvia associado à uma classe industrial cada vez mais coerente e estabelecida politicamente. Conforme Mc Michael:

Com a crescente rivalidade industrial entre Estados-nação emergentes promovida pelas atividades do ‘*workshop of the world*’ britânica, as coalizões de classe de outros países uniam-se em torno do livre-comércio considerando-o instrumento para importação de tecnologia e matérias-primas (inclusive alimentos). (2016, p. 44).

Assim o sistema de livre-comércio decretado pela Grã-Bretanha “definiu o preço mundial do trigo com relativa convergência entre países no período de 1870 a 1913” (MCMICHAEL, 2016, p. 46), tal processo representou assim “uma confluência de forças e relações sociais, bem como uma geopolítica destinada a aumentar o poderio internacional e imperial da Grã-Bretanha” (MCMICHAEL, 2016, p. 46).

Porém, como nos alerta o autor por um lado a livre concorrência resultou numa agricultura deslocalizada o que “permitiu a especialização britânica como ‘oficina do mundo’ por algum tempo, recorrendo ao capital ecológico e à mão de obra familiar das fronteiras coloniais para reduzir o custo de abastecer seu crescente proletariado” (MCMICHAEL, 2016, p. 46), por outro uma concorrência industrial e ações protecionistas acabaram por “desbaratar a ordem monetária baseada no padrão-ouro/libra esterlina e, por conseguinte, o sistema de livre-comércio” (MCMICHAEL, 2016, p. 46).

Este ciclo verdadeiramente representou o primeiro mercado mundial integrado de capital, alimentos e mão de obra, avança-se na integração da indústria mundial com a agricultura, há um estímulo a especialização associando agricultura e indústria nas diferentes fases de produção. (MCMICHAEL, 2016, p. 46-47).

Neste regime, a agricultura propriamente dita tem aspectos diferenciados no centro e na periferia. Nos países centrais a expansão da agricultura capitalista se dá sob a dissolução das formas camponesas de produção, descritas nos estudos clássicos da questão agrária como “as vias de desenvolvimento capitalista da agricultura”²¹, conforme Marx:

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica. (1983, p. 341-342)

²¹ Dentre os autores que abordam este processo estão Kautsky (via prussiana), Lenin (vias junker e farmer), Marx (via inglesa).

Nos países coloniais a população nativa e suas formas de produção em grande medida foram destruídas e substituídas principalmente por pastagens, cultivos de milho, trigo, café e cana. Os sistemas locais de abastecimento e reservas foram destruídos a exemplo do que ocorreu na Índia em que

O colonialismo britânico desmontou os sistemas de reservas de grãos em aldeias, uma vez que estes haviam se tornado commodities de exportação. Sistemas de transporte, incluindo o telegrafo e sua capacidade de coordenar picos de preço, independente das condições locais, permitiram que mercadores transferissem estoque de grãos do interior assolado pela seca para centros de armazenagem (MCMICHAEL, 2016, p. 47).

Percebe-se que desde uma perspectiva de processos históricos este regime alimentar articula-se dentro do que Marx aborda como acumulação primitiva, em que

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco. Ela é aberta pela sublevação dos Países Baixos contra a Espanha, assume proporção gigantesca na Guerra Antijacobina da Inglaterra e prossegue ainda nas Guerras do Ópio contra a China etc. (MARX, 1983, p. 370).

Neste sentido, Mc Michael (2016, p. 48) considera que

O desdobramento das relações de valor por meio de um aparato imperial de violência e sub-reprodução de mão de obra e ecologias integrou certas classes sociais e marginalizou outras, na consolidação de um regime alimentar baseado em baratear alimentos, convertendo-os ao status de commodity global.

Assim, nas colônias os sistemas de produção e alimentação foram desmontados em função da produção para exportação, realizada com trabalho escravo e trabalhadores mal remunerados, em direção ao centro afim de garantir o suprimento de alimentos baratos para a classe trabalhadora, dado a necessidade de manter a fome e a privação nos países centrais dentro de certos limites garantindo assim a legitimidade ao sistema capitalista nos países centrais.

A crise do fim do século XIX e início do século XX que dentre outras questões apresentava processos de descolonização, concorrência entre nações, movimentos protecionistas, colapso do padrão-ouro, depressão econômica e o desemprego urbano após a primeira guerra mundial e a ampla crise agrícola na Europa resultante dos grãos baratos do exterior levaram à uma série de mudanças no regime de acumulação capitalista e no regime alimentar, passando-se do capital de livre concorrência para o capital monopolista e um regime alimentar centrado no sistema intensivo norte-americano.

2.1.2 Regime Alimentar Intensivo Norte-Americano

No contexto da descolonização e da guerra fria a fome estava presente e servia de pretexto para fazer dos alimentos uma arma de poder, “dessa forma, os Estados Unidos apropriaram-se de uma crise de direitos humanos para fins políticos” (MCMICHAEL, 2016, p. 51). Assim desenvolveram uma rede própria de transferência de alimentos para a Europa e para demais países, instrumentalizando os alimentos no contexto da guerra fria e da ação anticomunista.

Assim, os EUA forneciam ajuda alimentar para os países a partir da produção obtida com o modelo agroindustrial implementado com apoio governamental,

Com ênfase em programas de estabilização de *commodities* que tinham apoio financeiro do governo dos Estados Unidos, além da implementação de uma política de administração do abastecimento doméstico por meio de preço subsidiado e da aquisição de *commodities* excedentes. (MCMICHAEL, 2016, p. 52).

Além disso, o sistema produtivo combinava resíduos de guerra (nitrogênio usado na fabricação de bombas) para a geração de fertilizantes sintéticos associado a mecanização, este processo aumentou o consumo de energia e combustível tornando o setor agrícola mais dependente do setor energético.

Este modelo produtivo foi exportado para os países periféricos como um programa de combate à fome, uma campanha mundial denominada de “*freedom from Hunger*” (Livres da fome) foi impulsionada “para oferecer serviços de extensão para a distribuição de fertilizantes inorgânico excedente pelo Terceiro Mundo” (MCMICHAEL, 2016, p. 52).

Nesse período é travada uma intensa disputa ideológica, apresentada por Stédile & Carvalho (2012, p. 720) em que a tese de Josué de Castro de que “a fome é um problema social, resultante da forma de organização social da produção e distribuição dos alimentos” foi combatida e contraposta pela posição do governo dos EUA que afirmavam que

O problema da fome era causado pela baixa produtividade física das lavouras. Portanto, era preciso difundir novas técnicas de produção agrícola baseadas no modelo de agroquímicos, com uso intensivo de adubos químicos, venenos agrícolas e mecanização agrícola. Esse pacote tecnológico foi chamado Revolução Verde. (STÉDILE & CARVALHO, 2012, pp. 720-721).

Consideravam assim os EUA que “o aumento da produtividade física das lavouras eliminaria a fome e seria combatida a proposta da “Revolução Vermelha” defendida pelas ideias socialistas” (STÉDILE & CARVALHO, 2012, p. 721). No entanto, como destacam os autores,

com o passar do tempo, a fome aumentou passando de 60 milhões de pessoas na década de 1970 para cerca de 821 milhões de pessoas em 2017²², de modo que

O que se pode constatar, de fato, é que as tecnologias agrícolas da Revolução Verde foram, antes de tudo, uma forma das empresas norte-americanas difundirem e venderem, em todo o mundo, suas máquinas, seus adubos e seus venenos agrícolas. Menos do que equacionar a problemática da fome e da desnutrição, o resultado principal da Revolução Verde foi a mais intensa concentração da propriedade da terra e da produção, que ampliou o êxodo rural e as migrações entre países, ocasionando maior empobrecimento dos camponeses e mais fome em todo o mundo” (STÉDILE & CARVALHO, 2012, p. 721).

Assim, se no regime alimentar anterior a dinâmica da acumulação estava pautada na produção extensiva de alimentos básicos de baixo custo, neste passava para uma forma intensiva de acumulação

Que combinava a incorporação da manufatura de alimentos à acumulação em si com a distribuição internacional de gêneros de alimentos básicos de baixo custo por meio de iniciativas de ajuda alimentar desencadeadas pelo governo dos Estados Unidos, a partir de preços subsidiados. (MCMICHAEL, 2016, p. 53).

A introdução do processamento dos alimentos “abriu uma nova fronteira de acumulação na manufatura e no varejo de alimentos processados” (MCMICHAEL, 2016, p. 53) a simples transformação do grão em pão foi alterada para uma dinâmica de transformação do grão em matéria prima a ser usada na fabricação de alimentos processados, tal processo associado à produção de ração animal a partir da soja e do milho promoveu a integração de três complexos alimentares – trigo, alimentos duráveis e gado.

Todo este arranjo de produção e consumo, retomando a afirmação de Marx de que “... a produção não somente produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto” (MARX, 2008, p. 248) foi aplicado através do programa de ajuda alimentar para um conjunto de nações, subsidiando os

Capitalistas industriais do Terceiro Mundo com alimentos de baixo custo e, por meio da contrapartida de um programa de financiamento, ampliou o escopo da produção agroindustrial com a exportação de tecnologias da revolução verde (agricultura intensiva) para capitalistas agrários nas principais nações do Terceiro Mundo. (MCMICHAEL, 2016, p. 54).

Produziu-se assim uma “nova agricultura” associada a “novos hábitos alimentares”, em que há “preferência por alimentos energeticamente densos e baseados em um número limitado de cultivos agrícolas globais e alimentos processados [que] está associada ao aumento de doenças não transmissíveis como diabetes, problemas cardíacos e alguns tipos de câncer”

²² Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/chefe-da-fao-pede-mudancas-profundas-nos-sistemas-de-alimentacao-para-garantir-dietas-saudaveis/>> Acesso em: 20 de maio de 2019.

(KHOURY, 2014 apud ESTEVE, 2017, p. 44). Estas mudanças são impostas aos países, de modo que

Pensamos que decidimos o que comer, mas isso não acontece. Como afirmou Olivier de Schutter: ‘a principal deficiência da economia alimentar é a falta de democracia’ (2014). E sem democracia, do campo à mesa, não podemos nem escolher, nem comer bem. (ESTEVE, 2017, p. 45).

Uma primeira consequência deste modelo é que à exceção de Argentina e Uruguai todas os demais países da América Latina passaram de exportadores à importadores de grãos. (MCMICHAEL, 2016, p. 54-55).

O autor chama a atenção para outro fato importante deste regime alimentar, o desenvolvimento nacional associado ao poder estatal militarizado e o contexto da guerra fria. Assim os investimentos efetuados pelos governos ampliando gastos com crédito, assistência técnica, infraestrutura objetivavam por um lado fortalecer os proprietários de terra e sua relação com o Estado e ao mesmo tempo reprimir a rebeldia camponesa incluindo-os na condição de produtores de *commodities* dependentes do Estado.

Este modelo de desenvolvimento nacional “condicionou a segunda articulação do regime alimentar centrado no Estados Unidos, a saber, a transnacionalização da agricultura e do consumo de alimentos” (MCMICHAEL, 2016, p. 56) isso significa que as culturas alimentares locais foram suplantadas, e junto com elas a estrutura de produção daqueles alimentos, ou seja, implicando no desmonte do setor produtor de alimentos doméstico e colocando o abastecimento alimentar do país na dependência do mercado mundial. Ao passo que a

Transnacionalização agroindustrial apresentava duas características: a especialização internacional no fornecimento de componentes para um produto alimentício final e a preparação cuidadosa da atividade agrícola a montante e a jusante (MCMICHAEL, 2016, p. 56).

Ainda conforme Stédile & Carvalho (2012, p. 721) “Nesse processo, poucas e grandes empresas transnacionais norte-americanas se transformaram em grandes grupos internacionais oligopolistas, controlando a oferta de insumos para a agricultura, a produção agrícola e o comércio dos alimentos. ”

Retomando Marx (2008, p. 53) fica evidente que o abastecimento alimentar no capitalismo antes de ser distribuição dos produtos é a distribuição dos meios de produção e da sociedade nos diferentes gêneros de produção. Ao passo que este regime alimentar teve forte influência sobre o processo de urbanização e o aprofundamento da expropriação dos povos do campo, o aumento da fome é um resultado direto.

Tal processo demonstra que neste período a dinâmica da dependência e das trocas desiguais se intensifica, embora o processo já se configurava desde o período anterior, neste período adquire maiores proporções. A matriz de explicação dessas trocas desiguais está na transformação dos valores em preços de produção e destes em preços de mercado já abordados anteriormente.

Assim, as trocas desiguais conforme Marini (2008, p. 121-122), ao nível do mesmo setor implicarão que

... por efecto de una mayor productividad del trabajo, una nación puede presentar precios de producción inferiores a sus concurrentes, sin por ello bajar significativamente los precios de mercado que las condiciones de producción de estos contribuyen a fijar. Esto se expresa, para la nación favorecida, en una ganancia extraordinaria, similar a la que constatamos al examinar de qué manera se apropian los capitales individuales el fruto de la productividad del trabajo.

No caso das trocas de mercadorias de ramos de produção distintos a situação de apropriação de valor é ainda mais contundente, conforme Marini (2008, p. 122)

el mero hecho de que unas produzcan bienes que las demás no producen, o no lo puedan hacer con la misma facilidad, permite que las primeras eludan la ley del valor, es decir, vendan sus productos a precios superiores a su valor, configurando así un intercambio desigual. Esto implica que las naciones desfavorecidas deban ceder gratuitamente parte del valor que producen, y que esta cesión o transferencia se acentúe en favor de aquel país que les vende mercancías a un precio de producción más bajo, en virtud de su mayor productividad.

Desta forma, através de preços de monopólio (quando somente uma nação dispõe do produto ou das condições adequadas para produzir este) e das trocas entre ramos com distintos níveis de composição orgânica, os de menor composição irão transferir valor para os de maior composição, ou seja, a nação que troca produtos industriais resultantes de uma maior composição orgânica tende a se apropriar de uma maior massa de valor do que as de composição inferior. Haverá, portanto, transferência de valor dos países periféricos para os centrais, onde haverá concentração e acumulação ampliada de capital, permitindo novos investimentos e incremento da produtividade do trabalho ao passo que os periféricos terão dificuldade de pela concorrência estabelecer trocas iguais, assim, a relação de dependência segue indefinidamente, a cada nova rodada, aprofunda a dependência.

Esta forma de inserção da economia periférica nas economias centrais, que na agricultura são caracterizados pela importação de um determinado padrão tecnológico importado do exterior e um dado padrão / tipo de consumo igualmente importado, ambos com a finalidade de realizar mercadorias produzidas no centro do capital e que para se realizarem

necessitam da exportação de bens primários implicará em formações sociais históricas peculiares nas nações periféricas.

Os capitalistas das nações periféricas, para não verem suas taxas de lucro reduzirem pelo processo de concorrência lançam mão de uma estratégia perversa e amplamente empregada trata-se da “mayor explotación del trabajo, ya mediante el aumento de su intensidad, ya recurriendo a la prolongación de la jornada de trabajo, ya finalmente combinando los dos procedimientos” (MARINI, 2008, p. 123). Assim, ao invés de buscar mecanismos de enfrentar a troca desigual, opera-se uma estratégia de superexploração do trabalho.

O aumento da intensidade do trabalho é resultado do aumento da maior exploração do trabalhador e não de incremento de sua capacidade produtiva, todavia Marini (2008, p. 125) identifica ainda uma terceira forma, a redução do consumo do trabalhador, reduzindo assim o tempo de trabalho necessário para a sua reprodução, aumentando, portanto, o tempo de trabalho apropriado pelo capital no seu conjunto.

Assim resume Marini (2008, p. 126)

Ahora bien, los tres mecanismos identificados —la intensificación del trabajo, la prolongación de la jornada de trabajo y la expropiación de parte del trabajo necesario para que el obrero reponga su fuerza de trabajo— configuran un modo de producción fundado exclusivamente en la mayor explotación del trabajador, y no en el desarrollo de su capacidad productiva. Esto es congruente con el bajo nivel de desarrollo de las fuerzas productivas en la economía latinoamericana, pero también con los tipos de actividades que allí se realizan.

Quanto aos tipos de atividades, são em especial atividades primárias, agricultura e mineração, atividades que se desenvolvem com emprego intensivo e extensivo da força de trabalho superexplorada o que garantirá simultaneamente aumento da taxa de mais-valia e do lucro. E tudo isso com base na negação das condições necessárias de reprodução social dos trabalhadores, seja pelo seu desgaste superior seja pelo subconsumo.

Enquanto economias exportadoras de alimentos e ao mesmo tempo como importadores de itens industriais produtos das manufaturas europeias e norte americanas temos que ao nível interno o ciclo de produção do capital não é completo, ou seja, a realização dos produtos se dá em escala global e isso significa conforme Marini (2008, p. 134) que

La economía exportadora es, pues, algo más que el producto de una economía internacional fundada en la especialización productiva: es una formación social basada en el modo capitalista de producción, que acentúa hasta el límite las contradicciones que le son propias. Al hacerlo, configura de manera específica las relaciones de explotación en que se basa, y crea un ciclo de capital que tiende a reproducir en escala ampliada la dependencia en que se encuentra frente a la economía internacional.

São, portanto, economias que estão em função da exportação, a produção é realizada para exportar, o consumo das classes abastadas se resolve com importação e dos trabalhadores se resolve por subconsumo e abastecimento interno sob relações não capitalistas, nesta perspectiva ocorre que

Foram os interesses alienígenas que predominaram, orientando a nossa economia para a exploração primária da terra e para a exportação das matérias primas assim obtidas. Desenvolveu desta forma o Brasil a sua vocação oceânica, exportando toda sua riqueza potencial – a riqueza do seu solo e de sua mão de obra – por preços irrisórios. E não sobrando recursos para atender as necessidades internas do país: bens de consumo para o seu povo e equipamentos para o seu progresso. [...] expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo. (CASTRO, 2011, p. 267).

Com a segunda guerra mundial, e a conseqüente redução dos fluxos comerciais, desenvolve-se uma industrialização nos países latino americanos, porém esta industrialização é profundamente marcada pela economia exportadora (sobretudo de alimentos) e pelas relações de dependência em que essa se insere assim,

La compresión permanente que ejercía la economía exportadora sobre el consumo individual del trabajador no permitió sino la creación de una industria débil, que sólo se ensanchaba cuando factores externos (como las crisis comerciales, coyunturalmente, y la limitación de los excedentes de la balanza comercial, por las razones ya señaladas) cerraban parcialmente el acceso de la esfera alta de consumo al comercio de importación. [...] La industrialización latinoamericana no crea, por tanto, como en las economías clásicas, su propia demanda, sino que nace para atender una demanda preexistente, y se estructurará en función de los requerimientos de mercado procedentes de los países avanzados. (MARINI, 2008, 139-140).

Neste sentido, veremos como a modernização conservadora da agricultura no Brasil, e o segundo regime alimentar sob hegemonia norte americana estão plenamente articulados com esta posição de Marini, ou seja, a industrialização que aqui ocorre, é em alguma medida necessidade e demanda interna, mas é também uma demanda dos EUA em especial, mas do conjunto dos Estados-nação do centro.

Assim, o processo de industrialização por um lado busca atender uma demanda externa de consumo dos bens-capital e tecnologias e internamente a atender a demanda das classes abastadas e posteriormente são incorporados os setores médios afim de aumentar o mercado interno, deste modo, o consumo popular, o consumo dos trabalhadores não entra na formação da demanda, logo, o nível de salários não interfere no consumo, e portanto, buscarão os empresários a máxima redução dos salários e a intensificação do trabalho afim de aumentar suas margens de lucro, assim a dinâmica da superexploração da economia agroexportadora permanece em vigor.

Este regime alimentar hegemonizado pelos EUA, centrado no modelo intensivo, e na exportação do padrão tecnológico entrou em crise entre 1972-1973 em função do esvaziamento dos estoques excedentes pela União Soviética, tal processo implicou na inflação dos alimentos, levando à um quadro de fome, tal crise alimentar coadunou com uma crise geral de acumulação (choque do petróleo, crise da dívida, crise de acumulação do capital), que implicou numa reestruturação do capital em escala global.

2.1.3 Regime Alimentar Corporativo

Assim como os dois anteriores, este regime alimentar está circunscrito à um padrão de acumulação do capital e suas consequentes relações de poder. Neste sentido o Regime Alimentar Corporativo, conforme Mc Michael (2016, p. 64) “demarca a era subsequente ao colapso do sistema monetário de Bretton Woods – uma era regida de modo crescente pela financeirização e pela defesa neoliberal das regras de mercado, que se estendeu da década de 1980 até o final dos anos 2000”.

De maneira geral, tivemos no fim dos anos 70 e início dos anos 80 uma crise de acumulação do capital, e se mostraram de forma clara na crise de endividamento inicialmente no chamado terceiro mundo, assim na década de 80 mais de setenta nações do hemisfério sul passaram por ajustes estrutural e conforme Bello et al. (1994) apud McMichael (2016, p. 69) entraram nos anos 1990 com 61% a mais de dívidas que tinham em 1982. Como solução o FMI apresentava e impunha sobre as nações uma disciplina fiscal com foco na liberalização da economia, reduções de salário e serviços públicos, ao mesmo tempo

A OMC (uma organização de Estados-membros) liberalizava as relações comerciais (reduzindo proteções domésticas) pela expansão de mercado multilateral, possibilitando um “regime privado” constituído por corporações transnacionais privilegiadas por seus protocolos (MCMICHAEL, 2016, p. 67).

Nesta mesma perspectiva Ziegler (2013, p. 151) destaca que

Atrás da OMC, do FMI, e do BM, perfilam-se o governo de Washington e seus aliados tradicionais – em primeiro lugar, as gigantescas sociedades transcontinentais privadas. O controle crescente que essas sociedades exercem sobre vários setores da produção e do comércio alimentares, tem obviamente, repercussões consideráveis no exercício do direito à alimentação.

Essas grandes corporações realizam superlucros dispondo de recursos financeiros superiores a grande parte dos países em que operam, de modo que “exercem um monopólio de

fato sobre o conjunto da cadeia alimentar, da produção à distribuição varejista, passando pela transformação e a comercialização dos produtos” (ZIEGLER, 2013, p. 151-152).

Neste processo, ganha espaço e força o Neoliberalismo, enquanto um regime selvagem fundamentado na redistribuição e não na produção da riqueza, em que o poder legal instituído no Estado é substituído pelo poder informal privado que é institucionalizado pela política neoliberal. Assim os sistemas privados passam a limitar as regulações governamentais e passam na prática a serem mais soberanos que o Estado. (MCMICHAEL, 2016, p. 67-68).

Desta forma as corporações transnacionais atuam como participantes da criação, aplicação e execução direta da lei internacional, e colocam aos governos as tarefas de facilitarem suas operações e os lucros das empresas globais garantindo para tal a propriedade, regulações de moeda, regimes trabalhistas e tributários, tudo em função da preservação das taxas de lucro das grandes corporações, como uma ação de contra tendência como discutido anteriormente.

A título de exemplo, temos o caso da Monsanto, uma transnacional que é uma das maiores empresas do mundo, a número um em sementes transgênicas, cerca de 90% das culturas geneticamente modificadas tem vínculo com a Monsanto lhe dando assim um enorme poder de mercado na fixação de preços de sementes. (ESTEVE, 2017, p. 108). Esta empresa afim de aumentar seu controle de mercado tem buscado eliminar variedades locais, num primeiro momento pela contaminação e num segundo momento movendo ações contra camponeses que reproduzem sementes ou ainda utilizando de tecnologia de esterilização de sementes, tudo isso, termina por aumentar o poder de monopólio da empresa e sua capacidade de impor preços superiores ao preço de produção, conferindo lucro extra. Para garantir tais processos esta empresa coloca Estados a seu serviço, como demonstrou o wikileaks apud Esteve (2017, p. 103) que divulgou telegramas que “gravaram a mediação da Embaixada dos Estados Unidos em favor da Monsanto e contra as posições da Comissão Europeia para limitar seu cultivo”.

Vale destacar, que essa forma do Estado no neoliberalismo não significa de modo nenhum uma alteração da natureza de classe do Estado, este segue sendo uma derivação do Capital com a função de garantir a acumulação e manutenção do modo de produção capitalista, as mudanças que se processam ocorrem ao nível de regime político e governos, na formatação de novas instituições e ressignificação das existentes, mudam como reflexo da luta de classes e das demandas do capital, mas suas mudanças não implicam mudanças essenciais do modo capitalista de produção.

Esse processo de alguma forma contribui para a desfetichização do Estado como um ente acima e ao lado da luta de classes, pois os Estados-nação passam a ser servidores explícitos do capital. Neste sentido a OMC

Defende da boca para fora o princípio de vantagem comparativa que promove a liberdade de investimento e a circulação de mercadorias pelas corporações. Isso sugere uma hegemonia corporativa à medida que a doutrina neoliberal, ao colocar ‘mercados’ acima dos ‘Estados’, transforma os últimos em explícitos servidores dos primeiros. (MCMICHAEL, 2016, p. 68).

Em última instância o que busca o valor-capital é aumentar as taxas de lucro, busca um conjunto de ações que funcionam como contra tendência na queda da taxa de lucros, porém, não de forma uniforme em todo o mundo, tampouco para o conjunto dos agentes, a questão é preservar e ampliar taxas de lucros de grandes corporações e a estabilidade social e política no centro do capital.

Neste sentido o pacto neoliberal se apresenta enquanto uma aliança da máquina financeira com o Estado, cujo objetivo é redistribuir riqueza e poder dos pobres e das classes trabalhadoras em função dos muitos ricos, através da exportação não só de produtos, mas de capitais, de indústrias para o sul articulados à um regime de endividamento que contém um conjunto de políticas de austeridade associada à agricultura de exportação. Deste modo

A nova política alimentar econômica apoiava-se não no controle por meio de excedentes dos Estados Unidos, mas por meio da dívida fiscal do Sul global [...] O norte global viu-se capaz de ter acesso a alimentos baratos do Sul apelando à generosidade – cada naco de alimento barato ingerido no Norte ajudava o Sul a pagar sua dívida (PATEL 2007, p. 93, 96 apud MCMICHAEL, 2016, p. 73).

Conforme Ziegler (2013, p. 173) o FMI está “justamente encarregado da administração da dívida externa dos 122 países ditos do Terceiro Mundo. Esta ascendia, em 31 de dezembro de 2010, a 2,1 trilhões de dólares”. A dívida tem de ser paga em dólares, e como os países irão obter dólares senão pela exportação? Então a exportação passa a ser prioridade e a cada nova negociação com o FMI é imposto um ajuste estrutural que implica em reduzir políticas públicas e maior abertura da economia, implicando em mais vulnerabilidade.

Neste arranjo os países do terceiro mundo de modo geral passaram de políticas agroalimentares nacionais (incluindo a gestão das exportações) para exportações dominadas por corporações incluindo commodities não tradicionais como frutas, vegetais, flores e peixes, ao passo que aprofundam sua dependência de grãos do Norte.

O resultado é que

Ali onde o FMI intervém, as culturas de mandioca, arroz e milho se reduzem. A agricultura de víveres morre. O FMI exige a ampliação das culturas coloniais, cujos produtos – algodão, amendoim, café, chá, cacau, etc. – poderão ser exportados ao mercado mundial e trazer divisas, que serão destinadas ao serviço da dívida.

A segunda tarefa do FMI é abrir os mercados do Sul às sociedades transcontinentais privados da alimentação. Por isso, no hemisfério sul, o livre-comércio carrega o rosto repugnante da fome e da morte. (ZIEGLER, 2013, p. 174).

Vão se desenhando assim os contornos do regime alimentar corporativo, onde o alimento enquanto mercadoria terá alterações importantes em relação à dinâmica dos regimes anteriores. Ocorrem em linhas gerais dois fluxos de alimentos definidos pelas corporações, um de grãos do Norte para o Sul e outro de frutas, vegetais, flores e peixes do Sul para o Norte. Ambos perseguem formas de produção e apropriação de valores como medida de contra-tendência à redução da taxa de lucros.

Quanto ao primeiro fluxo temos que no regime alimentar corporativo, pela primeira vez os agricultores se defrontam universalmente com um preço de mercado mundial. A OMC aderiu aos interesses corporativos na construção de um preço mundial artificial (subsidiado) como destaque de um regime alimentar de baixo custo colocado em prática contra pequenos agricultores em toda a parte, vejamos com mais detalhes.

Por um lado, houve a redução dos impostos aduaneiros e por outro lado os subsídios à agricultura do Norte foram mantidos, porém, não mais diretamente sobre os produtos, mas sim através de “caixas²³”, de modo que compôs-se um sistema regulatório que passa a transferir recursos de controle público para o privado no Hemisfério Norte, assim tornou-se possível a sustentação artificial de um preço de mercado mundial abaixo dos preços de produção, enquanto que os mecanismos de proteção nos países periféricos foram eliminados pelas regras de livre comércio bem como os subsídios à produção agrícola, levando assim para um processo de exportação dos excedentes de grãos do Norte para o mercado mundial impactando os agricultores não corporativos em todo o mundo. Conforme o IATP, (2004, p. 3) apud Mc Michael (2016, p.80), em 2002, “o preço médio abaixo do custo de produção de várias exportações do agronegócio norte-americano era de 43% para o trigo, 25% para a soja, 13% para o milho e 35% para o arroz).

Podemos então indagar em que medida a sustentação artificial (através do Estado) de preços de mercado abaixo do custo poderiam contribuir para a acumulação de capital, em primeiro lugar, os “agricultores” corporativos receberam através de mecanismos diretos e indiretos preços que garantiram a taxa de lucro, do contrário não teriam efetuado a produção,

²³ “Foi criada uma hierarquia em que os subsídios (acessíveis somente as nações do hemisfério Norte) eram ordenados em ‘caixas’ de acordo com o grau de proteção (Herman; Kuper, 2003, p. 35-6). O sistema de caixas funcionou favoravelmente às nações do Norte, que destinam pagamentos desacoplados do apoio agrícola para a caixa verde da “não distorção ao comércio” (MCMICHAEL, 2016, p. 78)

portanto, o fundo público sustentou esta política, ademais, ela terá um efeito de reorganização da agricultura em todo o mundo favorável à concentração e centralização de capitais.

Em todos os cantos a pequena agricultura, a agricultura camponesa sofreu fortes perdas, entre 1998 e 1999 20 mil agricultores perderam a terra na Grã-Bretanha, No Sul Global, uma estimativa conservadora da FAO para os dezesseis países da região era que entre 20 e 30 milhões de pessoas perderam suas terras com a liberalização do comércio agrícola. Na África, na Ásia e na América Latina cresceram as rendas para as famílias camponesas originadas de atividades não agrícolas, a condição de semiproletário do campesinato se intensifica. No México quase 2 milhões de camponeses perderam suas fazendas de milho. (MCMICHAEL, 2016, 80-81).

Este processo implica portanto a concentração da terra e da produção de alimentos em um grupo reduzido de grandes corporações enquanto que ocorre um fluxo migratório em direção às cidades aumentando a superpopulação relativa, rebaixando salários, desenvolvendo a economia informal e contribuindo assim para o aumento das taxas de exploração sobre os trabalhadores, assim, as empresas multinacionais transferem unidades fabris dos países centrais para a periferia do capital afim de explorar essa força de trabalho abundante e sobranete.

Vale destacar ainda que com o processo de perdas acumuladas na agricultura dos países periféricos por um lado abre-se um novo mercado para os agricultores do Norte que passam a exportar para o Sul e por outro os países do Sul passam a ter necessidade de importar alimentos para o abastecimento interno, vejamos,

Em meados da década de 1990, metade das operações cambiais dos 88 países de baixa renda e déficit alimentar destinou-se a importação de alimentos (LeQuesne, 1997), e os gastos alimentares das nações dependentes de alimentos cresceram em média 20% entre 1994 e 1999 apesar de preços baixos recordes (Murphy, 1999 p. 3). Em meados de 2000, 70% dos países do Sul global eram importadores líquidos de produtos alimentares (Grain, 2008, p. 2). (MCMICHAEL, 2016, p. 82).

Ou seja, a dependência alimentar foi a contrapartida de um processo de centralização de estoques globais de alimentos, 60% sob controle de corporações, das quais 6 controlam 80% do comércio global de trigo e arroz, três países produzem 70% do milho exportado. Enquanto entre 1970 e 2000 cresceram as agros exportações do Norte de 64 para 71%, na África reduziu de 10 para 3%, na América Latina de 14 para 12% e no conjunto dos países menos desenvolvidos reduziu de 5% para 1%. (MCMICHAEL, 2016, p. 82-83).

Esta dependência alimentar torna-se na mão dos interesses imperialistas um grande instrumento de dominação política e econômica sobre os Estados-nação da periferia, evidenciando assim o uso da fome como instrumento de dominação, portanto, justifica-se assim

a transferência de recursos dos Estados-nação do centro do capital para sua agricultura, a transferência não é um benefício para seus agricultores, mas um benefício para o capital como um todo.

Com relação ao segundo fluxo, temos um desenvolvimento de tecnologias de transformação, resfriamento, preservação de sementes, transporte de frutas e vegetais impulsionado pelas corporações transnacionais afim de abastecer mercados abastados do centro com produtos durante o ano inteiro, isso obtido através da

Gestão de ilhas de plantações por todo o Sul global. Nesse caso, as corporações transnacionais subcontratavam camponeses do terceiro mundo, para produzir frutas e vegetais fora de estação, e processavam alimentos como sucos, frutas enlatadas, vegetais congelados, carne embalada e frango em pedaços (comumente em zonas de processamento de exportação), para expandir supermercados na Europa, América do Norte e Ásia-pacífico. (MCMICHAEL, 2016, p. 74-75).

No caso da carne de peixe, Esteve demonstra claramente o funcionamento deste fluxo alimentar, vejamos:

O jornalista Paul Greenberg (2012), em seu trabalho *Cuatro Peces. El futuro de los últimos alimentos salvajes* deixou isso claro [peixes comendo peixes – produção de peixes carnívoros]: para produzir um quilo de salmão são necessários 3 quilos de outras espécies de peixes; e para um quilo de atum, nada mais e nada menos do que 20 quilos. O que gera uma maior superexploração dos recursos pesqueiros. Recursos, muitas vezes, roubados das costas dos países do Sul, diminuindo assim bens imprescindíveis para sua alimentação. O resultado é um produto de luxo, à mercê dos bolsos de quem pode pagar. (ESTEVE, 2017, p. 146).

Esse segundo fluxo, expropria valor gerado pelos camponeses no Sul e simultaneamente desestabiliza a produção destes produtos nos países centrais, reforçando sua especialização em alguns produtos, integrando-os assim ainda mais aos mercados globais de alimentos.

Deste modo, estes dois fluxos de produtos produzem alguns deslocamentos, a gestão passa da iniciativa pública (Grã-Bretanha no primeiro regime e EUA no segundo) para a iniciativa privada sob os preceitos do neoliberalismo, há uma mudança da centralidade em grãos básicos para a centralidade em alimentos de maior valor (proteína animal, frutas, vegetais e insumos químicos), e por fim, a passagem da organização de mercados domésticos para a organização do mercado global de alimentos. (MCMICHAEL, 2016, 75).

Resulta assim uma nova divisão do trabalho agrícola, com participação crescente da OECD (de 73 a 82%) no volume de exportação de cereais, a importação pelo Sul global de 60% dos volumes mundiais de cereais. Os novos países agrícolas expandem participação em frutos do mar e triplicam o mercado mundial de frutas e vegetais. Enquanto que as variedades vegetais são fornecidas pelos países da OECD, não mais como produto de investimento estatal em

Pesquisa & Desenvolvimento, mas como resultado de investimento privado, em que as patentes cumprem papel fundamental de valorização do valor através do conhecimento científico.

Todo este processo é resumido por Esteve (2017, p. 50) da seguinte forma:

A globalização alimentar, na sua corrida para obter benefício máximo, deslocaliza a produção de alimentos, como tem feito com tantas outras áreas da economia. Produz em grande escala no Sul, tirando vantagem das más condições de trabalho e de uma legislação ambiental quase inexistente, e vende sua mercadoria no Norte, a um preço competitivo. Ou produz no Norte, graças a subsídios agrícolas para grandes empresas para, em seguida, comercializar os bens subsidiados no outro lado do planeta, vendendo abaixo de preço de custo e fazendo uma concorrência desleal com a produção nacional. Nisto reside o porquê dos ‘alimentos quilométricos’²⁴: máximo benefício para alguns; máxima insegurança, pobreza e poluição para a maioria.

Todos estes processos que ocorrem no interior do regime alimentar corporativo têm como elemento justificador a necessidade de enfrentar a insegurança alimentar, em que através do livre mercado e da intensificação do comércio esta seria superada e estaríamos numa condição de segurança alimentar, assim a título de ilustração, temos o posicionamento do presidente da Cargil conforme Lynas, (2001), apud McMichael, (2016, p. 83)

Há uma crença errônea de que a principal demanda agrícola do mundo em desenvolvimento consiste em desenvolver a capacidade de cultivar alimentos para consumo local. Isso é um equívoco. Os países devem produzir aquilo que produzem melhor – e fazer comércio.

Neste mesmo sentido, Ziegler (2013, p. 157) comenta que as grandes corporações afirmam que

A fome constitui, de fato, uma tragédia escandalosa; ela se deve à produtividade insuficiente da agricultura mundial – os bens disponíveis não atendem às necessidades existentes –; assim, para combater a fome, é preciso incrementar a produtividade, o que só é possível sob duas condições: primeira, uma industrialização levada ao limite, mobilizando um máximo de capital e as tecnologias mais avançadas (sementes transgênicas, pesticidas eficazes, etc) e eliminando, como corolário, a miríade de pequenas explorações reputadas ‘improdutivas’ da agricultura familiar e de víveres; segunda, a liberalização tão completa quanto possível do mercado agrícola mundial.

Ou seja, a segurança alimentar seria garantida através da aquisição dos alimentos necessários em cada País, e isso somente seria alcançado através de um mercado mundial que funcionasse sem nenhum obstáculo.

²⁴ “Vejam os casos: a refeição dominical típica na Grã-Bretanha – com batatas da Itália, cenouras da África do Sul, feijão da Tailândia, vitela da Austrália, brócolis da Guatemala, morangos da Califórnia, e mirtilos (bagas) da Nova Zelândia na sobremesa – gera 650 vezes mais emissões de gases que causam efeito estufa devido ao transporte do que se a comida tivesse sido cultivada e adquirida localmente. Todos estes ‘alimentos viajantes’ somam o total de 81 mil quilômetros do campo a mesa, o equivalente a duas voltas completas ao planeta Terra” (Jones, 2001 apud ESTEVE 2017, p. 51)

Porém justamente ao desenvolver o livre mercado para supostamente garantir a segurança alimentar populações são levadas à miséria por meio do exercício do poder de monopólio. Temos então que a consequência dos mercados livres é a exportação da privação, uma vez que deixam à mingua populações espoliadas numa condição de subconsumo como requisito para o desenvolvimento metropolitano e do excesso de consumo.

Evidencia-se assim que este regime alimentar adota uma dieta bifurcada, em que as corporações controlam o comércio de alimentos e exportam um determinado modelo alimentar para o mundo, a exemplo disso é que as vendas locais das subsidiárias de empresas alimentares dos EUA representam um volume cinco vezes maior que as exportações de alimentos processados dos EUA para o resto do mundo (MCMICHAEL, 2016, p. 83), essa dieta bifurcada está baseada na divisão dos alimentos em grupos de alto e baixo preço, que correspondem a qualidades determinadas ao nível do valor-de-uso e refletem distintos processos produtivos com tempos de trabalho socialmente necessários diferenciados. Assim, tem-se alimentos baratos para o consumo da classe trabalhadora, e alimentos elaborados para as classes abastadas, porém estes consumidores respondem por menos da metade da população mundial. (MCMICHAEL, 2016, p. 83). A outra parte está assim excluída do mercado de alimentos, portanto, depende de outros mecanismos para garantir a realização do direito humano básico à alimentação.

Importante destacar que entre as grandes marcas de alimentos para consumo de massa (McDonald's, Coca-Cola, Burger King, Subway, Pizza Hut, dentre outras) aplicam em todo mundo uma mesma regra, alimentos baratos, densos em calorias e pobres em minerais e vitaminas. Mas as regras não terminam aí, incluem baixos salários, extensas jornadas de trabalho, impedimento de sindicalização, perseguição a funcionários, concorrência predatória com produtores locais. (ESTEVE, 2017, 151-167).

Conforma-se se assim no abastecimento alimentar do atual regime um triângulo, em que numa ponta estão os produtos ultra processados que conforme Teixeira, (2015, p. 90) tem como características:

A produção de alimentos em larga escala via monoculturas; redução e homogeneização da alimentação humana com predomínio alimentar do milho e da soja; produção agrícola fundada em transgênicos, fertilizantes químicos e agrotóxicos; produção de animais em confinamento alimentados com ração (milho, soja e remédios) e comida ultra processada, substâncias alimentares com aspecto de comida (POLLAN, 2007; 2008; 2010) distribuída via supermercados. Suas características básicas são a redução da alimentação humana à basicamente milho e soja, decodificados em substâncias alimentares as mais diversas, quase todas com aparência de comida.

Uma segunda ponta é o consumo de alimentos de preço elevado, estão aí os alimentos orgânicos, alimentos artesanais, frutas e vegetais exportados do mundo inteiro afim de abastecer os mercados dos países centrais, cujo processo produtivo envolve em grande medida a exploração de camponeses nos países periféricos. E a terceira ponta que é a população excluída²⁵ inclusive da condição de exército de reserva cuja fome aguda é uma realidade cotidiana. Para este terceiro segmento a valorização do valor estará vinculada por um lado as políticas de segurança alimentar e sua forma de execução e por outro na pressão exercida por este segmento na redução dos salários, ou seja, o medo da fome permitirá maior nível de exploração dos trabalhadores.

Esta dieta bifurcada implica conforme Esteves, em função da crise econômica, no aumento do consumo de alimentos mais baratos e menos nutritivos, “na Grã-Bretanha, por exemplo, a crise fez com que as vendas de carne de cordeiro, legumes e frutas frescas diminuíssem significativamente, enquanto o consumo de produtos como bolachas e pizzas tenham aumentado nos últimos cinco anos” (Ipsos, 2012 apud ESTEVES, 2017, p. 37).

Esta conformação que assume o alimento apresentado por Teixeira e Esteves é derivada tão somente da busca de valorização do valor sob suas diferentes formas de manifestação concreta e nas diferentes esferas envolvidas na produção desta mercadoria (produção, distribuição, troca e consumo).

Podemos então resumir este regime alimentar como um processo de combinação de grãos do Norte com frutas, vegetais e frutos do mar do Sul; em que a divisão internacional de trabalho agrícola é comandada por cadeias corporativas de abastecimento transnacional; onde as relações comerciais são regidas pela OMC e as políticas de ajustamento estrutural e protocolos são dirigidos pelo FMI; garantem a proteção à propriedade intelectual; o agronegócio é subsidiado e centralizado; adotam-se padrões de qualidade privados para o varejo global; constitui-se um modelo de agro exportação e formação de uma “agricultura mundial” e estabelece-se a padronização de produtos para supermercados mundiais. (MCMICHAEL, 2016, p. 88).

Com relação ao último aspecto, cabem algumas considerações, embora os supermercados tenham sido uma invenção norte-americana e circunscrito ao regime alimentar intensivo, é no regime alimentar corporativo que adquire as dimensões atuais e poder de determinação sobre a produção, consumo e preços.

²⁵ População que para o sistema capitalista é sobranter, não entra na dinâmica de consumo e realização de mercadorias tampouco é necessária para a produção de novas mercadorias.

De acordo com o relatório Expo Retail de 2006, quase 82% das compras de alimentos é realizada através da grande distribuição, 2,7% em lojas tradicionais, 11,2% em estabelecimentos especializados e 4,2% é adquirido em outro lugar (Garcia e Rivera, 2007a). Consequentemente o consumidor tem cada vez menos portas de acesso aos alimentos. E o produtor, menos opções para chegar ao consumidor. O poder de venda dos supermercados é total. (ESTEVE, 2017, p. 171).

Esta situação demonstra que enquanto no lado da produção e do consumo há milhares e milhões de pessoas, as redes de alguns poucos determinam a circulação e os preços.

Tomemos o exemplo da Espanha. Na extremidade superior do funil, temos cerca de 720 mil agricultores e pessoas que trabalham no campo. Na extremidade inferior, cerca de 46 milhões de pessoas e consumidores. No meio, 619 empresas e grupos do setor de distribuição de alimentos [...] determinando a relação entre ambos. E um fato a considerar: entre essas 619 empresas, apenas as 50 primeiras controlam 92% do total da cota de mercado (Segura, 2012, apud ESTEVE, 2017. p. 172-173).

Estes supermercados através de mecanismos de psicologia social, formas de organização e disposição das prateleiras conseguem realizar mais mercadorias do que realmente era necessário (ou desejado) pelo consumidor, segundo Esteves (2017, p. 178) estima-se que entre 25% e 55% da nossa compra no supermercado seja compulsiva, resultante de estímulos externos bem planejados e desenvolvidos com a finalidade de vender.

Todos estes elementos identificados ao longo desta seção estão em função de ao nível econômico realizar maiores lucros, podendo ter como efeito colateral a redução do preço de mercado dos alimentos para reduzir custo de reprodução da mão-de-obra, diminuir ou eliminar a retenção de lucro sob a forma de renda da terra pelos capitalistas agrários através da intensificação da exploração das formas camponesas de produção, aumentar a margem de lucro das grandes corporações transnacionais mantendo partes do capital em ritmo acelerado de expansão e aumento das taxas de lucros. A operação de todos estes processos implicará no empobrecimento dos países periféricos e na concentração de riqueza numa diminuta parcela da população mundial. Ao nível político, temos o fortalecimento do poder das corporações e do controle destas e das instituições multilaterais sobre o abastecimento alimentar dos Estados-nações da periferia sendo assim instrumento de dominação e coerção.

2.1.4 A Crise do Regime Alimentar Corporativo

O elemento central da crise de abastecimento alimentar é que a agricultura industrial conforme Mc Michael (2016, p. 90) “apoiada por subsídios energéticos e do agronegócio é reproduzida por métodos de ‘domínio biofísico’ (Weis, 2007), que substituiu a sustentabilidade ecológica de longo prazo pelos ganhos financeiros de curto prazo (domínio de valor)”. Ou seja,

em função da necessidade de aumentar a produção e apropriação de valor no conjunto do abastecimento alimentar desenvolveram-se um conjunto de práticas produtivas que causam impactos no clima, na água, na qualidade das terras, na saúde do ser humano, na distribuição da população sobre os territórios (concentração de grandes massas em periferias urbanas e toda a problemática daí decorrente), enfim, alterações no conjunto da natureza (da qual somos parte) que não se sustentam indefinidamente, uma insustentabilidade ecológica significa uma insustentabilidade econômica, uma vez que ecologia e economia não são aspectos independentes.

A título de exemplo, Mc Michael (2016, p. 125) nos apresenta o desenvolvimento deste processo na Argentina

As IFIs [*instituições financeiras internacionais*] antecipavam recursos ao Estado por meio de seu projeto de ‘agro exportação não tradicional’, para estimular o agro investimento em biotecnologias estrangeiras. A aprovação governamental da soja modificada *Round Ready* da Monsanto seguiu-se em 1996. Desde então, a produção de soja GM expandiu-se a uma taxa de quase um milhão de hectares anuais (até 2010-11), tendo o setor de criação de gado da China como o principal destino das exportações de soja. O ‘complexo da soja’ (vagens, óleo e farelo) representa 70% da renda agrícola argentina (sendo que as exportações agrícolas respondem por mais de 50% do total de exportações). O impacto desarticulador na força de trabalho e nas propriedades agrícolas de tal agro industrialização reduziu a população rural de 13% em 1995 para 7% em 2010, e as monoculturas de soja GM foram responsáveis por intenso desmatamento e degradação florestal bem como empobrecimento do solo. Com o surgimento das ‘superervas daninhas’, o uso de agroquímicos foi acelerado, causando danos à saúde pública. Apesar desses impactos socioecológicos, e após a crise financeira de 2001, os sucessivos governos Kirchner intensificaram a monocultura de soja GM como sua estratégia central de desenvolvimento, buscando legitimizar o impacto disso revertendo parte da receita para projetos sociais e de infraestrutura pública (Leguizamón, 2013 apud MCMICHAEL, 2016 p. 125).

Esse exemplo particular da Argentina aconteceu também em outros Estados-nação como resultado do regime alimentar corporativo, e revelam aspectos da atual crise alimentar, qual sejam, o aumento da demanda de ração, as alterações no ambiente, a redução da população rural, a intensificação dos insumos agroquímicos e aumento da petrodependência. Esses mesmos fatores estão presentes em escala global na crise alimentar de 2006, vejamos.

Do lado da produção tivemos a redução de um conjunto de cultivos alimentares e a intensificação de cultivos se soja e milho, implicando na redução do consumo dos demais alimentos e no maior uso de processados a partir do milho e da soja, aumentando a dependência destes alimentos, além disso a soja e o milho sobretudo passam a ter uso múltiplo, não somente como alimento e ração, passando a serem usados como insumo para produção de ‘biocombustível’. Assim, temos a alimentação concentrada fortemente em poucos produtos, dos quais as empresas privadas não realizam estoques (o que implicaria em imobilizar capital

e reduzir sua rotação) e os Governos, pelo receituário neoliberal do FMI, também reduziram ou eliminaram os seus.

Este processo segundo Esteve (2017, p. 16) implicou numa redução entre 1970 e 2008 na redução de 30% da biodiversidade do planeta, “em 2003, apenas 15 espécies respondiam por 90% dos alimentos vegetais, e apenas quatro cultivos – milho, trigo, arroz e soja – respondiam por 70% do consumo” (ESTEVE, 2017, p. 16). Mas, a concentração não ocorreu somente nos tipos de alimentos, houve uma concentração das empresas que controlam a produção de alimentos:

Atualmente, são 58 empresas que controlam a produção de alimentos no mundo. Outras 6 empresas controlam 60% das sementes utilizadas na agricultura; se voltarmos no tempo, em 1980 nenhuma empresa de sementes chegava a dominar 1% do mercado mundial. (ESTEVE, 2017, p. 16).

Tal processo está alinhado à dinâmica de contra tendência à redução da taxa de lucros, e as reformulações do capital afim de garantir a acumulação ampliada em detrimento da qualidade do alimento, da renda de camponeses e do encarecimento do alimento que implica no aumento da fome em escala global. O resultado disso tudo é que temos um sistema de abastecimento alimentar ultra concentrado em um pequeno grupo de empresas, assim

Tudo leva a crer que, em nome da competitividade na produção agropecuária e florestal nos mercados mundiais, as grandes empresas transnacionais – e não os governos nacionais – é que deverão definir e implantar as macro políticas estratégicas de abastecimento alimentar em todo o mundo. (STÉDILE & CARVALHO, 2012, p. 719).

Tal processo não se dá somente nas cadeias globais que envolvem os produtos mais significativos em termos de volumes e valores ou que apresentam maior interesse na agro industrialização e padronização de alimentos em todo o mundo, mas também nos mercados internos, controlando os principais produtos em cada país, por meio das redes de varejo e atacado multinacionais.

Este ambiente (dependência de poucos produtos, a comercialização em escala mundial, a ausência de estoques, a concentração de capitais, o uso de alimentos para a fabricação de combustíveis e, portanto, a relação que passa a ter o preço do petróleo e tais produtos), torna-se amplamente adequado para a especulação com o preço dos alimentos. Como o especulador compra não para seu uso, mas para revender mais caro em seguida, acaba por acelerar a elevação dos preços, dado que: “O especulador de matérias-primas alimentares atua em todas

as frentes e sobre tudo aquilo suscetível de trazer-lhe algum ganho – joga especialmente com a terra, os insumos, as sementes, os adubos, os créditos e os alimentos” (ZIEGLER, 2013 p. 278).

Adicionalmente temos que colocar mais artificializada que sejam as agriculturas elas dependem das condições climáticas (regime de chuvas para recomposição de reservatórios, temperaturas, incidência de ventos, etc), que terão influência no nível de produtividade, ao concentrar a produção em determinados territórios e o abastecimento alimentar ser realizado por produções localizadas em pequenas partes de globo para cada produto, um evento climático anormal altera a safra de um dado produto ou a economia de um país, assim temos visto sucessivas quebras de safras seja por secas ou chuvas demasiadas, contribuindo assim no aumento da instabilidade na oferta de alimentos e nos choques de preços, exponenciados pelo efeito da especulação.

Para além destes aspectos acima colocados que estão mais diretamente vinculadas ao lado da oferta, temos que no lado da demanda dos alimentos, houve uma expansão em função do uso destes para a produção de combustíveis, o que também teve uma consequência na substituição de cultivos alimentares por aqueles destinados à produção de etanol ou biodiesel. Desse modo: “em 2011, com um subsídio de seis bilhões de dólares dos fundos públicos, os trustes americanos queimaram 38,3% da colheita nacional de milho, contra 30,7% em 2008. E, desde 2008, o preço do milho no mercado internacional aumentou 48%.” (ZIEGLER, 2013, p. 249).

Ademais destas questões, como abordado anteriormente, houve uma alteração do padrão alimentar sobretudo nos países periféricos, de modo que “Novos conhecimentos, hábitos e referências culturais moldaram o sistema agroalimentar emergente” com uma tendência estruturante de desenvolvimento em escala mundial do padrão de consumo assentado no complexo proteico (PAULA, 2017 p. 136), em que a produção da carne, leite e derivados se dá a partir de ração composta basicamente de soja, milho e ingredientes sintéticos. Este padrão desenvolvido nos Estados Unidos avança pelo mundo:

Reflexo disso é observado nos países asiáticos, em especial a China [...] em 2012 a população daquele país passou a ingerir o dobro da quantidade [*de carne*] consumida nos Estados Unidos, enquanto em 1978 os chineses consumiam apenas um terço. A quantidade de carne consumida na China e Estados Unidos chega a mais de 100 milhões de toneladas, o suficiente para remodelar a agricultura mundial em torno de um padrão de consumo centrado na proteína animal.” (PAULA, 2017, p. 136)

A este respeito, Esteve (2017, p. 134) afirma que

A pecuária tornou-se uma parte fundamental do sistema alimentar atual, investindo num modelo industrial e intensivo que tem sido chamado de ‘revolução pecuária’ (Delgado et al., 1999). Este sistema tem implicado um aumento exponencial da

produção e consumo de carnes e produtos derivados, seguindo o mesmo padrão produtivista da ‘revolução verde’ (uso intensivo da terra, insumos químicos, ‘melhoria’ genética), ao mesmo tempo que modifica nossa dieta. Um modelo que tem promovido a concentração empresarial, deixando para um punhado de empresas transnacionais a capacidade de decidir quais carnes e derivados consumimos, o quanto, e como elas são processadas.

Um das consequências disto conforme Ziegler, é que

(...) em tempos normais, a colheita mundial de cereais chega a cerca de dois bilhões de toneladas, das quais aproximadamente um quarto é destinado à alimentação dos rebanhos. Uma progressão da demanda de carne provoca, pois, uma queda substancial na quantidade de cereais disponíveis no mercado. (ZIEGLER, 2013, p. 284).

Assim o processo de expansão da renda nas economias periféricas no início dos anos 2000 levou à expansão do consumo de carne, leite e derivados, aumentando a demanda por cereais.

Todavia, como já mencionado, há um conjunto de implicações na saúde em função da falta de variabilidade, do uso de alimentos ultra processados de alta densidade calórica, mas os problemas para a saúde não ficam aí

Outra consequência na saúde humana é o impacto dos resíduos animais, antibióticos, hormônios e produtos químicos utilizados na pecuária industrial, que afetam plenamente as comunidades. [...] O fornecimento de medicina preventiva aos animais para que eles possam sobreviver às péssimas condições dos estábulos e dos abatedouros, e para obter uma engorda mais rápida e com menor custo para a empresa, também leva ao desenvolvimento de bactérias resistentes às drogas. Bactérias que podem facilmente passar as pessoas através, entre outras formas, da cadeia alimentar. Atualmente de acordo com a OMS (2012), são fornecidos mais antibióticos para animais saudáveis do que para pessoas doentes. (ESTEVE, 2017, p. 137).

A adoção destas técnicas acima referidas combinadas com o ‘melhoramento genético’ deriva da necessidade de aumentar a rotação do capital pela redução do tempo necessário para a produção e do adensamento das granjas afim de ocupar o menor espaço possível. Para ilustrar este processo, vejamos o que diz o seguinte trecho de reportagem veiculada pelo jornal Estado de Minas em 15 de dezembro de 2014²⁶:

‘O melhoramento genético tem contribuído para redução do ciclo de produção, ou seja, o abate em menor tempo. Antigamente, por exemplo, abatiam-se os animais [*aves*] com idade, em média, entre 60 e 90 dias. Atualmente, em média, o abate ocorre entre 40 e 45 dias. Isso aumenta a produtividade’, explica Wallisson Lara Fonseca, analista de agronegócio da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg).

²⁶ disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/12/15/internas_economia,599529/criadores-de-frangos-utilizam-tecnicas-que-reduzem-a-metade-o-tempo-pa.shtml> acessado em 28 de junho de 2019.

A preocupação não é melhorar a qualidade da carne no sentido de sua condição nutritiva para ampliar sua capacidade de realizar o valor-de-uso, mas sim, em melhorar as condições de rentabilidade do capital. Se considerarmos a redução de 90 dias para 45, temos que em um ano de produção passamos de 4 ciclos de produção numa granja para 8 ciclos, este aumento aparecerá como causa de elevação do lucro do empresário.

Mas este processo não ocorre somente na granja, a corrida contra o tempo para aumentar a rotação do capital e a busca da eficiência na logística para otimizar a circulação dos alimentos estão presentes da fabricação dos insumos à organização das prateleiras dos supermercados, aquele que está um passo à frente da concorrência irá obter um sobre lucro, ou mais-valia extra temporária, dado que o movimento de concorrência irá impelir os demais empresários à adotarem os mesmos procedimentos, ou outros mas que tenham igual resultado.

Todo este padrão desenvolvido nos Estados Unidos responde também à outra necessidade do modelo neoliberal, em que a acumulação flexível, o crescimento do setor de serviços, as terceirizações, etc, influenciaram na forma de alimentar-se, de modo que todas estas mudanças no mercado de trabalho terão influência direta na redução da alimentação preparada em casa, ou do tempo disponível para tal processo, assim, a alimentação fora do lar ganha prioridade, bem como o uso de alimentos prontos e congelados, que igualmente são em grande medida produzidos a partir da soja, trigo e milho.

A interação de todos estes elementos elevou os preços internacionais dos alimentos em 2006-2008 resultando numa crise alimentar de grave proporções, preços elevados e pessoas com fome são expressões da crise do regime alimentar atual. O lado mais dramático e visível dessa crise humanitária é a fome aguda ou epidêmica que conforme Paula

A partir do início dos anos de 1970, [...] deixaram de ser manifestações esporádicas, nacionais ou regionais apenas, socorridas por ações humanitárias emergenciais, e passaram a ter caráter sistêmico decorrente da dimensão global dos mercados e do fortalecimento dos negócios entorno da alimentação. (PAULA, 2017 p. 149).

Porém, a escassez numa ponta é outro lado da moeda da superalimentação e que terá um desdobramento sanitário importante sobre a população. Desta forma

Enquanto o sistema agroalimentar gera pressões no sentido da superalimentação como caminho para realização de lucros e acumulação de capital, com desdobramentos preocupantes na saúde, um massivo contingente populacional sofre os males derivados da escassez. De ambas as formas, a propagação do padrão de consumo em países mais pobres tem agravado problemas de saúde, tanto aqueles derivados do excesso, como doenças cardiovasculares, diabetes, artrites, câncer, etc., quanto os causados pela subalimentação e subnutrição. ” (PAULA, 2017, p. 145).

Aportando números à esta problemática, Esteve nos apresenta que:

870 milhões de pessoas em todo o mundo estão com fome, enquanto 500 milhões têm problemas de obesidade. Entretanto, a fome e a obesidade são apenas a ponta do *iceberg*. Dois bilhões de pessoas em todo o mundo sofrem de deficiências de micronutrientes (ferro, vitamina A e iodo) e 1,4 bilhão está acima do peso (FAO, 2013^a apud ESTEVE 2017, p. 36).

Além destas questões, podemos dar mais uma vez destaque ao desastre ambiental desta forma de agricultura industrial intensiva na utilização de energia fóssil e insumos químicos em todas as partes da agricultura, demandando ampla estrutura de transportes e condicionamento, com o aprofundamento das mudanças climáticas e, portanto, da vulnerabilidade na produção de alimentos.

Embora à primeira vista possa não parecer, a agricultura e a pecuária industrial são dois dos principais responsáveis pela mudança climática. De acordo com a pesquisa realizada pela organização Grain (2011b), entre 44 e 57% das emissões de gases de efeito estufa são causadas pelo conjunto do modelo de produção, distribuição e consumo de alimentos. Essa cifra é calculada pela soma das emissões decorrentes das atividades eminentemente agrícolas (11-15%), das mudanças no uso da terra e desmatamento para fins agrícolas (15-18%), do processamento, transporte, embalagem e refrigeração dos alimentos (15-20%) e dos resíduos orgânicos (3-4%). (ESTEVE, 2017 p. 53-54).

No entanto o desastre ambiental não fica restrito às emissões, refere-se também ao esgotamento de recursos naturais e da capacidade de suporte, como exemplo temos o caso da pesca no mar em que

A pesca de captura em larga escala, desde a costa até as águas mais profundas, também tem consequências muito negativas, tanto para os recursos pesqueiros quanto para o meio ambiente. No Mediterrâneo, 92% dos cardumes de peixes são super explorados, e no Atlântico, 63% (Ecologistas em Acción, 2012). Várias espécies marinhas estão ameaçadas e em perigo de extinção. A sobre pesca tem sido a prática dominante, e sua consequência é o declínio de peixes no mar. Além disso, a poluição da água afeta esses animais. A presença de mercúrio nos peixes é a mais conhecida, e prejudica o ecossistema e a nossa saúde, pois é uma substância tóxica que atinge o cérebro e o sistema nervoso. (ESTEVE, 2017, p. 146-147).

Deste modo temos que o primeiro regime foi fundamental para a industrialização da Europa e o desenvolvimento do mercado mundial através da manipulação britânica do padrão-ouro (MCMICHAEL, 2016, p. 20), com a crise no início do século XX e o processo de descolonização, transita-se para um novo regime sob hegemonia dos Estados Unidos integrando um bloco anticomunista, e todo um arranjo de ajudas e investimentos para a construção de nações no período pós-colonial. Sucede esse regime um padrão corporativo combinando “elementos dos dois anteriores, restaurando o princípio de um mercado mundial por meio de um vínculo contraditório de protecionismo no hemisfério norte e liberalização de setores agrícolas e mercados alimentares no hemisfério sul” (MCMICHAEL, 2016, p. 21).

Este novo padrão neoliberal implicou na “subordinação explícita das nações aos mercados e um regime estruturado na mercantilização do abastecimento alimentar” (MCMICHAEL, 2016, p. 21). Esse processo tem gerado um conjunto amplo de consequências sobre a natureza de modo geral, Mc Michael (2016, p. 16) assim nos diz: “hoje, no século XXI, a civilização humana não tem nenhum outro fundamento mais importante do que seus ecossistemas e fontes de abastecimento alimentar, e a ordem política contemporânea ignora tal fato por sua (e nossa) conta e risco”.

Neste sentido, o longo século de regime alimentar do capital impulsionado pelo agricultor colonizador do fim do século XIX que buscava terras afim de cultivar e exportar alimentos, se desdobra no cultivo especializado e na centralização do agronegócio, que com sua lógica de alimentos de baixo custo “solaparam sistematicamente os pequenos agricultores por meio de sua circulação em escala global” (MCMICHAEL, 2016, p. 36), acaba por gerar um movimento de protesto camponês em escala mundial que resiste à migração, fazendo parte de um

Movimento crescente para estabilizar o campo, proteger o planeta e fomentar tanto a soberania alimentar para combater novas investidas contraculturas agrícolas quanto a oposição a ‘cadeias de valor’ e apropriação de terras. (MCMICHAEL, 2016, p. 36).

Assim a crise do regime alimentar corporativo, que de maneira geral são reflexos da incompatibilidade entre a demanda imediata de acumulação ampliada do capital frente à capacidade de suporte e regeneração da natureza (incluindo nesta toda a sociabilidade humana e sua dispersão sobre o globo), tem a dimensão de uma crise civilizatória, frente à qual organizações sociais, movimentos e povos reagem, resistem e apresentam um projeto alternativo, no caso dos alimentos, destaca-se o movimento camponês internacional, a Via Campesina, e o projeto de soberania alimentar.

2.1.5 Considerações Acerca dos Regimes Alimentares

Observa-se que a estruturação dos regimes alimentares e conseqüentemente dos sistemas de abastecimento alimentar em cada Estado-nação não se dá de forma aleatória, tampouco de forma a maximizar o valor de uso do alimento. Fica evidente que o sistema de abastecimento alimentar que se estrutura em cada país e suas alterações no decorrer do tempo estão diretamente vinculada ao padrão de acumulação capitalista, que terão repercussões diferenciadas no centro e na periferia do capital. Ao mesmo tempo que o sistema de abastecimento é condicionado pela divisão internacional do trabalho e do posicionamento na

geopolítica ele acaba por reforçar determinada divisão e posicionamento ocupado pelo Estado-Nação.

Enquanto os países centrais “têm sua produção baseada num desenvolvimento técnico e científico homogêneo e diversificado, que significa uma maior integração entre os setores ou ramos da produção com incorporação tecnológica” (MANCIO & MOREIRA, 2012, p. 7) os periféricos estão dedicados à produção de produtos primários para o atendimento do centro, gerando uma defasagem tecnológica entre os setores, dado que somente os dedicados ao mercado externo terão uma incorporação de tecnologia afim de reduzir seu valor para atender a demanda externa, assim, não há integração entre os setores econômicos, tal processo fragmenta o desenvolvimento econômico destes países. (MANCIO & MOREIRA, 2012, p. 7).

Desta forma a América Latina e, portanto, o Brasil terá como função no mercado capitalista mundial produzir

...alimentos e bens da cesta de consumo dos trabalhadores dos países centrais, para transformar os avanços tecnológicos em mais valia relativa. Mas também o de produzir matérias primas baratas ao mercado, levando a uma queda no valor do capital constante nos processos produtivos dos países centrais. (MANCIO & MOREIRA, 2012, p. 9).

A viabilização destas relações de desenvolvimento desigual e combinado exigiram participação direta do Estado na estruturação do capitalismo e do sistema de abastecimento alimentar, tendo a intervenção estatal características diferentes nos países em função do lugar ocupado nesta divisão, de modo que sem a ação Estatal seja no centro do capitalismo, seja na periferia seria impensável o desenvolvimento dos regimes alimentares conforme exposto neste capítulo.

Fica evidente as funções de acumulação e garantidor do sistema capitalista desempenhado pelo Estado²⁷, e a função de legitimação desenvolvida pelos governos que na aplicação da política agrícola e alimentar buscam garantir a legitimidade do sistema de produção e, portanto, conserva-lo. Tal posição acerca da ação estatal está de acordo com Mathias & Salama²⁸ (1983), uma vez que estes autores consideram que

Sem a categoria ‘Estado’, a categoria ‘capital’ não pode ser concebida. O Estado é deduzido – ou, em outras palavras, derivado – do capital por duas razões: é o garante da manutenção das relações de produção e participa de modo decisivo na própria instituição dessas relações. (MATHIAS & SALAMA, 1983, p. 24).

²⁷ Para Mathias & Salama o Estado se manifestará no concreto através dos regimes políticos e dos governos que além da natureza de classe capitalista expressarão o nível da luta de classes e das frações de classe que detém a hegemonia, bem como as relações entre os Estados-Nação e a economia mundial constituída.

²⁸ Para aprofundamento nesta discussão sugere-se o estudo da obra “o Estado Superdesenvolvido”, Mathias & Salama 1983.

Por fim destacamos que a evolução dos regimes alimentares está claramente direcionada desde sua essência pelo valor, pela valorização do valor. É a dinâmica de acumulação do valor que dirige o abastecimento alimentar em escala global e nos distintos países. A produção agrícola priorizada, os sistemas de comercialização, a localização da produção de determinados itens, a substituição de sistemas tradicionais, as relações de trabalho, enfim, o conjunto de aspectos envolvidos aparece como um benefício à sociedade na busca da satisfação da necessidade alimentar dos povos, mas é essencialmente a imposição da lei geral de acumulação capitalista que dirige todo o processo e que aprofunda a problemática entorno do alimento, e mais que isso a própria insustentabilidade e crise do sistema.

CAPÍTULO III – AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO NO BRASIL ENTRE 1999 E 2017

Destacamos inicialmente que a presente pesquisa busca responder quais foram as principais características da evolução da produção agrícola brasileira no período de 1999 a 2017 e seus reflexos no abastecimento alimentar, tema que será diretamente abordado neste capítulo, no entanto foi necessário a realização de um caminho de reflexão teórica e histórica discutido nos dois capítulos anteriores.

Não há dúvida que o Brasil dá no momento atual um grande salto em sua história social. O que precisamos evitar é que seja um salto no abismo, orientando-o de forma que as nossas forças nos permitam alcançar o outro lado do fosso a ser ultrapassado. E não é possível saltar esse fosso com um povo faminto, um povo que não disponha do mínimo essencial para suas necessidades básicas de vida: um mínimo de alimentação.[...] este mínimo só será obtido através de profundas alterações de nossas estruturas de base [...] destas estruturas, a mais retrograda e a mais resistente ao verdadeiro progresso social é, sem nenhuma dúvida, a nossa estrutura agrária, daí a necessidade de atacá-la com decisão para adaptá-la às necessidades sociais do Brasil atual. Josué de Castro, 1946. (CASTRO, 2011, p. 284)

No capítulo primeiro nos dedicamos ao estudo do desenvolvimento da economia capitalista e seus reflexos no campo, buscando na medida do possível relacionar com o processo de produção e circulação dos alimentos. No capítulo segundo nos dedicamos diretamente ao estudo do abastecimento alimentar sob a mercantilização dos alimentos, e como este se desenvolve, identificando padrões característicos de cada período histórico. Entendemos que estes dois capítulos são fundamentais para que possamos refletir sobre o abastecimento alimentar no Brasil, e sobretudo na evolução da produção agrícola de 1999 a 2017, pois o Brasil e o referido corte temporal não estão descolados do desenvolvimento do capitalismo e da mercantilização dos alimentos.

Neste sentido, uma visão panorâmica do desenvolvimento capitalista e do abastecimento alimentar sob a mercantilização dos alimentos representam uma base lógica e histórica para analisarmos o processo de abastecimento alimentar no Brasil e a produção agrícola de 1999 a 2017, tema deste capítulo e questão orientadora de nossa pesquisa.

Antes de adentrar numa análise da produção agrícola no período recente e seus reflexos no abastecimento alimentar no Brasil avaliamos como necessário uma revisão acerca do abastecimento no Brasil uma vez que o presente além de ser expressão das leis gerais do modo capitalista de produção é resultado do processo histórico de formação social econômica. De alguma forma ao discutirmos os regimes alimentares é possível ir visualizando como se

desenvolveu esse processo no Brasil, um país desde sempre escalado para a produção de matérias primas agrícolas e minerais e ao mesmo tempo marcado pela fome e miséria de seu povo.

O resgate das características principais do processo histórico de abastecimento no Brasil poderia ter sido feito juntamente da análise dos regimes alimentares, no entanto, optamos por fazer em separado, primeiro porque entendemos que a formulação dos regimes alimentares nos permite compreender de modo mais geral como se articulam as formas de abastecimento em cada país sendo uma referência para a análise dos distintos países independente de seu posicionamento na divisão internacional do trabalho, assim desenvolver simultaneamente as questões relativas ao Brasil poderia limitar o entendimento dos regimes alimentares. A segunda razão é que ao separar em capítulos distintos nos permite desenvolver um pouco mais como os regimes alimentares se apresentam no abastecimento alimentar no Brasil.

Assim, este capítulo está dividido em duas partes, na primeira trataremos aspectos do histórico do abastecimento alimentar no Brasil, e na segunda parte trataremos da evolução da produção agropecuária no período de 1999 a 2017 de alguns produtos selecionados em função da sua participação na cesta básica ou de sua importância no comércio externo brasileiro.

3.1 Aspectos Históricos do Abastecimento Alimentar No Brasil

Adotamos como referência para pontuar aspectos do “processo histórico do abastecimento alimentar no Brasil”²⁹ o estudo desenvolvido sob liderança de Maria Yedda Leite Linhares acerca da história política do abastecimento publicado em duas obras, a primeira é a “história do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918) e a segunda “história política do abastecimento (1918-1974). Estas duas obras apresentam um conjunto de dados acerca da história do abastecimento no Brasil.

Na introdução a autora destaca que o modelo que predomina é “aquele que se assenta sobre a dominância da agricultura de exportação, numa primeira fase, por ter sido ela a principal

²⁹ Conforme Campos (2005, p. 1) “A historiografia do abastecimento pode ser dividida em três grupos. O primeiro, mais antigo e incipiente, inclui os trabalhos de Mafalda Zemella e Myriam Ellis sobre o abastecimento da região das minas setecentistas. O segundo grupo, assim como o primeiro, vem da USP e é liderado por Sérgio Buarque de Holanda e Maria Odila Dias. Altamente inovador, eles abordam o período da independência do Brasil, dando uma nova interpretação a esta independência. O terceiro grupo, o mais amplo e o mais sistemático, é o grupo da história agrária feito em Niterói e no Rio de Janeiro e tem a liderança da professora Maria Yedda Linhares. Esse grupo é o de maior produção.”

geradora de riquezas, e, numa fase mais recente, por ser ela a propiciadora de divisas, sustentáculo da indústria” (LINHARES M. Y., 1979, p. 23).

Assim “uma história do abastecimento deve levar em conta fatos que não se inscrevem nessa história da agricultura [história da agricultura exportadora]” (LINHARES, 1979, p. 24), é necessário analisar

a agricultura voltada para o mercado interno (local, regional, inter-regional), as vias de transportes, a renda gerada, o consumo urbano e suas particularidades. Deve também analisar outros fenômenos mais complexos – os hábitos alimentares, os hábitos arraigados de cultivos, as técnicas, as mentalidades, sem esquecer o sistema político. (LINHARES, 1979, p. 24).

Neste sentido, destaca a autora que é preciso analisar o sistema global e dentro deste o abastecimento “não como um aspecto isolado, mas como problema que resultará do conjunto maior, de suas articulações internas, de sua dinâmica, em relação com a economia, com as estruturas sociais, com a política, com as mentalidades. ” (LINHARES, 1979, p. 24). Assim temos que “a história do abastecimento, no caso brasileiro, é sobretudo a história escondida por trás dos polos dominantes da produção e da sociedade” (LINHARES, 1979, p. 24).

A partir deste entendimento, pontuamos aspectos que ao nosso ver sintetizam a estrutura do abastecimento alimentar no Brasil, o que obviamente não dispensa o estudo das obras citadas bem como de outros materiais para aqueles que desejam um estudo detalhado do processo histórico. Dividimos este histórico em quatro partes, as duas primeiras referem-se ao Brasil colônia e Brasil imperial, a terceira refere-se ao período que antecede a segunda guerra mundial e o período da guerra, a quarta parte aborda o processo de modernização conversadora da agricultura sob o regime militar.

Buscamos relacionar o quadro de abastecimento interno destes períodos com a caracterização dos regimes alimentares apresentada no capítulo anterior, de modo a identificar as relações do Brasil com o padrão internacional vigente.

3.1.1 O abastecimento na Colônia

A dinâmica da colônia é dada pelos impulsos externos no âmbito das relações coloniais e da dinâmica abordada anteriormente a respeito do regime alimentar Imperial-Colonial, em que o papel das colônias é aportar a metrópole alimentos de luxo e estimulantes, riqueza através do mercantilismo, oferecer novas fronteiras de acumulação e posteriormente suprir a nascente classe trabalhadora de alimentos tropicais baratos.

Será sob o signo da agricultura e do comércio que se instalará a colônia. Ela viverá para produzir – espécie de destino – mas jamais produzirá o suficiente para saciar sua própria fome (LINHARES, 1979, p. 31)

Nesta mesma perspectiva, Cardoso (1985, p. 21-22) considera que

A colonização da América Latina constitui-se então, essencialmente, de sistemas produtivos complementares em relação às metrópoles, destinados a fornecer ao mercado europeu metais preciosos e produtos tropicais (alimentos de luxo e matérias primas). Diversos núcleos exportadores foram criados, ao redor dos quais foram se articulando em seguida outras zonas produtivas subsidiárias, secundárias ou marginais.

Todavia esta relação, conforme destaca Cardoso (1985, p. 22-23), não significa que as colônias eram meras “consequências” da metrópole, pois nestas se formaram sociedades coloniais e subordinadas, mas com estruturas de classe, com classes dominantes e por vezes poderosas, cujos interesses poderiam entrar em choque com os interesses da metrópole e na disputa nem sempre levavam a pior.

O Brasil compõe a Afro-américa em que a escravidão negra se constituiu na principal relação de produção, como a mortalidade dos escravos era superior a natalidade³⁰ havia um fluxo de tráfico de escravos africanos. (Cardoso, 1985, p. 41-43). Destaca ainda o autor que a agricultura foi o principal setor da economia colonial, e entorno desta desenvolveram-se (como já mencionado) zonas de produção subsidiárias, em que

Os latifúndios do gado do interior do Nordeste forneciam as plantations de açúcar da costa animais de tiro, couro e carne. A economia do ouro gerou também atividades subsidiárias de subsistência, nas próprias zonas onde estavam localizadas as minas (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso) e no sul da colônia, onde no século XVIII se desenvolveu a produção de charque para consumo dos escravos e de mulas para o transporte (CARDOSO, 1983, p. 56).

Essa síntese das principais atividades subsidiárias apresentadas pelo autor tem na sua concretude uma extensa complexidade de materialização, dentre as principais questões que se colocam destacamos as seguintes:

Espontaneidade e precariedade da produção de subsistência:

A produção de subsistência ocorreu de forma espontânea e mereceu pouca atenção, somente nos períodos de crise da monocultura se dava uma atenção maior. Esta produção se

³⁰ “Nas áreas cujas atividades econômicas achavam-se voltadas para o comércio externo, a população escrava predominante era masculina e adulta. Nessas regiões, os senhores optavam, preferencialmente, pela reprodução da força de trabalho escrava através do tráfico.” (TEIXEIRA H. M., 2010).

dava no interior das próprias fazendas, mas também nas médias e pequenas propriedades. (LINHARES, 1979, p. 87).

Neste sentido, conforme MAESTRI (2005) para além da produção colonial, a agricultura se dividiu nos tempos de colônia entre os nativos, caboclos, negros, produtores dependentes e migrantes europeus. Os nativos praticavam (desde antes de 1500) uma

Horticultura parcelar, familiar e extensiva de subsistência, em área florestal tropical e subtropical. Essa produção apoiava-se nos diversos tipos de milho (*Zea mays*), de feijão (*Phaseolus* e *Canavalia*), de batata-doce (*Ipomoea batatas*) e, sobretudo, de mandioca (*Manihot esculenta*) – raiz provavelmente originária do litoral tropical brasileiro, rica em amido, excelente fonte de energia, base alimentar quase perfeita quando ingerida associada a alimentos ricos em proteína, como a carne. (MAESTRI, 2005, p. 225).

Essa produção tinha caráter itinerante em função do limitado desenvolvimento técnico, da falta relativa de braços, da abundância de novas terras a serem utilizadas, e por não incorporar trabalho na terra não havia maiores prejuízos em migrar a comunidade adiante. Com o desenvolvimento da colônia essas comunidades foram sendo dizimadas pela escravização e absorção dos nativos à medida que a fronteira agrícola e pastoril avançava. (MAESTRI, 2005, p. 230).

Quanto aos caboclos, o autor destaca que em parte eram nativos que mantiveram uma produção familiar parcelaria não mais em aldeia, mas incluía também imigrantes pobres, mestiços, etc. esta produção se desenvolvia “apoiada na caça, na pesca, na coleta e na horticultura itinerante, em região florestal, na periferia da sociedade oficial” (MAESTRI, 2005, p. 231). O caráter precário e temporário conforme o autor (2005, p. 232) “expressa-se na ausência de lavouras perenes e no caráter sumário de sua moradia e benfeitorias, que podiam ser ‘reconstituídas em questão de dias’, e de seus equipamentos, capazes de serem carregados nas costas de um homem”. À medida que avançava a fronteira agrícola e pastoril os caboclos eram obrigados a migrar para novas terras (enquanto essas existiam).

Os negros quando cativos apenas de forma subsidiária³¹ podiam exercer alguma produção de alimentos, sobretudo nos períodos de crise da grande plantação. Os negros que conseguiam fugir se organizavam em comunidades conhecidas como quilombos, a sua maioria dedicada a produção agrícola.

Nos mocambos agrícolas, os quilombolas plantavam roçados de abóboras, amendoim, ananases, batata-doce, feijão, mandioca, melancia, milho, cana-de-açúcar etc. Praticavam a pesca, a caça, a coleta. Criavam galinhas, porcos, cabras e outros pequenos animais. Viviam em cabanas individuais ou coletivas e negociavam comumente suas produções excedentes com mascates, com regatões e nas vilas e

³¹ Historiadores como Cardoso (1983) consideram que essa prática foi mais intensa, Maestri (2005) considera que foi de caráter reduzido.

fazendas mais próximas. (REIS, J.J. & GOMES, 1996; MOURA, 2001. Apud MAESTRI, 2005, p. 245).

As comunidades quilombolas existiam para proteger a liberdade dos negros, eram constantemente atacadas pois a captura de negros fugidos era um negócio lucrativo, assim essas comunidades deveriam ter um caráter clandestino o que dificultava sua interação com o mundo exterior, e forçava à um processo de migração constante. Outro tipo de produtor de alimentos para consumo interno foram os produtores dependentes que conforme Maestri (2005, p. 252)

no interior das fazendas mercantis agrícolas e pastoris, desenvolveu-se comumente pequena produção de subsistência praticada por homens livres, geralmente sob licença verbal dos proprietários – moradores, agregados, posseiros, rendeiros etc. [ANDRADE, 1980] Esses produtores contribuíam comumente com a força de trabalho no momento de pique da produção mercantil; vigiavam os limites dos campos; funcionavam como guardas e capangas dos fazendeiros etc. Parte dessa produção, essencialmente voltada à subsistência – feijão, mandioca, milho, melão, melancia etc. –, era entregue aos proprietários da terra, segundo divisão pactuada ou consuetudinária. Uma pequena parte de produção era comercializada. Os moradores, agregados, posseiros, rendeiros etc. e suas famílias viviam em isolamento relativo nos latifúndios, gozando de um frágil direito de uso da terra que exploravam.

A medida que expandia a produção principal estes produtores dependentes tinham que migrar adiante ou eram expulsos quando seus serviços se tornavam desnecessários, revelando assim uma precariedade da sua condição de produtor.

Quanto à imigração Europeia, nos tempos de colônia, vieram ao Brasil sobretudo camponeses da Ilha de Açores e da Madeira, estes se instalaram na região Sul do Brasil e ao invés de formarem um segmento camponês acabaram se convertendo em criadores pastoris latifundiários. (WIEDERSPAHN, 1979; LAYTANO, 1948. Apud MAESTRI, 2005, p. 255). Este contexto da agricultura de subsistência na colônia

Se subordina, historicamente, a duas determinantes: àquela que lhe é própria, em relação à agricultura exportadora, à evolução urbana, às condições internas da colônia, e, ainda, à situação colonial/mercantil, dentro da qual ocupa posição secundária. [...] mas ela dependerá, também, da organização do comércio de gêneros de abastecimento, dos hábitos alimentares da população, das condições em que se baseia o sistema produtivo. Como uma atividade menor dentro da colônia, a agricultura de subsistência torna-se, assim, a retaguarda da atividade maior, que é voltada para o comércio metropolitano. Cabe à atividade menor o papel de ocupar a terra, desbrava-la, povoá-la, cumprindo as tarefas que lhe foram sendo, gradativamente, exigidas. A área que ela ocupa, e continuará ocupando, é aquela não ocupada pela agricultura comercial especulativa e não ambicionada por interesses mais fortes, daí o caráter precário e transitório do uso da terra por pequenos proprietários e lavradores sitiados, como se fossem eles ocupantes provisórios de glebas temporárias” (LINHARES, 1979, p. 110-111).

Deste modo a produção de alimentos foi neste período estrangida pela recusa da grande propriedade a produzir alimentos, visto que a produção principal resultava em maiores

lucros; pelo pouco prestígio da produção de subsistência dado o desprezo pelo mercado interno e pelos lavradores a ele dedicados; por fim “a noção prevalecente de que devia existir uma divisão das terras agrícolas, dentro de uma hierarquia social que se apoiava no tripé grande propriedade, monocultura, trabalho escravo.” (LINHARES, 1979, p. 123-124).

Frente a este cenário temos uma dimensão do nível de insegurança do abastecimento interno e do desprezo da elite para com a situação alimentar da população. Para além deste aspecto, demonstra como o camponês produtor de alimentos nas suas diferentes identidades e conformações era desconsiderado na estrutura nacional.

Uma conjuntura favorável aos produtos de exportação implicava na redução da produção de subsistência, seja pela redução da área interna destinada a produção de alimentos das grandes propriedades seja pela expansão das monoculturas sobre áreas de lavouras de alimentos das unidades camponesas, deste modo um cenário positivo para a agricultura de exportação implicava em expulsão de camponeses e crise de abastecimento nos centros urbanos. Percebe-se, desta forma, que a produção de alimentos não figurava como uma atividade planejada pela Colônia sendo uma atividade precária e instável.

Mercado interno limitado:

O capital gerado na produção era apropriado externamente e a pequena fração que ficava para o latifundiário era consumida em gastos supérfluos, resultando assim numa segmentação, em que os proprietários e comerciantes se abasteciam de produtos importados e a população em geral se abastecia da insuficiente produção local. De modo que “O Problema da escassez e da carestia se apresenta como uma constante a partir do século XVII, vivendo – pelo menos assim dirão as fontes no decorrer deste estudo – em estado de carência crônica” (LINHARES, 1979, p. 31).

O regime de trabalho escravo e todas suas implicações não favoreciam a expansão da produção de alimentos tampouco do mercado interno, aprofundando o cenário de escassez alimentar.

Comunicação das áreas produtoras com as áreas urbanas:

No segundo século da colonização há uma expansão da área de colonização, em geral marcado com a violência, sobre territórios ocupados pelos “gentios³²”. Este processo implica

³² Trabalhadores livres, povos nativos, quilombos, camponeses.

na expansão da produção de alimentos para o autoconsumo e abre caminhos de comunicação entre as regiões.

Já se encontram aí os elementos, mesmo de forma incipiente, de uma especialização produtiva: trabalho livre/escravo; litoral/sertão; agricultura/pecuária. São áreas que passam a ser ocupadas e a produzir, articulando-se com o núcleo principal, subsidiariamente à atividade predominante da colônia em suas relações determinadoras com a metrópole. (LINHARES, 1979, p. 44).

O transporte do gado se fazia pelos peões em condições precárias, a carne na cidade chegava magra, machucada, de má qualidade, os escravos (a grande maioria) consumia as tripas, o fato³³, a carne era direcionada as camadas superiores. No alto sertão a carne e leite era alimento de todos (LINHARES, 1979, p. 48-50).

Deste modo a área de produção de alimentos tinha vínculo precário com as áreas centrais, mediadas por atravessadores. Mesmo nas áreas centrais se fazia produção de subsistência, mas de reduzida quantidade. Assim as áreas centrais, eram ao mesmo tempo de muita riqueza e muita fome.

A descoberta das minas no interior do Brasil provocou mudanças importantes na estrutura de abastecimento, conforme Linhares (1979, p. 63)

A descoberta das minas de ouro a partir do final do século XVII, o intenso fluxo migratório para a região e a proliferação de povoações geraram a capitania das Minas Gerais e a transformaram num polo de convergência de várias correntes abastecedoras, através das quais a atividade mineradora repercutiu sobre quase toda a colônia, desde o Maranhão e o Piauí até as planícies do Rio Grande do Sul e do Prata.

Todavia, o sistema de transporte apresentava um conjunto de restrições para uma maior integração e garantia do abastecimento, dentre os problemas, a autora identifica que

O problema dos transportes se vincula ao sistema produtivo dominante e as vias que se abrem e se favorecem são aquelas que ligam as zonas produtoras ao porto de comercialização transoceânica. No século XIX o traçado das ferrovias irá perpetuar essa tendência da economia colonial. [...] o estado sempre precário dos caminhos aparece como uma constante [...] a própria penetração do gado no sertão teve o caráter de desbravamento. [...] as tropas de mula, se, por um lado possibilitavam as ligações em péssimos caminhos, por outro, elas se caracterizavam pela lentidão e pela limitação de carga que podiam transportar. (LINHARES, 1979, p.124).

Deste modo os produtos que poderiam ser transportados até os centros urbanos deveriam ser de baixa perecibilidade e lá chegavam com custos altos implicando assim em restrições no abastecimento urbano. O investimento em transporte estava direcionado aos produtos exportáveis afim de aumentar as margens dos produtores e exportadores.

³³ Fato = entranhas, vísceras, miúdos. São os órgãos internos do animal como coração, pulmão, bucho, rins, etc.

A ineficácia dos regulamentos:

A Coroa portuguesa manifestava preocupação com a questão do abastecimento da colônia, enxergava como uma questão de ordem social, embora nem sempre assim compreendida pelos interesses do grande comércio e da grande lavoura colonial. Dado a preocupação da coroa havia uma extensa legislação, porém se mostrava ineficaz. A este respeito (LINHARES, 1979, p. 84).

A cada ramo de negócio correspondia a sua tabela de pesos e medidas, tudo muito bem regulado, em defesa do consumidor. A prática, porém, tratou de demonstrar que os regulamentos não eram seguidos. As repetidas queixas registradas nas câmaras, os depoimentos de observadores contemporâneos e viajantes comprovam que as boas intenções das leis e dos regulamentos não encontraram terra fértil num país cuja organização social visava a preservar privilégios e cuja economia se organizara para permitir o enriquecimento de um pequeno número, na metrópole. Os que para cá vieram partiram do pressuposto, como dizia Brandônio, “de se haverem de ir para o reino”. A colônia deveria ser sempre lugar de enriquecimento rápido e fácil. Burlar a lei, fugir aos regulamentos, subornar os fiscais, extorquir rendimentos, receber propinas como prática regular do exercício da atividade pública e como forma de compensar salários, constituíram normas correntes que impregnaram a administração colonial e a mentalidade do colonizado. (LINHARES, 1979, p. 87).

Este caráter rentista e predador somado às limitações de transporte era também terreno fértil para a especulação comprometendo sobremaneira a produção e o consumo de alimentos.

Um Balanço Geral do Abastecimento na Colônia:

A partir dos aspectos evidenciados percebe-se que o abastecimento interno da colônia fica à mercê dos ciclos internacionais. Dado a limitação do mercado interno, os problemas de comunicação, a ineficácia dos regulamentos dentre outros aspectos, o produtor de alimentos, uma vez de posse de sua colheita havia de decidir entre vender ao atravessador ou se aventurar por longos, demorados e perigosos caminhos até os centros consumidores. Os atravessadores podiam então estabelecer margens elevadas entre o produtor e os centros urbanos encarecendo assim o preço dos alimentos. Deste modo, uma política de Estado para o abastecimento esbarraria assim no interesse dos atravessadores (comerciantes), dos latifundiários, dos setores privilegiados. Que sustentam privilégios à custa de um modelo que gera a escassez de alimentos.

Desta forma

... é possível verificar que os problemas da produção, do transporte e da distribuição são estruturais, não podendo jamais ser resolvidos através de medidas meramente conjunturais ou de ordem administrativa. Elas se inseriam no amago do sistema colonial, que se funda sobre o escravismo, a grande propriedade e a monocultura, bases de uma sociedade de privilégios, de profundos contrastes e de desigualdades extremas, em que a opressão dos poderosos sobre os fracos, o desrespeito à pessoa

humana e o desejo insaciável de lucro constituíam as regras de um cotidiano sempre brutal. (LINHARES, 1979, p. 96).

Nesta sociedade, conforme destaca a autora

Aos ricos competia enriquecer. Aos pobres restava a resignação sem apelo. Ao poder público, representado pela burocracia de funcionários incompetentes, medíocres, desonestos, cabia perpetuar as hierarquias existentes e delas extrair os meios para sua auto reprodução. As medidas que o *sistema* propunha e a burocracia impunha não podiam, pois, atingir em profundidade as estruturas, nem modificar as regras do jogo principal. Daí 'o contraditório' das leis, o eterno emaranhado dos problemas. (LINHARES, 1979, p. 96).

Imerso neste contexto foi-se fazendo o Brasil, três séculos de existência voltado à produção para fora com escassez interna deixando marcas profundas na sociedade e uma gama de situações as quais dois séculos depois permanecem atuais.

3.1.2 Abastecimento na nascente sociedade nacional

O processo de independência (início do Século XIX), o surgimento do café como novo ciclo econômico, a mudança do governo para o Rio de Janeiro, dentre outros acontecimentos promovem um conjunto de mudanças no Brasil, entretanto, no que se refere ao abastecimento não há grandes alterações na estrutura de produção e distribuição, mas devido ao crescimento da população urbana e livre, ocorre um aumento da demanda de alimentos e o aprofundamento da crise de abastecimento alimentar pelos mesmos motivos apresentados na seção anterior.

a economia urbana jamais é autossuficiente, pois, das atividades produtivas uma não pode ser desenvolvida em seu seio: a produção de alimentos. Paul Singer (1968, p. 7) apud Linhares (1979, p. 157)

Diante desta situação de aumento de demanda de alimentos nos centros urbanos, sobretudo no Rio de Janeiro, Linhares (1979 p. 163-164) assinala que:

A organização da produção para o abastecimento exigiu a montagem de uma estrutura de transportes e comercialização que escapava as possibilidades reduzidas do pequeno produtor. Este, quando situado na periferia de um centro consumidor em expansão, como foi o Rio de Janeiro, ou entregava seus produtos às empresas que se formavam e progrediam ou, então, limitava-se a colocar seus reduzidos excedentes no mercado ambulante. Também para o mercado interno, parecia existir a diferença entre 'produtos nobres', de consumo mais amplo e assegurado, e os 'produtos plebeus', destinado sobretudo às camadas de menor poder aquisitivo. Por outro lado, os produtores mais distantes terão de subordinar-se às normas estabelecidas pelas firmas de fazendeiros-comerciantes que pouco a pouco assumem posição de destaque na praça do Rio de Janeiro e nos negócios políticos da Corte. Tais firmas, por sua vez, vinculadas à produção de Minas Gerais, da baixada e do litoral fluminense, assumirão certa importância cada vez maior na distribuição para os outros centros de consumo do país.

Percebe-se assim que há um processo de organização e complexificação da circulação dos produtos de consumo interno que se torna importante fonte de lucros e especulação para comerciantes e empresários. Aos produtores não há alteração significativa das condições e a dinâmica da produção externa segue pautando a centralidade da produção.

Quanto à segmentação de consumo, destaca a autora que a população pobre tinha três refeições diárias, com maior significância a do meio do dia, sendo que as carnes verdes eram consumidas somente em dias de festa, enquanto que os escravos se alimentavam de três ou quatro sardinhas diárias e uma massa de angu de farinha ou pequena porção de carne seca. (Dr. Antônio Corrêa de Sousa Costa, 1865, apud LINHARES, 1979, p. 167).

Frente as constantes crises de abastecimento alimentar, denúncias, especulação dos comerciantes, desabastecimento, carestia, etc.... houveram tentativas de estabelecer políticas de abastecimento, entretanto estas eram consideradas como retrocesso ao período mercantil-colonial. Além disso estava em vigor o pensamento liberal que não reconhecia as origens da crise nas relações sociais de produção. Quando reconhecida a existência era atribuída a seca ou as chuvas. “A indolência e preguiça do povo também era uma velha queixa sempre repetida.” (LINHARES, 1979, p. 190).

O resultado desse processo todo é que

As cidades brasileiras, desde o nascedouro, sempre se defrontaram com problemas de abastecimento, sem que jamais se pudesse precisar a existência de uma *política* capaz de orientar a produção e os mecanismos de distribuição para o consumo do conjunto das populações urbanas – sobretudo das camadas pobres – e em atendimento das necessidades daqueles que estavam dedicados à produção de alimentos para o mercado interno. Assim, a história do abastecimento é, em certa medida, a que procura mostrar a face oculta de uma economia cujo *destino* era o de produzir para exportar e de uma estrutura social cujas hierarquias de prestígio, poder e de renda também se refletiam nos cultivos, na colocação dos produtos e na alimentação (LINHARES, 1979, p. 218-219).

Assim, o surgimento do Brasil como um Estado-nação pouco mudou a situação de abastecimento interno, as estruturas permaneceram inalteradas e o quadro de escassez alimentar se manteve.

Se, conforme demonstra a autora, os problemas de abastecimento não se alteraram no período que se seguiu à independência do Brasil, dois processos merecem destaque. A imigração europeia ao longo do século XIX e a lei de terras.

Com relação à imigração, essa inicia antes da independência, mas é após que ganha maior impulso, inicialmente com a chegada de Suíços e Alemães que vão sendo direcionados às regiões que eram consideráveis inservíveis ao latifúndio exportador, a este respeito destaca Maestri (2005, p. 258) que:

A ocupação com camponeses europeus sem ou com pouca terra de importantes regiões imprestáveis ao latifúndio constituiu operação planejada e implementada pelo Estado imperial com objetivos sobretudo estratégicos. As elites latifundiárias imperiais e regionais opuseram-se permanentemente ao projeto, devido a contradições políticas e ideológicas com a pequena propriedade e à resistência a que os recursos públicos não fossem canalizados para seus interesses. (LAZZARI, 1980; MACHADO, 1999. Apud MAESTRI, 2005, P. 258).

Destaca este autor que inicialmente esses camponeses imigrantes no início recebiam terras, sementes, animais e outras ajudas para o seu estabelecimento, porém com a lei de terras esse quadro se altera. Considera Maestri que a “A Lei de Terras constituiu resposta das classes proprietárias do Brasil à ameaça de futura falta de mão de obra escravizada devido à interrupção do tráfico transatlântico de trabalhadores naquele ano” (COSTA, 1992; SILVA, 1996. Apud MAESTRI, 2005, p. 257). Ou seja, a lei de terras tinha como um de seus objetivos impedir o acesso livre às terras por caboclos, nativos, trabalhadores livres, imigrantes e escravos libertos, impedia-se assim a constituição de uma agricultura destinada a produção interna de alimentos.

Os imigrantes que chegaram após a lei de terras, assinavam um contrato e compra da terra, o que orientava uma produção de caráter mercantil, o emprego de trabalho intensivo de toda a família e a busca por uma conexão direta com as cidades. Houve, conforme Maestri (2005, p. 266) um sucesso relativo deste camponês-colonial que:

Ensejou leituras apologéticas sobre ela, de forte arraigo popular, mais comumente promovidas pelas elites comerciais, financeiras e industriais dessas regiões. Segundo essas narrativas, as dificuldades iniciais dos imigrantes no Novo Mundo teriam sido imensas. [...], porém, apesar das terríveis dificuldades, baseado na sua exclusiva força, determinação e qualidade pessoal, o colono teria superado todos os obstáculos, tornando sua trajetória no Sul do Brasil um verdadeiro rosário de sucessos contínuos. (MAESTRI, 2005, p. 266-267).

Mas o autor demonstra que de fato, essa leitura propagada escamoteava uma série de relações, como as contradições entre a situação dos camponeses na Europa que migraram para o Brasil (lá ele não tinha força? Não tinha fé?), as desigualdades de gênero e geração no interior das famílias, as relações de exploração entre comerciantes e camponeses, dentre outros aspectos, ou seja, não havia de fato tanto sucesso assim, havia uma intensa exploração destes camponeses pobres que migraram, mas construiu-se entorno destes um discurso que acabava por contribuir na discriminação do caboclo, do lavrador nacional, conforme assinalado por Linhares acusado de indolência e preguiça.

Maestri (2005, p. 268) nos dá uma chave de leitura importante para compreender as razões do relativo sucesso do imigrante europeu no Brasil, afirmando que

Ao explicar o sucesso da imigração colonial devido à raça e à religião, essas narrativas míticas escamoteiam as razões profundas do sucesso relativo da imigração colonial-camponesa, ou seja, a entrega a produtores com tradição agrícola de terras

agricultáveis em contato com os mercados. Como assinalado, ali onde o imigrante não possuía tradição agrícola, quando não teve terra a sua disposição, ou ela se encontrava longe dos mercados, ele mais comumente fracassou na aventura americana.

Desta forma, acaso o caboclo tivesse tido as mesmas condições de acesso à terra (de forma estável) e acesso aos mercados poderia a produção de alimentos ter tido um importante incremento, no entanto, como abordado a expansão da produção camponesa, seja ela cabocla ou imigrante encontrou pelo caminho um conjunto de bloqueios e uma forte oposição do setor latifundiário e agroexportador. De toda a forma, a agricultura camponesa possibilitada pelo processo de imigração constituiu-se na “maior e mais bem-sucedida operação de reforma da apropriação latifundiária da terra jamais desenvolvida no Brasil, com resultados econômicos, políticos, sociais etc., até hoje de grande alcance.” (MAESTRI, 2005, p. 268).

O debate acerca do abastecimento e da produção para o mercado interno ganhou novo impulso no fim do século XIX e especialmente no início do século XX, em que a crise do liberalismo econômico em escala global, a primeira guerra mundial e seus desdobramentos tiveram repercussões importantes sobre o abastecimento no Brasil, do ponto de vista político tornavam-se mais agudos os choques de interesses entre o comércio importador no Brasil, a grande lavoura, a nascente burguesia industrial e os interesses do capital estrangeiro, do ponto de vista econômico há uma elevação do preço dos alimentos gerando instabilidades políticas.

As causas da elevação dos preços dos alimentos eram principalmente quatro fatores (LINHARES & SILVA, 1979, p. 27-43):

1. Inflação – diminuía o poder aquisitivo da população pobre, ao passo que aumentava a disponibilidade monetária para a grande lavoura;
2. Exportações de alimentos como arroz, feijão, milho, charque, batata. Eram alimentos que antes não se exportavam e estavam destinados ao mercado interno. Em função da guerra na Europa estes passam a ser exportados, gerando escassez no mercado interno e além disso as importações de alimentos se tornam mais caras;
3. Domínio estrangeiro sobre a produção, comercialização e crédito. Os monopólios estrangeiros elevavam os preços afim de aumentar as taxas de lucro. Pressionavam a redução de tarifas como elemento de redução dos preços, mas como demonstra a autora, a redução dos impostos não chegava no consumidor (aumentavam os lucros do grande produtor e do comerciante) e criava um problema fiscal para o Estado;
4. Especulação com os Alimentos: os açambarcadores mantinham estoques elevados (correndo o risco de estragar), mas não colocavam no mercado aguardando uma elevação de preços.

Frente a esse quadro e com a Revolução Russa (1917), preocupa-se a elite com a revolta popular e passa a gestar a crise. Cria-se o Comissariado de Alimentação Pública. Este não teria como ir contra os interesses hegemônicos presentes na sociedade e no Estado. O decreto de criação deste do comissariado deixa claro que o problema é visto como conjuntural, e assim deveriam ser as medidas (LINHARES & SILVA, 1979, p. 43-45), no entanto, assim mesmo

houve críticas e protestos contra a criação deste por parte dos que mais se beneficiavam com a crise de abastecimento, como demonstra a autora

Claro está que quem mais protestou contra a criação do Commissariado de Alimentação Pública foi uma fração da burguesia, diretamente vinculada ao abastecimento (usineiros, charqueadores, plantadores, fabricantes de bebidas e beneficiadores de alimentos e algodão) que viram no commissariado uma ameaça aos seus lucros (LINAHRES & SILVA, 1979, p.47).

Uma das medidas adotadas foi o tabelamento e a colocação de estoques a venda. Enfrentou-se o mercado varejista, mas não o atacadista. Surgiram pressões para excluir itens do tabelamento (destinados à exportação e as classes abastadas), bem como da primeira linha dos produtos (de qualidade superior), logo o efeito disso seria que a produção se especializaria ainda mais para a exportação e para a produção de produtos de qualidade superior destinados aos ricos e livre do tabelamento. (LINHARES & SILVA, 1979, p. 47-49).

O commissariado era uma intervenção *in extremis*; ou seja, só se concretizou quando se tornou clara a ameaça de uma crise generalizada, que colocaria em risco toda a ordem estabelecida. Como uma forma extremada de intervenção, provocou cisões e, não conseguindo abranger os interesses de todas as oligarquias, entrou em choque com os usineiros de Pernambuco e, também, com todas as frações do bloco no poder – comerciantes, atacadistas, importadores e a nascente burguesia industrial (LINAHRES & SILVA, 1979, p. 52).

Para contrabalançar esses conflitos de interesses priorizou-se ações de fomento, como fixação de preço mínimo para alguns produtos afim de incentivar a sua produção, isenção de impostos, investimentos em transportes, dentre outras medidas de fomento, de modo que as estruturas econômicas, ou seja, a concentração da terra, o monopólio do comércio, a prioridade para a produção de exportação, a comunicação entre os centros urbanos e o interior, dentre outros permaneceram intocados.

3.1.3 O Abastecimento Alimentar entre 1930 e 1964

No cenário internacional há o ambiente que antecede segunda guerra mundial e o desenrolar da guerra, gerando aos países periféricos espaços para um desenvolvimento com maior autonomia. Neste contexto há mudanças importantes no que tange ao conjunto do abastecimento interno no Brasil, sobretudo em relação à atuação Estatal.

Nesse período o problema do abastecimento segue colocado. Houve enchentes, perdas de safras e aí a especulação teve campo fértil para obter lucros com os produtos. Mas os problemas não eram só esses. Ainda não se tinham as condições para uma ação geral no

abastecimento, realizava-se medidas pontuais de fomento a determinadas atividades que tinham resultados duvidosos ou ineficientes. (LINAHRES & SILVA, 1979, p. 62-64). Assim,

O problema do abastecimento da população continuava ainda em 1945, sendo motivo de sérias preocupações. Não há dúvida de que a questão do barateamento do custo de vida envolvia a todos – Estado, industriais e consumidores urbanos em geral, sobretudo após deflagrada a guerra. Os operários, em parte para acalmar suas reivindicações, haviam sido contemplados com abonos, objetivando-se, assim, corrigir a perda do salário real. Mas a situação não tendia a se amenizar (LINAHRES & SILVA, 1979, p. 63).

Dentre os elementos que agravavam a situação estavam: produção insuficiente; preços elevados diante dos salários; desaparecimento de produtos do mercado; safras perderam-se nos centros de origem em função do custo do combustível e do frete; demora nos transportes; quando o prejuízo não era total, era elevado e afetava o preço final. Para aliviar a crise o governo isentou de tarifas alguns produtos importados de primeira necessidade (mas a lista incluía alimentos que não estavam na mesa da população em geral, “o que comprovava claramente que a ‘crise de abastecimento’ era utilizada pelos interesses do capital comercial ligado as importações” (LINAHRES & SILVA, 1979 p.64).

Neste período histórico Josué de Castro (1961, p. 49) apud Linhares & Silva (1979, p. 67-69) apontava duas situações generalizadas, a fome crônica em algumas regiões e a subnutrição em outras, era a “indústria da fome” contraposta ao “fique rico! ”.

Um dos pilares da ‘indústria da fome’ era a incapacidade do Brasil em produzir seus alimentos, somando-se a isto a limitação do povo em adquiri-los, o que poderia constituir-se em um importante fator de estímulo à produção agrícola do país. Assim, o atraso da agricultura, na argumentação de Castro, constituía-se em ciclo vicioso reproduzindo a pobreza. A produtividade do trabalhador agrícola e da terra, no País, era das mais baixas do mundo [...] (LINAHRES & SILVA, 1979, p. 68-69).

Todavia, esta reprodução da pobreza no campo não pode ser compreendida como uma “fragilidade” do campo ou da economia agrária, ocorre que esta é a parte da economia brasileira que é mais afetada pelas relações de dependência (FERNANDES, 2008, p. 175) e além disso

O crescimento dos polos ‘modernos’, urbano-comerciais ou urbano-industriais, passaram a depender, de forma permanente, da captação de excedentes econômicos da economia agrária, organizando-se uma verdadeira drenagem persistente das riquezas produzidas no ‘campo’, em direção das cidades com funções metropolitanas. A revolução urbana condenou, portanto, a revolução agrícola, o que fez com que o capitalismo agrário fosse reduzido, de fato, a um subcapitalismo, destinado a funcionar como força de alimentação, de propulsão e de sustentação dos ‘polos dinâmicos’ da economia interna (FERNANDES, 2008, p. 176).

Esta condição não gera maiores incômodos as classes possuidoras, estas enxergam essa drenagem de recursos da economia agrária como um mal necessário e buscam compensar esse movimento com o aumento da exploração dos trabalhadores utilizando-se de relações pré ou

sub capitalistas de modo que ocorre um “atrofiamento crônico da intensidade do desenvolvimento capitalista no campo” (FERNANDES, 2008, p. 179).

Portanto, o ciclo vicioso de pobreza no campo não é uma questão do campo, mas uma questão estrutural, pois, conforme Fernandes (2008, p. 181-182)

Privado de outras fontes de expropriação de riquezas, o Brasil dependeu e ainda depende da economia agrária como recurso ou técnica de acumulação originária de capital. Assim as parcelas de excedente econômico, que se transferem do campo para a cidade e são nela retidas, servem de base material para a reprodução de sociedades urbanas em mudança, com seu mercado capitalista moderno, com suas tendências à intensificação da divisão do trabalho, de diferenciação e integração do trabalho assalariado, etc.

Segue Fernandes (2008, p. 182)

Dessa perspectiva, para que o capital possa reproduzir na economia urbana o trabalhador assalariado, é necessário que exista na economia agrária o capital que reproduz o trabalhador semilivre. Do mesmo modo, o despossuído, que não logra sequer a proletarização na economia agrária, está na raiz das possibilidades de trabalho assalariado do operário urbano.

Neste período histórico, estes trabalhadores semilivres constituíam segundo Fernandes (2008, p. 184) de 50 a 70% da população rural

Formando maiorias que continuam destituídas sob o regime capitalista, que não lhe oferece condições econômicas, socioculturais, psicológicas e políticas de uma classe social. Constituem o vasto contingente dos *condenados do sistema*, os segmentos da população brasileira que suportam os maiores sacrifícios, decorrentes dos custos diretos ou indiretos da existência de uma sociedade de classes e da prosperidade urbana, mas que são ignorados na partilha dos benefícios da “civilização” e do “progresso”. (FERNANDES, 2008, p. 184).

Fica evidenciado assim que a pobreza e a miséria no campo, a indústria da fome, não é uma questão do campo, mas do modo de desenvolvimento econômico no Brasil suas articulações externas e internas que reproduzem a pobreza frente a concentração da riqueza. Frente a essa situação se colocava o debate da reforma agrária e da modernização da agricultura. Quanto a reforma agrária Linhares & Silva (1979, p. 68-69) resgatam Josué de Castro que considerava esta como única solução para superar a miséria e as estruturas rurais e deveria ser

... encarada como uma necessidade histórica e concebida como sendo uma ‘revisão das relações jurídicas’ entre aqueles que detinham a propriedade da terra e os trabalhadores agrícolas. Sua realização impunha-se não apenas como forma de superar a miséria, mas também como meio indispensável de manter, e permitir, o desenvolvimento industrial. Ao lado disso, dever-se-ia solucionar questões paralelas que a reforma agrária não conseguiria abranger, fundamentalmente na esfera da circulação, onde monopolistas e atravessadores constituíam-se nos prósperos empresários da ‘indústria da fome’. (LINHARES & SILVA, 1979, p. 68-69).

A respeito da modernização da agricultura Fernandes (2008, p. 189) considera que o problema central está no capitalismo dependente, enquanto este persistir

A mera modernização das economias agrárias não provocará nem a completa integração do mercado interno nem a homogeneização relativa do desenvolvimento capitalista da economia brasileira como um todo. Pois, no fundo é ele que gera o caráter subcapitalista das empresas agrárias, condenando-as a ser a maior reserva de injustiças, de tensões e de contradições da sociedade brasileira. (FERNANDES, 2008 p. 189).

A superação do capitalismo dependente e a reforma agrária se colocavam como processos necessário à superação da fome e que exigiriam profundas rupturas, envolviam interesses diversos e despertaram um intenso debate neste período entre 1930 e 1964, tal debate foi intensificado em função das restrições no mercado externo em decorrentes da segunda guerra mundial e o efervescente processo político no Brasil.

A partir de todo este processo avançou-se na elaboração de uma política de abastecimento que fora possível devido principalmente à: I) nova composição social do bloco no poder; II) crise do velho sistema colonial e a emergência de uma economia nacional; III) incapacidade da burguesia de constituir um projeto deslocando esse papel para ao Estado; Importante ressaltar que haviam diferentes correntes de análise e cada qual daria ênfase a um ou outro aspecto relativizando a importância dos outros. (LINHARES & SILVA, 1979, p. 69-78).

A tendência de aumento da intervenção do Estado no setor privado, atendia a necessidade de superar os efeitos internos da crise mundial e ao mesmo tempo reorganizar a economia cortando laços de dependência.

Assim a intervenção governamental procurava:

a) *institucionalizar formas de apoio ao mercado interno*, como meio mais eficaz de fugir às crises, criando um mercado onde o capitalismo pudesse se realizar enquanto um modo de produção de mercadorias, através do esforço crescente da infraestrutura viária, com a melhoria das rodovias e ferrovias já existentes e com a criação de milhares de novos quilômetros praticáveis; b) incentivar a mobilidade da fronteira econômica, visando incorporar o espaço ao domínio da produção capitalista; c) os diversos núcleos isolados e que até então não eram levados a sério na contabilidade nacional ou, conforme Vargas, ‘povoar racionalmente o país’ através de ferrovias, rodovias e bem aparelhados portos, como única forma de ligar os nódulos da nossa população ganglionar, assumindo assim a ideologia da fronteira um papel de suma importância na tática governamental; e, d) por fim, a estruturação de um denominador comum de todas as categorias na política salarial, evitando que o ‘mercado livre’ provocasse um aumento dos salários das categorias especializadas que pudesse perturbar os novos mecanismos de acumulação (LINHARES & SILVA, 1979, p. 83).

Desenhava-se assim um conjunto de medidas com potencial de alterar o quadro de escassez crônica no abastecimento alimentar brasileiro, porém as medidas estavam mais

focadas na circulação o que sem dúvida permitiria o acesso aos mercados para um conjunto de famílias camponesas incentivando o aumento da produção e possibilitando uma internalização de valor, desde que nas trocas estas não fossem submetidas à mercados monopolizados. Todavia, para a implementação deste conjunto de medidas não seriam poucos os interesses contrariados provocando tensões entre os diversos setores da elite repercutindo em tensões crescentes entre projetos de desenvolvimento nacional.

O contexto do fim da segunda guerra mundial, a guerra fria, os debates acerca do desenvolvimento e das possibilidades repercutiram nas discussões e ações a respeito do abastecimento alimentar, de um lado a perspectiva de desenvolvimento nacional em que a agricultura e a reforma agrária teria importante papel juntamente com outras reformas estruturais, de outro lado a perspectiva de desenvolvimento associado ao capital internacional, sobretudo ao norte-americano submetendo-se aos interesses do capital monopolista internacional. (LINHARES & SILVA, 1979, 125-127), cabe lembrar que a esta altura da história, os EUA já estavam com seu modelo de agricultura moderna, a agricultura intensiva em insumos químicos, pronta para ser vendida ao mundo como alternativa à reforma agrária e dando passos na estruturação do Regime Alimentar Intensivo.

Neste cenário os problemas do abastecimento seguiam presentes gerando revoltas, instabilidade política e preocupando as elites, havendo intensos debates acerca do desenvolvimento do capitalismo no Brasil podendo-se observar:

a) os problemas do abastecimento dos centros urbanos (escassez crônica de gêneros alimentícios) decorriam da estrutura fundiária (latifúndio versus minifúndio), que explicaria o atraso das forças produtivas e sua incapacidade de produzir alimentos a baixo custo para suprir o mercado interno. Dessa forma, o desenvolvimento urbano, encarado nos moldes históricos do desenvolvimento capitalista clássico, era obstaculizado pelo atraso da agricultura; e b) as relações de produção no campo brasileiro, por não serem capitalistas [...] retardavam a expansão do mercado consumidor para os produtos industriais (LINHARES & SILVA, 1979, p. 157).

Assim, a transformação do campo seria condição primeira para o desenvolvimento capitalista brasileiro. Neste sentido o debate acerca da reforma agrária envolvia a diferentes interesses, dos camponeses, dos trabalhadores, dos industriais, da burguesia comercial, do latifúndio gerando intensos debates e polêmicas.

Previa-se que o Brasil caminhava para uma crescente modernização da agricultura, cujos efeitos deveriam alterar substancialmente a produtividade do trabalho e a oferta de empregos. Tal fenômeno, previsto por Darcy Ribeiro em algumas regiões do País para a década de 1970, traria seguramente duas consequências básicas: a) 'promessa de fartura alimentar para um povo que viveu sempre com uma dieta paupérrima' b) 'ameaça que representa marginalizar ainda maiores contingentes rurais, atirando-os fora das fazendas e conduzindo-os à periferia das cidades, cuja industrialização de alto nível técnico será incapaz de absorvê-las' (LINHARES & SILVA, 1979, p.161).

Uma modernização da agricultura que não incorporasse trabalho, marginalizando a população rural e empurrando-as para a cidade teria impactos preocupantes para o Brasil, pois se houvessem nações europeias que se desenvolveram sem realizar uma reforma agrária, isso não gerou maiores problemas pois havia para onde enviar o excedente populacional, não era o caso do Brasil. Diante de tudo isso, avançou-se num plano de reforma agrária, com a finalidade de destravar o desenvolvimento capitalista do Brasil, aumentando o mercado interno e a oferta de alimentos, porém, antes de se efetivar houve o golpe militar de 1964.

3.1.4 O Regime Alimentar Intensivo Norte – Americano e o abastecimento no Brasil

O governo instalado a partir de abril de 64 preocupava-se com a situação do campo, principalmente com o enfoque funcionalista da questão agrária e das lutas que aí se travavam. Foi estabelecido o Estatuto da Terra,

Este documento se propunha técnico, como meio de evitar ferir os interesses fundiários e, em suma, promover a justiça social ‘com a gradual extensão do minifúndio e do latifúndio, prevendo o acesso à propriedade rural pela desapropriação por interesse social, doação, compra e venda, arrecadação de bens vagos, reversão à posse do poder público de Terras de sua propriedade’ (Alberto Venâncio Filho. A intervenção do estado no domínio econômico. - Rio de Janeiro, FGV, 1968, p. 127 ss, apud LINHARES & SILVA, 1979, p. 167).

Apesar do Estatuto da Terra abrir possibilidades para intervir na estrutura fundiária, conforme Ianni apud Linhares & Silva (1979, p. 167) a política agrária do novo regime foi tímida e compassada, aplicada em doses homeopáticas, a legislação foi aplicada em casos isolados de escassa repercussão.

Conforme Delgado, (2012, p. 18-19), o regime militar adotou para o campo a modernização conservadora da agricultura, a reforma agrária é derrotada e opta-se dentro dos marcos do regime alimentar global do capital por desenvolver uma agricultura capitalista integrando-a com a economia urbana e industrial e com o setor externo, mas conservando a estrutura fundiária existente, ou seja, o padrão de alta concentração da terra. Ocorre uma integração técnica da agricultura com a indústria, a articulação do sistema nacional de crédito rural (SNCR), a reorientação dos institutos por produto³⁴, o planejamento induzido de mercados

³⁴ IBC – Instituto Brasileiro do Café; CEPLAC – Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira; CTRIN – Comissão de Compra do Trigo Nacional; IAA – Instituto do Açúcar e Alcool; etc.

na política agrícola desonerando riscos (seguro de preço e seguro de produção) e a adoção da revolução verde.

Deste processo resultam os complexos agroindustriais combinando a indústria processadora de produtos rurais, o setor produtivo agrícola, a indústria de bens de capital e os serviços de apoio. Quanto a esta modernização que ocorre a partir de 1930, mas se intensifica no período de 1965 a 1980, Delgado destaca que

O papel diretor da política econômica e social do governo federal nesse processo foi crucial, e indissociável de outros processos coetâneos: centralização política do Estado, construção do mercado interno, industrialização substitutiva de importações, etc. (DELGADO, 2012, p. 19).

Dentre as políticas, o crédito ganha relevo, pois, conforme Delgado (2012), em função das características da agricultura (prazo de tempo de produção sem produtos intermediários, e calendário agrícola determinado pelas condições naturais), há uma necessidade de crédito para sustentar a produção e as taxas de lucro, logo, a política bancária³⁵ “passa a ter importância fundamental para a definição do nível e da composição da produção a curto prazo” (DELGADO, 2012, p. 26).

Junto com a política de financiamento da produção entram também os mecanismos de suporte à comercialização, como o crédito para comercialização, as compras governamentais, apoio à exportação por meio de taxas de juros favorecidas e créditos fiscais bem como a sustentação de taxa de câmbio favorável à exportação.

Fica evidente assim, o papel do Estado no desenvolvimento da produção agropecuária nacional plenamente articulada ao regime alimentar intensivo Norte-Americano, que irá no seu desenvolvimento aprofundar a integração de capitais sob domínio do capital financeiro, como tratado na seção em que discutimos as formas de contra tendência na redução da taxa de lucros, lá afirmamos que este processo levará à um crescente processo de organização monopolista dos mercados.

Delgado (2012, p. 91) resume da seguinte forma como este regime alimentar se manifestou concretamente no caso brasileiro

A história econômica brasileira do período militar revelou um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura. Esse processo do ponto de vista da acumulação de capital, tem o caráter de um pacto da economia política, em sua acepção clássica, e é fundamentado na organização dos interesses

³⁵ A política bancária diz respeito a taxas de juros, prazos e resgates, carências, preços mínimos de garantia, ‘valores básicos de custeio’ por produto e nível de tecnologia e irão ter papel determinante no desenvolvimento de determinadas atividades agrícolas.,

hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado (DELGADO, 2012, p. 91).

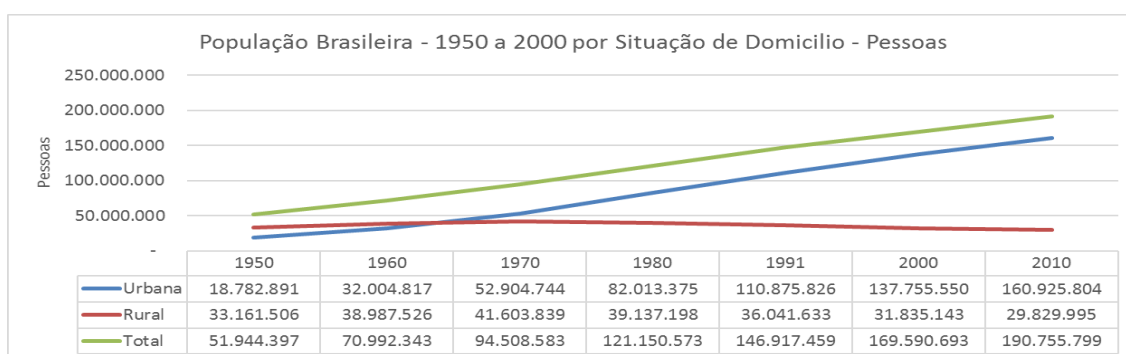
Assim, temos que neste regime, o exercício de dominação do centro sobre a periferia não se configura como no modelo anterior, através de administrações locais diretamente vinculadas às metrópoles, o mecanismo de articulação passa a ser as relações de dependência, que pelo modelo de produção adotado se intensificam.

No cenário externo, conforme fora abordado no item 2.2.2, o regime alimentar intensivo norte-americano entra em crise com o colapso do sistema monetário de Breton Woods, do ponto de vista interno ocorre a crise cambial de 1982, a expansão da dívida externa, a estagnação econômica, crescimento da inflação e o desgaste da ditadura em meio ao processo de mobilização popular pela redemocratização e estabelecimento de uma nova constituição. A junção destes processos desarticula um conjunto de instrumentos de fomento ao modelo de produção intensiva. No início dos anos 1990, implantaram-se um conjunto de reformas neoliberais que desmontaram estruturas de fomento produtivo e comercial, alteraram a política agrícola e abriram o comércio exterior de maneira distinta dos processos anteriores.

A adoção do modelo de modernização conservadora na agricultura resulta num conjunto de consequências para o abastecimento alimentar no Brasil, há um intenso processo de migração do campo para a cidade, aumento da concentração da propriedade da terra, chegando em fins dos anos 1990 com um quadro de fome e insegurança alimentar no Brasil elevado.

Afim de demonstrar empiricamente esta situação apresentamos três aspectos, o primeiro é com relação a população residente nas áreas rurais e urbanas como podemos ver no gráfico 1, concomitante ao período da modernização conservadora da agricultura temos uma redução da população rural que passa de pouco menos de 39 milhões de pessoas em 1960 para 29,8 milhões em 2010, ao passo que a população urbana tem crescimento acelerado, passando no mesmo período de 32 milhões de pessoas para 160,9 milhões.

Gráfico 1 - População Residente por Situação de Domicílio - 1950 a 2000

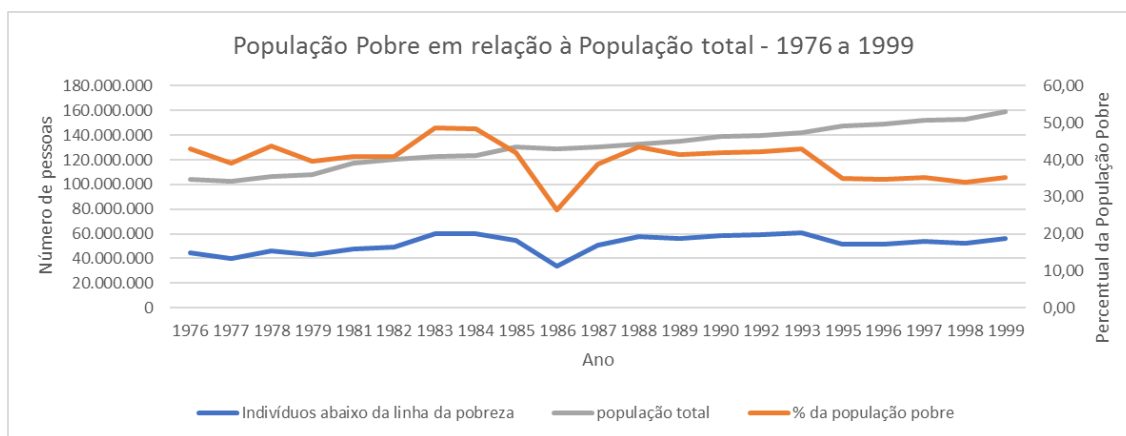


Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração do Autor.

Portanto, observa-se que o processo de modernização da agricultura não absorveu a população rural marginalizando-a do campo. Esta população deslocou-se para as cidades e não encontrou melhores condições de vida, como demonstram os dados do segundo aspecto, a população pobre.

Com relação a situação de pobreza, considerando os dados publicados pelo IPEA anualmente, conforme gráfico 2, o número de pessoas pobres (calculado com base nas necessidades calóricas), de 1976 (ano de início da série histórica) até 1984 apresenta um aumento da população pobre, com uma queda expressiva entre 1984 e 1986, retomando crescimento a partir de então.

Gráfico 2 População Pobre em relação à população total - 1976 a 1999



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Elaboração do Autor.

Desta forma, percebe-se que a população marginalizada no campo não teve destino diferente na cidade.

Com relação ao terceiro aspecto, temos o tempo de trabalho necessário para adquirir a cesta básica que teve sua composição definida pelo decreto lei N° 399 de 1938 (disponível na tabela 1 e que continua em vigor), considerando a cidade de São Paulo no período de 1960 a 1999 temos a evolução registrada no gráfico 3.

Tabela 1 – Composição da Cesta Básica

Tabela de provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: Decreto Lei nº 399 de 1938. Quadro anexo. As quantidades diárias foram convertidas em quantidades mensais.

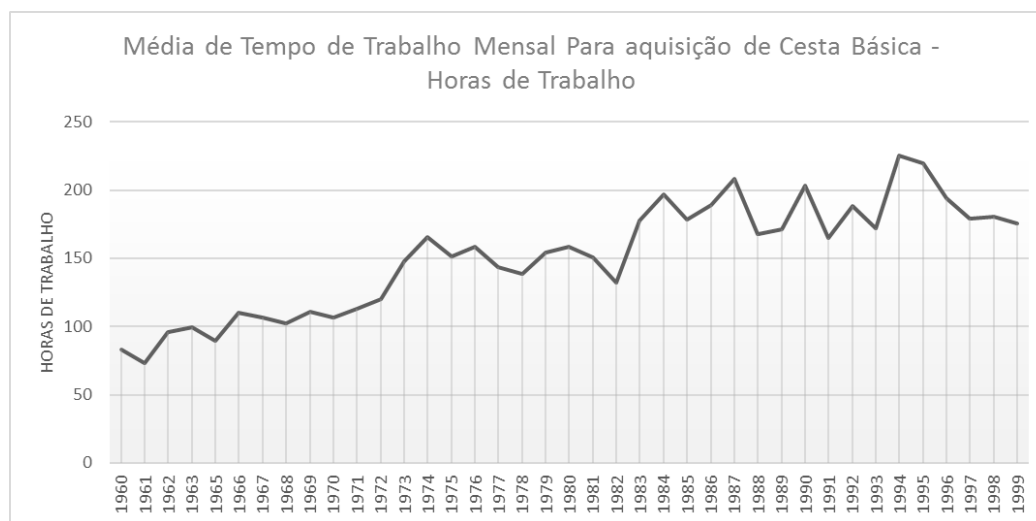
Obs.: Região 1 - Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Distrito Federal.

Região 2 – Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Região 3 - Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nacional - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

Gráfico 3 - Tempo de Trabalho Necessário Para Adquirir Cesta Básica na Cidade de São Paulo - 1960 a 1999



Fonte: DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e estudos Socioeconômicos). Elaboração do Autor.

Observa-se neste gráfico que em 1960 um trabalhador de salário mínimo necessitava de 82,9 horas de trabalho mensais na cidade de São Paulo para adquirir uma cesta básica, esse tempo se expande chegando em 1994 a 225 horas de trabalho, demonstrando assim que os alimentos passaram a ter um peso maior no orçamento das famílias seja pelo aumento do seu preço, seja pela redução do valor do salário.

Esses três aspectos demonstram que o período de 1960 a 1999 no tocante ao acesso à alimentação houve uma piora das condições gerais, o cenário de escassez de alimentos (mais expresso na escassez de meios para a aquisição dos alimentos) segue presente em todo o território nacional. Se avaliado este cenário em relação ao desenvolvimento econômico do país e a expansão da produção agrícola no período, percebe-se que o abastecimento interno para a população seguiu sendo assunto lateral de menor importância para as classes dominantes.

3.2 Abastecimento Alimentar em Tempos de Agronegócio e o Regime Alimentar Corporativo

O abastecimento alimentar no Brasil contemporâneo está imerso no contexto do terceiro regime alimentar e suas crises, como vimos na seção 2.2.3, o regime alimentar corporativo é definido pela hegemonia de mercado em “um amplo projeto neoliberal dedicado a assegurar rotas transnacionais de capital e commodities (incluindo alimentos) – transformando pequenos agricultores em uma força de trabalho global informal em prol do capital”. (MCMICHAEL, 2016, p. 15-16). Este terceiro regime aprofundou o processo da divisão internacional do trabalho na agricultura constituído no regime anterior através da incorporação de

Novas regiões às cadeias de proteína animal (por exemplo, Brasil e China), integrando cadeias de suprimento diferenciadas a uma ‘revolução’ do supermercado (Reardon et al. 1993) e subdividindo os alimentos em duas categorias – itens de qualidade e itens padronizados –, para suprir dietas de classe bifurcadas. (MCMICHAEL, 2016, p. 19).

Tal processo, como veremos, se mostrou evidente no cenário brasileiro com o crescimento da produção de soja e milho dedicados à produção de carne, redução na produção de alimentos tradicionais e expansão da importância da produção agrícola no comércio externo brasileiro, estes movimentos também estão de acordo com as mudanças macroeconômicas que ocorreram no Brasil em 1999 em função da crise cambial quando as exportações passam a ter prioridade na agenda econômica.

Analisar o conjunto do sistema de abastecimento alimentar contemporâneo, como discutido anteriormente exige inicialmente levar em consideração os aspectos políticos e econômicos (internos e externos) e o processo histórico que implicou em determinadas formações histórico-sociais. Demarcado em linhas gerais este contexto, caberia a análise da evolução no período de cada um dos setores que compõe o sistema de abastecimento buscando captar causas e efeitos das mudanças ocorridas, suas implicações no padrão de desenvolvimento

capitalista, e sobretudo as consequências para a população no acesso aos alimentos e à qualidade destes.

Quanto aos setores que nos referimos, entendemos que na atualidade seriam principalmente a indústria de insumos, a produção agropecuária, transporte, armazenamento, agroindústrias, mercado atacadista, mercado varejista e o consumo, sendo que todos estes setores são mediados por sistemas de financiamento e crédito (público e privado), de dinâmicas especulativas do capital financeiro, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e políticas públicas. Cada setor deste tem relações de interdependência com os demais, se retroalimentam, portanto, a análise de qualquer um destes não pode estar dissociado dos demais.

Para cada um dos setores compreendemos que seria significativo pesquisar os seguintes aspectos:

* Indústria de insumos: dentre as indústrias de insumos podemos destacar a de máquina agrícolas, fertilizantes e agrotóxicos. Caberia uma identificação do número de indústrias, país de origem, nível de concentração do mercado, faturamento.

* Produção agropecuária: produtos que compõem a cesta básica, principais produtos exportados, evolução desta produção, tipos de estabelecimentos produtores, evolução da produtividade, produção média por estabelecimento, importações e exportações do produto, localização por grande região.

* Transporte e armazenamento: infraestrutura de transportes, evolução do custo médio por tonelada, capacidade instalada de armazéns, volume armazenado, locais de armazenamento, participação do setor público e privado no armazenamento, número de empresas privadas, capital de origem.

* Agroindústria: em cada cadeia produtiva identificar os tipos de agroindústrias, número de empresas atuantes, capital de origem, nível de concentração do mercado,

* Mercado atacadista: estrutura do mercado atacadista, volume movimentado anualmente, número de empresas, nível de concentração do mercado, país de origem;

* Mercado varejista: estrutura do mercado varejista, volume movimentado anualmente, número de empresas, nível de concentração do mercado, país de origem;

* Perfil de consumo da população: nível de segurança alimentar da população, custo da cesta básica e tempo de trabalho necessário, dietas por classes de renda, alimentação fora do domicílio, alimentos de maior significado no consumo, mudanças de hábitos alimentares;

* Políticas Públicas: para cada um dos setores acima há políticas e regulamentação pública que influem sendo necessário ao analisar cada setor avaliar as políticas a este setor direcionadas, identificando seus efeitos, contradições e interesses em disputa;

* Papel da Financeirização: avaliar em cada setor a importância do capital financeiro e os mecanismos de financeirização presentes, identificando os impactos deste capital no setor em questão;

* Classes sociais e seus interesses: avaliar em cada setor como se manifestam os interesses das classes sociais, frações de classe e seus grupos de interesse, bem como a capacidade de imposição dos interesses específicos ao conjunto da sociedade.

Percebe-se que são temas extensos e amplos que exigem um processo de estudo além das condições desta pesquisa ficando assim como indicativos para pesquisas futuras ou mesmo para serem desenvolvidas por outros pesquisadores.

Assim, optamos aqui por, à partir do debate histórico e das condições políticas e econômicas globais demarcados anteriormente, fazer um estudo sistemático da produção dos produtos agrícolas que compõem a cesta básica e dos que se destacam na exportação. Quanto ao primeiro critério foram selecionados 6 produtos, são eles: feijão, arroz, mandioca (farinha), trigo (pão francês), café (café em pó) e cana-de-açúcar (açúcar). Quanto ao segundo critério foram adicionados à seleção, soja e milho.

Como mencionado, ao discutir a esfera da produção agrícola, dado as interpelações e codeterminações do sistema de abastecimento alimentar acabaremos por fazer algumas observações sobre os demais setores. Esperamos assim aportar ao debate uma visão geral do abastecimento alimentar no período e uma visão com mais detalhes acerca da produção agrícola.

3.2.1 O Arranjo Macroeconômico no período

A abertura econômica dos anos 1990 está no bojo da adoção das regras de livre comércio dirigido pelas corporações transnacionais e os governos dos países centrais, busca-se a estabilidade econômica do Brasil através da chamada âncora cambial, da atração de investimentos estrangeiros, privatização de empresas estatais, da importação de produtos manufaturados, dentre outros mecanismos.

Este arranjo macroeconômico implica em uma nova crise cambial em 1999, em que se articula uma saída conjuntural via exportação de produtos primários lançando as bases para o

atual agronegócio que emerge à cena política no fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), demarcando assim a “construção de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado por dentro da política econômica e financeira do Estado. ” (DELGADO, 2012, p. 89). Delgado afirma que a descrição técnica de complexos agroindustriais, complexo rural, cadeia produtiva, etc. são incapazes de explicar o que ocorre no campo, para o autor

a ideia-força da acumulação de capital em múltiplos setores – agricultura, cadeias agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito -, sob patrocínio do Estado, retornará ao centro do debate das políticas públicas no Brasil dos anos 2000, agora como estratégia econômica principal do comércio exterior, mas também como pacto de economia política, no sentido clássico das classes sociais associadas politicamente, para a captura do excedente econômico e particularmente da renda fundiária agrícola e mineral. (DELGADO, 2012, p. 92-93).

Esse pacto de economia política, autodenominado de agronegócio é um relançamento da economia agroexportadora, assim caracterizado por Delgado (2012, p. 94)

[...] o agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado.

Percebe-se então que há uma combinação do contexto interno (que não é isolado do padrão de desenvolvimento capitalista mundial), das frações de classe e seus interesses com os padrões gerais do regime alimentar corporativo implicando assim em um processo forte, amplo e articulado.

Como dito, o segundo governo FHC iniciou o relançamento do agronegócio, processo que foi continuado nos governos Lula e Dilma, quando as principais iniciativas foram I) investimentos em infraestrutura permitindo a incorporação de novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais do agronegócio; II) direcionamento da pesquisa pública via EMBRAPA articulada com as multinacionais do setor; III) afrouxamento da regulação das terras, seja as devolutas que não são arrecadadas, as improdutivas que não são desapropriadas, seja a titulação das terras griladas na Amazônia Legal; IV) mudança na política cambial tornando o agronegócio competitivo no mercado externo e, por fim, a V) reativação do crédito rural. (DELGADO, 2012, p. 94).

Somado a essas e outras medidas internas, tem-se uma crescente demanda mundial por grãos em especial soja e milho, bem como açúcar-álcool, carnes e celulose de madeira. Tais produtos têm sua demanda acrescentada em função das alterações no padrão alimentar introduzidas anteriormente referidas, mas que tem como destaque o aumento do consumo de

carne e alimentos processados a base de milho, soja e trigo. Também influenciam o uso de alimentos para a produção de combustíveis. Esses produtos (soja, milho, açúcar, álcool, carnes, celulose) junto com produtos minerais passam a dominar a pauta de exportação brasileira. Conforme Delgado (2012, p. 95).

O sucesso aparente da solução primário exportadora significará na primeira década do século XXI uma quadruplicação do seu valor em dólares – o valor médio atual das exportações de 50 bilhões de dólares no período 1995/1999 cresce para cerca de 200 bilhões no final da década de 2000; mas o grande campeão dessa evolução é a categoria dos produtos básicos, que pula de 25% da pauta para 45% em 2010.

Conforme podemos ver no gráfico 4 o valor das exportações do complexo Soja, Sucroalcooleiro e o Milho são incrementados respectivamente em 744,20%, 517,24% e 802,54%.

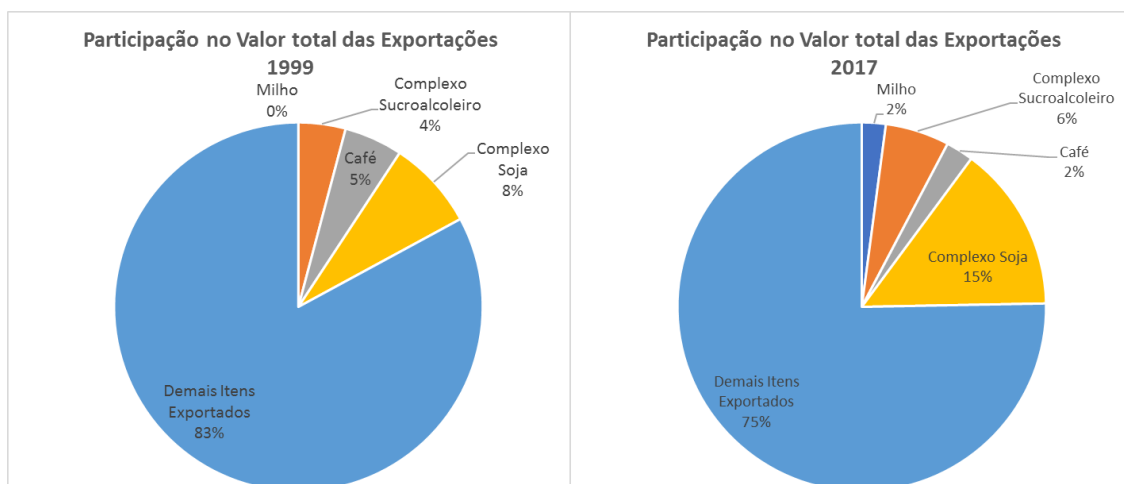
Gráfico 4 - Comparativo do Valor das Exportações dos complexos Soja e Sucroalcooleiro, café e milho – 1999 e 2017. Em bilhões de US\$



Fonte: MDIC e MAPA. Elaboração do Autor.

A participação destes itens no total das exportações pode ser verificada no gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Participação no Valor total das exportações. Comparativo 1999 e 2017



Fonte: MDIC e MAPA. Elaboração do Autor.

Neste gráfico percebe-se claramente o aumento da importância do complexo soja na geração de divisas para o Brasil, o milho se equipara ao café e o complexo sucroalcooleiro tem sua participação expandida em 50%.

Entretanto, não é razoável considerar como estrutural essa solução do setor primário exportador para o equilíbrio das contas externas, pois, dois fenômenos irão minar essa estratégia, por um lado ocorre a perda de competitividade dos manufaturados no mercado externo e por outro o aumento da participação do capital estrangeiro na economia força o aumento do déficit da conta de serviços. (DELGADO, 2012, p. 94-95).

É necessário pensar se o sentido de acomodar a economia brasileira ao posto de grande provedor de produtos agrícolas e minerais na nova divisão internacional do trabalho é viável e suficiente para o desenvolvimento do país como um todo. Assim é importante avaliar aspectos deste arranjo.

Delgado (2012, p. 112) pondera que “a inserção exportadora de commodities agrícolas e minerais [...] não tem condições de gerar equilíbrio externo na conta corrente, mas ao contrário aprofunda o desequilíbrio externo da economia brasileira em médio prazo”, e isso ocorre por que este processo aprofunda as relações de dependência³⁶.

Tem-se que o

Desequilíbrio externo continuado da Conta Corrente [...] somente conjuntamente se corrige com apelo às exportações primárias. Este apelo é expressão do ajuste desequilibrado, na origem e no processo sequencial. Ocorre nas conjunturas de alta liquidez internacional (2004-2010), quando os capitais afluem, a economia pode crescer com “altos” déficits em Conta Corrente, as commodities se valorizam, suscitando pressões inflacionárias e a renda fundiária se exacerba. Por sua vez, quando a liquidez externa se contrair, como reação às frequentes crises financeiras da

³⁶ Conforme abordado no item 2.2

economia mundial, os preços das commodities tenderiam a se desvalorizar rapidamente, ocorreria fuga de capital, estagnação econômica e novamente o fantasma da crise cambial ressurgiria. (DELGADO, 2012, p. 113).

Na experiência brasileira no último quarto de século em ambos processos a dependência de capital estrangeiro é dominante. Tal situação

Converte o balanço de pagamentos num refúgio lucrativo às altas remunerações brasileiras, cujo limite é a percepção em médio prazo do potencial de solvência da Conta Corrente. Neste interim o setor primário fica escalado para produzir a qualquer custo o equilíbrio inviável, ou minimizar o déficit, financiável por ingresso de capital ou de dívida nova (DELGADO, 2012, p. 114).

O processo de expansão das exportações de commodities agro minerais impelida pela pressão de remuneração do capital estrangeiro (déficit de serviços) e pela perda de competitividade dos setores industriais, mostra a presença de estruturas de acumulação de capital e captura do excedente econômico, fortemente ancorado na teoria das vantagens comparativas naturais e da produtividade dos recursos da terra e das jazidas. Cresce assim a “importância da renda fundiária como componente essencial do excedente econômico que esse estilo de acumulação de capital perseguirá” (DELGADO, 2012, p. 114).

Neste sentido os recursos naturais se tornam vetor fundamental de competitividade externa. Os problemas destas riquezas finitas é que apresentam baixa agregação de trabalho humano; forte pressão por expropriação dos recursos naturais em curto prazo; a inovação técnica na indústria fica em segundo plano porque os ganhos são diretamente vinculados as vantagens comparativas naturais.

Importante considerar que “a maior parte da inovação técnica terra-intensiva se vincula à um pacote tecnológico já disseminado a décadas na economia mundial, sob controle dos ganhos de produtividade de um número muito reduzido de empresas transnacionais do agronegócio” (DELGADO, 2012, p. 115), o que não gera internalização de riquezas, acabando por fortalecer as relações de dependência.

Esta especialização na produção de matérias primas e alimentos de baixo custo em favor dos países centrais tem ao menos duas implicações de grande significado, a primeira é que ocorre por um lado a troca desigual, em que pelo mecanismo tendencial de equalização das taxas de lucro, na transformação dos valores em preços de produção, dado o menor nível de composição orgânica da produção na América Latina há uma tendência de transferência de valor para o centro do capital quando das exportações das matérias primas e alimentos ou da importação de produtos manufaturados monopolizados pelas economias centrais. A segunda implicação é que afim de compensar essa transferência de valor há uma redução dos salários

abaixo do necessário para a reprodução social implicando numa superexploração e limitação do mercado interno, de modo a quebrar o ciclo interno do capital, gerando a defasagem tecnológica entre os setores e aprofundando as desigualdades. (MOREIRA, 2017, pp. 13-15).

Portanto, o desenvolvimento associado à produção primária pode apresentar um resultado satisfatório a curto prazo no equilíbrio das contas externas, mas, tende a no médio prazo aprofundar os problemas econômicos e sociais.

Tais considerações estão de acordo com o debate apresentado na seção 2.2.4 que trata da crise do regime alimentar corporativo, em que afim de gerar riqueza no curto prazo se intensifica a produção de soja e milho, reduz-se a diversidade alimentar, concentra o mercado de alimentos e as terras, tornando assim alguns alimentos em importantes commodities agrícola alvo de especulações financeiras. As consequências deste modelo serão sentidas na natureza de maneira geral, que inclui a população humana.

3.2.2 Evolução da Produção Agrícola no Período de 1999 a 2017

Com relação a produção agrícola escolhemos como referências para nossa análise oito culturas (soja, milho, cana-de-açúcar, café, feijão, arroz, trigo e mandioca), estas culturas somadas responderam em 1999 por 86,9% da área colhida³⁷ de lavoura permanente e temporária no Brasil e no ano de 2017, responderam por 91,22% do total. Para além da significância em termos de área cultivada temos que conforme já abordado a soja, milho, cana-de-açúcar e café se destacam nas exportações, ao passo que o feijão, arroz, trigo e mandioca estão voltados essencialmente ao consumo interno, portanto, a variação entre essas diferentes culturas tem importante poder de explicação das movimentações gerais da produção agrícola.

Para cada cultura foram levantados dados acerca de área colhida, produção obtida, produtividade, distribuição geográfica no Brasil, importações e exportações, número de estabelecimentos, área média cultivada por estabelecimento e a participação da agricultura familiar na produção total, estes dados foram obtidos no Censo agropecuário de 1995/96, 2016 e 2017 e na “Produção Agrícola Municipal”, ambas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no portal do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

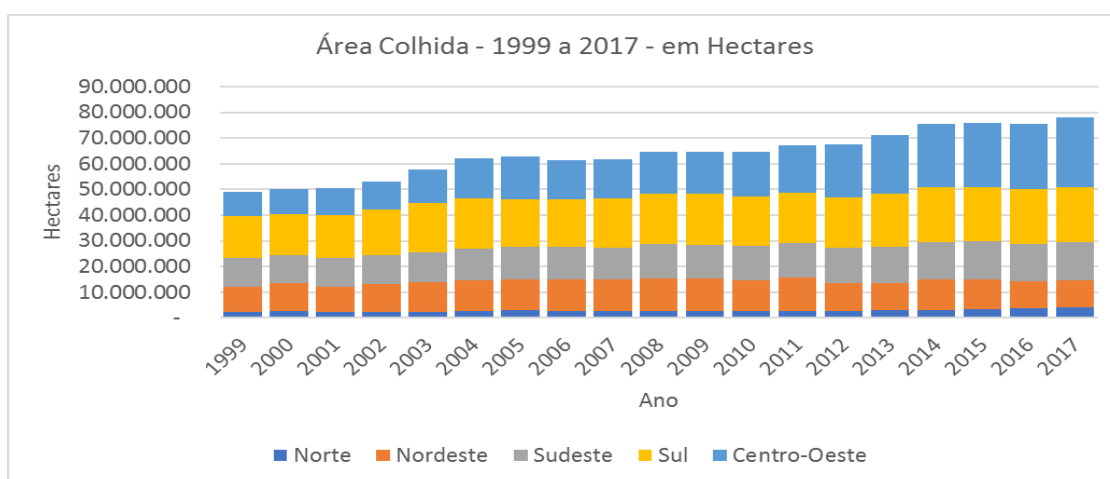
³⁷ Importante considerar que se somados as áreas cultivadas com todas as lavouras permanentes e temporárias teremos uma soma superior ao cultivado efetivamente devido ao fato de serem realizadas a depender da região mais de uma colheita por área de um mesmo produto ou a rotação de cultivos, assim há um aumento “virtual” da área cultivada, os cálculos de proporções são efetivados sobre essa área “virtual” uma vez que não dispomos de dados acerca destas rotações e consorciamento de culturas.

Abaixo apresentamos uma síntese elaborada à partir do tratamento destes dados relativos à cada cultura.

Evolução da Área Colhida

No período analisado a área colhida total teve um crescimento de 59,57%, passando de 49 milhões de hectares em 1999 para 78,19 milhões de hectares em 2017, confirmando que no período houve um processo intenso de expansão da produção agrícola. Conforme podemos visualizar no gráfico 6, esse incremento se deu de forma diferenciada nas grandes regiões.

Gráfico 6 – Evolução da Área Colhida – Brasil e Grande Regiões – 1999 a 2017



Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor

Na comparação entre os anos de 1999 e 2017, conforme tabela 2 verifica-se que dos 29 milhões de hectares cultivados a mais em 2017 em relação a 1999, 18 milhões foram da região centro-oeste e 5 milhões da região Sul. Em termos proporcionais o menor incremento de área colhida foi na região nordeste e o maior na região centro-oeste. Estes dados demonstram que a expansão da produção tem como centro dinâmico a região centro-oeste.

Tabela 2 - Comparativo de Área Colhida 1999 X 2017 - Brasil e Grandes Regiões

Região	Área Colhida 1999 - (ha)	Área Colhida 2017 - (ha)	Variação 1999 a 2017 (%)	Novas áreas (ha)
Norte	2.505.897	4.022.719	60,53	1.516.822
Nordeste	9.736.272	10.802.717	10,95	1.066.445
Sudeste	11.273.971	14.756.565	30,89	3.482.594
Sul	16.161.992	21.148.706	30,85	4.986.714
Centro-Oeste	9.323.093	27.459.925	194,54	18.136.832
Brasil	49.001.225	78.190.632	59,57	29.189.407

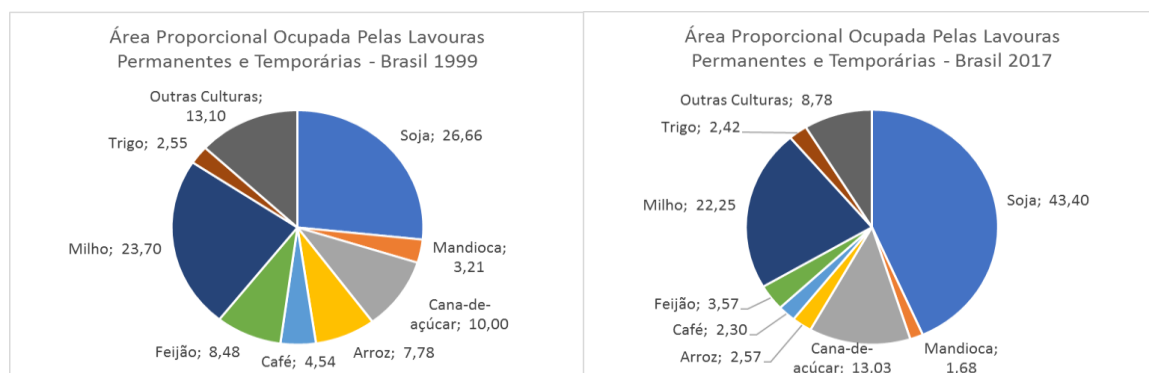
Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor

Com relação a participação de cada uma das culturas selecionadas no total da área colhida, verificamos que no comparativo entre 1999 e 2017, conforme tabela 3, as três culturas

com maior área ocupada (soja, milho e cana-de-açúcar) responderam em 1999 por 60,35% do total de área colhida e em 2017 estas mesmas culturas responderam por 78,67% da área colhida, um acréscimo de 31,942 milhões de hectares somente nestas culturas, tais dados indicam que houve no período uma especialização da produção conforme proposto por Delgado (2012) e Mc Michael (2016).

Portanto, além de um crescimento expressivo do total de área colhida como demonstrado no gráfico 6 e tabela 2, tivemos um processo de especialização da produção entorno da soja, milho e cana-de-açúcar, como podemos ver no gráfico 7.

Gráfico 7 - Comparação de Participação das Culturas no Total de Área Colhida 1999 e 2017 (em %)



Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor.

Na tabela 3 observamos também um processo de redução da área colhida das culturas de feijão, arroz, café e mandioca, destas, as destinadas prioritariamente ao mercado interno observamos uma redução de 3,42 milhões de hectares. Ou seja, enquanto as culturas destinadas majoritariamente ao mercado externo tiveram um processo intensivo de expansão, à exceção do café, as culturas destinadas ao mercado interno viram sua área colhida ser reduzida.

Tabela 3 - Área Colhida por Cultura - Comparativo 1999 X 2017

Cultura	Área Colhida Brasil - 1999 (ha)	Participação no total de Área Colhida - 1999 (%)	Área Colhida Brasil - 2017 (ha)	Participação no total de Área Colhida - 2017 (%)	Variação 1999 a 2017 %	Variação 1999 a 2017 em Hectares
Soja	13.061.410	26,66	33.936.223	43,40	159,82	20.874.813
Milho	11.611.483	23,70	17.393.563	22,25	49,80	5.782.080
Cana-de-açúcar	4.898.844	10,00	10.184.340	13,03	107,89	5.285.496
Outras Culturas	6.418.172	13,10	6.861.975	8,78	6,91	443.803
Feijão	4.154.194	8,48	2.795.284	3,57	-32,71	-1.358.910
Arroz	3.813.266	7,78	2.008.117	2,57	-47,34	-1.805.149
Trigo	1.249.764	2,55	1.895.881	2,42	51,70	646.117
Café	2.222.925	4,54	1.800.398	2,30	-19,01	-422.527
Mandioca	1.571.167	3,21	1.314.851	1,68	-16,31	-256.316
Total	49.001.225	100,00	78.190.632	100,00	59,57	29.189.407

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor

Observa-se assim que enquanto a produção destinada ao mercado interno perde área colhida incrementa-se a produção de exportação, substituem-se alimentos tradicionais pelas commodities agrícolas de circulação global. Tal processo está de acordo com o proposto acerca do regime alimentar corporativo e o novo padrão alimentar, que abarca cada vez mais o alimento como uma mercadoria.

Especialização Regional

Além de um movimento de intensificação na produção das culturas de soja, milho e cana-de-açúcar em detrimento de culturas destinadas ao consumo interno, há um outro movimento expressivo, que é o de especialização da produção a nível de regiões.

As regiões Norte e Centro-Oeste tem como característica a expansão da fronteira agrícola, a conversão de áreas de florestas e cerrado em lavouras, enquanto que nas regiões Sul e Sudeste o movimento se caracteriza pela substituição de pastagens por lavouras. Na região Nordeste há também um movimento de expansão de fronteira agrícola na região conhecida como MATOPIBA³⁸.

Região Norte

Conforme tabela 4 a região norte respondeu em 1999 por 5,11% da área colhida nacional e em 2017 por 5,14%, indicando assim que em termos relativos manteve o nível de contribuição de área colhida. Entretanto, na análise de cada cultura observa-se que houveram mudanças importantes. No caso do arroz observamos que em 1999 esta cultura ocupou 24,79% da área colhida na região, passando para 5,79% em 2017, a nível nacional a região norte contribuía com 16,29% da área colhida de arroz recuando para 11,60%, portanto, um movimento claro de redução da produção deste alimento.

No outro extremo temos a soja, em 1999 esta cultura ocupou 2,25% da área colhida na região, em 2017 41,41%, em termos absolutos passou-se de 56,4 mil ha desta cultura para 1,66 milhões de ha. Na comparação de 1999 para 2017, nesta região foram acrescentados 1,5 milhões

³⁸ Conforme portal da EMBRAPA, MATOPIBA é uma “região considerada a grande fronteira agrícola nacional da atualidade, o Matopiba compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras. A área, até pouco tempo considerada sem tradição forte em agricultura, tem chamado atenção pela produtividade cada vez crescente. Nos últimos quatro anos, somente o Estado do Tocantins expandiu sua área plantada ao ritmo de 25% ao ano, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Disponível em: < <https://www.embrapa.br/tema-matopiba>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

de ha enquanto que a produção de soja aumentou em 1,6 milhões de ha, indicando assim que além da conversão de novas áreas para a produção agrícola houve a substituição de arroz, café e feijão pelo cultivo da soja.

Tabela 4 – Dados de Área da Colhida Região Norte 1999 e 2017

Culturas	Área Colhida Região Norte			Participação da Cultura na Área Colhida da Região		Participação da Cultura da Região na Área Colhida Nacional	
	1999 (ha)	2017 (ha)	Saldo (ha)	1999 (%)	2017 (%)	1999 (%)	2017 (%)
Arroz	621.322	232.959	-388.363	24,79	5,79	16,29	11,60
Café	192.694	73.616	-119.078	7,69	1,83	8,67	4,09
Cana-de-açúcar	11.937	58.391	46.454	0,48	1,45	0,24	0,57
Feijão	207.854	81.410	-126.444	8,29	2,02	5,00	2,91
Mandioca	435.172	473.872	38.700	17,37	11,78	27,70	36,04
Milho	643.850	755.650	111.800	25,69	18,78	5,54	4,34
Outras Culturas	336.588	680.855	344.267	13,43	16,93	5,24	9,92
Soja	56.480	1.665.966	1.609.486	2,25	41,41	0,43	4,91
Trigo	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	2.505.897	4.022.719	1.516.822	100,00	100,00	5,11	5,14

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor

Por fim cabe destacar que a região norte respondeu em 2017 por 36,04% da área colhida de mandioca, 11,60% da área de arroz e 9,92% das outras culturas.

Região Nordeste

Na tabela 5 verificamos os dados de 1999 e 2017 da área colhida da região nordeste, num primeiro momento observamos a redução da área colhida de feijão, arroz, outras culturas, mandioca e cana-de-açúcar, juntas essas implicaram numa redução de área colhida de 1,66 milhões de ha, sendo mais que compensadas pela expansão da soja em 2,318 milhões de ha, seguida pelo milho com 399,7 mil ha e do café com aumento de 5,7 mil ha. Neste sentido, assim como na região norte, há uma redução da área destinada à produção de alimentos para o mercado interno em função da expansão da soja e milho.

Tabela 5 -Dados da Área Colhida da Região Nordeste 1999 e 2017

Culturas	Área Colhida Região Nordeste			Participação da Cultura na Área Colhida da Região		Participação da Região na Área Colhida Nacional	
	1999 (ha)	2017 (ha)	Saldo (ha)	1999 (%)	2017 (%)	1999 (%)	2017 (%)
Arroz	754.293	243.117	-511.176	7,75	2,25	19,78	12,11
Café	123.178	128.935	5.757	1,27	1,19	5,54	7,16
Cana-de-açúcar	1.076.878	932.746	-144.132	11,06	8,63	21,98	9,16
Feijão	1.894.006	1.308.146	-585.860	19,45	12,11	45,59	46,80
Mandioca	642.163	454.157	-188.006	6,60	4,20	40,87	34,54
Milho	1.977.644	2.377.350	399.706	20,31	22,01	17,03	13,67
Outras Culturas	2.488.977	2.258.062	-230.915	25,56	20,90	38,78	32,91
Soja	779.133	3.096.975	2.317.842	8,00	28,67	5,97	9,13
Trigo	-	3.229	3.229	-	0,03	-	0,17
Total Geral	9.736.272	10.802.717	1.066.445	100,00	100,00	19,87	13,82

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor

As três principais culturas em 1999, em termos de área colhida, foram milho, feijão e cana-de-açúcar que juntas ocuparam 50,83% da área, enquanto que em 2017 as três principais culturas foram soja, milho e feijão, respondendo por 62,78% da área colhida. Observa-se, portanto, além da especialização a substituição de culturas, passando a soja a ter papel de destaque.

No conjunto da área colhida nacional em 2017 os principais destaques da região nordeste são das culturas de feijão (respondeu por 46,8% da área colhida) e mandioca (34,54% da área colhida).

Em termos proporcionais em 1999 a região nordeste contribuiu com 19,87% do total da área colhida no Brasil, em 2017 essa participação recuou para 13,82%, ainda que em termos absolutos tenha havido uma expansão de pouco mais de um milhão de ha.

Região Sudeste:

A região sudeste contribuiu em 1999 com 23,01% da área colhida e em 2017 18,87%, uma redução termos proporcionais, em números absolutos passou de 11,27 milhões de ha para 14,76 milhões de ha, um incremento de 3,48 milhões de ha.

Tabela 6 - Dados de Área Colhida Região Sudeste - 1999 e 2017

Culturas	Área Colhida Região Sudeste			Participação da Cultura na Área Colhida da Região		Participação da Região na Área Colhida Nacional	
	1999 (ha)	2017 (ha)	Saldo (ha)	1999 (%)	2017 (%)	1999 (%)	2017 (%)
Arroz	246.017	14.509	-231.508	2,18	0,10	6,45	0,72
Café	1.729.981	1.537.002	-192.979	15,34	10,42	77,82	85,37
Cana-de-açúcar	3.051.354	6.696.094	3.644.740	27,07	45,38	62,29	65,75
Feijão	760.187	402.212	-357.975	6,74	2,73	18,30	14,39
Mandioca	131.173	101.018	-30.155	1,16	0,68	8,35	7,68
Milho	2.570.619	1.952.225	-618.394	22,80	13,23	22,14	11,22
Outras Culturas	1.667.172	1.386.235	-280.937	14,79	9,39	25,98	20,20
Soja	1.095.837	2.480.132	1.384.295	9,72	16,81	8,39	7,31
Trigo	21.631	187.138	165.507	0,19	1,27	1,73	9,87
Total Geral	11.273.971	14.756.565	3.482.594	100,00	100,00	23,01	18,87

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor

Conforme tabela 6, houve redução na área colhida de milho, feijão, arroz, café, mandioca e das demais culturas, enquanto houve expansão do cultivo de cana-de-açúcar, soja e trigo. As três principais culturas da região em 1999 foram cana-de-açúcar, milho e café que juntas respondiam por 65,21% da área colhida, enquanto que em 2017 as três principais culturas foram cana-de-açúcar, soja e milho, respondendo por 75,41% da área colhida, ficando evidente uma especialização da produção em commodities em detrimento da produção de alimentos.

Cabe destacar a concentração na região sudeste da cultura da cana e do café, em 2017 esta região foi responsável por 65% da área colhida de cana no Brasil e por 85,37% da área colhida de café, apresentando assim um duplo movimento, especialização a nível regional e concentração da produção de cana e café a nível nacional nesta região.

Região Sul:

A região sul passou de 16,16 milhões de ha em 1999 para 21,15 em 2017, entretanto em termos proporcionais reduziu sua contribuição de 32,98% da área colhida para 27,05%. Conforme a tabela 7 verificamos que houve redução na área colhida de milho, feijão, café e mandioca, ao passo que houve um crescimento expressivo da soja.

Tabela 7 - Dados de Área Colhida Região Sul 1999 e 2017

Culturas	Área Colhida Região Sul			Participação da Cultura na Área Colhida da Região		Participação da Região na Área Colhida Nacional	
	1999 (ha)	2017 (ha)	Saldo (ha)	1999 (%)	2017 (%)	1999 (%)	2017 (%)
Arroz	1.197.948	1.274.265	76.317	7,41	6,03	31,42	63,46
Café	138.738	38.444	-100.294	0,86	0,18	6,24	2,14
Cana-de-açúcar	386.423	638.738	252.315	2,39	3,02	7,89	6,27
Feijão	1.069.962	556.100	-513.862	6,62	2,63	25,76	19,89
Mandioca	290.163	220.575	-69.588	1,80	1,04	18,47	16,78
Milho	4.618.111	3.992.766	-625.345	28,57	18,88	39,77	22,96
Outras Culturas	1.227.436	1.350.251	122.815	7,59	6,38	19,12	19,68
Soja	6.058.700	11.406.564	5.347.864	37,49	53,94	46,39	33,61
Trigo	1.174.511	1.671.003	496.492	7,27	7,90	93,98	88,14
Total Geral	16.161.992	21.148.706	4.986.714	100,00	100,00	32,98	27,05

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor

Observamos que esta região foi responsável em 2017 por 88,14% do total da área colhida de trigo e 63,46% da área colhida de arroz demonstrando a concentração da produção nacional destes produtos nesta região.

Em termos da participação interna na região observamos que a soja ocupou em 2017 53,94% da área colhida ante 37,49% em 1999, o milho apesar de ser a segunda cultura em termos de área colhida teve uma importante redução de área, passando de 28,57% em 1999 para 18,88% da área colhida em 2017.

Região Centro-Oeste:

A região centro-oeste apresenta-se como polo dinâmico de expansão da produção agrícola no período, tendo um incremento absoluto de 18 milhões de ha, passando de 19,03% da área colhida nacional para 35,12%. Esta expansão da área colhida está vinculada às culturas

de soja, milho e em menor nível cana-de-açúcar, enquanto que houve redução no cultivo de arroz, café, trigo e das demais culturas.

Na tabela 8 verificamos que em 1999 a soja e o milho responderam por 73,72% da área colhida na região, já em 2017 essas culturas responderam por 85,95%, demonstrando assim um forte movimento de especialização da região na produção de soja e milho. A nível nacional esta região representou 45,05% da área colhida de soja e 47,81% da área colhida de milho.

Tabela 8 - Dados da Área Colhida Região Centro-Oeste 1999 e 2017

Culturas	Área Colhida Região Centro-Oeste			Participação da Cultura na Área Colhida da Região		Participação da Região na Área Colhida Nacional	
	1999 (ha)	2017 (ha)	Saldo (ha)	1999 (%)	2017 (%)	1999 (%)	2017 (%)
Arroz	993.686	243.267	-750.419	10,66	0,89	26,06	12,11
Café	38.334	22.401	-15.933	0,41	0,08	1,72	1,24
Cana-de-açúcar	372.252	1.858.371	1.486.119	3,99	6,77	7,60	18,25
Feijão	222.185	447.416	225.231	2,38	1,63	5,35	16,01
Mandioca	72.496	65.229	-7.267	0,78	0,24	4,61	4,96
Milho	1.801.259	8.315.572	6.514.313	19,32	30,28	15,51	47,81
Outras Culturas	697.999	1.186.572	488.573	7,49	4,32	10,88	17,29
Soja	5.071.260	15.286.586	10.215.326	54,39	55,67	38,83	45,05
Trigo	53.622	34.511	-19.111	0,58	0,13	4,29	1,82
Total Geral	9.323.093	27.459.925	18.136.832	100,00	100,00	19,03	35,12

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor

Com relação ao milho observamos que a nível nacional houve uma expansão desta cultura, porém, esta expansão ocorreu nas regiões centro-oeste, norte e nordeste, havendo redução de área colhida no sul e sudeste, tal movimento indica a mudança do padrão de produção do milho enquanto uma cultura de base familiar destinada ao consumo interno para a produção empresarial associada ao cultivo de soja, sobretudo no cerrado (o que inclui o centro-oeste e partes do Nordeste) e na região amazônica.

Importante destacar que a expansão da fronteira agrícola no cerrado e região amazônica teve importante impulso com as obras de infraestrutura de transportes realizadas que incluem ferrovias, hidrovias, portos e rodovias, alterando desta forma a localização dos terrenos e permitindo sua incorporação na agricultura.

Este conjunto de dados mostra de forma inequívoca a especialização da produção agrícola brasileira em commodities (em todas as regiões há um crescimento expressivo da produção de soja) e a redução da produção de alimentos destinado ao mercado interno, demonstra também que houve uma expansão da área cultivada em todas as regiões com destaque para a região centro-oeste.

Por fim, percebe-se que em relação à área colhida a nível nacional a região norte se destaca na produção de mandioca, a região nordeste na produção de feijão e mandioca, a região

sudeste na produção de cana-de-açúcar e café, a região sul na produção de trigo e arroz e a região centro-oeste na produção de soja e milho.

Esse movimento de especialização regional na produção é afirmado por Stédile (2005, p. 29-30) com o seguinte desenho:

O agronegócio possui prioridades regionais para sua expansão. A soja é prioridade para todas as regiões. A cana, na região centro--sudeste. A celulose, no sul da Bahia, norte do Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Já a madeira para produção de carvão ganha dimensão no Norte do país e em Minas Gerais, sobretudo onde se instalaram a indústria siderúrgica. No semiárido nordestino, as frutas irrigadas. E, no litoral do Nordeste, o camarão cultivado. E a pecuária extensiva vai ficando nas regiões mais degradadas e na fronteira agrícola, reservando a terra para o avanço paulatino do capital. Quanto à pecuária leiteira, esta vem sendo empurrada para região Sul do Brasil, na medida em que a cana vai ocupando as pastagens do Sudeste. Outro produto importante é o algodão, que cresce nas grandes fazendas do Centro-Oeste.

O processo de centralização da produção em determinadas regiões gera o aumento da dependência de alimentos externos (à região e ao país), dependência de um único produto para a dinamização da economia local, desequilíbrios ambientais em função dos monocultivos dentre outras consequências para a população e a natureza, mas, ao mesmo tempo tem importância para movimentação de setores anteriores a produção agrícola como a indústria de insumos e posteriores como a indústria de processamento, armazenamento e transportes.

Há, portanto, uma deslocalização da produção do alimento, ou seja, a medida que se especializa a produção numa determinada região, significa que as outras passam a depender destes produtos, e ao mesmo tempo a região especializada passa a depender das outras, a quebra da lógica da produção local do conjunto dos alimentos necessário, reforça a dinâmica do alimento como mercadoria com todas as suas implicações sobre a produção, circulação e consumo abordado nos capítulos anteriores.

Evolução da Produção Obtida

A produção obtida está em função da área colhida, mas também da produtividade obtida, está por sua vez é reflexo de mudanças tecnológicas nos métodos de cultivo, incremento de capacidade produtiva dos solos ou ainda melhoramento genético das variedades utilizadas. O aumento da área cultivada e da produtividade estão em consonância com a afirmação de Delgado (2012, p. 19) de que

A estratégia de expansão agrícola se apoia em dois pilares econômicos, de forte contradição com o meio ambiente: aprofundar a utilização dos agroquímicos em ritmo acelerado e expandir horizontalmente a área explorada dessas culturas. (DELGADO, 2012, p. 119)

A expansão do uso de agrotóxicos no período de 2003 a 2009 é de 128%, uma taxa de 15% ao ano. Tal nível de utilização produz inevitáveis efeitos de contaminação nos alimentos, nos trabalhadores, e nos recursos hídricos. Falta aos órgãos de controle capacidade de fiscalização e controle da utilização destes. Tal situação gera uma contradição frente a sociedade que busca e se movimenta no sentido de uma alimentação saudável e se preocupa com as questões ambientais.

Adicionalmente às contradições ambientais, temos que face ao crescimento da produção não se observa o crescimento do emprego ou dos salários, por um lado resultante da maior composição orgânica do capital, mas por outro evidencia que há uma superexploração do trabalho, seja pelo prolongamento ou intensificação jornada, seja pela exposição à agrotóxicos, seja pelas formas precárias de contratação de trabalhadores. Essa situação não ocorreu somente no Brasil, conforme já referido na seção 2.2.4, em que Mc Michael (2016, p. 125) relata a situação ocorrida na Argentina, onde as consequências listadas deste modelo de produção são semelhantes ao que se verifica no Brasil.

No período analisado em termos nacionais tivemos um crescimento da produtividade conforme exposto na tabela 9.

Tabela 9 - Evolução da Produtividade Média das Culturas no Brasil – (em kg por hectare)

Cultura	Produtividade em 1999 - kg/ha	produtividade em 2017 kg/ha	Varição da Produtividade (%)
Café (em grão)	730	1.490	104,11
Arroz (em casca)	3.071	6.210	102,21
Milho (em grão)	2.780	5.620	102,16
Feijão (em grão)	681	1.085	59,22
Soja (em grão)	2.372	3.377	42,37
Trigo (em grão)	1.970	2.280	15,74
Cana-de-açúcar	68.000	74.000	8,82
Mandioca (raiz)	13.280	14.360	8,13

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor

Observa-se que o café, arroz e milho tiveram sua produtividade dobrada no período, enquanto que o feijão e a soja tiveram aumento entorno de 50%, sendo que trigo cana e mandioca tiveram baixos ganhos de produtividade em relação aos demais. Há que se considerar que os índices de produtividade de cana-de-açúcar e soja alcançados no Brasil são superiores à média mundial. No caso da cana a média mundial é de 68,3 ton/ha³⁹ e da soja a média mundial

³⁹ Fonte: “A produção de cana-de-açúcar no Brasil (e no mundo)” disponível em: <<https://www.novacana.com/cana/producao-cana-de-acucar-brasil-e-mundo>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

para 2018 é de 2.700 kg/ha⁴⁰, portanto, para essas duas culturas há mais limites de avanço na produtividade. Desta forma, percebemos que o feijão e a mandioca em termos relativos tiveram ganho de produtividade pouco expressivo, indicando que não houve intensificação tecnológica na produção, evidenciando que a incorporação tecnológica que resulta em maiores produtividades está concentrada sobre os produtos exportáveis.

Entretanto, cabe destacar que a produtividade não se dá de forma padronizada em nível nacional havendo importantes diferenciações entre as regiões, conforme tabela 10, vemos que a cultura que apresenta menor variação entre as regiões é a cultura da soja demonstrando uma relativa padronização de modelo tecnológico aplicado e um conjunto de tecnologias aplicadas em cada região afim de maximizar a produtividade.

Para as demais culturas observamos diferenças significativas, como o caso do feijão que tem a menor produtividade na região nordeste com 373,48 kg/ha e a maior na região sudeste com 1932,9 kg/ha, ou seja, para cada há cultivado no Sudeste foram necessários 5,18 ha na região nordeste.

Tabela 10 – Produtividade Média Obtida por Grande Região em 2017 – kg/ha

Cultura	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Arroz (em casca)	4.571,47	1.808,98	4.799,85	7.866,79	3.579,38
Café (em grão)	1.957,09	1.256,39	1.488,69	1.651,60	1.019,15
Cana-de-açúcar	73.567,35	53.448,95	78.403,47	65.475,79	74.032,28
Feijão (em grão)	842,22	373,48	1.932,90	1.654,81	1.739,34
Mandioca (raiz)	15.220,93	8.547,55	18.118,22	21.603,83	18.185,73
Milho (em grão)	3.690,88	2.662,15	6.128,12	6.616,81	6.039,41
Soja (em grão)	3.038,22	3.066,55	3.459,31	3.530,01	3.349,07
Trigo (em grão)		4.018,58	3.103,90	2.171,21	2.944,45

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor

A região nordeste apresenta os índices mais baixos de produtividade para as culturas do arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho, tendo a segunda pior produtividade da cultura do café e da soja. A região sul apresenta maior produtividade na cultura do arroz, mandioca, milho e soja, a região sudeste se destaca na produtividade da cana, a região centro-oeste apresenta elevados níveis de produtividade em todas as culturas.

Cabe destacar que estamos avaliando a produtividade por área colhida, não considerando variáveis como impactos ambientais e sociais da tecnologia aplicada que resulta

⁴⁰ Fonte: “Soja em números (safra 2017/2018)” disponível em: <
<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

no maior ganho de produtividade. Percebe-se também que a região centro oeste de maior predomínio de produção empresarial apresenta melhores níveis de produtividade, enquanto que as regiões de predomínio de produção não empresarial apresentam menores níveis de produtividade, todavia, tal diferença não pode ser atribuída exclusivamente ao tipo de agricultura, mas também as condições climáticas e de fertilidade do sistema, uma vez que, conforme discutido no capítulo primeiro, a tendência é que o setor empresarial na agricultura tenha as terras de melhor localização e fertilidade, o que lhe conferirá uma vantagem natural para o estabelecimento de produtividade superior.

Considerando então o ganho de produtividade e a expansão da área colhida tivemos como produção obtida em 1999 e 2017 as seguintes quantidades:

Tabela 11 - Produção Obtida por Cultura 1999 e 2017

Cultura	Produção Total 1999 - ton	Produção total 2017 ton	Varição Absoluta ton	Varição Proporcional %
Arroz (em casca)	11.709.694	12.469.516	759.822	6,49
Café (em grão)	1.630.000	2.680.515	1.050.515	64,45
Cana-de-açúcar	333.847.720	758.548.292	424.700.572	127,21
Feijão (em grão)	2.830.915	3.033.017	202.102	7,14
Mandioca (raiz)	20.864.340	18.876.470	-1.987.870	-9,53
Milho (em grão)	32.239.479	97.721.860	65.482.381	203,11
Soja (em grão)	30.987.476	114.599.168	83.611.692	269,82
Trigo (em grão)	2.461.856	4.323.551	1.861.695	75,62

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor

Observa-se na tabela 11 que nas culturas de soja, milho e cana de açúcar⁴¹ houve um salto na produção obtida enquanto que a produção de arroz e feijão tiveram um pequeno crescimento e a produção de mandioca teve uma redução de 9,5%, portanto, evidencia-se novamente que no período em análise expandiram-se a produção de commodities em detrimento dos alimentos tradicionais de consumo da população brasileira.

Para melhor visualizar a priorização da produção exportável confrontamos a evolução da produção com a população residente, estabelecendo assim quantidade per capita de produto colhido, tais dados estão apresentados na tabela 12.

⁴¹ Considerando os dados do maior caminhão de carga para o transporte de cana (<http://www.guiadotrc.com.br/noticias/noticiaid.asp?id=33954>), o rodo trem de 11 eixos, com capacidade de carga de 54 toneladas de cana e comprimento de 30 metros, seriam necessários 14.047.191 carretas para carregar simultaneamente a safra de cana no Brasil de 2017 de 758,548 milhões de toneladas, se todas elas carregadas estivessem enfileiradas resultaria numa fila de 421.415 quilômetros, isso equivale a 10,5 voltas ao planeta terra.

Tabela 12 - Produção Nacional Per Capita em kg/habitante/ano - 1999 e 2017

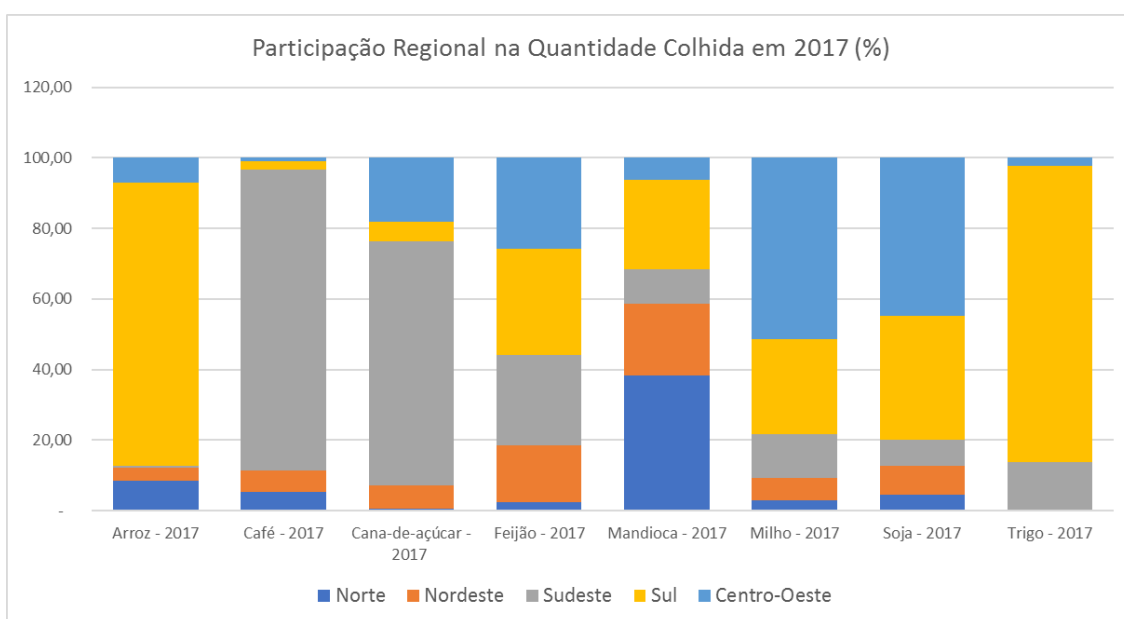
Cultura	Produção Nacional Per Capita 1999	Produção Nacional Per Capita 2017	Varição 1999-2017 em kg/hab	Varição 1999-2017 em %
Arroz (em casca)	71,42	60,05	-11,38	-15,93
Café (em grão)	9,94	12,91	2,97	29,83
Cana-de-açúcar	2.036,31	3.652,82	1.616,51	79,38
Feijão (em grão)	17,27	14,61	-2,66	-15,41
Mandioca (raiz)	127,26	90,90	-36,36	-28,57
Milho (em grão)	196,65	470,58	273,94	139,31
Soja (em grão)	189,01	551,86	362,85	191,97
Trigo (em grão)	15,02	20,82	5,80	38,65

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor

Percebe-se que há uma queda na produção per capita de arroz, feijão e mandioca enquanto a soja e milho apresentam um elevado crescimento, indicando assim que, embora, a produção de arroz e feijão tenha tido um crescimento absoluto em 2017 comparado a 1999, este foi inferior ao crescimento da população.

Cabe destacar ainda que da interação entre a produtividade e área colhida há um reforço no processo de especialização e concentração da produção nas regiões conforme pode ser observado no gráfico 8.

Gráfico 8 – Participação Regional no total da Produção Obtida em 2017 em %



Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor

A produção de arroz concentra-se na região sul, a produção de café e cana-de-açúcar na região sudeste, o feijão e a mandioca apresentam uma distribuição mais equilibrada entre as regiões, o milho e a soja apresentam uma concentração nas regiões centro-oeste e sul enquanto o trigo concentra-se na região sul.

Percebe-se um movimento de intensificação da produção excetuando-se por enquanto o feijão e a mandioca, dado suas características produtivas e formas de uso na alimentação, são alimentos com maior dificuldade de especialização numa dada região e circulação a nível nacional, contudo, a sua redução per capita indicam a substituição destes alimentos por outros, de modo que tendencialmente, ao não ser possível a sua aderência à lógica do alimento como mercadoria, ocorre a substituição deste alimento por outro de aderência superior a mercantilização.

Participação da Produção Familiar

A agricultura familiar tem um papel importante na produção agrícola, conforme resumo na tabela 13, percebe-se que esta é responsável pela maioria dos estabelecimentos produtores, tendo, no entanto, participação em maior nível na produção obtida de mandioca (83,16%), Feijão (69,60%) e milho (46%). Não temos para o período uma série histórica, dado que a primeira vez que o IBGE considerou os diferentes tipos de agricultura no Censo foi no ano de 2006 e não repetiu a metodologia no Censo de 2017, limitando assim verificarmos a evolução ao longo do período.

Tabela 13 Participação da Agricultura Familiar no total de Estabelecimentos e na Produção Obtida (2006)

Cultura	Participação da Agricultura familiar no total de Estabelecimentos (%) - 2006	Participação da Agricultura Familiar no Total Produzido (%) - 2006
Arroz	89,44	33,07
Café	80,00	34,00
Cana-de-açúcar	ND	ND
Feijão	89,91	69,60
Mandioca	90,56	83,16
Milho	88,00	46,00
Soja	75,58	13,99
Trigo	69,18	21,19

Fonte: Censo Agropecuário 2006. Elaboração do Autor.

Estes dados demonstram, conforme abordado no item 1.5.3 que há uma coexistência da agricultura camponesa e agricultura capitalista no Brasil, tendo a primeira uma participação mais importante do que aparece à primeira vista, sendo que sua atividade está mais dedicada à produção de alimentos para o consumo interno, como demonstram os dados apresentados na tabela 13.

Conforme Stédile (2005, p. 31-32) há no Brasil um setor patronal representado por cerca de 450 mil estabelecimentos que controlam 300 milhões de hectares e a produção de commodities para a exportação, ao passo que a agricultura camponesa e familiar totalizam cerca de 4,8 milhões de estabelecimentos, sendo que destes cerca de 1 milhão com melhores níveis de renda, contratação de trabalho temporário, acesso a crédito e integrado a cadeias de produção, enquanto que 3,8 milhões seriam de camponeses pobres com produção dedicada ao auto sustento e comercialização de um pequeno excedente mas sem condições de acumular.

Tal divisão, como abordado no capítulo I, seção 1.5.3, conforme Bartra (2011, p. 161) reflete também uma divisão das terras e cultivos, percebe-se uma concentração da presença camponesa na região nordeste (que apresenta maiores limites climáticos para a produção de commodities) e dentre as culturas analisadas, destaca-se na produção de feijão e mandioca, a primeira de baixo interesse da agricultura capitalista e a segunda além do limite de mercado apresenta limites à mecanização.

Cabe destacar que do ponto de vista social a agricultura familiar agrega uma importante parcela da população rural proporcionando trabalho e meios de vida, do ponto de vista econômico, embora não tenha maioria na participação da produção agrícola total, além de se destacar na produção de alimentos para o mercado interno, não pode se considerar como de menor importância a participação na produção nacional de milho, café, arroz e até mesmo o trigo, uma vez que uma contribuição de 20 a 30 % na quantidade colhida influencia no nível geral de preços do produto em questão ou nas contas externas (caso do trigo em que somos importadores), a não existência deste setor camponês possivelmente resultaria numa elevação do preço dos alimentos e implicaria no aumento da renda fundiária captada pelos proprietários fundiários, tal questão remete ao debate tratado na seção 1.5, em que na transformação do valor em preço de produção e preço de mercado observa-se um conjunto de mecanismos que levam a agricultura camponesa a produzir a preços de produção inferiores ao empresário capitalista.

Concentração dos Estabelecimentos

Acerca do número de estabelecimentos agropecuários⁴² conforme tabela 14 observamos que em todas as culturas houve redução do número de estabelecimentos produtores, em consequência (à exceção da mandioca e do feijão) houve um aumento da área média colhida por estabelecimento.

Tabela 14 – Evolução do Número de Estabelecimentos Produtores e Área Média Colhida por Cultura – 1995/96 e 2016/17

Produto	Estabelecimentos Produtores		Varição do nº de estabelecimentos	Área Média Por Estabelecimento		Varição da Área Média por Estabelecimento
	ano safra 1995/1996	Ano safra 2016/2017	1995/96-2016/17 (%)	Ano safra 1995/1996	Ano safra 2016/2017	1995/96-2016/17 (%)
Arroz	927.619,00	179.588,00	-80,64	3,21	9,87	207,48
Feijão	2.177.677,00	1.670.439,00	-23,29	1,89	1,35	-28,61
Mandioca	1.159.430,00	962.368,00	-17,00	1,06	0,98	-7,84
Trigo	63.916,00	35.199,00	-44,93	14,00	51,00	261,75
Milho	2.539.892,00	1.628.805,00	-35,87	4,10	10,10	146,34
Café	368.961,00	264.316,00	-28,36	4,90	7,17	57,14
Cana-de-açúcar	377.207,00	170.466,00	-54,81	11,00	54,00	382,40
Soja	242.999,00	235.766,00	-2,98	38,00	129,00	239,87
Total	7.857.701,00	5.146.947,00				

Fonte: Censo Agropecuário⁴³ (1995/96 e 2016/17) – IBGE. Elaboração do Autor.

A redução mais significativa no número de estabelecimentos ocorreu na cultura do arroz, e o aumento de área colhida por estabelecimento se deu de forma mais intensa na cana (aumento de 382,4%) seguida pelo trigo, soja e arroz. Esses dados indicam assim, que há um processo de concentração da produção em um número menor de estabelecimentos o que poderá implicar em concentração de renda no campo e também na cidade.

Importante destacar que as duas culturas em que houve redução de estabelecimento e também redução de área média colhida por estabelecimento foram o feijão e mandioca indicando assim que há um progressivo abandono destas culturas, permanecendo a produção majoritariamente em pequenas propriedades ao passo que o arroz, pelos dados apresentados,

⁴² O IBGE apresenta o número de estabelecimentos que produzem determinadas culturas, não identificando os que produzem mais de uma, portanto, se somados individualmente os estabelecimentos de cada cultura, chegaremos à uma soma superior ao total de estabelecimentos existentes. Todavia essa imprecisão não invalida a análise em questão.

⁴³ “No Censo Agropecuário 1995-1996, as informações foram referidas ao ano-safra (agosto de 1995 a julho de 1996). No Censo Agropecuário 2006, a referência dos dados voltou a ser o ano civil. [...] O Censo Agropecuário 2017 voltou a ter como referência o ano-safra (outubro de 2016 a setembro de 2017), porém em período distinto daquele adotado no Censo Agropecuário 1995-1996”. Fonte: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e> > Acesso em: 29 de jun. 2019.

demonstra uma mudança no padrão de produção havendo uma concentração dos estabelecimentos e uma ampliação da área média, indicando assim que a produção passa de uma lógica artesanal/familiar para uma lógica empresarial-capitalista.

O processo de concentração dos estabelecimentos agropecuários e do aumento de área média cultivada demonstram a ocorrência de uma contra reforma agrária, ou seja, ao invés de estar havendo uma distribuição da terra para um maior número de famílias ocorre um efeito inverso, de concentração, tal efeito como afirma Delgado (2012) aumenta a concentração da renda para um pequeno grupo de proprietários e empresas transnacionais não gerando internalização das riquezas. A intensificação dos cultivos destinados ao mercado externo, a especialização produtiva nas regiões e o processo de concentração da produção implicarão no mecanismo descrito por Mancio & Moreira (2012, p. 10)

Com o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação para o mercado mundial, deprime-se os níveis de demanda interna e coloca o mercado mundial como única saída para a produção. Mas, com os lucros dos capitalistas das nações periféricas criam-se expectativas de consumo de bens suntuosos, que não se realiza na produção interna, buscando fora novamente, via importação. Estratifica-se assim o mercado interno em “alta circulação”, própria dos não trabalhadores, que o mercado tende a aumentar, realizando via importação da melhor maneira possível e “baixa circulação” própria dos trabalhadores que o mercado tende a restringir, garantindo internamente o mínimo possível, já que este trabalhador está superexplorado e tem uma imensa massa de trabalhadores que compõe o exército industrial de reserva.

Consideramos que este mecanismo opera na atualidade uma vez que há redução da produção dos alimentos típicos da cesta de consumo da população brasileira, concentração da produção o que implica em aumento do exército industrial de reserva, concentração da renda que gerará o consumo de bens suntuosos, havendo assim o rompimento do ciclo interno do capital, aprofundando as relações de dependência e os problemas inerentes ao subdesenvolvimento.

Comércio Exterior e Disponibilidade Interna de Alimentos

Para o cálculo do volume de produto exportado e importado foi necessário efetuar uma série de conversões afim de estabelecer um volume equivalente ao produto em bruto conforme apurado na PAM-IBGE, tais operações estão descritas no anexo 1.

Efetuados os cálculos observamos que em 1999 as exportações líquidas tiveram saldo positivo nas culturas analisadas para o café, cana-de-açúcar, mandioca e soja, ou seja, destas culturas o Brasil foi exportador, sendo que para abastecer o mercado interno houve uma

importação superior as exportações de arroz, feijão, milho e trigo, passados 18 anos, e com um incremento de 29 milhões de ha de terra cultivada seguimos com necessidade de importações superiores às exportações nas culturas de arroz, feijão, mandioca e trigo. Chama a atenção a necessidade de importação de mandioca, uma vez que o centro de origem desta cultura é o Brasil, sendo cultivada desde antes do “descobrimento”.

Tabela 15 - Exportações e Importações - 1999 e 2017 – toneladas equivalentes⁴⁴

Cultura	importações 1999	Exportações 1999	Exportações Líquidas	importações 2017	Exportações 2017	Exportações Líquidas
Arroz (em casca)	1.206.529,11	47.631,92	-1.158.897,19	832.996,08	621.902,95	-211.093,13
Café (grão)	98,76	1.321.121,75	1.321.022,99	4.733,96	1.737.370,26	1.732.636,30
Cana-de-açúcar	359.660,76	99.497.997,29	99.138.336,53	36.446.762,15	242.563.752,89	206.116.990,73
Feijão (em grão)	90.830,86	2.515,32	-88.315,54	137.610,67	122.347,73	-15.262,94
Mandioca (raiz)	4.571,00	39.254,79	34.683,79	57.851,84	17.690,55	-40.161,30
Milho (em grão)	776.417,19	2.854,40	-773.562,80	1.279.042,94	29.245.945,32	27.966.902,39
Soja (em grão)	1.049.548,44	19.545.242,97	18.495.694,53	406.797,69	80.768.053,84	80.361.256,14
Trigo (em grão)	6.891.234,91	216,01	-6.891.018,90	6.022.221,02	617.616,30	-5.404.604,72

Fonte: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA. Elaboração do Autor.

Observa-se também que no período passamos de importador a exportador de milho, o volume de cana exportado em 2017 foi o dobro da quantidade equivalente exportada em 1999, a soja teve um incremento nas exportações de 334,5%. Ficando assim evidente que o incremento da produção agrícola teve como principal destino o mercado externo.

Considerando a produção nacional e o saldo das exportações (exportações menos importações) temos o cálculo per capita da produção disponível para o mercado interno apresentado na tabela 16.

Tabela 16 – Disponibilidade interna por cultura – 1999 a 2017

Cultura	Disponibilidade Interna Percapita - 1999 (kg)	Disponibilidade Interna Percapita - 2017 (kg)	Variação 1999-2017 (%)
Arroz (em casca)	78	61	-21,79
Café (em grão)	1,9	4,56	140,00
Cana-de-açúcar	1431,61	2660,26	85,82
Feijão (em grão)	17,81	14,68	-17,57
Mandioca (raiz)	127,05	91,09	-28,30
Milho (em grão)	201,36	335,91	66,82
Soja (em grão)	76,19	164,87	116,39
Trigo (em grão)	57,05	46,85	-17,88

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração do Autor.

Nesta tabela verificamos que os cultivos de café, soja, cana-de-açúcar e milho foram os que apresentaram crescimento de produção disponível interna enquanto que os demais produtos tiveram redução na disponibilidade interna. Estes dados indicam uma possível mudança nos

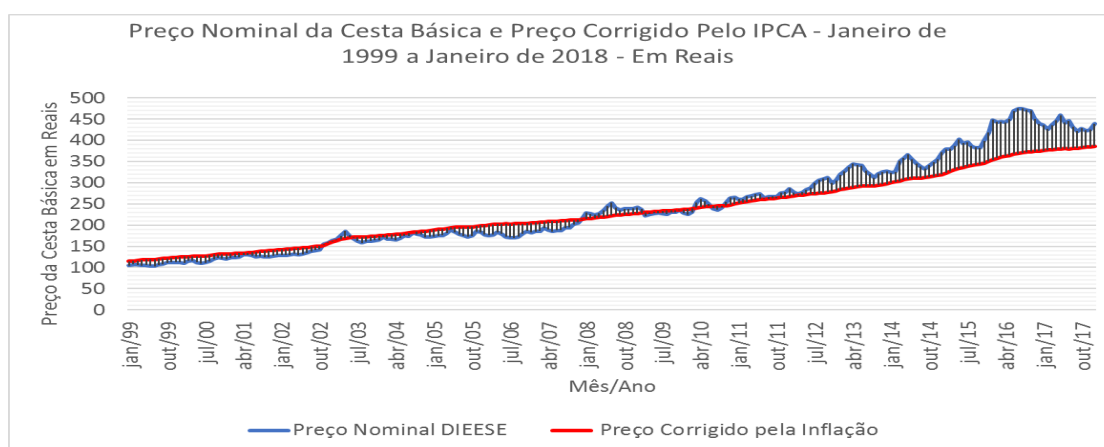
⁴⁴ Como as exportações e importações ocorrem com produtos in natura, mas também processados, então os produtos processados foram convertidos em produtos in-natura, chegando à uma estimativa de toneladas equivalentes, os cálculos estão detalhados no anexo I

hábitos de consumo da população, uma vez que um conjunto de fatores implicaram no aumento da produção de cana, soja e milho em ritmo superior as demais, esse movimento somado à intensificação do consumo de produtos processados que utilizam soja, milho e açúcar como ingredientes fortalece as cadeias de produção destes poucos produtos de uso múltiplo e de produção em escala global, característica do atual regime alimentar, gerando um conjunto de consequências sobre a saúde conforme já abordado.

Neste sentido, retomando a afirmação de Marx de que na relação entre produção e consumo a produção fornece objetos para o consumo, além do objeto a ser consumido a produção produz também o modo de consumo deste objeto, ou seja, “produz objetiva e subjetivamente. A produção cria, pois, os consumidores” (MARX, 2008, p. 248), vemos que determinados cultivos implicam no aumento de consumo de determinados produtos pela população e que acabam por impulsionar ainda mais estes poucos cultivos, padronizando a dieta alimentar em escala global.

Assim, até aqui percebe-se uma possível substituição de alimentos, porém, é necessário avaliar como essas alterações na dinâmica da produção agrícola geraram impacto no preço da cesta básica, ou seja, avaliar em que medida o preço da cesta básica de alimentos suficiente para alimentar um trabalhador se posicionou frente à taxa oficial de inflação o IPCA⁴⁵. Consideramos aqui a cidade de São Paulo e a evolução dos preços da cesta básica apurado pelo DIEESE. Se o preço da cesta de janeiro de 1999 fosse mensalmente atualizado somente pela inflação teríamos a seguinte comparação:

Gráfico 9 - Evolução do Preço Nominal da Cesta Básica na Cidade de São Paulo em Comparação com o IPCA para o período de janeiro de 1999 a janeiro de 2018



Fonte: DIEESE e IBGE. Elaboração do Autor.

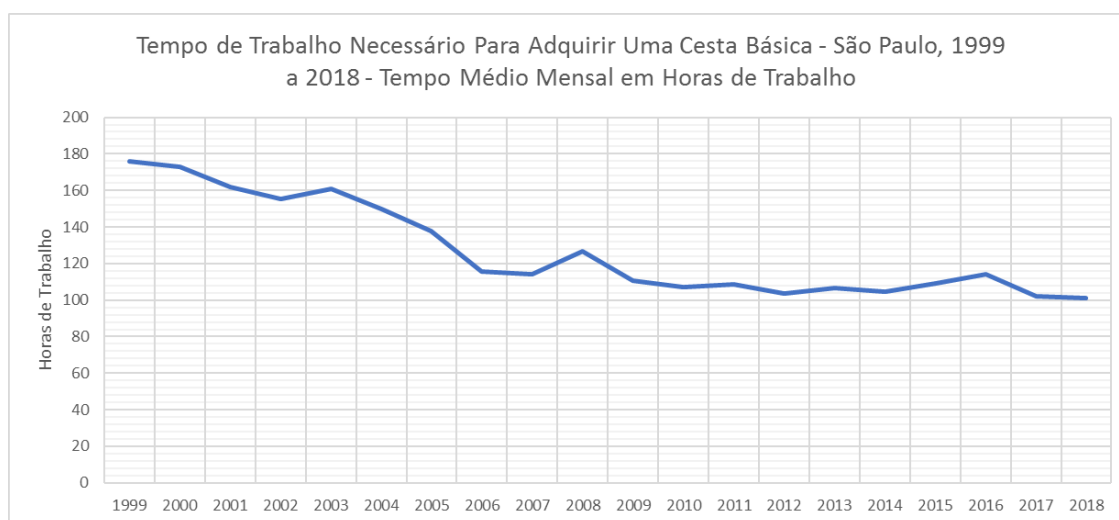
⁴⁵ Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo IBGE. Maiores informações sobre este índice podem ser obtidos no endereço: <<http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

Como podemos ver no gráfico entre janeiro de 1999 e janeiro de 2012 há uma proximidade entre o preço nominal da cesta básica e o preço de janeiro de 1999 corrigido unicamente pela inflação. Isso apresenta que até janeiro de 2012 os alimentos não pressionaram a inflação demonstrando haver certo equilíbrio entre a oferta e a demanda de alimentos, desde então a cesta básica teve seu preço nominal superior ao preço corrigido pela inflação, chegando em 2018 à uma diferença de 13,6%, ou seja o preço nominal estava R\$ 439,20, sendo que o preço corrigido era de R\$ 386,54. Esta diferença indica que a redução da produção de arroz, feijão, mandioca dentre outros foi sentida no preço dos alimentos, gerando uma pressão inflacionária.

Contudo, esta pressão não se traduziu em incentivo ou ampliação destes produtos, em grande medida pela predominância da Soja e do Milho na produção agrícola.

Ainda na análise da cesta básica, o DIEESE faz o cálculo do tempo de trabalho necessário para um trabalhador de salário mínimo para custear a cesta básica, com base nestes dados para a cidade de São Paulo temos que:

Gráfico 10 - Tempo de Trabalho Necessário Para Aquisição de Cesta Básica - Cidade de São Paulo - 1999 a 2018 - média de Horas Mensais



Fonte: DIEESE e IBGE. Elaboração do Autor.

Observa-se que no período em análise houve uma queda importante do tempo de trabalho necessário, em 1999 a média foi de 175,69 horas, enquanto que em 2018 a média está em 101,28 horas, uma redução de 42,35% do tempo necessário de trabalho para a aquisição da cesta, demonstrando que houve no período uma expansão do valor do salário mínimo em ritmo superior à inflação, aumentando assim a renda disponível para outras finalidades.

Contudo cabe destacar que considerando uma jornada de 44 horas semanais, aproximadamente 176 horas mensais de trabalho, o trabalhador que recebe um salário mínimo

necessitará 57,55% do seu tempo para adquirir uma cesta básica, restando 42,55% do seu tempo de trabalho para todas as demais despesas (moradia, saúde, educação, transporte, lazer, etc), tal informação demonstra o nível de superexploração à que estão submetidos os trabalhadores e a sua baixa capacidade de gerar dinamismo ao mercado interno.

Porém, cabe destacar que uma importante parcela da população não obtém um salário mínimo de rendimento, gerando insegurança alimentar, conforme apontado pelo IBGE nas Pesquisas Nacionais Por Amostra De Domicílios (PNAD) que avaliaram o nível de segurança alimentar da população brasileira, nos anos de 2004, 2009 e 2013, os dados resumidos estão na tabela 17.

Tabela 17 - População Brasileira por Situação de Segurança Alimentar

PNAD	2004*	2009	2013
População Número de Habitantes			
Com Segurança Alimentar	109.275.001	126.221.154	149.414.638
Com Insegurança Alimentar - total	72.326.707	65.574.700	52.052.446
População total	181.675.954	191.795.854	201.467.084
População em Percentual			
Com Segurança Alimentar	60,15	65,81	74,16
Com Insegurança Alimentar - total	39,81	34,19	25,84

* Dados totalizados de 2004 apresentam divergências na soma em função do arredondamento dos dados. Essa divergência encontra-se nos dados disponibilizados pelo IBGE

Fonte: IBGE: PNAD 2004, 2009, 2013. Elaboração do Autor.

Percebe-se que no período houve uma redução do número absoluto de habitantes em situação de insegurança alimentar, e em termos relativos ao total da população esta redução é bastante expressiva, uma vez que em 2004 39,81% da população brasileira vivia em situação de insegurança alimentar, em 2013 esse percentual caiu para 25,84%.

Considerado no conjunto, apesar do aumento da cesta básica, os demais dados apresentam um cenário de melhora progressiva dos indicadores no período, porém as razões deste quadro estão assentadas na política de valorização real do salário mínimo e em programas sociais de transferência de renda, uma crise econômica, com aumento do desemprego e redução dos salários se associada à um corte dos programas sociais tende a restringir novamente o acesso aos alimentos.

Apesar de um quadro de certa forma positiva, cabe salientar que em 2013 ainda estavam em situação de insegurança alimentar 52 milhões de pessoas, de cada quatro brasileiros 1 estava em situação de insegurança alimentar, portanto, havia ainda um caminho a percorrer para a superação deste passivo histórico do Brasil.

Por fim, cabe destacar, conforme abordado no item 2.2.4, um dos aspectos da atual crise do regime alimentar é a qualidade dos alimentos em função do uso de conservantes, do ultra processamento dos alimentos, dos resíduos de agrotóxicos, dentre outros elementos que estão presentes de forma expressiva na dieta alimentar impactando a saúde da população. Esta é uma problemática mais complexa de identificar seja pela carência de estudos, pelos interesses envolvidos ou por não ter uma relação objetiva como a escassez de alimentos, todavia, isso não significa que seja algo de menor importância na atualidade.

Portanto, observa-se que no período em análise, alimentos tradicionais da mesa brasileira tiveram sua produção reduzida, ao passo que houve ampliação de culturas agrícolas destinadas ao mercado externo, mas que também passaram a ser mais consumida internamente através das mudanças no padrão de alimentação. O cenário de expansão econômica associado à programas sociais reduziu a população em situação de insegurança alimentar, porém permanece essa ainda em número significativo, de modo que se nos períodos anteriores o acesso aos alimentos era de longe o principal problema, neste período histórico houve uma melhora, todavia não como resultado de mudanças estruturais na propriedade da terra ou da produção de alimentos, ao contrário, no período percebe-se o aprofundamento do modelo de produção agrícola concentrador e excludente que implica no aumento da desigualdade. Enquanto mantem-se as condições econômicas e políticas para a execução de programas sociais (soluções conjunturais) não serão enxergados maiores problemas em termos de acesso, todavia mudanças políticas e econômicas poderão ter forte impacto no abastecimento interno.

Riscos do Agronegócio

Conforme Delgado (2012), o agronegócio se configura numa armadilha, pois 1) O fluxo de capitais sustentado pela expropriação das terras e jazidas é dependente de capital externo; 2) Inevitavelmente tem-se que ampliar continuamente a área cultivada e intensificar a antiga para obter maior fatia de mercado externo; 3) Do ponto de vista econômico as vantagens tendem a se extinguir juntamente com a dilapidação dos recursos naturais não renováveis; 4) Os ganhos de produtividade na fase de expansão das commodities viram renda da terra e do capital, capturadas pelos proprietários das terras, jazidas e do capital, ao passo que os custos sociais e ambientais são socializados; 5) Compensações são necessárias mas insuficientes frente aos custos sociais degradantes do trabalho e do meio ambiente.

Tais elementos demonstram que há uma incompatibilidade deste quadro econômico de produção e repartição do excedente econômico com a democracia política e social.

O sistema tributário e a política social provavelmente teriam que extrair e redistribuir uma parcela muito grande da renda da terra e do capital para suprir necessidades básicas, e ainda que o fizesse não se resolveria o problema de fundo. Mas como fazê-lo se esse sistema estiver sob controle político dos donos da riqueza fundiária? (DELGADO, 2012, p. 128).

A combinação da inserção externa dependente; do perfil de expropriação dos recursos naturais e superexploração do trabalho humano, e por fim de uma forma de extração de excedente econômico fortemente vinculado à renda fundiária implicam numa questão agrária muito além dos limites setoriais da agricultura. Caracterizam um estilo típico de subdesenvolvimento, que se repõe em pleno século XXI e do qual o pacto do agronegócio é parte integrante de peso.

Portanto, requer um enfrentamento dentro e fora do modelo agrícola hegemônico. Uma eventual crise externa, que diminuísse a oferta internacional de capitais e reduzissem a demanda internacional por commodities comprometeria o padrão de crescimento abrindo possibilidades para alteração do perfil de inserção externa e da própria dinâmica interna de expansão de cultivos e abastecimento.

3.2.3 Considerações Acerca do Histórico do Abastecimento Alimentar no Brasil

A perspectiva adotada para esta caracterização do histórico de abastecimento alimentar no Brasil e adentrar para o que seria uma análise do sistema atual foi a de localizar este dentro da estrutura de produção, distribuição e consumo num país periférico e dependente. Isso significa

Encarar o abastecimento nos aspectos histórico-estruturais, como a determinação de produção alimentos numa sociedade montada dentro de uma divisão internacional do trabalho historicamente dada, segundo à qual a grande produção exportadora deve ocupar o papel central dominante da economia e da sociedade. Desloca-se, pois, a produção de alimentos para uma posição subalterna, localizada no pequeno espaço das formas familiares de produção, quase sempre não capitalistas e sem condições autônomas para romper com a estrutura na qual foram geradas. (LINHARES & SILVA, 1979. p.181-182).

Durante um tempo este quadro não gerava preocupação uma vez que o abastecimento se resolvia pela importação e os setores abastados tinham as condições de compra-lo através das divisas obtidas com a produção de exportação.

Com o crescimento da população urbana e o processo de industrialização, sobretudo à partir dos anos 1930, o abastecimento alimentar passa a ter maior peso nas preocupações do Estado, de modo a não ser um entrave, tampouco implique em alterar a estrutura de produção, ou seja, confrontar os interesses dos latifundiários. A este respeito destaca Linhares & Silva (1979, p. 182-183)

O Estado, voltando a citar Eric Hobsbawm, nunca se ocupou com a produção destinada ao consumo da massa, pelo menos até o momento em que isso não afetasse a ordem pública, como em 1917/1918 ou 1960/1961, e/ou o problema do abastecimento não começasse a prejudicar a acumulação capitalista industrial, isto é, a alta dos preços impusesse a elevação dos salários do trabalhador urbano.

Nos momentos de crise mais intensa que colocaram em xeque a ordem política vigente ou poderiam afetar as taxas de lucro o Estado impulsionou medidas conjunturais, de modo que a questão da produção de alimentos para o abastecimento, ficou relegada a segundo plano, uma vez que a historiografia se preocupou com o considerado relevante, ou seja com

A grande propriedade e suas articulações com o mercado, a grande propriedade e suas articulações com o sistema de poder, o grande comércio, ora exportador, ora importador, o pensamento gerado a partir das classes sociais que detiveram o controle do Estado e assim por diante (LINHARES & SILVA, 1979, p.182).

Considerando estes aspectos Linhares & Silva (1979, p. 217-218) afirmam que o abastecimento alimentar pode ser analisado desde a perspectiva da história econômica como também da história política e social, e ambas perspectivas devem considerar de um lado

O sistema agrário, e de outro, as estruturas urbanas emergindo de ambos mecanismos de comercialização e distribuição. É, pois, ao mesmo tempo um problema que diz respeito à produção agrícola, com seus condicionamentos, e à cidade, com tudo o que caracteriza. Se é a cidade que faz exigências à agricultura e comanda o abastecimento, é, no entanto, a estrutura de produção global – a agrícola em particular – que explica os *impasses* básicos: escassez crônica, má qualidade dos produtos, distribuição precária (LINHARES & SILVA, 1979 p. 217-218).

Esta estrutura de produção global e agrícola coloca no topo da hierarquia social grandes proprietários produtores dos principais produtos exportáveis, os exportadores e importadores, e na base os produtores da produção de subsistência, no topo estão os produtos campeões de exportação e na base os alimentos de consumo popular. (LINHARES & SILVA, 1979, p. 219).

Percebe-se que ao longo da história o abastecimento interno torna-se mais complexo adquirindo novas qualidades, no entanto, a estrutura permanece com alguns ajustes e pequenas alterações, que mais estão em função das mudanças no padrão alimentar mundial do que em função de dinâmicas internas, o Estado neste contexto busca ao nível essencial garantir a reprodução do capital em escala ampliada a nível global realizando uma intervenção que

estrutura a inserção brasileira na divisão internacional do trabalho, ao nível concreto, enquanto manifestação da expressão da luta de classes e suas frações os governos buscam manter uma estabilidade beneficiando diretamente as frações hegemônicas segundo o período em detrimento da grande maioria da população.

Os dados relativos à evolução da produção agrícola no período de 1999 a 2017 demonstram de forma clara que toda esta estrutura do abastecimento alimentar permaneceu com suas determinações, havendo um processo claro de intensificação da produção de commodities destinadas sobretudo ao mercado externo, ao passo que a produção de alimentos de consumo interno sofreu restrições. Culturas que eram típicas da agricultura de base familiar como arroz e milho são centralizadas do ponto de vista regional e do ponto de vista dos estabelecimentos produtores, passando de um padrão predominante artesanal familiar para um padrão empresarial.

Neste sentido, o abastecimento alimentar é uma das questões nacionais ainda por serem resolvidas que tem repercussão direta sobre o padrão de desenvolvimento e a crise estrutural que vivenciamos neste princípio de século.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos a pesquisa fomos nos aproximando do objeto do estudo, o abastecimento alimentar, nos surpreendendo a cada passo com o nível de relação entre o sistema capitalista em escala global e o sistema de abastecimento alimentar, se o primeiro aportou as leis gerais de funcionamento do abastecimento na atualidade o segundo forneceu meios concretos de reprodução econômica e política do capital em escala global. Portanto, aquilo que numa visão superficial aparece como marginal, de pouca importância no modo de produção capitalista, de fato, está na base de sustentação econômica e política deste modo de produção.

Sob o capitalismo o alimento além de uma mercadoria que viabiliza a acumulação ampliada de capital, é um bi insumo político de controle de território, controle de Estados-nação, instrumento de chantagem sobre a população tendo assim importante papel para contra tendência à lei geral de queda da taxa de lucros.

Ao iniciar a pesquisa visualizamos que o atual sistema de abastecimento alimentar apresentava um conjunto de problemas, dentre os quais 870 milhões de pessoas famintas, 500 milhões de pessoas obesas, dois bilhões de pessoas com deficiências alimentares e 1,4 bilhões acima do peso (FAO, 2013^a apud ESTEVE 2017, p. 36), ou seja, se em 2013 a população mundial era 7,2 bilhões de habitantes⁴⁶ então, tínhamos 66,25%, ou dois terços da população global com problemas físicos decorrentes diretamente do padrão alimentar. Associado a este problema eminentemente humano está o problema ambiental, das mudanças climáticas que também é humano, mas atinge a toda a natureza, conforme pesquisa realizada pela organização Grain (2011b apud ESTEVE 2017, p. 53-54), entre 44 e 57% das emissões de gases de efeito estufa são causadas pelo conjunto do modelo de produção, distribuição e consumo de alimentos.

Adicionalmente poderíamos acrescentar outros problemas relacionados à alimentação como a elevação do preço dos alimentos, padronização da dieta em escala global afetando culturas e modos de vida das populações, as consequências da ingestão de alimentos contaminados por resíduos de agrotóxicos, uso intensivo de antibióticos na criação animal e o surgimento das superbactérias, o uso em larga escala de conservantes nos alimentos, dentre outros.

Neste sentido, não há dúvidas de que o sistema de abastecimento alimentar na atualidade é problemático e o desenvolver desta pesquisa apontou que se é verdade que o desenvolvimento das forças produtivas aumentou a produção de alimentos, aumentou a produtividade, reduziu

⁴⁶ Conforme dados divulgados pelo Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP).

tempo do ciclo produtivo dentre outros benefícios, esses avanços foram dirigidos pelo valor, pela valorização do valor, assim foram maximizados os resultados para o capital gerando um conjunto de consequências para a população e a natureza de forma geral. Os problemas apresentados pelo atual sistema de abastecimento alimentar não são falhas ou imperfeições do mercado, são consequências da aplicação da lei do valor no alimento, da transformação do alimento em mercadoria.

O processo de produção do alimento no capitalismo envolve o trabalho concreto seja na agricultura, na fabricação de insumos ou no processamento da produção e o trabalho abstrato (trabalho indiferenciado) que irá conferir ao alimento a magnitude do valor. O fato do alimento ser assim portador de valor-de-uso e portador de valor (que se manifestará no concreto sob a forma de valor de troca) transforma este numa mercadoria que pode ser trocada por qualquer outra mercadoria.

No processo de substantivação do valor, quando este passa de polo dominado a polo dominante vimos que o objetivo de valorização se sobrepõe, de modo que o alimento não representa para o capital nada mais do que um meio de valorização do valor em que quanto maior for a capacidade de valorização do valor de um alimento em específico ou determinada prática de produção, mais esta será promovida. Tal questão é abordada da seguinte forma por Debord (2000, s/p).

Esta busca insensata da economia de tempo, tal como as despesas com a mão de obra ou com materiais (fatores que contribuem para diminuir os lucros), tende a fazer prevalecer, em toda a sua pureza abstrata, a lógica de uma mercadoria que, com o andar do tempo (por exemplo, o tempo acumulado na história humana para adquirir capacidades necessárias ao fabrico de uma boa cerveja), pretende ignorar o qualitativo. O qual não deixa de voltar a aparecer negativamente, sob a forma doença. É substituído por diversos dispositivos ideológicos, leis estatais supostamente impostas em nome da higiene, ou muito simplesmente garantia de uma boa aparência, a fim de favorecer, como é evidente, a concentração da produção; e esta irá veicular o mais possível o peso normativo do novo produto adulterado. No final do processo, os monopólios visam apresentar como única a escolha entre o ato de enganar a fome e a fome propriamente dita.

Assim, o valor-de-uso do alimento para o humano fica subordinado ao interesse do capital, ou seja, a valorização do valor. O uso da mercadoria alimento que o ser humano fará, ou “o emprego que nós lhe podemos dar e o uso que dela podemos fazer é postulado autoritariamente ou evocado falaciosamente e, no caso dos alimentos, conservando-lhes artificialmente algumas características da sua antiga origem” (DEBORD, 2000). Desta forma, o valor-de-uso do alimento sob a forma mercadoria representa para o ser humano um meio de enganar a fome, é uma imitação de alimento.

A este respeito Esteve afirma que

Quando pensávamos que já tínhamos visto tudo no mundo dos hambúrgueres, mais uma vez a realidade nos surpreende. Se tempos atrás, alguns meios de comunicação ecoaram o achado, em perfeitas condições, de um hambúrguer do McDonald's, 14 anos depois de ser servido, em agosto de 2013 se difundia o lançamento do hambúrguer de laboratório, que também poderíamos chamar de 'hambúrguer Frankenstein', concebido, como o 'monstro' de Mary Shelley, entre provetas. (ESTEVE, 2017, p. 141).

Para além desta consequência direta sobre a qualidade do alimento, Esteve (2017, p. 40-42) aborda que ao mesmo tempo uma importante parcela da população vive escassez ou falta de alimentos, ao passo que uma quantidade significativa de alimentos é desperdiçada, só na União Europeia são cerca de 89 milhões de toneladas por ano, e isso ocorre por que os alimentos não apresentam estética adequada, pela necessidade das prateleiras estarem sempre cheias para venderem mais, por ser comprados alimentos além da capacidade de consumo, mas tudo isso, segundo a autora responde

A um problema estrutural e de fundo: os alimentos converteram-se em bens de compra e venda. Assim, se a comida não atender a determinados critérios estéticos, ou se sua distribuição não for considerada rentável, se se deteriorar prematuramente, ela é descartada. O impacto da globalização alimentar a serviço dos interesses do agronegócio e dos supermercados tem uma grande responsabilidade nisso. Não importa que milhões de pessoas passam fome. O fundamental é vender. Se você não pode comprar, você não conta. (ESTEVE, 2017, p. 42).

Percebemos assim a perversidade da transformação de um bem essencial à vida humana em um meio de acumulação de valor, de modo que a existência humana e as condições desta existência ficam integralmente subordinadas ao valor.

Observa-se que no capitalismo os alimentos terão papel central na acumulação de capital, em primeiro lugar por constituir-se num setor econômico que se estrutura a partir do alimento como mercadoria que satisfaz uma necessidade humana fundamental à qual não se pode renunciar. Todo o complexo que se estrutura da produção dos insumos agrícolas às redes varejistas de alimentos passando pelas lavouras subordina-se à lógica do capital sendo um sistema de valorização do valor. Em segundo lugar, pelo papel dos alimentos na composição do valor da força de trabalho.

Como vimos, quanto menor for o valor do alimento, menor será o valor da força de trabalho, proporcionando assim maior excedente. Desta forma o avanço na força produtiva da agricultura para além de ser consequência de uma busca do lucro dos capitalistas diretamente envolvidos neste setor, é também fomentada pelo Estado dado sua repercussão geral no valor da força de trabalho, neste sentido o investimento público em pesquisa, créditos, infraestrutura, fomento à inovação tecnológica, etc... é explicado duplamente, por um lado resultado da pressão dos empresários do setor de alimentos e por outro, necessidade de reduzir o valor da força de

trabalho afim de aumentar a taxa de mais-valia / exploração sobre os trabalhadores em todos os ramos de produção.

O abastecimento alimentar poderá então operar como uma contra tendência à lei tendencial da queda da taxa de lucros reduzindo o valor do alimento e conseqüentemente da força de trabalho, daí a centralidade do abastecimento alimentar para a valorização do valor. Diante disso temos que os alimentos contribuirão de forma decisiva na estruturação da economia mundial e o sistema estatal a ela vinculado dado os fluxos de produção e circulação dos alimentos e dos insumos para sua produção em nível global. (MCMICHAEL, 2016, p. 63).

Desta forma, o modo de organização da agricultura e da produção de alimentos no capitalismo estará em função da ascensão e consolidação do valor-capital, o alimento torna-se um insumo bi político para suprir a mão-de-obra e aumentar os lucros.

No processo de produção, circulação e consumo dos alimentos, seja como direito humano, como meio de acumulação de capital, ou ainda como mecanismo de contra tendência à redução da taxa de lucros, acumulam-se interesses contraditórios que se chocam, as combinações de poder e a forma como se expressam ao nível de regime político e governo conformarão sistemas de abastecimento alimentar, portanto, os sistemas de abastecimento são mais do que uma composição técnica que pode ser descrita, são expressões de relações de poder, de força política e econômica, a medida que evoluem essas relações, alteram-se o padrão político e econômico, desenvolvem-se as forças produtivas, altera-se o padrão de desenvolvimento capitalista o sistema de abastecimento alimentar se altera, sendo necessário portanto, que o estudo deste considere este conjunto de inter-relações e múltiplas determinações.

No processo em que o alimento assume a forma de mercadoria ocorrem mudanças em todas as esferas sendo que o impacto na produção talvez seja o mais significativo em relação à modos de produção anteriores, uma vez que as formas de produção não capitalistas sofrem um processo de desintegração e destituição levando à urbanização, crescimento da população despossuída de qualquer meio de produção, implicando na separação entre campo e cidade, em atividades agrícolas e não agrícolas, passando a existir uma população cada vez mais numerosa dependendo da produção de alimentos realizada por outros e em outros países.

Esse processo não se dá de forma harmônica ou idílica, ao contrário, se dá sob forma de invasões, saques, pilhagem, escravização, fome para a maioria em função da centralização de capital por poucos. É um processo em movimento que segue gerando contradições a cada solução aparente apresentada.

Conforme vimos na sucessão dos regimes alimentares, cada novo regime carrega elementos dos anteriores agregando novos elementos que resultam em novas contradições para a sociedade, como a atual crise do regime alimentar corporativo. Neste momento o que vivemos concretamente em termos de abastecimento é a padronização da alimentação humana numa dieta global centrada na soja, milho, trigo, carne, leite e derivados em substituição dos alimentos regionais / locais, esta dieta global, circula de forma global com soja indo do sul para o Norte e leite vindo do Norte para o Sul, esses fluxos de mercadorias que vem e vão são determinados pela maximização da acumulação capitalista, em que as grandes empresas monopolistas desenham seus arranjos de produção em escala global buscando a melhor eficiência empresarial, gerando numa ponta riquezas centralizadas e noutra ponta pobreza generalizada.

Nesta lógica o sistema de abastecimento alimentar é um triângulo, numa ponta estão os consumidores de maior poder aquisitivo, os donos do capital, que alimentam-se de frutas, verduras, peixes, enfim, dietas elaboradas produzidas conforme rígidos critérios de qualidade (inclusive sem agrotóxicos), estes são abastecidos por cadeias que tem suas produções localizadas em grande medida no sul global e chegam ao norte por grandes empresas que controlam este mercado, cabe destacar que este mercado apesar de grande em volume financeiro em termos de quantidade é pequeno em relação à população total. Noutra ponta está a população que de alguma forma consegue se integrar ao sistema sendo na condição de assalariado, trabalhador por conta própria, pequeno empreendedor, etc, que se alimenta da ração mundial, alimentos processados feitos a partir de milho, soja, trigo e carnes de animais confinados.

Por fim, a terceira ponta é composta por aqueles desintegrados do sistema, que estão abaixo do exército industrial de reserva, padecem diariamente de fome, são um fantasma que assombra diariamente os integrados, uma oportunidade de realização de lucros das grandes corporações através das vendas para a “ajuda humanitária” e pela engenharia geopolítica contribuem para o controle dos estados-nacionais pelos países centrais. A fome não é resultado da natureza, é resultado do abastecimento alimentar dominado pelo valor, é um resultado da construção humana.

Neste modelo alimentar mundial coube ao Brasil desde sempre o papel de provedor dos alimentos seja alguns de luxo seja alimentos para a população trabalhadora, vieram os ciclos da cana, do café, agora da soja e do milho. Vale destacar que no caso da cana e do café estes representaram outrora maior importância relativa, o que não significa que em termos absolutos tenhamos hoje um esvaziamento do ciclo, regiões inteiras seguem dedicadas exclusivamente à estes produtos se destacando o Brasil na produção mundial destes.

Os dados da produção agrícola de 1999 a 2017 demonstraram claramente que a dinâmica de produção seguiu as demandas internacionais de expansão da soja e do milho, ficando os produtos dedicados ao abastecimento interno em segundo plano, cultivados majoritariamente pela agricultura familiar e camponesa que existe e persiste na periferia do agronegócio sendo expulsa e perseguida a cada novo impulso de crescimento, basta ver os inúmeros conflitos agrários existentes no Brasil no último período em que comunidades indígenas, quilombolas e camponesas estão sendo expulsas do território e lideranças estão sendo assassinadas.

Este contexto atual está na sequência do que foi a colonização, o tipo de produção aqui instalado e a forma como foram encarados os problemas de abastecimento interno. Nas palavras de Linhares, o Brasil teve como destino produzir alimento, mas não para saciar a fome do seu povo.

Todo este cenário é dissimulado como demonstrado no capítulo primeiro pela própria lógica do capital e pelo interesse direto dos donos do capital, somente sendo possível trazer a luz do dia, evidenciar as contradições e a essência dos problemas através do exercício da investigação crítica, esperamos que com essa pesquisa tenhamos tido a condição de por um lado aportar subsídios e métodos para pesquisa futuras e por outro tenhamos evidenciado que a produção agrícola brasileira no período de 1999 a 2017 não trouxe mudanças ou rupturas com o processo histórico de produção no Brasil, ao contrário, apenas foi mais do mesmo.

No entanto, o avanço do capitalismo (esse mais do mesmo) não se dá sem resistências e sem aprofundamento das contradições, colocando de forma cada vez mais evidente que o capital não é o fim da história, e que além de possível superar este modo de produção há uma necessidade, inclusive de sobrevivência para a própria espécie humana. Neste sentido crescem os movimentos populares articulados em escala mundial como a Via Campesina apresentando uma crítica profunda ao sistema de produção e consumo de alimentos e se desafiando na teoria e na prática a superar este sistema.

Neste sentido, desvelar a dissimulação capitalista e apontar seus fundamentos deve ser uma tarefa contínua, buscando avançar na consciência política da possibilidade de superação das relações sociais de produção vigentes. Combinar o estudo e a prática militante é uma necessidade, dedicar-se a interpretar, mas também a transformar o mundo, eis nosso desafio, o futuro está por escrever, está aí para ser construído, a ser movimentado pelo motor da história, as possibilidades existem e Ianni (1985) No texto *A Utopia Camponesa* (1985) in Carvalho (2005, p. 166) refletindo sobre os camponeses nos apresenta didaticamente que o futuro não está pronto, assim diz:

A comunidade camponesa pode ser utopia construída pela invenção do passado. Pode ser a quimera de algo impossível no presente conformado pela ordem burguesa. Uma fantasia alheia às leis e determinações que governam as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo. Mas pode ser uma fabulação do futuro. Para a maioria dos que são inconformados com o presente, que não concordam com a ordem burguesa, a utopia da comunidade é uma das possibilidades do futuro. Dentre as utopias criadas pela crítica da sociedade burguesa, coloca-se a da comunidade, uma ordem social transparente. Esse é, provavelmente, o significado maior do protesto desesperado e trágico do movimento social camponês.

A história não para, enquanto houver injustiças e exploração haverá quem lute e quem sonha com um mundo sem fome.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. (s.d.). *Semiárido - É no Semiárido que a vida pulsa!* Disponível em www.asabrazil.org.br: <http://www.asabrazil.org.br/semiarido>. Acesso em: 29 de jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES SANTAMARIENSES EM DEFESA DA VIDA. (s.d.). *Histórico*. Fonte: [apsadvida: http://apsadvida.comunidades.net/index.php](http://apsadvida.comunidades.net/index.php) Acesso em: 29 de jun. 2019.

BARTRA, A. (2011). Cuadernos Agrários: La Renta de La Tierra. Em E. N. Fernandes, *Teorias da Renda da Terra* (pp. 116-204). São Paulo: ENFF - Uso Interno.

BARTRA, A. (26 de Março de 2017). Vivimos el capitalismo del fin del mundo. (A. Cano, Entrevistador).

BOFF, L. (09 de agosto de 2011). *Quarenta anos da Teologia da Libertação*. Fonte: [leonardoboff.com: https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/](https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/) Acesso em: 29 de jun. 2019.

BRASIL. Constituição 1988. (2010). Emenda Constitucional n. 64 de 2010, artigo 6. Brasília.

BRASIL. Decreto lei nº 11.346. (26 de agosto de 2010). Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, Brasília: Diário oficial.

CAMPOS, C. S. (2009). *Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS. Tese (Doutorado)*. Porto Alegre: - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CAMPOS, P. H. (2005). A contribuição da História do abastecimento para a Historiografia brasileira. *ANPUH XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*.

CARCANHOLO, R. (2011). *Capital: essência e aparência* (Vol. I). São Paulo: Expressão Popular.

CARCANHOLO, R. (2013). *Capital: essência e aparência* (Vol. II). São Paulo: Expressão Popular.

CARCANHOLO, R. A., & SABADINI, M. (2011). Sobre o Capital e a Mais Valia. Em R. C. (Org.), *Capital: Essência e Aparência* (pp. 123-145). São Paulo: Expressão Popular.

CARDOSO, C. F. (1985). *O Trabalho na América Latina Colonial*. São Paulo: Ática.

CARVALHO, H. M. (2005). *O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

CASTRO, J. d. (2011). *Geografia da Fome - O Dilema Brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CASTRO, J. R. (31 de Março de 2016). *As commodities e seu impacto na economia do Brasil*. Disponível em Nexo Jornal: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil> Acesso em: 29 de jun. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. (05 de Fevereiro de 2010). *Histórico da CPT*. Fonte: www.cptnacional.org.br: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico> Acesso em: 29 de jun. 2019.

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. (Abril de 2017). *Quarto Levantamento da Safra Brasileira de Cana-de-açúcar*. Fonte: www.conab.gov.br: https://www.novacana.com/pdf/18042017090454_Conab_-_4_Levantamento_2016-17_180417.pdf Acesso em: 29 de jun. 2019.

Confederação Rural Argentina. (29 de novembro de 2012). *Los frutos del campo se incrementan un 1.400%*. Fonte: www.cra.org.ar: <http://www.cra.org.ar/nota/6279-los-frutos-del-campo-se-incrementan-un-1-400/> Acesso em: 29 de jun. 2019.

COORDENADORA LATINO AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES DO CAMPO. (28 de Junho de 2010). *Coordenadora Latino Americana de Organizações do Campo*. Fonte: Coordenadora Latino Americana de Organizações do Campo - Quiénes Somos: <http://www.cloc-viacampesina.net/informacion-general/quienes-somos> Acesso em: 29 de jun. 2019.

COUZEMENCO, F. (08 de Outubro de 2016). *Agricultura familiar é taxada de inviável em 80%, afirma secretário estadual*. Fonte: *Século Diário*: <http://seculodiario.com.br/30943/10/80-da-agricultura-familiar-no-espírito-santo-e-taxada-de-inviavel-economicamente-1> Acesso em: 29 de jun. 2019.

Debord, G. (2000). *Enganar a Fome*. Lisboa: frenesi.

DELGADO, G. C. (2012). *Do Capital Financeiro Na Agricultura À Economia do Agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]*. Porto Alegre: UFRGS Editora. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. (s.d.). *EMBRAPA*. Fonte: Cultivos: <https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/cultivos/mandioca> Acesso em: 29 de jun. 2019.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. (s.d.). *EMBRAPA*. Fonte: Trigo: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/trigo1> Acesso em: 29 de jun. 2019.

ESPÍRITO SANTO. (2008). *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba*. Vitória.

ESTEVE, E. V. (2017). *O Negócio da Comida: quem controla nossa alimentação?* São Paulo: Expressão Popular.

FORMENTINI, E. A., & SOUZA, J. L. (2016). A Agricultura Agroecológica no Espírito Santo. Em G. G. Dadalto, A. E. Silva, E. B. Costa, P. A. Galvêas, & W. R. Loss, *Transformações da Agricultura Capixaba 50 Anos* (pp. 95-98). Vitória: Cedagro; Incaper; Seag.

FORO MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. (23-27 de Fevereiro de 2007). *Declaração de Nyélény – Foro Mundial Pela Soberania Alimentar*. Fonte: Nyeleni: <https://nyeleni.org/spip.php?article327> Acesso em: 29 de jun. 2019.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. (s.d.). *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Sobre o PNAE: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae> Acesso em: 29 de jun. 2019.

GOERGEN, S. A. (2012). Movimento dos Pequenos Agricultores. Em R. S. CALDART, *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 494-497). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

HOFFMANN, R. (Maio-Agosto de 1995). Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*, vol.9 (24).Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000200007&script=sci_arttext&tlng=es Acesso em: 29 de jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2013). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013*.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (18 de Dezembro de 2014). *IBGE*. Fonte: Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000020112412112014243818986695.pdf> Acesso em: 29 de jun. 2019.

INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA. (s.d.). *Apresentação*. Disponível em IRPAA: <http://www.irpaa.org/modulo/portugues> Acesso em: 29 de jun. 2019.

KAUTSKY, K. (1980). *A questão Agrária* (3ª ed.). (C. IPEROIG, Trad.) São Paulo: Proposta Editorial.

KRAUSER, R. R. (2015). *A Agroecologia e o Plano Camponês*. Candiota - RS: Instituto Cultural Padre Josimo.

LINHARES, M. Y. (1979). *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI.

LINHARES, M. Y., & SILVA, F. C. (1979). *História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília: BINAGRI.

MAESTRI, M. (2005). A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na Formação da classe camponesa brasileira. Em J. P. STÉDILE(org.), *A questão agrária no Brasil. Volume 2* (pp. 217-275). São Paulo: Expressão Popular.

MANCIO, D., & MOREIRA, R. C. (2012). A dependência latino-americana e a reprimarização do continente. *XVII Encontro Nacional De Economia Política*, 1-25.

MARINI, R. M. (2008). Dialéctica de la dependencia (1973). Em R. M. MARINI, *América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales*. Bogotá: Siglo Del Hombre - CLACSO.

MARX, K. (1983). *O Capital: Crítica da Economia Política* (Vols. Volume III - Tomo 2). (V. Civita, Ed.) São Paulo: Abril Cultural.

MARX, K. (1984). *O Capital: Crítica da Economia Política* (Vol. I Tomo 2). São Paulo: Abril Cultural.

MARX, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política* (2ª ed.). (F. Fernandes, Trad.) São Paulo: Expressão popular.

MARX, K. (2012). *O Capital: Crítica da Economia Política* (30ª ed.). (R. Sant'Anna, Trad.) Rio De Janeiro: Civilização Brasileira.

MATHIAS, G., & SALAMA, P. (1983). *O Estado Superdesenvolvido*. São Paulo: Brasiliense.

MCMICHAEL, P. (2016). *regimes alimentares e questões agrárias*. Porto Alegre: UFRGS.

MIOTO, R. C., & LIMA, T. C. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katálysis*, 10, p.37-45.

MOREIRA, R. C. (2017). Crise E Renda Da Terra No Capitalismo Dependente: Notas Sobre As Aquisições De Terra Por Estrangeiros No Brasil. *II Colóquio Nacional "Dependência na América Latina"*.

NAÇÕES UNIDAS. (1998). Declaração Universal dos Direitos Humanos. *Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada e proclamada pela resolução A 217(III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948*. Brasília.

NETTO, J. P. (1996). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.

NETTO, J. P., & BRAZ, M. (2010). *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.

PRATES, J. C. (2003). Planejamento da Pesquisa Social. *Temporalis*, 123 a 143.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ. (s.d.). *Santa Maria de Jetibá*. Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá: <http://www.pmsmj.es.gov.br/portal/o-municipio/> Acesso em: 29 de jun. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA. (s.d.). *Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha*. Fonte: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha - quem somos: <https://saogabriel.es.gov.br/quem-somos> Acesso em: 29 de jun. 2019.

RIVAS, K. (27 de Agosto de 2013). *Produtores, intermediários e consumidores: o enfoque da cadeia de preços*. Fonte: www.envolverde.cartacapital.com.br/: <http://envolverde.cartacapital.com.br/produtores-intermediarios-e-consumidores-o-enfoque-da-cadeia-de-precos/> Acesso em: 29 de jun. 2019.

SAFATLE, C. (10 de agosto de 2012). *A mãe de todas as crises do Brasil*. Disponível em Valor Econômico: <http://www.valor.com.br/cultura/2783388/mae-de-todas-criSES-do-brasil> Acesso em: 29 de jun. 2019.

SANTOS, J. S. (2008). *Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro*. Rio De Janeiro: Tese, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. (s.d.). www.mda.gov.br. Fonte: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa> Acesso em: 29 de jun. 2019.

SILVA, F. t. (s.d.). *EMBRAPA*. Fonte: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/>: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho/arvore/CONT000fdyq37d602wx5a900e1ge5zg4utf9.html> Acesso em: 29 de jun. 2019.

SOUZA, A. P., PIZETTA, A. J., GOMES, H., & CASALI, D. (2005). *A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo*. Vitória: Grafita.

STEDILE (org), J. P. (2005). *A questão agrária no Brasil Vol VII : O debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular.

STÉDILE, J. P., & CARVALHO, H. M. (2012). Soberania Alimentar. Em R. S. (Org.), *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 716-725). Rio De Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venância, Expressão Popular.

TEIXEIRA, E. S., BERNARTT, M. d., & TRINDADE, G. A. (2008). Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 227-242.

TEIXEIRA, L. S. (2015). *O valor da fome no Brasil: Entre as necessidades humanas e a reprodução do capital*. Rio de Janeiro: Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, ESS.

VIA CAMPESINA. (7 de Julho de 2017). *Via Campesina*. Fonte: Via Campesina - Que Es La Via Campesina: <https://viacampesina.org/es/la-voz-de-los-campesinos-y-de-las-campesinas-del-mundo5/> Acesso em: 29 de jun. 2019.

VIEIRA, J. E., & VELTEN, J. G. (2015). *Os Italemães na Terra dos Botocudos*. Vitória: Grafitusa.

ZIEGLER, J. (2013). *Destruição em Massa: Geopolítica da Fome*. São Paulo: Cortez.

ANEXO I – SISTEMÁTICA PARA CÁLCULO DE PRODUÇÃO EQUIVALENTE

I- Arroz em casca e Arroz Pilado:

Utilizamos o rendimento de 68% para arroz pilado, ou seja, 680 gramas de arroz pilado igual a 1 kg de arroz em casca.

“Arroz em casca, posto indústria, com rendimento do grão de 57% maior e 58% (menor, igual e maior) de grãos inteiros, com cerca de 10% de grãos quebrados por 100 gramas. O importante é que se tenha renda do benefício de 68%, para produção de arroz beneficiado polido Tipo 1, seguindo a Instrução Normativa n. 6, de 2009, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA” – Disponível em: <
<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/metodologia/metodologia-do-arroz-em-casca-esalq-senar-rs.aspx>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

II- Conversão de Fécula de Mandioca em raiz

Fizemos a conversão da fécula em mandioca *in-natura*, considerando a taxa de rendimento de 25%, considerando que “No cômputo geral das fecularias brasileiras, obteve-se um rendimento médio de 25% de amido. A média do rendimento mínimo das empresas foi de 21%, enquanto a média do rendimento máximo foi de 28%. Esse seria um perfil genérico da indústria brasileira de fécula” in “A indústria do Amido de Mandioca” – EMBRAPA, 2003. p. 99. Disponível em: <
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/159763/1/Industria-amido-mandioca.pdf>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

III- Conversão de Café em coco para café em grão:

Consideramos a conversão de 2 kg de café em coco para 1 kg de café em grão conforme Herculano Penna Medina Filho e Rita Bordignon do Instituto Agronômico de Campinas, disponível em “o Agrônomo” Campinas, (2003), que assim diz: “Tradicionalmente, o café produzido no Brasil é processado pelo método natural ou via seca. Após colhido, é seco em terreiro e/ou secador, armazenado em coco e mais tarde beneficiado e ensacado. Nessa situação, normalmente refere-se ao rendimento em litros de café em coco (a 12% de umidade) para cada saca de beneficiado. Assim, é bastante comum a referência de que um saco ou 100-110 litros de café em coco pesa 40-41 kg (mais 0,5 kg do saco) e que depois de limpo, resulta, no geral, em 20 kg de café beneficiado ou três sacos em coco resultam em um beneficiado. Na prática esse é o chamado café de renda 20 e que tecnicamente corresponde a um rendimento de 50%. Essa renda varia, normalmente, de 18 a 22 correspondendo a 45-55% de rendimento. Em

situações raras, a renda chega aos extremos, 16 a 24, ou seja, 40 a 60%, conforme a quantidade e distribuição de chuvas, enfolhamento, balanço de nutrientes, ataque de pragas e moléstias, interagindo com altas e baixas produções. ” Disponível em: <http://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/agronomico/pdf/v55-2_infotecrendimento.pdf> Acesso em: 29 de jun. 2019.

IV- Conversão de açúcar e álcool em cana

Inicialmente foi necessário converter o peso do álcool em Litros, considerando a densidade de 820 gramas por litro e na sequência a conversão em cana. Esta densidade foi estabelecida considerando as informações disponíveis no sitio eletrônico “nova cana”, que assim apresenta a densidade do álcool: “Quando puro e com temperatura próximo dos 25°C, o etanol possui uma densidade de 789 g/cm³. Isso significa que a cada centímetro cúbico o etanol pesa apenas 0,789 gramas. Os valores mudam dependendo da mistura e da temperatura em que ele está submetido, sendo que o álcool combustível possui densidade que varia de 0,82 a 0,88 g/cm³. Com isso, o etanol é um pouco mais denso que a gasolina, cuja densidade varia entre 0,72 e 0,76 gramas por centímetro cúbico, porém é menos denso que a água, que possui valor médio de 1 g/cm³. ”

Disponível em: <<https://www.novacana.com/etanol/propriedades-fisico-quimicas>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

A partir destas informações consideramos a taxa de conversão em 820 gramas ou 0,820 g/cm³.

Para o cálculo da quantidade de cana equivalente utilizamos as informações disponíveis no quarto levantamento da safra brasileira de cana-de-açúcar 2016/2017 realizado pela CONAB (2017). Neste levantamento verifica-se que foram destinados à produção de açúcar 303,215 milhões de toneladas de cana (46,14% do total da safra apurada pela CONAB), resultando em 38,691 milhões de toneladas de açúcar, ou seja, um rendimento de 127,60 kg de açúcar por tonelada de cana. Nesta mesma safra foram destinadas a produção de etanol 353,968 milhões de toneladas (53,86% do total) que resultaram 27,807 bilhões de litros de etanol, um rendimento de 78,56 litros de etanol total por tonelada de cana.

V- Conversão de óleo de soja e farelo em Soja

Com relação ao comércio exterior de soja, selecionamos os dados relativos à soja em grãos, farelo de soja e óleo de soja. Para o cálculo da soja equivalente ao farelo e ao óleo consideramos que cada tonelada de soja rende cerca de 780 kg de farelo e 190 kg de óleo. Jornal do Comércio,

01/09/2009. Disponível em: < <https://www.biodieselbr.com/noticias/em-foco/oleo-soja-viavel-economista-01-09-09>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

ANEXO II – RESUMO DAS CULTURAS ANALISADAS

I – Arroz

O arroz é um alimento que compõe a dieta alimentar básica da população brasileira, sendo apreciado em todas as regiões do Brasil. O Dieese, no levantamento do custo da cesta básica, considera a quantidade de 3 kg de arroz por mês para o consumo de uma pessoa adulta.

No período de 1999 a 2017 com relação ao arroz observamos que houve uma redução da área colhida de 3,8 para 2,0 milhões de hectares, uma redução de 47% na área cultivada, todavia esta redução não se deu de forma linear no território nacional, houve um movimento de concentração da produção na região Sul do Brasil, que em 1999 respondia por 31,42% da área plantada e em 2017 por 63,46% da área plantada. Portanto, houve no período simultaneamente redução de área colhida e concentração do cultivo na região Sul do Brasil.

Na comparação com as demais culturas (lavoura permanente e temporária) a área colhida de arroz representava em 1999 7,78%, recuando para 2,57% em 2017, indicando assim que além da redução da área cultivada de arroz houve incremento no total de área colhida das demais lavouras.

Com relação a produção total temos que apesar da redução da área colhida houve uma expansão da produção, indicando ganhos de produtividade (ocorreu um salto de 3070 kg de arroz em casca por hectare em 1999 para 6.209 kg em 2017, um aumento de 102% na produtividade). A quantidade total colhida em 1999 foi de 11,7 milhões de toneladas de arroz em casca, enquanto que em 2017 foi de 12,47 milhões de toneladas, um crescimento de 6,48%, novamente se destaca a região com sul com 80% da colheita dado sua produtividade superior à outras regiões.

Na relação com o mercado mundial temos que no período em análise até 2004 a exportação de arroz do Brasil é pequena, prevalecendo a importação, 1,2 milhões de toneladas⁴⁷ em 1999, chegando a 1,3 milhões em 2003. Desde 2004 houve um crescimento nas exportações

⁴⁷ Os dados disponíveis de exportação e importação de arroz estão agrupados, incluindo arroz em casca e beneficiado de modo que há algum prejuízo nas relações que podemos estabelecer entre a produção nacional e a exportação dado que o grão de arroz em casca deverá render 68% de arroz beneficiado. Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/metodologia/metodologia-do-arroz-em-casca-esalq-senar-rs.aspx>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

brasileiras superando em alguns anos a importação, tornando o Brasil efetivamente exportador de arroz. Apesar das oscilações de importação e exportação que chegam a 10% da produção nacional os valores envolvidos na exportação e importação de arroz não chegam a ter relevância na balança comercial brasileira, em 2017, as exportações de arroz corresponderam a 0,11% do valor total exportado.

Considerando a produção disponível (produção nacional mais importações menos as exportações) para o mercado interno temos que em 1999 a disponibilidade per capita era de 78 kg por habitante, enquanto que em 2017 foi de 61 kg. Portanto, uma redução de 21,8% na disponibilidade per capita de arroz.

Com relação aos estabelecimentos agropecuários produtores de arroz, conforme dados dos censos agropecuários de 1995, 2006 e 2017, temos que houve uma redução de 80,6% no total de estabelecimentos que produzem arroz, demonstrando assim a concentração da produção. Em 1995 eram 927.619 estabelecimentos agropecuários que produziam arroz com uma área média cultivada de 3,21 ha. Em 2017 produziram arroz 179.588 estabelecimentos, com uma área média de 9,87 hectares. A Região Sul que se destacou pela concentração da área colhida e produção obtida, teve o número de estabelecimentos reduzidos de 176 mil para 19,7 mil, redução de 88,83% enquanto que a área média por estabelecimento passou de 6,27 hectares em 1995 para 65,16 em 2017.

Quanto ao tipo de agricultura temos para a cultura do arroz que em 2006 haviam 396,628 mil estabelecimentos produtores de arroz, dos quais 354.742 eram de agricultura familiar. Estes estabelecimentos responderam naquele ano por 48% da área total colhida (1.168.250 hectares) e 33% da produção obtida (3,2 milhões de toneladas de arroz em casca).

A partir deste conjunto de dados vimos que houve no período de 1999 a 2017 uma redução da área cultivada, redução do número de estabelecimentos produtores de arroz, e concentração da produção na região sul, esses dados indicam uma tendência de centralização e concentração da produção deste cereal.

II – Feijão

O feijão é um alimento básico da população brasileira, sendo apreciado em todas as regiões do Brasil. O Dieese, no levantamento do custo da cesta básica, considera a quantidade de 4,5 kg de feijão por mês para o consumo de uma pessoa adulta. Diante desta importância selecionamos este alimento para acompanhar sua evolução no período de 1999 a 2017.

Neste período a área total cultivada com feijão passou de 4,15 milhões de hectares para 2,79 milhões de hectares, uma redução de 32,71% na área cultivada com este alimento. O Nordeste, que possui a maior área plantada, respondeu em 1999 por 45,59% da área colhida e em 2017 por 46,80%, ou seja, em termos proporcionais manteve a importância, porém, em termos absolutos houve uma redução de área colhida nesta região de 1,8 para 1,3 milhões de hectares.

Considerando o total da área colhida com lavouras permanentes e temporárias e a área colhida com feijão verificamos que em 1999 8,48% da área colhida era de feijão, caindo para 3,57% em 2017, esta queda resulta da redução de área colhida de feijão concomitante ao aumento de área colhida das demais culturas.

No período em análise apesar da queda significativa da área colhida houve um aumento na produção total da ordem de 7,14%, saímos de 2,83 para 3,03 milhões de toneladas. Considerando a população residente a produção nacional de feijão tivemos em 1999 uma produção percapita de 17,27 kg por habitante, e em 2017 14,63 kg.

Importante assinalar que em 1999 as regiões Nordeste, Sudeste e Sul aportavam 86% da produção nacional de feijão, em 2017 as regiões mais produtoras foram Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que responderam por 82% da produção nacional. O Nordeste perdeu importância na produção nacional mesmo ocupando a maior área plantada.

Esses dados indicam assim que houve mudanças na produtividade e um diferencial entre as regiões. A nível nacional saltamos de 680 kg por hectare para 1090 kg em 2017, um incremento de 60,29%. A nível de região temos que a menor produtividade em 2017 foi no Nordeste com 373 kg por hectare e a maior no Sudeste com 1932 kg por hectare, ou seja, para cada hectare cultivado no Sudeste eram necessários 5,2 hectares cultivados no Nordeste.

Quanto ao comércio externo de feijão, verifica-se a prevalência de importação, em 2008 atingimos a marca de 200 mil toneladas importadas, chegando a 312 mil em 2012 e 342 mil toneladas em 2016. Houveram no período exportações de feijão, mas em nenhum momento superaram as importações. Em termos de valores, as exportações de feijão em 2017 representaram 0,036% do valor total das exportações brasileiras do ano, enquanto que as importações de feijão em 2017 representaram 0,07% do valor total das importações.

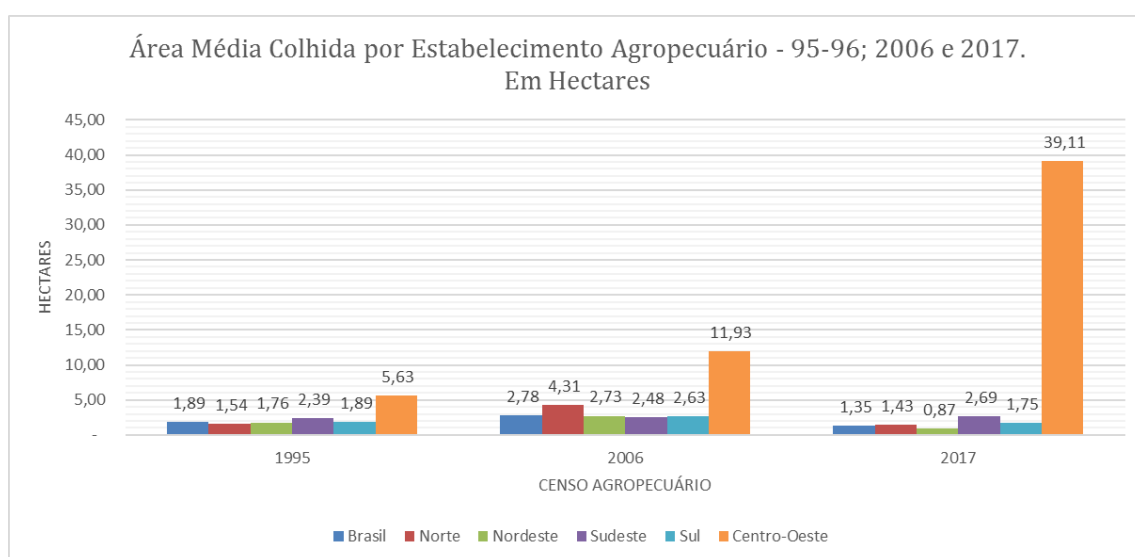
Com relação aos estabelecimentos agropecuários produtores de feijão⁴⁸, considerando os três censos agropecuários, houve uma redução de 23,29% do número de estabelecimentos

⁴⁸ São necessárias duas ressalvas acerca dos dados que podem prejudicar a análise. A primeira é que no Censo de 1995-96 apresentou-se o número de estabelecimentos por safra (1ª, 2ª e 3ª safra), nos outros dois censos seguintes não houve essa divisão por safra. Ocorre que um mesmo estabelecimento poderá realizar mais de uma safra no

produtores de feijão, sendo que na região norte, região sul e centro-oeste essa queda foi superior a 50%, na região nordeste a queda foi de apenas 2,5% e na região sudeste de 43,51%.

Considerando a área total colhida e número de estabelecimentos percebe-se que na média à exceção da região Centro-Oeste, não houve um processo de concentração da área cultivada, há uma estabilidade na área média. Já na região Centro-Oeste houve aumento de área cultivada e redução dos estabelecimentos, somado à um ganho de produtividade indicando assim um processo de tecnificação desta cultura.

Gráfico – Área média Colhida de Feijão por estabelecimento Agropecuário – 1995, 2006 e 2017



Fonte: Censo Agropecuário (1995/96, 2006 e 2016/2017) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Elaboração do Autor.

Por estes dados, podemos inferir que o feijão não é uma cultura de maior interesse da produção capitalista, tal desinteresse pode estar ligado à alguns fatores como i) o feijão, até o momento, não se converte em ração, óleo ou combustível como a soja; ii) é destinado portanto, ao consumo humano que demanda feijões frescos e em sua grande maioria não industrializados; iii) seu armazenamento implica na perda de qualidade e baixa aceitação do mercado. Por esses e outros motivos, os agricultores, principalmente os empresariais, optam pela produção de soja ao invés do feijão.

ano, mas a divisão de safras ocorre em maior medida em função da região de cultivo, por isso optamos em somar os estabelecimentos produtores de 1ª, 2ª e 3ª safras do ano de 1995-1996, que soma poderá apresentar um número de estabelecimentos produtores de feijão maior que o número real. A segunda ressalva é que os censos de 2006 e 2017 apresentam uma diferenciação por tipo de feijão, ou seja, o número de estabelecimentos que produziram determinados tipos de feijão, optamos por somar e totalizar o número de estabelecimentos, porém, tal operação poderá apresentar um número de estabelecimentos acima do real, uma vez que um mesmo estabelecimento poderá produzir mais que um tipo de feijão, e essa informação não temos disponíveis nos censos.

Com relação ao tipo de estabelecimento produtor de feijão, o censo agropecuário de 2006 apresenta que 90% dos estabelecimentos naquele ano que produziram feijão eram de agricultura familiar, respondendo por 81% da área colhida e 70% da produção obtida.

Reafirmando ser uma cultura de baixo interesse empresarial.

A partir deste conjunto de dados vimos que houve no período de 1999 a 2017 uma redução da área cultivada, redução do número de estabelecimentos produtores de feijão, o aumento da participação da região centro-oeste com um claro viés empresarial (redução de estabelecimento, aumento de produtividade, aumento de área média por estabelecimento). Ademais percebe-se que é uma cultura produzida em todo o território nacional majoritariamente pela agricultura familiar.

III – Mandioca

A mandioca é consumida in natura, utilizada na fabricação de farinha, fécula, rações e outros preparados. O Dieese, no levantamento do custo da cesta básica, considera a quantidade de 1,5 kg de farinha por mês para o consumo de uma pessoa adulta na cesta nacional.

No período em análise, a área total cultivada com mandioca decresce de 1,57 milhões de hectares para 1,31 milhões de hectares, uma redução de 16,31% na área cultivada com este produto. Todavia, podemos dividir o período em duas fases, a primeira, que foi entre 1999 e 2005 quando houve um crescimento da área cultivada com este produto, mantendo uma certa estabilidade até 2008, e desde então há uma redução contínua da área cultivada ano a ano, de modo que entre 2008 e 2017 a queda foi de 30,39% da área colhida.

Proporcionalmente, a mandioca ocupou em 1999 3,21% do total da área colhida da lavoura permanente e temporária, enquanto que em 2017 apenas 1,68%. Além da queda da área colhida, houve também queda da quantidade produzida em 9,53%. Em 1999 a colheita de mandioca foi de 20,86 milhões de toneladas, enquanto que em 2017 foi de 18,88 milhões de toneladas. Considerando esta variação na produção e o crescimento da população temos que a produção percapita a nível nacional reduziu de 127,26 kg em 1999 para 90,9 kg em 2017, uma redução de 28,57%.

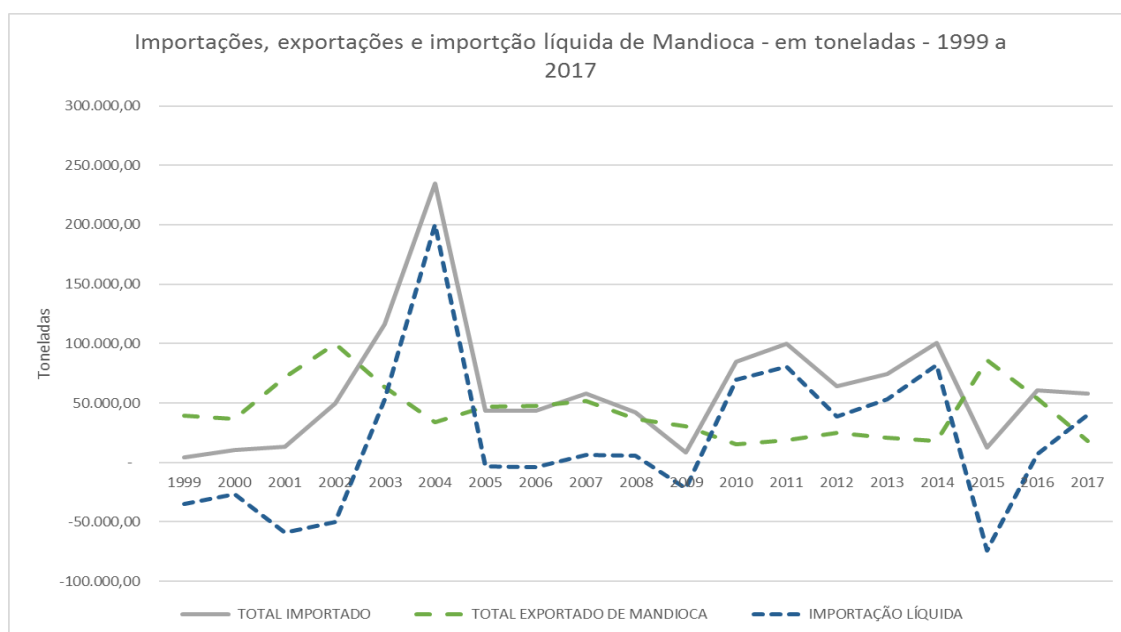
Com relação a distribuição regional da produção, temos verifica-se que em 1999 a principal região produtora era o nordeste seguida pela região norte e sul, em 2017 a principal região produtora passou a ser o norte, seguida com uma distância maior pelas regiões sul e nordeste. Não se observa uma concentração da produção em nível nacional numa única região, em 1999 as três principais regiões (Norte, Nordeste e Sul) respondiam por 84,81% da produção

nacional com respectivas quantidades próximas umas das outras. Em 2017 estas mesmas regiões responderam por 84,02% da produção nacional, porém, com maior distância entre as produções obtidas, tendo maior desta que a região norte, com 38,21% da produção nacional. Com relação a produtividade a média nacional passou de 13,28 toneladas por hectare em 1999 para 14,36 toneladas, um aumento de 8,13%.

Em relação as exportações e importações de mandioca, observou-se um volume considerável de transações com a fécula de mandioca, neste caso, fizemos a conversão da fécula em mandioca *in-natura*, considerando a taxa de rendimento de 25%⁴⁹, para assim demonstrar de forma mais aproximada o volume de mandioca transacionado.

Podemos observar que no período o total de importações (importação de mandioca e importação de fécula convertida em mandioca) foram inferiores as exportações nos anos de 1999 a 2002, 2005 a 2006, 2009 e 2015, nestes anos, portanto, o Brasil foi exportador de mandioca. Nos demais anos (2003, 2004, 2007, 2008, 2010-2014, 2016 e 2017) o Brasil foi importador de Mandioca, tais movimentos podem ser observados no gráfico abaixo.

Gráfico - Comércio Exterior de Mandioca e Derivados (equivalentes em Mandioca) – 1999 a 2017



Fonte: MAPA. Elaboração do Autor.

⁴⁹ “No cômputo geral das fecularias brasileiras, obteve-se um rendimento médio de 25% de amido. A média do rendimento mínimo das empresas foi de 21%, enquanto a média do rendimento máximo foi de 28%. Esse seria um perfil genérico da indústria brasileira de fécula” in “A indústria do Amido de Mandioca” – EMBRAPA, 2003. p. 99. Disponível em:

< <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/159763/1/Industria-amido-mandioca.pdf> Acesso em: 29 de jun. 2019.

Considerando a importação líquida (importações menos exportações) e comparando com a produção nacional veremos que os volumes de comércio exterior não apresentam maior significância em relação ao produzido, todavia é simbólico que o Brasil tenha sido importador de mandioca em 11 anos da série histórica de 18 anos.

Quanto aos estabelecimentos agropecuários produtores de mandioca, conforme dados dos censos agropecuários de 1995-96, 2006 e 2016/2017, temos que houve uma redução de 17% no total de estabelecimentos que produzem mandioca, em 1995 eram 1,159 milhões, em 2006 832 mil e em 2017 962 mil. Importante destacar que à exceção do Nordeste, todas as regiões apresentaram aumento do número de estabelecimentos produtores de mandioca entre 2006 e 2017.

Quanto ao tamanho médio de área colhida por estabelecimento a maior média foi de 4,29 hectares por estabelecimento na região Norte no ano de 2006, todos os demais estão abaixo de 2,5 hectares por estabelecimento, indicando ser uma cultura sem uma concentração elevada na produção.

Com relação ao tipo de estabelecimento produtor de mandioca, o censo agropecuário de 2006 indica que naquele ano 91% dos estabelecimentos produtores de mandioca eram de agricultura familiar, respondendo por 86% da área colhida e 83% da produção obtida, tendo assim a agricultura familiar grande importância na produção deste alimento.

A partir deste conjunto de dados vimos que houve no período de 1999 a 2017 uma redução da área cultivada, redução do número de estabelecimentos produtores de mandioca, porém não se observou um movimento de concentração na produção.

Observou-se na região nordeste uma acentuada redução de produção, área colhida e estabelecimentos produtores, neste caso caberia uma análise das razões deste fato, acreditamos que a principal variável causadora deste processo seja a seca que atingiu de maneira intensa a região desde o ano de 2012⁵⁰.

⁵⁰ “Seca de 2012 a 2017 no semiárido foi a mais longa na história do Brasil” reportagem veiculada pelo portal de notícias UOL, disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/03/03/seca-de-2012-a-2017-no-semiarido-foi-a-mais-longa-da-historia.htm>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

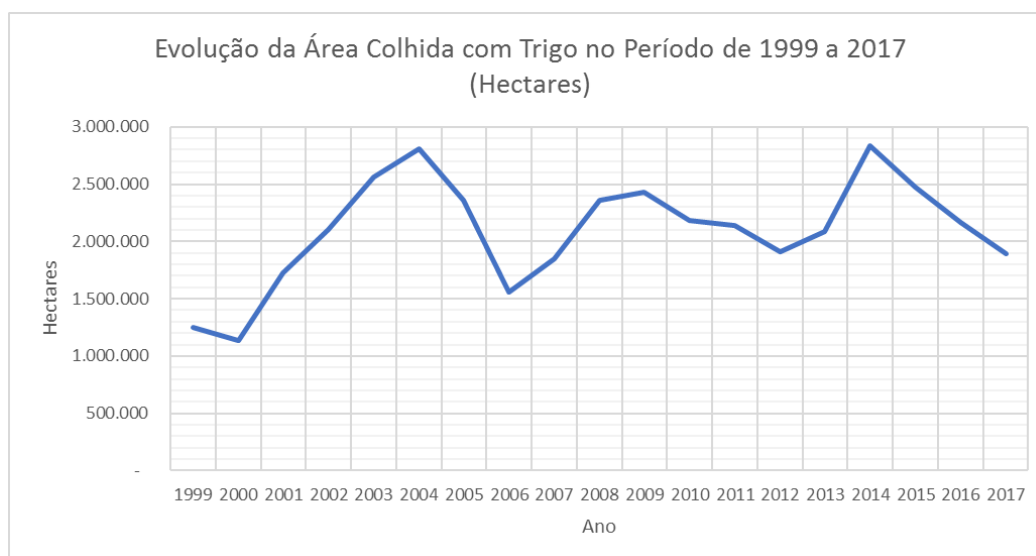
IV – Trigo

Na alimentação o trigo é largamente utilizado na produção de pães, massas e biscoitos em geral. No cálculo da cesta básica são considerados 6 kg de pão francês por pessoa/mês⁵¹, trata-se, portanto de um importante alimento para a população brasileira.

No período em análise a área cultivada com o trigo teve uma variação intensa, mais do que dobrando a área colhida no ano de 2014 (2,8 milhões de hectares) em relação a 1999 (1,25 milhões de hectares), tendo desde 2014 quedas constantes de área colhida, chegando em 2017 a 1,9 milhões de hectares. Na comparação de 1999 a 2017 o aumento de área colhida foi de 51,7%.

Este movimento de expansão e retração da área de cultivo pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico – Área Colhida de Trigo – Brasil – 1999 a 2017 (em hectares)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (1999 a 2017) – IBGE. Elaboração do Autor.

Com relação à região de cultivo observamos que a região sul se destaca na área colhida, respondendo no ano de 2017 por 88,14% da área cultivada. Considerando o total da área colhida com lavouras permanentes e temporárias, temos que em nível nacional o trigo respondeu em 1999 por 2,55% da área colhida e em 2017 por 2,42%. A região sul a maior produtora o trigo respondeu em 2017 por 7,9% do total de área colhida.

A produção total de trigo obtida cresceu 75,62% no período, passando de 2,46 para 4,3 milhões de toneladas, assim, a produção nacional de trigo passou de 15,02 kg por habitante em 1999 para 20,82 kg em 2017. Em termos de produtividade, passamos de 1970 kg de trigo por

⁵¹ Considerando uma composição de 80% de farinha de trigo, temos uma referência de 4,8 kg de farinha de trigo por mês por pessoa.

hectare em 1999 para 2.280 em 2017. Considerando os dados das grandes regiões observa-se que a produtividade obtida no Centro-Oeste (2,9 ton/ha) e no Nordeste (4,0 ton/ha) estão bem acima da média nacional, indicando a possibilidade de ampliação do cultivo deste alimento nestas regiões.

Quanto ao comércio externo de trigo, o volume de exportações apresenta um valor próximo a zero entre 1999 e 2003, atingindo o maior nível em 2012 com quando foram exportadas 2,4 milhões de toneladas de trigo. Em 2017 o volume exportado foi de 617,6 mil toneladas. Quanto a importação verifica-se que em todos os anos da série histórica foi superior às exportações, indicando assim que o Brasil é um País importador de trigo. A importação líquida (importações menos exportações) atingiu o menor nível em 2015, somando 3,39 milhões de toneladas, sendo que a média na série histórica de 1999 a 2017 foi de 5,5 milhões de toneladas, indicando que em média 54% do consumo nacional deste produto foi viabilizado pelas importações.

Considerando a soma da produção nacional com as importações líquidas, e a população residente, percebe-se que a quantidade percapita disponível oscila entorno de 54 kg/ano, apresentando valores superiores e inferiores que poderão estar ligados à movimentação de estoques, ou oscilações no consumo em razão da variação de preços.

O volume de importações de trigo representou em 2017 0,83% do valor total das importações e 0,047% do valor total das exportações, em termos de valores monetários são de baixa expressão, contudo, a dependência do mercado externo para o abastecimento interno é um elemento a ser considerado.

Quanto aos estabelecimentos agropecuários produtores de trigo, conforme dados dos censos agropecuários de 1995, 2006 e 2017, temos que houve uma redução no total de estabelecimentos produtores de trigo, em 1995 eram 63.916 estabelecimentos, em 2017 35.199, uma redução de 44,93%, ao mesmo tempo, houve aumento da área cultivada, em 1995 a área média por estabelecimento era de 14 ha passando para 51 em 2017. Estes dados indicam a concentração da produção deste cereal a nível de região e de estabelecimentos.

Com relação ao tipo de estabelecimento produtor de trigo, o censo agropecuário de 2006 registrou que naquele ano 69% dos estabelecimentos produtores de trigo eram de agricultura familiar, que respondiam por 25% da área colhida e 21% da quantidade produzida. Portanto, os estabelecimentos não familiares concentram a maior parte das terras e da produção obtida de trigo.

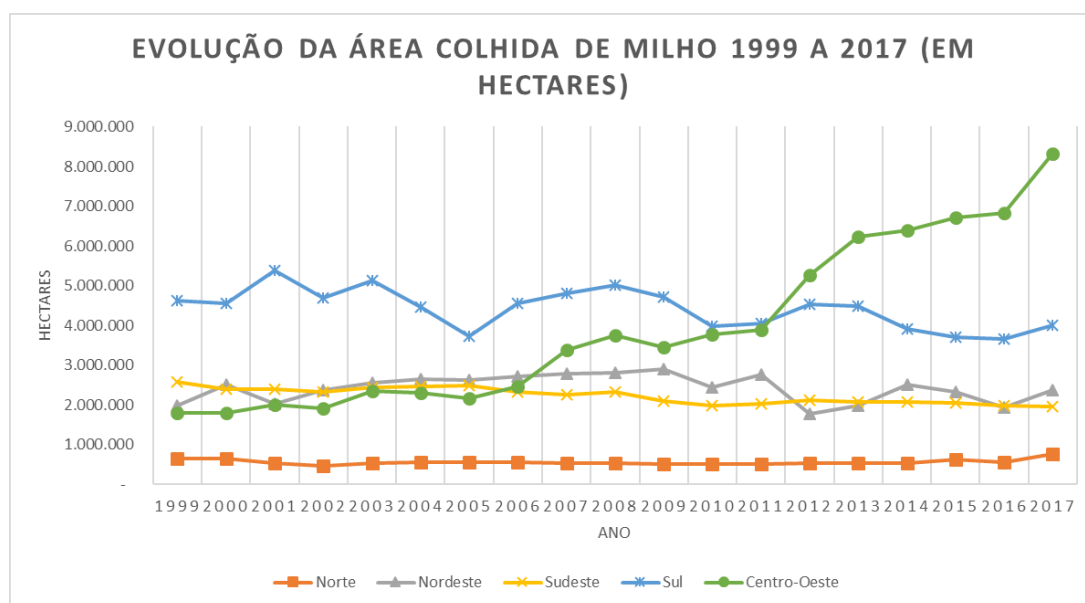
Neste conjunto de dados há alguns destaques, dentre eles a concentração da produção na região Sul do Brasil, o aumento da área colhida e da produção obtida, a centralização da produção em um número menor de estabelecimentos e a dependência do mercado externo para o abastecimento interno.

V – Milho

Conforme matéria⁵² publicada por Fernando Teixeira da Silva, na página da “Agência Embrapa de Informação tecnológica” o milho é amplamente utilizado na alimentação seja diretamente (espiga, pipoca, cereais matinais, etc) seja indiretamente (óleo, amido, etc) ou ainda como importante insumo para a produção de carnes, chegando a responder por 80% da composição da ração. Diante da importância incluímos o milho nesta pesquisa.

No período em análise a área colhida de milho passou de 11,6 para 17,4 milhões de hectares, todavia, esta expansão não se deu de forma linear em todas as regiões, como podemos ver no gráfico abaixo:

Gráfico – Área Colhida de Milho – 1999 a 2017 – (em hectares)



Fonte: Produção Agrícola Municipal 1999 a 2017, IBGE. Elaboração do Autor.

Percebe-se uma redução da área colhida de milho na região sul e em menor proporção na região sudeste, em contrapartida observa-se um crescimento acentuado na região centro-

⁵² Disponível em:

<<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho/arvore/CONT000fdyq37d602wx5a900e1ge5zg4utf9.html>>
Acesso em: 29 de jun. 2019.

oeste, que passa de 15,51% da área total cultivada no Brasil em 1999 para 47,81% do total, mantida esta trajetória caminha-se para uma centralização da produção deste item na região Centro-Oeste.

Considerando o total da área colhida com lavouras permanentes e temporárias e a área colhida com milho, observamos que a nível de Brasil em 1999 o milho ocupava 23,7% da área total, em 2017 22,25%, ou seja, o aumento da área colhida total foi superior ao aumento da área colhida de milho.

Em termos de produção obtida passamos de 32,24 milhões de toneladas em 1999 para 97,72 milhões de toneladas. Um aumento de 203,11% na produção obtida, chama a atenção os dados da região Centro-Oeste que salta de uma produção de 6,6 para 50,22 milhões de toneladas, um incremento de 655,89%. Ou seja, em 18 anos a produção foi multiplicado 7,5 vezes. A produção nacional percapita em 1999 era de 196,65 kg de milho, passando para 470,58 kg em 2017, um aumento de 139,30%

Com relação a produtividade, a média nacional passou de 2,78 toneladas por hectare para 5,62 toneladas, um incremento de 102,16%. No Ano de 2017 a região Sul apresentou a maior produtividade (6,62 ton/ha) e a região Nordeste a menor (2,66 ton/ha).

Quanto ao mercado externo⁵³ nos 18 anos da série, somente os dois primeiros (1999 e 2000) apresentaram uma importação superior a exportação, no ano 2000 o Brasil importou 1,56 milhões de toneladas, volume superado unicamente em 2016 com 2,78 milhões de toneladas. Com relação às exportações, o menor volume foi em 1999 quando apenas 2,8 mil toneladas foram exportadas, ao passo que em 2015 foram exportados 28,9 milhões de toneladas e em 2017 29,2 milhões de toneladas (o equivalente a 29,88% da safra brasileira).

Diante do volume do comércio externo, temos que a produção disponível para o mercado interno é impactada de forma importante, em 1999 a disponibilidade interna foi de 201,36 kg per capita e em 2017 foi de 335,91 kg, assim percebe-se que mesmo com um volume significativo de exportações de milho houve um crescimento importante da disponibilidade interna.

Em termos de valores, as importações de milho responderam por 0,14% do total das importações brasileiras no ano de 2017, enquanto que as exportações responderam por 2,1% do valor total exportado.

⁵³ Apesar de haver movimentações de derivados de milho (em toda a série histórica as importações de amido representaram pouco mais em de 1,6% da quantidade total importada e 0,16% do total exportado) consideramos somente o milho em grão, uma vez que este representa a grande maioria das movimentações com este produto

Com relação aos estabelecimentos agropecuários produtores de milho, conforme dados dos censos agropecuários de 1995, 2006 e 2017, temos que apesar da expansão da área cultivada e da produção obtida, houve uma redução de 35,87 % no total de estabelecimentos que produzem milho, em 1995 eram 2,5 milhões de estabelecimentos e em 2017 1,6 milhões. Frente a redução de estabelecimentos e expansão da área cultivada observa-se o aumento de área cultivada por estabelecimento, a média nacional passou de 4,1 para 10,1 hectares por estabelecimento. A região que apresentou maior nível de concentração da produção foi a região Centro-Oeste passando de 19,6 ha para 201,6 em média por estabelecimento. A região Nordeste é que apresentou a menor média por estabelecimento, 1,99 hectares em 2017, indicando a predominância de uma produção de pequena escala.

Com relação ao tipo de estabelecimento produtor de milho, o censo agropecuário de 2006 registrou que a agricultura familiar respondeu em 2006 por 88% dos estabelecimentos produtores de milho, 55% da área colhida e 46% do total produzido.

À partir deste conjunto de dados vimos que houve no período de 1999 a 2017 uma transição de modelos de produção, que não podem ser melhor expressados em função de não termos uma série histórica de comparação dos tipos de agricultura, mas a partir dos dados dos censos e da pesquisa agrícola municipal percebe-se que a produção tem se concentrado na região Centro-Oeste, e sob o tipo predominante de não familiar, além disso saímos da condição de importador de milho para exportador, este dado indica que de uma perspectiva de produção para consumo interno, passamos para uma lógica de produção de uma commodity⁵⁴ global.

Este processo vincula o preço interno do milho aos preços internacionais, tendo duplo impacto, o primeiro é a intensificação desta cultura e a substituição dos sistemas tradicionais (e familiares) por processos empresariais e intensivos em capital guiados pela lógica capitalista, e o segundo impacto, dado a importância deste cereal no consumo humano e na produção de animais, relaciona-se ao nível de preços dos alimentos internos vinculando-os diretamente ao sabor das flutuações internacionais, que como discutido nos capítulos anteriores sofre influência dos preços de petróleo e o uso do milho na fabricação de etanol, especulações no mercado financeiro, eventos climáticos que afetem regiões produtoras, expansão do consumo de carne em escala global, dentre outros aspectos.

⁵⁴ “Commodity: Tudo aquilo que, se apresentando em seu estado bruto (mineral, vegetal etc), pode ser produzido em larga escala; geralmente se destina ao comércio exterior e seu preço deve ser baseado na relação entre oferta e procura” Dicio, Dicionário on-line de Português.

Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/commodity/>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

VI – Café

Conforme matéria⁵⁵ publicada no dia 06 de maio de 2005 no portal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, o Brasil é o maior produtor mundial de café. Além disso, figura entre os maiores consumidores, sendo que o Dieese no levantamento do custo da cesta básica considera como quantidade necessária 600 gramas de café em pó na região 1 (Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Distrito Federal) e nas demais regiões a quantia de 300 gramas. O consumo total de café no Brasil em 2016 foi de 20,5 milhões de sacas, o equivalente a 1,23 milhões de toneladas de café.

A área colhida de café no período em análise recuou de 2,2 para 1,8 milhões de hectares, sendo que a região Sudeste respondeu em 2017 por 85,4% da área colhida. Considerando o total da área colhida com lavouras permanentes e temporárias e a área colhida com café representou em 1999 4,54% da área e em 2017 2,3%, sendo que na região Sudeste o café ocupou em 2017 10,42% da área colhida.

Acerca da produção obtida a safra de 1999 foi equivalente⁵⁶ a 1,63 milhões de toneladas e em 2017 foi de 2,68 milhões de toneladas, ou seja, um crescimento de 64,3%. O Sudeste respondeu por 85,4% da produção nacional em 2017, ante 79,62% em 1999. Considerando a produção total e a população residente verifica-se que a produção nacional percapita passou de 9,95 kg de café em 1999 para 12,91 kg, um aumento de 29,7%.

Com relação a produtividade a média nacional passou de 730 kg de café por hectare para 1.490 kg. A região sudeste embora seja a principal produtora, apresenta produtividade inferior às regiões Norte e Sul, indicando assim que a concentração desta cultura na região Sudeste não necessariamente tenha relação com as condições climáticas da região, havendo

⁵⁵ Disponível em:

<<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/17987068/a-importancia-do-caffe-nosso-de-todos-os-dias>>

⁵⁶ Nos anos de 1999, 2000 e 2001 os dados apresentados pelo IBGE eram de café em coco e nos anos seguintes em grão, para efeitos de análise da série histórica realizamos a conversão de café em coco para café em grão. Consideramos a conversão de 2 kg de café em coco para 1 kg de café em grão conforme Herculano Penna Medina Filho e Rita Bordignon do Instituto Agronômico de Campinas, disponível em “o Agrônomo” Campinas, (2003), que assim diz: “Tradicionalmente, o café produzido no Brasil é processado pelo método natural ou via seca. Após colhido, é seco em terreiro e/ou secador, armazenado em coco e mais tarde beneficiado e ensacado. Nessa situação, normalmente refere-se ao rendimento em litros de café em coco (a 12% de umidade) para cada saca de beneficiado. Assim, é bastante comum a referência de que um saco ou 100-110 litros de café em coco pesa 40-41 kg (mais 0,5 kg do saco) e que depois de limpo, resulta, no geral, em 20 kg de café beneficiado ou três sacos em coco resultam em um beneficiado. Na prática esse é o chamado café de renda 20 e que tecnicamente corresponde a um rendimento de 50%. Essa renda varia, normalmente, de 18 a 22 correspondendo a 45-55% de rendimento. Em situações raras, a renda chega aos extremos, 16 a 24, ou seja, 40 a 60%, conforme a quantidade e distribuição de chuvas, enfolhamento, balanço de nutrientes, ataque de pragas e moléstias, interagindo com altas e baixas produções. ” Disponível em: < http://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/agronomico/pdf/v55-2_infotecrendimento.pdf> Acesso em: 29 de jun. 2019.

outros fatores de incentivo e constrangimento da cultura que implicam na concentração na região Sudeste.

Os dados de importação e exportação de café, extraídos do portal do Ministério da Agricultura, demonstram que no período houve um crescimento de 31,51% das exportações. Até o ano de 2015 (quando foram exportados 2,085 milhões de toneladas) a tendência geral é de expansão das exportações, porém nos anos de 2016 e 2017 houveram reduções no volume exportado, com respectivamente 1,9 e 1,7 milhões de toneladas exportadas. Importante registrar que na série histórica em análise em média 66% da produção obtida foi exportada.

Considerando apenas a produção nacional, sem o mercado externo como vimos, a produção per capita em 1999 era de 9,95 kg de café passando para 12,91 kg em 2017. Se considerarmos o comércio externo veremos que em 1999 a produção disponível para o mercado interno foi de 1,9 kg per capita, e em 2017 4,56 kg, todavia, ao analisar a série histórica, verifica-se uma flutuação entorno de 4,5 kg por habitante, com oscilações que não apresentam uma tendência consistente de queda ou aumento de consumo, sugerindo que as variações são derivadas da influência dos estoques e do montante de café transacionado no mercado externo.

Em termos de valores, as importações de café responderam por 0,06% do total das importações brasileiras no ano de 2017, enquanto que as exportações responderam por 2,42% do valor total exportado. Dado que o Brasil é o maior produtor mundial, provavelmente as importações referem-se a cafés especiais destinados a faixas de consumidores de elevado poder aquisitivo, o que como visto nos capítulos anteriores é uma marca do abastecimento no Brasil, os setores da sociedade que dispõe de renda elevada consomem produtos importados.

Quanto aos estabelecimentos agropecuários produtores de café conforme os dados disponíveis em 1995 368.961 estabelecimentos produziram café, sendo que em 2017 foram 264.316, houve, portanto, uma redução de 28,36% no total. Com relação a área média colhida de café por estabelecimento teremos nossa análise prejudicada uma vez que os dados de 2017 não apresentam a área colhida de café por estabelecimento, mas sim a área total dos estabelecimentos que produzem café, desta forma na comparação entre 1995, 2006 e 2017 teremos inconsistências a serem consideradas. Entre 1995 e 2006 somente a região Centro-Oeste apresentou redução da área média por estabelecimento, em todas as demais houve concentração da produção.

Com relação ao tipo de estabelecimento produtor de café o censo agropecuário de 2006 identificou que 80% dos estabelecimentos que produziram café naquele ano eram de agricultura familiar, respondiam por 40% da área colhida e 34% da produção total obtida.

À partir deste conjunto de dados vimos que houve no período de 1999 a 2017 uma certa estagnação dos indicadores gerais, houve um avanço considerável da produtividade e um acréscimo da concentração da produção desta cultura na região sudeste. Observamos também que embora o Brasil seja o segundo maior consumidor mundial de café, o consumo interno acaba sendo reflexo das flutuações do mercado internacional.

VII – Cana de açúcar

Conforme matéria⁵⁷ publicada por Carlos Eduardo Freitas Vian, na página da “Agência Embrapa de Informação Tecnológica”, esta cultura é a atividade econômica mais antiga do Brasil, sendo que atualmente somos o maior produtor mundial de cana-de-açúcar. A safra de cana é dividida entre açúcar e álcool combustível. Quanto ao açúcar o Dieese considera a quantia de 3,0 kg por pessoa por mês para o cálculo do custo da cesta básica. Diante destes elementos que demonstram a importância desta cultura, seja pelo consumo direto, seja pela área ocupada e pelo peso no comércio exterior, optamos por incluí-la na pesquisa.

Em 1999 a área colhida de cana no Brasil foi de 4,9 milhões de hectares e em 2017 atingimos a marca de 10,2 milhões de hectares, um incremento de 108,2% da área cultivada. Na região Nordeste, houve uma redução da área colhida passando de 1,08 milhões de hectares para 932 mil hectares, em termos proporcionais o Nordeste representava em 1999 21,98% da área colhida a nível nacional, em 2017 esse percentual reduziu para 9,16%. Em contrapartida a região Centro-Oeste passou de 372 mil hectares para 1,858 milhões de hectares, um incremento de 399,46% na área colhida da região, com essa expansão a região Centro-Oeste passou a responder por 18,25% da área colhida a nível de Brasil. Assim, em 2017 as regiões Sudeste (66,65% da área colhida total) e Centro-Oeste respondem por 84% da área colhida no Brasil.

Considerando o total da área colhida com lavouras permanentes e temporárias e a área colhida com cana, verifica-se que a cana ocupou em 1999 10% da área colhida e em 2017 13,03%. Sendo que no Sudeste a cana ocupou em 2017 45,38% das área colhida de lavoura permanente e temporária.

⁵⁷ Disponível em:

<[Http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/contag01_62_22122006154840.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/contag01_62_22122006154840.html)>
Acesso em: 29 de jun. 2019.

Quanto à produção obtida⁵⁸, conforme o IBGE em 1999 a safra foi de 333,848 milhões de toneladas passando para 758,548⁵⁹ milhões de toneladas em 2017. Um aumento de 127,21% na produção obtida. Considerando a safra obtida e a população residente temos em 1999 a quantidade de 2.036 kg de cana por brasileiro e em 2017 3.652 kg, um aumento de 79,37%.

Com relação a produtividade a média nacional passou de 68 toneladas por hectare para 74 toneladas, um incremento de 8,82%. Em 2017 a região Sudeste apresentou a maior produtividade, 78 toneladas/hectare, seguida pelas regiões Norte e Centro-Oeste, a menor produtividade foi na região Nordeste com 53 toneladas.

O Comércio externo de Cana-de-açúcar⁶⁰, considerando álcool e açúcar em equivalente de cana, representou em 1999 99,5 milhões de toneladas de cana exportada e em 2017 242,6 milhões de toneladas, cerca de 32% da produção nacional. Interessante destacar que em 2017, as importações açúcar e etanol em equivalente de cana alcançaram o volume de 36,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Considerando as exportações e importações verificamos que nos 18 anos da série histórica, em todos o Brasil foi exportador de cana, tendo o maior volume em 2013 com exportação líquida de 243 milhões de toneladas de cana.

Considerando apenas a produção nacional, sem o mercado externo como vimos, a produção per capita em 1999 era de 2036 kg de Cana por brasileiro e em 2017 era de 3.652 kg, quando considerados neste cálculo a movimentação do mercado externo, temos que a per capita

⁵⁸ Esta produção é dividida entre a fabricação de açúcar e álcool, conforme quarto levantamento da safra brasileira de cana-de-açúcar 2016/2017 realizado pela CONAB (2017), foram destinados à produção de açúcar 303,215 milhões de toneladas de cana (46,14% do total da safra apurada pela CONAB), resultando em 38,691 milhões de toneladas de açúcar, ou seja, um rendimento de 127,60 kg de açúcar por tonelada de cana. Nesta mesma safra foram destinadas a produção de etanol 353,968 milhões de toneladas (53,86% do total) que resultaram 27,807 bilhões de litros de etanol, um rendimento de 78,56 litros de etanol total por tonelada de cana.

⁵⁹ Considerando os dados do maior caminhão de carga para o transporte de cana (<http://www.guiadotrc.com.br/noticias/noticiaid.asp?id=33954>), o rodotrem de 11 eixos, com capacidade de carga de 54 toneladas de cana e comprimento de 30 metros, seriam necessários 14.047.191 carretas para carregar simultaneamente a safra de cana no Brasil de 2017 de 758,548 milhões de toneladas, se todas elas carregadas estivessem enfileiradas resultaria numa fila de 421.415 quilômetros, isso equivale a 10,5 voltas ao planeta terra.

⁶⁰ Os dados de importação e exportação de cana foram coletados no portal do Ministério da agricultura, sendo selecionado o álcool e o açúcar de cana e ou beterraba (os dados estão agregados) todavia a produção de beterraba açucareira no Brasil é de quantia insignificante em relação à produção de cana, não prejudicando a análise. A partir da quantidade de açúcar e álcool foi efetuado o cálculo do equivalente em cana-de-açúcar considerando a proporção apresentada no levantamento realizado pela CONAB (2017). Quanto ao álcool, os dados estão em kg e não em litros, neste caso consideramos a densidade de 820 gramas por litro - Esta densidade foi estabelecida considerando as informações disponíveis no sitio eletrônico “nova cana”, que assim apresenta a densidade do álcool: “Quando puro e com temperatura próximo dos 25°C, o etanol possui uma densidade de 789 g/cm³. Isso significa que a cada centímetro cúbico o etanol pesa apenas 0,789 gramas. Os valores mudam dependendo da mistura e da temperatura em que ele está submetido, sendo que o álcool combustível possui densidade que varia de 0,82 a 0,88 g/cm³. Com isso, o etanol é um pouco mais denso que a gasolina, cuja densidade varia entre 0,72 e 0,76 gramas por centímetro cúbico, porém é menos denso que a água, que possui valor médio de 1 g/cm³. ”

Disponível em: <<https://www.novacana.com/etanol/propriedades-fisico-quimicas>> Acesso em: 29 de jun. 2019. A partir destas informações consideramos a proporção de conversão do álcool de litros para quilograma a razão de 1 litro = 820 gramas ou 0,820 g/cm³.

de Cana apresenta em 1999 a quantidade de 1.431,61 kg e em 2017 2.660,26 kg, assim percebe-se que mesmo com a influência das exportações a produção disponível para o mercado interno teve uma expansão de 85,88%.

Em termos de valores, as importações de açúcar e álcool responderam por 0,65% do total das importações brasileiras no ano de 2017, enquanto que as exportações de açúcar e álcool responderam por 5,61% do valor total exportado.

Com relação aos estabelecimentos agropecuários produtores de cana-de-açúcar, os dados dos censos agropecuários de 1995, 2006 e 2017 demonstram uma redução de 54,81% no total de estabelecimentos que produzem cana-de-açúcar, em 1995 eram 377.207 e em 2017 foram 170.466 estabelecimentos, ao mesmo tempo houve aumento da área média por estabelecimento, a nível nacional área média passou de 11 para 54 hectares por estabelecimento, em 2017 a maior média foi na região Centro-Oeste com 222 hectares seguida pelo Sudeste com 84 hectares. A menor média foi na região Norte com 4 hectares por estabelecimento.

Com relação ao tipo de estabelecimento produtor de cana, não temos no censo agropecuário de 2006 a separação da produção deste produto por tipo de agricultura, neste caso optamos por avaliar o número de estabelecimentos por área cultivada, e percebe-se que dos 192.931 estabelecimentos que produziram cana, 171.696 (88,99%) tinham área inferior a 10 hectares de área colhida, apenas 5825 (3,02%) estabelecimentos tinham área superior a 100 hectares, todavia responderam por 87,60% da área colhida.

À partir deste conjunto de dados vimos que houve no período de 1999 a 2017 a continuidade do processo de produção da cana-de-açúcar, havendo inclusive uma expansão importante desta cultura e o crescimento da sua participação no mercado externo brasileiro. Fica evidente também a concentração a nível de estabelecimentos agropecuários e de manutenção da produção concentrada na região sudeste.

Em função da área ocupada na região sudeste, região mais populosa do Brasil, e por estar relacionada com a redução de produtos alimentares substituídos pela cana, observa-se que os preços internacionais do álcool e da açúcar acabam por refletir diretamente sobre o preço dos alimentos e a decisão dos produtores em cultivar cana ou outros produtos agrícolas, além disso, a dinâmica de concentração industrial e da necessidade de proximidade das lavouras da usina em função da grande quantidade de massa movimentada para se estabelecer a produção acaba por forçar a concentração da terra em número menor de estabelecimentos.

VIII – Soja

Conforme portal da Embrapa Soja⁶¹, a soja no Brasil é recente, pois, somente na década de 60 a soja passou a ser considerada uma opção de cultivo de verão intercalando com a produção de trigo e ao mesmo tempo a expansão da produção de carne de frango e suíno demandava farelo de soja, com uma explosão do preço em meados dos anos 1970 agricultores e governo passaram a se dedicar a esta cultura. Com destaque ao papel da EMBRAPA adaptando a soja para regiões de baixa latitude.

Assim em pouco mais de 50 anos uma cultura desconhecida no Brasil chegou ao posto de principal. Como dito, a soja é amplamente utilizada na ração animal, no preparo de alimentos industrializados, fabricação de combustíveis, e como matéria prima industrial para uso múltiplo. Conforme matéria publicada pelo Globo Rural⁶² o uso diferenciado (incluem: cosméticos, farmacêutica, veterinária, adesivos, adubos, formulador de espumas, revestimento, tintas e plásticos) responde por 7% do consumo da safra, 49% é usado para produção de óleo e farelo e 43% é exportado em grão para a China.

No cálculo do Dieese da cesta básica são considerados 750 gr de óleo/banha por cesta, porém a soja está presente também na formação do preço do leite, manteiga e da carne. Portanto, dado sua importância no mercado interno seja diretamente através do óleo e seus derivados seja pelo consumo indireto através da carne e alimentos processados, mas também pela sua importância na agricultura essa cultura foi incluída na pesquisa.

No período em análise a área colhida de soja passou de 13,06 para 33,94 milhões de hectares, este padrão de expansão se repetiu em todas as regiões, em termos relativos a maior expansão se deu na região norte, com um incremento de 2850%, seguido da região nordeste com 297,49% e região Centro-Oeste com 201,44%.

Observa-se também a concentração da área colhida na região Centro-Oeste e Sul, alcançando respectivamente 45% e 34% da área colhida de soja no Brasil, ou seja, somadas as duas regiões respondem por 79% da área colhida.

Considerando o total da área colhida com lavouras permanentes e temporárias e a área colhida com soja observamos que em 1999 a área proporcional ocupada pela soja era de 26,66%, em 2017 passou a ser 43,4%. Sendo que em 2017 as regiões que tiveram maior

⁶¹ “A História da Soja”. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/historia>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

⁶² “A soja além do óleo e do farelo”, matéria publicada em 23 de abril de 2014, disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Soja/noticia/2014/04/soja-alem-do-oleo-e-do-farelo.html>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

representatividade da soja no total da área colhida foram o Centro-Oeste (55,67%), Sul (53,94%) e Norte (41,41%).

Esses dados indicam que a Soja ocupou áreas que eram dedicadas à outras culturas bem como foi responsável pela expansão da fronteira agrícola, seja na conversão de pastagens em área de lavoura seja com o desmatamento. Pelo peso que esta cultura tem em cada região e por sua presença nacional acaba por influenciar direta e indiretamente em todas as demais lavouras.

Em termos de produção obtida a nível nacional passamos de 30,987 milhões de toneladas em 1999 para 114,599 milhões de toneladas, das quais 91,46 milhões foram colhidas nas Regiões Centro-Oeste e Sul. Um aumento de 269,83% na produção obtida, em quantidade percapita passamos de 189,01 kg de soja em 1999 para 551,86 kg de soja por brasileiro/ano.

Com relação a produtividade no período em análise a produtividade média nacional passou de 2,37 toneladas por hectare para 3,37 toneladas, um incremento de 42,19%. Em 2017 a região Sul apresentou a maior produtividade (3,53 ton/ha) seguida da região Sudeste (3,46 ton/ha) e Centro-Oeste (3,35 ton/ha). Observa-se, contudo, que a variação de produtividade entre as regiões não é muito expressiva, apresentando, apesar das variações de clima e solos, uma variação máxima de 16,19%.

Quanto ao comércio exterior de soja, selecionamos os dados relativos à soja em grãos, farelo de soja e óleo de soja⁶³, observa-se que há uma expansão da exportação do farelo de soja entre 1999 e 2017, saindo de 10,4 milhões de toneladas para 14,18 milhões de toneladas, a quantidade de soja necessária para a produção deste farelo foi de 13,36 milhões de toneladas em 1999 e 18,17 milhões de toneladas em 2017. A exportação de óleo de soja apresentou uma estabilidade no período, com crescimento em volume até 2007 quando atingiu 2,34 milhões de toneladas e com tendência de redução até 2017 com 1,34 milhões de toneladas. O destaque está na exportação de grãos, que saltou de 8,79 milhões de toneladas em 1999 para 68,15 milhões de toneladas, um crescimento de 675,31%, se considerados a soja em grãos e a soja necessária para a produção de farelo⁶⁴ temos que a quantidade total exportada em 2017 foi de 86,32 milhões de toneladas ou seja, 75,33% da produção obtida.

⁶³ Para o cálculo da soja equivalente ao farelo e ao óleo consideramos que cada tonelada de soja rende cerca de 780 kg de farelo e 190 kg de óleo, conforme o Jornal do Comércio, 01/09/2009. Disponível em: < <https://www.biodieselbr.com/noticias/em-foco/oleo-soja-viavel-economista-01-09-09>> Acesso em: 29 de jun. 2019.

⁶⁴ Verificamos que as exportações de farelo são proporcionalmente superiores à de óleo, indicando que do total de soja processada para a produção de farelo destinado à exportação há um montante de óleo como subproduto que fica para o mercado interno.

Quanto as importações, estas ocorreram em todos os anos, houve uma expansão das importações entre 1999 e 2003 (quando atingiu o equivalente a 1,15 milhões de toneladas), e de 2003 a 2017 um processo continuado de redução das importações, sendo que em 2017 as importações atingiram 406.798 toneladas.

Dado o volume das exportações temos que a produção disponível per capita é impactada de maneira importante, considerando apenas a produção nacional, sem o mercado externo como vimos, a produção per capita em 1999 era de 189,01 kg de soja e em 2017 era de 551,86 kg, quando considerados neste cálculo a movimentação do mercado externo⁶⁵, temos que a per capita de soja apresenta em 1999 a quantidade de 76,19 kg e em 2017 164,87 kg, assim percebe-se que mesmo com a influência das exportações a produção disponível para o mercado interno teve uma expansão de 116,39%.

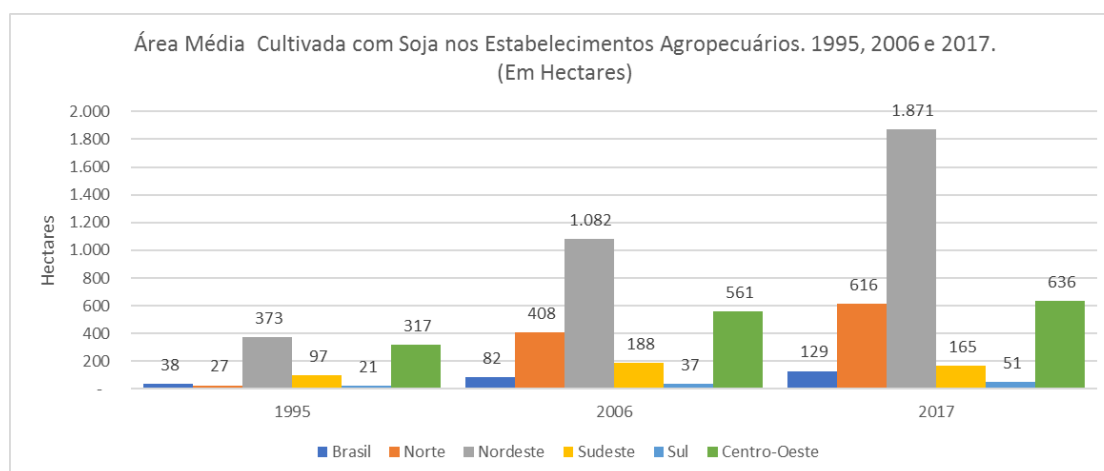
Em termos de valores, as importações de soja responderam por 0,08% do total das importações brasileiras no ano de 2017, enquanto que as exportações responderam por 14,57% do valor total exportado.

Com relação aos estabelecimentos agropecuários produtores de soja, conforme dados dos censos agropecuários de 1995, 2006 e 2017, temos que apesar da expansão da área cultivada e da produção obtida, houve uma redução, a nível de Brasil no número de estabelecimentos, com uma variação de -2,98%, em 1995 eram 242.999 e em 2017 235.766, à primeira vista parece não ter havido concentração, mas se analisado de perto veremos que na região Sul, onde se concentram 91,44% dos estabelecimentos, a redução do número de unidades produtoras de soja foi de 11,48% (eram em 1995 222.205 estabelecimentos e em 2017 196.690), essa redução não aparece a nível nacional em função de novos estabelecimentos na área de expansão da Soja.

Frente a redução de estabelecimentos e expansão da área cultivada observa-se o aumento de área cultivada por estabelecimento, conforme gráfico abaixo:

⁶⁵ A movimentação do mercado externo foi estimada pela conversão do óleo e farelo em soja em grão, sendo que o montante de soja equivalente ao farelo e ao óleo foram somadas e divididos por 2 para se estabelecer uma média, uma vez que o volume de farelo exportado é superior ao óleo obtido na produção do farelo.

Gráfico - Área Média Cultivada com Soja Nos Estabelecimentos agropecuários. 1995, 2006 e 2017 - Hectares por Estabelecimento



Fonte: Censo Agropecuário (1995, 2006 e 2017) – IBGE. Elaboração do Autor.

Neste gráfico chama a atenção que a área média por estabelecimento na região nordeste é de 1.871 ha em 2017, ante 373 ha em 1999, um processo de concentração, porém com um detalhe, não é a concentração de estabelecimentos menores que produziam soja, são estabelecimentos novos, que resultam da concentração de terras destinadas à outras culturas ou ainda não cultivadas. Esse mesmo padrão replica-se nas regiões Norte e Centro-Oeste. Na região Sudeste e Sul há um processo de concentração da área média entre 1995 e 2006 e somente a região sudeste apresenta desconcentração entre 2006 e 2017, possivelmente pela desistência de grandes propriedades no cultivo da soja e substituição por outros produtos, possivelmente a cana.

Com relação ao tipo de estabelecimento produtor de soja, temos no censo agropecuário de 2006 que 76% dos estabelecimentos que produziram soja naquele ano eram de agricultura familiar, respondendo por 15% da área colhida e 14% da produção obtida, contudo a nível de região Sul temos que a Agricultura familiar respondeu por 31,61% da produção enquanto que na região Centro-Oeste respondeu por apenas 3,29% da produção obtida, demonstrando assim uma diferença importante entre as formas de cultivos nas regiões.

À partir deste conjunto de dados vimos que houve no período de 1999 a 2017 alguns movimentos importantes, na área de expansão da cultura houve a substituição de outras culturas e incorporação de novos terrenos sob a forma de produção capitalista, nas regiões de antiga produção houve a concentração dos estabelecimentos e a substituição de outras culturas pela soja.

Dado a área ocupada percebe-se que o resultado econômico da soja acaba por refletir em todas as demais culturas, ou seja, a flutuação no preço internacional desta cultura influencia

no preço das terras, na área das demais culturas afetando assim, direta e indiretamente o preço dos alimentos.